

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL DOUTORADO**

MARILENE LIÉGE DARÓS

**VÍNCULOS SOCIAIS E FELICIDADE:
um estudo sobre as relações humanas na Economia Solidária**

São Leopoldo-RS
2016

MARILENE LIÉGE DARÓS

**VÍNCULOS SOCIAIS E FELICIDADE:
um estudo sobre as relações humanas na Economia Solidária**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, como requisito parcial para obtenção de Título de Doutora em Ciências Sociais.

Área de concentração: Políticas e Práticas Sociais.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Economia e Emancipação.

Orientador: Professor Doutor Luiz Inácio Gaiger

São Leopoldo-RS
2016

D224v

Darós, Marilene Liége

Vínculos sociais e felicidade : um estudo sobre as relações humanas na economia solidária / Marilene Liége Darós. – 2016.

315 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2016.

"Orientador: Professor Doutor Luiz Inácio Gaiger."

1. Dádiva. 2. Felicidade. 3. Reciprocidade. 4. Vínculos sociais. I. Título.

CDU 3

Marilene Liége Darós

VÍNCULOS SOCIAIS E FELICIDADE:
um estudo sobre as relações humanas na Economia Solidária

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, como requisito parcial para obtenção de Título de Doutora em Ciências Sociais.

Área de concentração: Políticas e Práticas Sociais.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Economia e Emancipação.

Tese considerada aprovada em: 25/04/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Inácio Gaiger (Orientador) – UNISINOS

Prof. Dr. José Ivo Follmann - UNISINOS

Profa. Dra. Marília Veríssimo Veronese - UNISINOS

Prof. Dr. Pedrinho Arcides Guareschi - UFRGS

Profa. Dra. Raquel Andrade Weiss - UFRGS

*Pelo laço mais duradouro e vinculante que trago na vida,
a ela, Maria Lídia Silveira Darós, minha mãe adorada
e exemplo contínuo, este trabalho dedico.*

“A felicidade é a realização de um desejo pré-histórico da infância. É por isso que a riqueza contribui em tão pequena medida para ela. O dinheiro não é objeto de um desejo infantil.”

Sigmund Freud

AGRADECIMENTOS

Gratidão é a palavra que expressa o que sinto ao pensar em minha vida e nos vínculos que criei e fortaleci no percurso deste doutorado. Sou muito grata a Deus pela vida que me proporciona e pela família que me acompanha neste processo de viver, protegendo, zelando pela minha caminhada. Sou grata às mulheres de minha vida: minha mãe, minhas filhas Esther e Sarah, porque, por meio delas, me sinto eternizada. Sou grata ao meu companheiro Lauro Belini Ribeiro da Silva, porque me tranquilizou em muitos momentos de dificuldade e desespero e compartilhou comigo momentos de alegria, participando intensamente desse meu processo de doutorado.

Sou grata às amigas que fiz nessa trajetória, com as quais dividi muitas angústias: gratidão para Patrícia Kuyven, para Anna Cash, para Thaísy Perotto Fernandes, para Gisele Hidalgo, para Aline Araújo, para Kellen Pasqualetto, para Joice Maciel, para Daiane Silva. Gratidão as meninas da Secretaria do PPG que mesclam a gentileza e competência. Gratidão aos mestres que fizeram este trabalho acontecer. Com eles, aprendi muito: gratidão ao Professor Dr. Pedro Hespanha, orientador em Portugal, gratidão à Professora Dr.^a Luciane dos Santos, que colaborou nesses estudos em Portugal; gratidão ao David Vier, que não foi apenas um revisor de português, mas um amigo paciente. Gratidão ao professor e orientador desta Tese, Dr. Luiz Inácio Gaiger, que se mostrou muito presente nesta caminhada, entusiasmado com o tema e exigente, produzindo em mim muitos sentimentos antagônicos de alegrias, de angústias, de certezas e incertezas, mas sempre me instigando a desafiar meus limites de conhecimento e a ser uma pessoa mais sábia, o que contribui muito para meu aprendizado e sabedoria de vida. Gratidão por sempre ter acreditado em mim.

Gratidão a todos que fizeram parte deste trabalho que, sem eles, não teria acontecido: aos agricultores entrevistados, aos pescadores artesanais, às mulheres associadas, à Cooperativa Vida Saudável, aos cooperados da UNIVALE e gratidão às mulheres da Cooperativa Resgatando a Dignidade, da Ilha Grande dos Marinheiros, com as quais começamos um acompanhamento que não continuamos devido às condições climáticas. Gratidão a todos que fizeram parte desta caminhada.

RESUMO

O tema deste trabalho é a dinâmica das relações vinculantes e sua relação com a Felicidade. Desde a antiguidade, o tema é questão de discussões político-filosóficas e gerador de controvérsias. A premissa de que a felicidade individual está em sintonia com a felicidade de todos se articula com as políticas da modernidade, consolidando o sistema econômico vigente. Os estudos de sociedades anteriores à sociedade moderna e não ocidentais invertem essa maneira de conceber a relação indivíduo/sociedade. As escolhas individuais fazem parte de uma dinâmica de organização social de produção e reprodução da vida. Os vínculos sociais são o elo entre indivíduo e sociedade e a condição primordial para se ter uma boa vida. Diante dessa mudança paradigmática de conceber a natureza humana em movimento dialético com o coletivo, tomamos como referencial para a análise do fenômeno da felicidade os estudos antropológicos de Mauss sobre a dádiva e a tese de Polanyi de que a natureza do ser humano é social, e a economia, uma das dimensões da vida humana. Ao adotar como base esses autores, consideramos as formulações de seus seguidores para entender essa dinâmica da vida humana dentro das organizações sociais: a saber, Sabourin e seus estudos sobre a reciprocidade em Mauss e Polanyi, e a sistematização teórica de Gaiger sobre a qualidade das relações vinculantes. O conceito de felicidade que assumimos é de um sentimento que surge da articulação entre as condições objetivas e subjetivas. Sentimento, para Damásio, é a expressão que provém de uma sensação do corpo que se articula a uma percepção subjetiva dessa expressão corporal. O sentimento envolve o corpo e a alma, sendo visível na expressão de uma pessoa. Partindo desse referencial, adotamos o conceito de felicidade apresentado por Gaiger como um sentimento que surge de um estado de paz e bem-estar consistente, ancorado no que julgamos primordial à vida, à trajetória de nossas realizações e a uma avaliação global com a vida que temos e que levamos. Tomando como objeto empírico a Economia Solidária, buscamos fundamentos para a compreensão da felicidade a partir da teoria dos vínculos sociais que têm como base a concepção teórica sobre a dádiva de Mauss e a reciprocidade de Polanyi, utilizando as metodologias quantitativas e qualitativas. A partir das análises de questões das bases de informações do II Mapeamento e da pesquisa amostral dos(as) sócios(as) e sócias em Economia Solidária, demonstramos que os empreendimentos solidários são engajados e que

os vínculos são motivadores para a entrada e permanência dos(as) sócios(as) nos Empreendimentos Solidários. Na pesquisa qualitativa, fizemos uma imersão no campo e entrevistamos 22 pessoas de quatro segmentos: seis agricultores familiares, sendo dois deles de comunidades quilombolas remanescentes; seis pescadores artesanais; quatro mulheres de uma cooperativa de alimentos e seis de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis. Concluimos que os vínculos são importantes para as pessoas estarem nas cooperativas bem como, tendo como vetor a reciprocidade, os vínculos podem transformar a autoimagem negativa em positiva, levando as pessoas a se avaliarem como felizes.

Palavras-chave: Dádiva. Felicidade. Reciprocidade. Vínculos Sociais.

ABSTRACT

The subject of this paper is the dynamics of bonding relations and their relation with Happiness. Since ancient times, this theme is subject of political and philosophical discussions and creates much controversy. The premise that individual happiness is connected with the happiness of everyone relates to modern politics, consolidating the current economical system. The study of societies dating prior to modern societies, as well as the study of non-western societies subvert this way of seeing the individual/society relationship. The individual choices are part of a dynamic of social organization of production and reproduction of life. The social bonds are the link between individual and society, as well as the most important condition for one to live a good life. Facing this paradigmatic change of seeing human nature in dialectic movement with the collective, we use as reference the anthropological studies of Mauss about gift and Polanyi's thesis that human nature is social and economy is one of human life's dimensions. Adopting the groundwork laid by these authors, we consider the formulations of their followers to understand the dynamics of human life within social organizations – namely, Sabourin and his studies on reciprocity in Mauss and Polanyi, and Geiger's theoretical systematization about the quality of bonding relations. The concept of happiness as we assume it is a feeling that arises from the articulation of objective and subjective conditions. To Damásio, feeling is the expression of an emotion that comes from a sensation of the body related to a subjective perception of this body expression. Feeling involves body and soul, being visible in a person's expression. Building on that groundwork, we adopt the concept of happiness presented by Gaiger as a feeling that arises from a state of peace and consistent well-being, anchored to what we judge quintessential to life, to our achievements' trajectory and to a global evaluation of the life we live. Taking Solidarity Economy as empirical object, we seek foundations to the understanding of happiness through the theory of social bonds, which has as a foundation the theoretical conception about gift of Mauss and Polanyi's reciprocity, using quantitative and qualitative methodologies. Starting from the analysis of matters from the base of information of the Second Mapping and the sample research of the associates in Solidarity Economy, we demonstrated that the solidarity enterprises are committed and that bonds are motivating for the entry and

permanence of associates in Solidarity Enterprises. For the qualitative research, we went into the field and interviewed 22 people of four different sectors: six family farmers, two of which from remaining quilombola communities; six artisan fishermen; four women from a food cooperative and six from a co-op of recyclable materials collectors. We concluded that the bonds are important for people to stay in the cooperatives and that having reciprocity as a vector, bonds can transform negative self-image into positive self-image, making people evaluate themselves as happy.

Keywords: Gift. Happiness. Reciprocity. Social Bonds.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Os Pilares da Regulamentação e Emancipação.....	42
Figura 2 - Variáveis de análise dos dados estatísticos da pesquisa amostral associados.....	103
Figura 3 – Classificação das motivações de ingresso para continuar nos EES.....	185
Figura 4 – Motivações de ingresso e para continuar nos EES dos agricultores familiares.....	189
Figura 5 – Motivações de ingresso e para continuar nos EES dos quilombolas.....	190
Figura 6 – Motivações de ingresso e para continuar nos EES dos pescadores artesanais.....	194
Figura 7 – Motivações de ingresso e para continuar nos EES dos(as) sócios(as) Astesãos.....	196
Figura 8 – Motivações de ingresso e para continuar nos EES dos catadores de materiais recicláveis.....	200
Figura 9 – Valores dos pescadores artesanais.....	232
Figura 10 – Valores dos agricultores familiares.....	234
Figura 11 – Valores das mulheres da cooperativa de alimentos.....	235
Figura 12 – Valores dos catadores de materiais recicláveis.....	237

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição dos EES por Região do país	110
Gráfico 2 – Ano de ingresso nos Empreendimentos de Economia Solidaria	111
Gráfico 3 – Número de Mulheres e Homens	112
Gráfico 4 – Cor ou raça predominante das sócias e sócios	113
Gráfico 5 – Comunidade ou povo tradicional	114
Gráfico 6 – Categoria Social	115
Gráfico 7 – Perfil Etário das sócias e sócios	115
Gráfico 8 – Forma de organização	116
Gráfico 9 – Atividades econômicas dos EES	116
Gráfico 10 – Área de atuação dos EES.....	117
Gráfico 11 – Área de atuação e a atividade econômica do EES.....	118
Gráfico 12 – Categorias sociais e área de atuação do empreendimento	118
Gráfico 13 – Área de atuação e comunidades tradicionais dos EES	119
Gráfico 14 – Perfis dos(as) sócios(as)	120
Gráfico 15 – Percentual de EES de agricultores familiares por região.....	121
Gráfico 16 – Empreendimentos e Agricultores Familiares, anos de criação	122
Gráfico 17 – Beneficiários da agricultura familiar dos programas de transferência de renda	123
Gráfico 18 – Forma de organização	124
Gráfico 19 – Características da população dos EES de quilombolas.....	125
Gráfico 20 – Cor ou raça predominante dos(as) sócios(as)	126
Gráfico 21 – Ano de início do empreendimento	126
Gráfico 22 – Categoria Social dos EES de Quilombolas.....	127
Gráfico 23 – Atividades econômicas dos EES de quilombolas	128
Gráfico 24 – Empreendimentos de pescadores artesanais por região.....	129

Gráfico 25 – Categorias Sociais dos Pescadores Artesanais.....	130
Gráfico 26 – Forma de organização e atividade econômica dos EES de pescadores artesanais.....	131
Gráfico 27 – Características populacionais dos EES de artesãos.....	132
Gráfico 28 – Anos de início dos EES de artesãos.....	132
Gráfico 29 – Comunidade tradicional ao qual o sócio pertence dos EES de artesãos	133
Gráfico 30 – Formas de organização e principais atividades econômicas dos EES de artesãos	134
Gráfico 31 – Características populacionais dos EES de catadores de materiais recicláveis.....	135
Gráfico 32 – Anos de início dos EES de catadores de materiais recicláveis.....	135
Gráfico 33 – Cor ou raça predominante dos EES de catadores de material reciclável	136
Gráfico 34 – Forma de organização e atividades econômicas dos EES de catadores de materiais recicláveis	137
Gráfico 35 – Sexo dos entrevistados.....	162
Gráfico 36 – Total de sócios distribuídos por área de moradia	162
Gráfico 37 – Estado civil dos associados	164
Gráfico 38 – Você sabe ler e escrever?	165
Gráfico 39 – Agricultores familiares e distribuição por região do país.....	169
Gráfico 40 – Administração econômica da casa dos agricultores familiares.....	169
Gráfico 41 – Raça e cor dos agricultores quilombolas	170
Gráfico 42 – Administração econômica da casa dos(as) sócios(as) quilombolas	171
Gráfico 43 – Distribuição por região do país dos(as) sócios(as) pescadores artesanais.....	172
Gráfico 44 – Ano de ingresso dos EES de pescadores artesanais	174
Gráfico 45 – Administração econômica da casa dos pescadores artesanais.....	175

Gráfico 46– Distribuição dos(as) sócios(as) por região do país	176
Gráfico 47 – Administração econômica da casa dos artesãos	177
Gráfico 48 – Distribuição dos(as) sócios(as) catadores de materiais recicláveis por região	178
Gráfico 49 – Raça e cor dos(as) sócios(as) catadores de materiais recicláveis...	179
Gráfico 50 – Estado civil dos(as) sócios(as) catadores de materiais recicláveis..	180
Gráfico 51 – Administração econômica da casa dos catadores de materiais recicláveis.....	181

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Os espaços de poder e a Economia Solidária	46
Tabela 2 – Dinâmica das relações vinculantes	83
Tabela 3 – Tipos de valores/matérias para a avaliação pessoal da felicidade	90
Tabela 4 – Número de mulheres e homens	112
Tabela 5 – Número de homens e mulheres e de empreendimentos.....	123
Tabela 6 – Participação Política dos EES	138
Tabela 7 – Participação em fóruns e redes.....	139
Tabela 8 – Quais tipos de movimento social participam	140
Tabela 9 – Participação em movimentos sociais de empreendimentos que participam de fóruns e redes	141
Tabela 10 – Participação dos EES em movimentos sociais e fórum e redes.....	142
Tabela 11 – Atuação dos EES em ações sociais e comunitárias e participação em movimentos sociais	143
Tabela 12 – Área de atuação dos EES que participam e que não participam de fóruns e redes	144
Tabela 13 – A área de atuação e os motivos de criação dos EES.....	147
Tabela 14 – Motivos para criação dos EES de agricultores familiares.....	148
Tabela 15 – Motivos para criação dos empreendimentos de Quilombolas	149
Tabela 16 – Motivos para criação dos EES dos pescadores artesanais.....	150
Tabela 17 – Motivos para criação dos empreendimentos de artesãos	151
Tabela 18 – Motivos para criação de empreendimentos de catadores de materiais recicláveis.....	152
Tabela 19 – Principais desafios do total dos EES e do Total de EES de quilombolas	156
Tabela 20 – Comparação dos principais desafios do total de EES com os Empreendimentos de Pescadores Artesanais.....	157

Tabela 21 – Comparação dos principais desafios do total de EES com os Empreendimentos de artesãos.....	158
Tabela 22 – Os principais desafios dos empreendimentos de catadores de materiais recicláveis.....	159
Tabela 23 – Distribuição dos(as) sócios(as) pela região do país	162
Tabela 24 – Condição social dos associados.....	165
Tabela 25 – Participação política antes do ingresso nos EES	166
Tabela 26 – Participação política depois do ingresso no EES	165
Tabela 27 – Condição social dos pescadores artesanais	173
Tabela 28 – Necessidades dos agricultores familiares	187
Tabela 29 – Necessidades dos EES na percepção dos(as) sócios(as) quilombolas	191
Tabela 30 – Necessidades dos EES na percepção dos(as) sócios(as) artesãos.	195
Tabela 31 – Necessidades dos EES na percepção dos(as) sócios(as) recicladores	198
Tabela 32 – Perfil dos entrevistados	204
Tabela 33 – Valores dos entrevistados	231
Tabela 34 – As notas dos entrevistados sobre a felicidade de suas vidas.....	239

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

CAPA – Centro de Apoio e Formação da Agroecologia

COOAFAN – Cooperativa de Agricultores Familiares Nortenses

COOPANORTE – Cooperativa dos Pescadores de São José do Norte

EBR – Estaleiro do Brasil LTDA

ECONORTE – Grupo de Economia Solidária de São José do Norte

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMATER/RS – Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio

ES – Economia Solidária

EES – Empreendimentos Econômicos Solidários

FIB – Felicidade Interna Bruta

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

BMBC – Bolachas, Massas, Biscoitos Caseiros

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

NUDESE – Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico / FURG

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

UNIVALE – Associação de Geração e Trabalho e Renda

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	7
LISTA DE FIGURAS.....	9
LISTA DE GRÁFICOS.....	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	15
INTRODUÇÃO.....	22
CAPÍTULO 1.....	28
A FELICIDADE ALÉM DA CONTA.....	28
1.1 FELICIDADE, DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E TEORIAS DIVERGENTES.....	33
1.1.1 Críticas ao projeto hegemônico de desenvolvimento e felicidade.....	36
1.1.2 Desenvolvimento e Satisfação: uma crítica ao desenvolvimento hegemônico.....	38
1.2 REDUÇÃO DOS SENTIDOS DE FELICIDADE A UMA ECONOMIA DE MERCADO.....	40
1.3 DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	44
CAPÍTULO 2.....	53
DÁDIVA E RELAÇÕES VINCULANTES: UM PARADIGMA PARA A.....	53
COMPREENSÃO DA FELICIDADE.....	53
2.1 FELICIDADE NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO OCIDENTAL.....	54
2.1.1 Felicidade na Antiguidade, Idade Média e Renascença.....	54
2.1.2 O pensamento utilitarista e a modernidade.....	56
2.2 A IMPORTÂNCIA DOS VALORES MORAIS PARA A COMPREENSÃO DA MODERNIDADE.....	60
2.3 CONFLITO CIVILIZATÓRIO, FELICIDADE E DÁDIVA.....	63
2.5 IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS PARA A FORMAÇÃO DOS VÍNCULOS SOCIAIS.....	71
2.6 DÁDIVA E RECIPROCIDADE.....	74
2.7 QUALIDADE DAS RELAÇÕES VINCULANTES.....	77
CAPÍTULO 3.....	84
A FELICIDADE E A DINÂMICA DAS RELAÇÕES VINCULANTES.....	84
3.1 SOBRE O CONCEITO DE FELICIDADE.....	85
3.2 O SUJEITO E O OBJETO DE ESTUDO DA PESQUISA.....	91

3.3 OBJETIVOS E METODOLOGIA DE PESQUISA.....	97
3.3.1 A escolha do campo empírico.....	98
3.3.2 A pesquisa quantitativa e qualitativa.....	101
CAPÍTULO 4.....	109
CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA	109
4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES DO II MAPEAMENTO	110
4.2 CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS DE AGRICULTORES FAMILIARES	121
4.3 CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS	124
4.4 CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS DE PESCADORES ARTESANAIS.....	128
4.5 CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS ARTESÃOS	131
4.6 CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	134
4.7 ATUAÇÃO POLÍTICA DOS EMPREENDIMENTOS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA	137
4.8 AS PERCEPÇÕES SOBRE AS TRAJETÓRIAS DOS EMPREENDIMENTOS.	145
4.8.1 Motivos de criação dos empreendimentos	145
4.8.2 As principais conquistas dos EES	152
4.8.3 Os principais desafios dos EES.....	154
4.9 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS DO SEGUNDO MAPEAMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	159
CAPITULO 5.....	161
AS MOTIVAÇÕES PARA OS ASSOCIADOS PERMANECEREM NOS EES	161
E OS VÍNCULOS SOCIAIS.....	161
5.1 CARACTERÍSTICAS DOS(AS) SÓCIOS(AS) E SÓCIAS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA	162
5.2 CARACTERÍSTICAS DOS(AS) SÓCIOS(AS) E SÓCIAS AGRICULTORES FAMILIARES	168
5.3 CARACTERÍSTICAS DOS(AS) SÓCIOS(AS) E SÓCIAS QUILOMBOLAS	170
5.4 CARACTERÍSTICAS DOS(AS) SÓCIOS(AS) E SÓCIAS PESCADORES(AS) ARTESANAIS.....	172
5.5 CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS(AS) SÓCIOS(AS) E SÓCIAS ARTESÃOS(AS).....	176
5.6 CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.....	178

5.7 AS PERCEPÇÕES DOS(AS) SÓCIOS(AS) DE SUAS TRAJETÓRIAS NOS EES	181
5.7.1 Necessidades dos EES, planos para o futuro e motivações dos(as) sócios(as) e sócias na ES.....	182
5.7.2 No caso dos agricultores familiares.....	187
5.7.3 No caso dos(as) sócios(as) quilombolas.....	190
5.7.3 No caso dos(as) sócios(as) pescadores artesanais	193
5.7.4 No caso dos(as) sócios(as) artesãos	194
5.7.5 No caso dos(as) sócios(as) recicladores de materiais recicláveis.....	197
5.8 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS APRESENTADOS	200
CAPÍTULO 6	202
PESSOAS SIMPLES, VALORES E FELICIDADE	202
6.1 OS PESCADORES: EU JÁ NASCI PESCANDO	205
6.2. OS AGRICULTORES FAMILIARES E A PARTICIPAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO	209
6.3 NA CIDADE: A COOPERATIVA COMO UMA REDE DE APOIO	217
6.4 UMA HISTÓRIA COLETIVA QUE TRANSFORMA HISTÓRIAS INDIVIDUAIS	221
6.5 OS VALORES QUE NORTEIAM A VIDA DOS ENTREVISTADOS	226
6.6.1 Grupo dos Pescadores	232
6.6.2 Agricultores familiares.....	234
6.6.3 Cooperativa de alimentos.....	235
6.6.4 Cooperativa de reciclagem.....	237
6.7 AVALIANDO A FELICIDADE NA VIDA	238
CAPITULO 7	243
A FELICIDADE E A DINÂMICA DAS RELAÇÕES HUMANAS.....	243
7.1 DAS MOTIVAÇÕES PARA INGRESSO E CONTINUIDADE NOS EES ÀS TRAJETÓRIAS DE VIDA	243
7.2 OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE FELICIDADE DOS ENTREVISTADOS..	255
7.2.1 Sobre as pessoas felizes	255
7.2.2 Os felizes, mas com tarefas inacabadas ou imperfeitos	257
7.2.3 As pessoas não muito felizes	259
7.3 AUTOESTIMA, UM PROBLEMA POLÍTICO TRANSFORMADO PELA PARTICIPAÇÃO.....	260
CONSIDERAÇÕES FINAIS	264
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	266

ANEXOS	272
ANEXO I.....	273
ANEXO II.....	275
APÊNDICE A - QSES	276

INTRODUÇÃO

*“O nosso direito de consumir felicidade sem produzi-la
não é maior do que o de consumir
riquezas sem produzi-las.”*

George Bernard Shaw

O tema deste estudo é a dinâmica dos vínculos sociais e sua relação com a felicidade em um contexto que escapa à racionalidade dominante: o da Economia Solidária. No Brasil, como no mundo, a Economia Solidária vem crescendo e se expandindo como uma alternativa que propõe, a partir de princípios como solidariedade, cooperação e autogestão, constituir-se como outra racionalidade econômica. Por esse prisma, gesta-se a partir de um novo paradigma para conceituar desenvolvimento, em que se incluem a diversidade das relações interpessoais com a natureza e, como consequência, outros sentidos de felicidade advindos dessa outra racionalidade. Na bibliografia consultada, percebe-se que a questão da felicidade está diretamente relacionada com o estudo de desenvolvimento.

Felicidade é um tema em debate, transversal a várias áreas do conhecimento que perpassa a história do pensamento da sociedade moderna. Desde a Antiguidade, há pensadores que se detêm no estudo deste assunto e divergem em suas conclusões. A viabilidade da aplicação social de um ou outro conceito depende das condições políticas para os sistemas de ideias serem sustentados em sua prática. Diante dessa realidade, em setembro de 2011, a ONU resolveu que a busca pela felicidade é um direito humano fundamental e sugeriu que as nações filiadas formulem políticas públicas que visem a formas de desenvolvimento mais inclusivas e sustentáveis. Essa resolução abre a possibilidade de dar visibilidade a pesquisas acadêmicas sobre o tema que já se realizavam desde o final do século XX e início do século XXI, quando a sociedade ocidental começou a colocar em questão a temática. Felicidade, desde o início da sociedade moderna, é um sentimento considerado como resultante de escolhas pessoais, destinada ao universo privado. Na contemporaneidade, colocamos em questão a concepção até então adotada socialmente dessa emoção e vislumbramos a felicidade como um sentimento que

extrapola o universo privado, fazendo parte de pesquisas acadêmicas, discursos midiáticos, até sua busca ser considerada um direito humano fundamental, ou seja, uma questão de interesse.

Na bibliografia consultada, encontramos estudos sobre felicidade que buscam suas raízes na história do pensamento filosófico e no estudo da moral, a exemplo do livro intitulado “História Argumentada da filosofia política: A felicidade e o útil”, organizado por Alain Caillé, e do Livro “Fontes do Self”, de Charles Taylor. Igualmente, pesquisas recentes da psicologia positiva se propõem estudar a felicidade a partir de como este sentimento se manifesta no nosso organismo e se materializa no comportamento humano. O detentor do prêmio Nobel de Economia, Daniel Kahneman, em 2002, anunciou um novo campo de pesquisa que articula diferentes áreas do conhecimento: Psicologia, Neurologia, Ciências Sociais, Economia, etc. Seu objetivo é o estudo científico de felicidade: a *Ciência Hedônica* (ANDREWS, 2011, p. 11). Esse campo de estudo de pesquisas, ligado à psicologia positiva, tem derrubado mitos com relação ao entendimento que temos sobre felicidade, como a hipótese de que felicidade e dinheiro estão intimamente ligados. Segundo Susan Andrews (2011), as pesquisas evidenciam que a felicidade duradoura seria proporcionada por fortes laços afetivos com amigos e familiares e a sensação de significado na vida.

Bent Greve (2013), professor de Ciências Sociais na Universidade de Roskilde na Dinamarca e pesquisador do tema, entende que a contribuição das Ciências Sociais para a ciência hedônica se concentra no estudo da importância das relações de confiança e da construção de redes sociais. Essa nova ciência contribui para articular as ações já existentes em nossa sociedade, que ultrapassam o campo religioso e têm, apesar da adversidade, construído novos caminhos que elevam o espírito positivo, possibilitando mudanças na situação de acomodação social, movimentando para ações por maior qualidade de vida.

Neste estudo, não abordaremos o tema felicidade a partir do enfoque da psicologia positiva, porque consideramos que mirar os sentidos de felicidade de uma pessoa a partir de como esse sentimento se materializa nas emoções e como são observados nos comportamentos adquiridos durante a vida é apenas a ponta de um *iceberg*. Partiremos do pressuposto de que esse sentimento é uma expressão resultante dos vínculos sociais que estabelecemos e com os quais se constroem as trajetórias de vida, que são os materiais das avaliações pessoais sobre ser ou não

ser feliz. Entenderemos felicidade a partir do conceito que emerge de uma análise de revisão bibliográfica realizada por Gaiger, que compreende esse sentimento como um estado pleno de paz e bem-estar que se expressa por meio de nossas emoções e sensações positivas, provenientes de uma avaliação individual sobre as trajetórias de vida advindas de uma reflexão sobre as ações vivenciadas e carregadas de sentidos.

No decorrer da pesquisa, percebeu-se que os diversos sentidos de felicidade, que diferem de pessoa para pessoa, são contornados por diferentes âmbitos da vida humana, sejam eles econômicos, políticos, psicológicos, sociológicos. Na procura de um enfoque teórico que abarque essas várias dimensões da vida humana, este estudo procura compreender o sentimento de felicidade a partir das relações de confiança e alianças analisadas sob o enfoque da teoria da dádiva de Marcel Mauss. Para este autor, mediante o ato de dar algo a alguém se estabelece uma dinâmica de construção de laços que colocam em movimento dimensões econômicas, políticas, psicológicas, religiosas de uma pessoa, com e em seu coletivo, por meio do ato do outro de receber o que é dado, na esperança de quem deu de ser retribuído e, na liberdade de quem recebe, em retribuir. Essa dinâmica, chamada por Mauss de sistema de prestações totais, pode resultar ou não em consolidação de um vínculo social. A partir da premissa dos vínculos sociais, é possível que o estudo das relações econômicas supere o reducionismo das relações de mercado. Tomando como referência Karl Polanyi, compreendemos a economia a partir de princípios do agir humano que coexistem em uma mesma história pessoal, como o de reciprocidade, redistribuição, administração doméstica e a economia de intercâmbio. A partir dessas referências teóricas, ampliaremos nosso olhar de análise sobre a felicidade, dando visibilidade a vínculos que promovem este sentimento.

A sistematização das teorias desses autores é realizada por Gaiger (2013), que se propõe ao estudo das qualidades das relações vinculantes em Economia Solidária. Para este autor, os empreendimentos solidários nos oferecem pistas para pensar a felicidade, pois os mesmos são espaços onde as pessoas podem expressar e vivenciar outras racionalidades que diferem das racionalidades utilitaristas do sistema capitalista vigente. Para Gaiger (2015), os adjetivos usados pelos entrevistadores que participaram da pesquisa nacional de sócios em economia solidária, realizada pelo Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa

da UNISINOS, ao se referirem às pessoas dos empreendimentos de economia solidária, tais como *alegres, amáveis, gentis e acolhedoras*, nos oferecem pistas de que a economia solidária favoreceria a constituição de laços sociais que importam para a compreensão de felicidade. Segundo esse autor, seria possível compreender a felicidade a partir da premissa dos vínculos sociais. Por meio da economia solidária, as pessoas vivenciam relações sociais que produzem laços vinculantes, os quais promovem desenvolvimento pessoal e grupal. Com essa linha de entendimento e de análise em vista, este trabalho de tese doutoral busca examinar a importância de tais relações sociais vinculantes na avaliação pessoal da felicidade e para a continuidade às práticas solidárias e cooperativas, apesar das adversidades encontradas e do fato de se colocarem na contracorrente do modelo cultural hegemônico.

O espaço empírico para este estudo é a Economia Solidária. Desde o final do século XX e início do século XXI, as pesquisas em economia solidária apontam para a importância de uma nova racionalidade e compreensão de desenvolvimento que considerem as relações entre as pessoas e a natureza. Amparados em uma rede de apoio que compreende instituições privadas e estatais, instituições de ensino e pesquisa nacional e internacional, bem como movimentos sociais, os empreendimentos solidários estão compostos por pessoas que se organizam em uma proposta de economia diferenciada da hegemônica e por meio da qual desenvolvem princípios de convivência que podem ou não se transformar em princípios de vida. Segundo pesquisadores, existe certa satisfação nas pessoas envolvidas nos empreendimentos solidários. Isso faz com que, mesmo em condições adversas, continuem participando dos empreendimentos, mantendo-os vivos.

O estudo aqui proposto se concentra na Linha de Pesquisa III: Sociedade, Economia e Emancipação, desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Economia Solidária deste Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Os pesquisadores do Grupo têm desenvolvido estudos sobre temas relativos à emancipação, construção de subjetividades, reconhecimento e relações sociais vinculantes, entre outros. Nesse contexto, uma investigação sobre a questão da felicidade e economia solidária vem ampliar esse conhecimento. Fizemos uso, neste trabalho, de fontes de dados secundários de maior abrangência, como o “Mapeamento Nacional de Economia Solidária” aplicado entre os anos de 2012 e

2013 em grande parte do país nosso objetivo com este instrumento foi de conhecer o perfil dos empreendimentos solidários e o “Questionário Nacional de Sócios em Economia Solidária” aplicado no ano de 2013 de abrangência nacional com o objetivo de conhecer o perfil de empreendimentos solidários e dos(as) sócios(as) em Economia Solidária. Para uma análise mais aprofundada do tema, entramos em contato com empreendimentos solidários e, por meio desse contato, conversamos com pessoas que aceitaram nos dar entrevistas. Foram visitados seis empreendimentos: desses, três da zona rural e três da zona urbana. Foram realizadas 22 entrevistas: 12 pessoas moradoras da área rural e 10 da área urbana.

O trabalho está dividido em sete capítulos. O primeiro apresenta o tema e as discussões sobre as concepções de desenvolvimento que implicam maneiras diferentes de medir a qualidade de vida das pessoas. Cada concepção de desenvolvimento traz consigo uma conceituação sobre a felicidade. Embora comecemos abordando a questão da felicidade sob este prisma, este trabalho não se propõe discutir indicadores de desenvolvimento ou felicidade, mas apresentar alguns motivos pelos quais a questão da felicidade está sendo retomada na atualidade e direcionada de uma problemática pessoal para uma concepção de direito coletivo.

O Segundo capítulo se compõe de duas partes. A primeira apresenta diferentes concepções de felicidade na história do pensamento humano, as divergências teóricas sobre o tema ao longo dessa história, culminando com a apresentação da nossa escolha, entre as grandes teses da modernidade sobre felicidade apresentadas por Eduardo Giannetti, e essa opção direcionará para a próxima parte do capítulo que apresenta o referencial teórico escolhido. A segunda parte do capítulo apresenta o paradigma da dádiva partindo de Marcel Mauss e, posteriormente, de seus seguidores. Com o aporte da compreensão de Polanyi, apresentaremos, neste capítulo, a sistematização realizada por Gaiger sobre a dinâmica das relações vinculantes. O terceiro capítulo está dividido em duas partes. A primeira, em que apresentamos o nosso conceito de felicidade e como surgem os critérios de avaliação da felicidade a partir da dinâmica das relações vinculantes, culminando com a apresentação do objeto de pesquisa. A segunda parte apresenta a metodologia de pesquisa.

Os capítulos quarto e quinto correspondem à análise dos dados das bases de informações do II mapeamento e da pesquisa amostral dos(as) sócios(as) e sócias

em Economia Solidária. Esta parte da pesquisa tem o objetivo de conhecer a Economia Solidária e constatar, por meio dos dados, que os vínculos são importantes para os(as) sócios(as) estarem e permanecerem nos empreendimentos solidários. O sexto capítulo corresponde à análise dos dados das 22 entrevistas realizadas. Começamos a análise das entrevistas pela apresentação das trajetórias de vidas; em seguida, apresentamos os valores que surgem na reflexão dos entrevistados sobre suas vidas e da avaliação que fazem sobre a felicidade. O sétimo capítulo reúne as conclusões obtidas no quarto capítulo e no quinto capítulo, e as relaciona com o conceito proposto no capítulo terceiro sobre a felicidade e a dinâmica das relações vinculantes.

O caminho percorrido por essa pesquisa parte de uma questão da atualidade que carrega consigo muitas interrogações. Essas, levantam críticas ao modelo hegemônico, que por sua vez produzem e conduzem a ações em prol do bem-estar coletivo. As reflexões provenientes desse agir crítico nos remetem a pensar sobre o passado e, com esse olhar sobre o passado, equacionamos algumas interrogações e criamos outras que nos direcionam a transformar nossa compreensão e avaliação do presente vivenciado.

CAPÍTULO 1

A FELICIDADE ALÉM DA CONTA

Com a resolução da ONU, de setembro de 2011, que reconhece a busca de felicidade como um direito humano fundamental, sugere-se que seus Estados membros incluam, em suas propostas de desenvolvimento, ações que promovam a felicidade e o bem-estar pessoal de seus cidadãos. Felicidade, nesta perspectiva, não é apenas uma questão de escolha, mas uma questão de direito humano fundamental, que implica reconhecer *"a necessidade de que se aplique ao crescimento econômico um enfoque mais inclusivo, equitativo e equilibrado, que promova o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza, a felicidade e o bem-estar de todos os povos"*. Autoridades butanesas (representantes do Butão, país que apresentou a proposta de resolução sobre a felicidade na ONU) ressaltam que "o desenvolvimento e a prosperidade medidos só como acumulação de bens materiais não são suficientes para a felicidade, mas, sim, o germe de todos os males que estão levando a humanidade e a Terra à sua autodestruição". No Butão, mediante a proposta de seu gestor, aplica-se uma nova medida de desenvolvimento: a Felicidade Interna Bruta.

Com efeito, o termo Felicidade Interna Bruta (FIB) surgiu no Butão, em 1972, um pequeno país localizado no Himalaia, entre a Índia e a China. O Rei local, Jigme Singye Wangchuk, assumiu o trono ainda muito jovem. Idealista, ele desenvolveu esse indicador para medir a qualidade de vida de seu país. Suas premissas consideram o pensamento budista, segundo o qual essa qualidade deveria surgir de uma sinergia entre o econômico e o espiritual, tendo em vista o desenvolvimento econômico sustentável. O FIB, conforme os butaneses, é a expressão de um sistema de valores que definiram, por anos, a cultura do país. Segundo Vanícola (2012), para esse índice, as variáveis que mais se relacionam com a satisfação na vida das pessoas são: bem-estar material, saúde, estabilidade política, vida em família, vida em comunidade, clima e geografia, liberdade política e igualdade entre os sexos e, como acréscimo da autora, a educação. A medição desses conceitos não é estanque e, sim, difere de pessoa para pessoa, ou mesmo, em uma mesma pessoa, pois depende do contexto em que os indivíduos se encontram: geográfico, político, econômico ou emocional. Em outras palavras, o nível de satisfação de uma

pessoa está condicionado ao meio em que ela se encontra e ao seu estado de espírito, que têm relação com as interações que se estabelecem com o outro e com o coletivo.

O FIB surgiu como crítica aos limites do sistema de medidas de qualidade de vida de uma nação que se dá por meio do Produto Interno Bruto. Segundo Lustosa e Melo (2012), para Joseph Stiglitz, o PIB - Produto Interno Bruto é uma ferramenta limitada para medir o progresso das sociedades, já que não consegue avaliar a satisfação e o bem-estar dos cidadãos de uma nação e não faz distinção entre custos e benefícios. Para os idealizadores do FIB, a felicidade é um bem público e o sucesso da governabilidade está na satisfação dos cidadãos. Essas críticas ao PIB, que sugerem novas medidas de desenvolvimento, trazem um debate acadêmico sobre os conceitos de felicidade: discute-se o que é felicidade e se é possível medi-la.

O sucesso desta proposta tem elevado o interesse pelo assunto. Segundo Susan Andrews, o FIB começa a ser conhecido como um indicador, mas sua importância está para além disso. A aplicação desse indicador em um pequeno país suscitou “discussões e articulados esforços em prol do bem-estar coletivo” pelo mundo (ANDREWS, 2015, p. 68). O movimento suscitado pelo FIB, neste ponto de vista, objetiva dar maior visibilidade e potência às ações que visam a uma atitude democrática participativa entre as pessoas e instituições, a uma melhor relação da humanidade com o meio ambiente, mediante o uso de tecnologias sustentáveis. Objetiva ainda os processos de educação integral, cidadã e as chamadas invenções democráticas que são organizações coletivas que emergem da articulação solidária e coletiva de trabalhadores como reação ao processo de desenvolvimento hegemônico. A mesma autora destaca que o Relatório Mundial sobre felicidade 2013 descreve a importância dessas atividades do FIB no Brasil:

Essas atividades [do FIB] têm sido importantes em diversos países, mas provavelmente estão mais disseminadas no Brasil, onde o FIB - Felicidade Interna Bruta - inspirou a execução de uma variedade de levantamentos e atividades projetadas para melhorar a vida. Isso tipicamente envolve uma investigação em nível comunitário usando o questionário do FIB, combinando um largo espectro de ações, que vão desde a limpeza de cursos de água, construção de biodigestores para gerenciamento de esgoto e até treinar ginastas das favelas. Essas ações são inspiradas e dirigidas localmente, mas conectadas ao movimento FIB a atividades paralelas em todo o País (ANDREWS, 2015, p. 67).

Com o intuito de estudar a correlação entre a felicidade e a renda, Marcelo Neri apresenta uma pesquisa realizada em 2012 no Brasil, ano em que o PIB foi considerado pequeno e em que, por outro lado, se percebia um aumento da satisfação dos brasileiros com sua própria vida. Para o autor, as pesquisas atuais demonstram que existe uma fraca correlação entre renda e felicidade, o que desperta estudos de economistas sobre a renda e a “variável mais venerada em economia: a felicidade” (NERI, 2012, p. 16). Para os utilitaristas, as coisas úteis são palpáveis e observáveis, como os bens tangíveis, os serviços e o lazer, além de percebidas no comportamento das pessoas e materializadas em suas escolhas. Para Neri (2012), uma visão subjetiva de utilidade reconhece que “ cada pessoa tem suas próprias ideias sobre felicidade e o que é uma vida boa” (NERI, 2012, p. 17). Nesta perspectiva, somente a observação do comportamento das pessoas não é o suficiente como indicador de felicidade. É necessário perguntar diretamente às pessoas sobre o quanto estão satisfeitas com sua vida. Para uma avaliação mais próxima da realidade, as pessoas devem expressar suas avaliações. Cada um tem seu próprio julgamento, suas ideias sobre o que é necessário para ter uma vida boa. Segundo Neri (2012), somente o PIB não é suficiente para a avaliação de desenvolvimento; é necessário considerar outras variáveis, entre elas a felicidade, muito embora constata-se que, nas pesquisas aplicadas no Brasil, percebe-se que existe alguma relação entre a renda e a felicidade, já que o aumento da renda está relacionado com a nota atribuída sobre ser feliz, dados apresentados na pesquisa de Neri apresentada a seguir.

No comunicado do IPEA “2012: Desenvolvimento inclusivo e sustentável?” (NERI, 2012), o autor aborda o paradoxo que se instalou nesse ano de 2012. Ocorreu certa frustração ao aumento do PIB, quase que insignificante, de 1%, contrastado por uma avaliação positiva sobre o crescimento pessoal da população nas pesquisas de opinião. Como maneiras de avaliar esse paradoxo, Neri (2012) toma como referência o livro de dois prêmios Nobel, de Joseph Stiglitz e Amartya Sen, intitulado “(Mis)Measuring our Lives”, que contém quatro recomendações para medir o progresso das sociedades, a saber:

O crescimento em pesquisas domiciliares, que visa melhorar as atuais medidas de desempenho econômico; para isso consideram as perspectivas da média da renda e do consumo a partir das pesquisas domiciliares;

Sustentabilidade, que consiste em avaliar a educação e a estabilidade da renda do trabalho e considerar os atributos ambientais;

Inclusão, que consiste em avaliar se as medidas de renda estão acompanhadas de distribuição desta entre pessoas e grupos na sociedade;

Percepção, que consiste na “conjugação de medidas objetivas e subjetivas de bem-estar, mediante o uso de questões captadas nas avaliações das pessoas em relação às suas vidas.... Não basta objetivamente melhorar a vida, também é preciso que as pessoas percebam essa evolução.” (NERI, 2012, p. 6).

Sem discutir as considerações teóricas dos dois prêmios Nobel em Economia, Amartya Sen e Joseph Stiglitz, apenas avaliando os resultados de aplicação das quatro recomendações para medir o progresso econômico do ano de 2012 no Brasil, Neri conclui:

Crescimento: Na visão objetiva das pessoas, seus respectivos padrões médios de vida cresceram mais que as contas nacionais. Existe uma discrepância entre o crescimento do PIB de 2012 e as rendas das famílias, que são quase três vezes maiores.

Inclusão: Em 2012, no trimestre terminado em setembro de 2012, a desigualdade caiu 1,69%, quando comparada ao mesmo trimestre do ano anterior. O ano de 2012 se apresentou mais próspero que o período progressivo. Essa diferença se mostrou favorável a grupos da sociedade tradicionalmente excluídos.

Sustentabilidade: “mais do que um período de relativa estabilidade de renda para cada indivíduo, 2012 se caracteriza pela maior possibilidade das pessoas subirem na vida” (NERI, 2012, p. 15)

Percepção: Com o pressuposto de que não basta objetivamente melhorar de vida, também é preciso que as pessoas percebam essa melhora (NERI, 2012, p. 6). O quarto item de sua pesquisa diz respeito ao estudo da felicidade. Ao considerar essa dimensão, foi realizada uma pesquisa, em outubro de 2012, em uma “amostra representativa do país com 3.800 entrevistas junto à população de 15 anos ou mais. O questionário aplica, entre outras, perguntas padronizadas de pesquisas internacionais” (NERI, 2012, p. 12). Nesta parte da pesquisa, constatou-se que a satisfação com a vida de quem vive com mais de 10 salários mínimos é 8,4; para quem vive apenas com o salário mínimo, é de 6,5, e a nota dos sem renda é 3,5. A nota média de felicidade brasileira é de 7,1. O Nordeste, apesar de as pessoas ali serem mais empobrecidas, possui a nota mais alta de felicidade do país, com a

média de 7,38. A média nas demais regiões é: 7,37 no Centro-Oeste, 7,2 no Sul, 7,1 no Norte e 6,68 no Sudeste (NERI, 2012, p. 15).

Com esta pesquisa, o autor demonstra que somente com o PIB não é possível medir o progresso de uma sociedade. São necessárias medidas que estejam mais próximas da vida cotidiana das pessoas, tanto objetivas como subjetivas, para uma avaliação mais aproximada dessa realidade. Nesta pesquisa, constata-se que, para os brasileiros, a nota atribuída à felicidade tem relação direta com o aumento da renda que não necessariamente tem relação direta com o aumento do PIB, considerando que no ano 2012 o aumento do PIB foi pequeno e o aumento da renda dos brasileiros foi maior, ou seja, a renda nacional foi melhor distribuída.

No que diz respeito a outras discussões realizadas nos espaços acadêmicos, o tema felicidade é abordado no estudo da história filosófica do pensamento e da ética, nas pesquisas da psicologia positiva que se denomina ciência da felicidade, na economia que questiona o desenvolvimento econômico sem a melhora na expectativa de vida da maioria da população do planeta. Nos espaços políticos, a abordagem coletiva do tema tem sido o diferencial do que se manifestava até o momento, pois tínhamos a opinião de que a felicidade era alcançada apenas mediante nossas escolhas e como consequência de nossas ações, não como um bem público (LUSTOSA e MELLO, 2012), como um direito social e humano, o qual, visto por este prisma, é violado há muitos anos.

Cada cidadão, ao se referir ao tema Felicidade, certamente fará relação com o seu projeto de vida, com o seu desenvolvimento e com avaliações de caminhos percorridos. Sob o âmbito filosófico, econômico e político, o tema felicidade também está relacionado aos projetos de desenvolvimento nos quais percebemos premissas nas maneiras de avaliar a conquista da felicidade, que pode ser chamada de qualidade de vida, satisfação, bem-estar, bem viver. Esses diferentes termos são acompanhados por diferentes concepções do mundo. No início do século XXI, estamos avaliando, enquanto sociedade, em que medida o crescimento econômico traz naturalmente a felicidade consigo. Constituímos nossa maneira de ser e nossos projetos pessoais sob premissas que nos acompanham desde o início da modernidade, entre elas a utopia de que, com o avanço tecnológico e científico, alcançaríamos um maior progresso e desenvolvimento e, como consequência, felicidade para o maior número de pessoas.

1.1 FELICIDADE, DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E TEORIAS DIVERGENTES

Esse sonho de que o desenvolvimento econômico traz consigo a certeza de uma felicidade maior para todos está amparado no conceito de desenvolvimento que aponta para a conquista do progresso econômico e social, sendo o crescimento econômico a condição necessária, ainda que insuficiente, para tal (HALL, 1996, p. 197). Segundo Ernest Tuveson, o ideal de progresso surgiu no século XVII, por intermédio de Francis Bacon, e tem como princípio a garantia de que a humanidade ganharia seu próprio rumo e independência com relação à natureza a partir do poder e domínio absolutos da humanidade em geral sobre o universo inteiro (TUVESON, 1996). Com esse princípio, acredita-se que, com o crescimento da ciência e tecnologia, aumentaríamos nossa qualidade de vida. Nesse projeto social, entende-se que se encontra a felicidade no domínio da natureza e no avanço tecnológico.

O progresso, como ideia e ideal, surgiu de súbito no século XVII, na Inglaterra, e seu formulador clássico foi sir Francis Bacon que em Nova Atlântida (obra publicada de 1627), exigiu um grande empreendimento, mobilizando oficinas, laboratórios, etc., que propiciasse à espécie humana um conhecimento de natureza altamente ampliado e corrigido, e pusesse fim à estagnação de muitos séculos. Então, a infeliz humanidade, como uma herdeira por largo tempo rejeitada, ganharia seu próprio rumo e sua independência: “poder e domínio absoluto da humanidade em geral sobre o universo inteiro” (TUVESON, 1996, p. 614).

O desenvolvimento econômico se definiu historicamente como o crescimento econômico de uma nação, acompanhado pelo aumento da qualidade de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura econômica. Acreditava-se que esse progresso era mensurável por meio do desenvolvimento econômico de um povo, que funcionaria como um espelho desse crescimento, pois estariam nele incluídos os avanços científicos, a produção e o mercado. Desde então, essa medida é realizada por meio do PIB (Produto Interno Bruto). Nessa concepção, o crescimento econômico é mensurado pelo Produto Interno Bruto (PIB) de uma nação que é um instrumento importante para a medida do nível de renda *per capita* de seus cidadãos, mas não é suficiente para alcançar o desenvolvimento

econômico, e, sim, seu principal fator. Por intermédio do crescimento econômico desenvolvem-se outras áreas da vida de uma pessoa, aumentando sua qualidade de vida. No Brasil, o processo de desenvolvimento esteve articulado ao processo de industrialização que se implantaria a partir da articulação de agentes sociais, entre esses e o Estado. Esperava-se que, com a industrialização do país, diminuiria a situação de pobreza e os efeitos das desigualdades características de um país subdesenvolvido ou não industrializado (SAES, 2010).

O pressuposto de que com o progresso e desenvolvimento econômico a humanidade alcançaria a felicidade para a maioria das pessoas tem sua matriz em valores libertários. A modernidade surge rompendo com o poder da Igreja; tem sua ascensão com a premissa de que, com o avanço da ciência, da tecnologia e do domínio da razão sobre a natureza, progrediríamos enquanto sociedade, alcançando a meta de maior felicidade para todos. Nesse momento da história da humanidade, se consolidam debates filosóficos pelos quais se define o futuro da humanidade. Entre eles, se encontram os iluministas, que acreditam no poder de fatos que possam ser comprovados pelos cálculos e pela razão. Neste universo estão assegurados direitos humanitários de liberdade, igualdade e fraternidade. Para tal alcance, devem-se respeitar as escolhas de cada pessoa. O que é bom para um pode não ser bom para o outro. Por este motivo, respeitar a escolha de cada um possibilita a construção de uma sociedade mais feliz, desde que o bem de um não esteja em desencontro com o bem coletivo. Neste pensamento, surge o indivíduo, e a concepção de sociedade se constitui como a soma de indivíduos. Dessa maneira, o bem pessoal de uma pessoa está em sintonia com o bem social. A sedução dessa proposta encontra-se no fato de que é confortante saber que a escolha pessoal e a conquista da autonomia contribuem para o projeto social de maior felicidade para todos.

Apesar de criticada na contemporaneidade, a máxima de que uma sociedade justa é uma sociedade feliz advém de um paradigma que, em seu surgimento, teve características antifeudais revolucionárias, o utilitarismo (GAIGER, 2013, p. 2). O paradigma utilitarista parte do pressuposto de que a felicidade é encontrada em ações que possibilitam o aumento do prazer e a diminuição da dor. Felicidade seria a meta de toda ação humana. Para Stuart Mill (2011), a história da humanidade pode ser contada a partir do conflito entre o autoritarismo e a liberdade. Essa equação se resolve no respeito ao direito de cada um. A liberdade de um termina

quando começa a de outro. Uma ação somente deve ser considerada útil quando não interferir na individualidade alheia, ou seja, a ação individual somente é útil quando visa ao bem comum. O princípio da utilidade deve ser o de maior felicidade para a maioria das pessoas. Essas eram as premissas para entender a felicidade que se articularam aos conceitos de desenvolvimento econômico e humano.

Para Gaiger, a modernidade, apesar de se compor de ideias libertárias, emancipadoras para sua época, e de trazer como consequência transformações políticas e ideológicas que surgem com o estabelecimento dos direitos individuais e o Estado democrático, alicerçados em princípios libertários, que tinham como lema 'liberdade, igualdade e fraternidade' (GAIGER, 2013, p. 7), cumpre parcialmente com sua promessa, a julgar pelos avanços históricos dos direitos sociais e, por outro lado, o aumento das desigualdades de oportunidades. Para o autor, o fato de que o Iluminismo, alicerçado no uso do cálculo, da razão e na subjugação da natureza em nome do progresso científico, ter se aliado ao sistema industrial e às novas classes produtoras possibilitou que se constituísse como pensamento que mais se desenvolveu na sociedade, haja vista que estamos passando pela terceira revolução industrial. Essa aliança abalou estruturas sociais, normas e valores, colocando nesse lugar uma lógica econômica orientada pelo ciclo de acumulação de capital, pela livre concorrência e pelo interesse individual (GAIGER, 2013, p. 7).

Para Karl Polanyi (2012), os pressupostos da modernidade tiveram uma difusão consolidada com o processo de industrialização que ocorria na Europa nos séculos XVIII e XIX. Foram esses princípios que criaram as condições de implementação de um projeto social e possibilitaram que os mais pobres vendessem sua força de trabalho tendo como ideais a liberdade para alcançar suas conquistas pessoais, mesmo que perdessem a garantia de seus espaços de moradia e de assistência na alimentação e no vestuário. Com essa articulação dos pressupostos da modernidade com a industrialização, iniciou-se um processo de mercantilização do trabalho, acompanhado de lutas por direitos sociais e trabalhistas e uma lenta deterioração dos processos de vinculações interpessoais. Cresceu o mercado autorregulado. Esse se instituiu como um processo composto de leis que moldam as relações institucionais e pessoais e, na medida em que são internalizadas, são percebidas equivocadamente como leis naturais.

A nossa tese é que a ideia de um mercado capaz de se autorregular era uma mera utopia. Semelhante instituição não poderia existir duradouramente sem aniquilar a substância natural e humana da sociedade; destruiria fisicamente o homem e transformaria seu meio ambiente num deserto (POLANYI, 2012, p. 120).

1.1.1 Críticas ao projeto hegemônico de desenvolvimento e felicidade

O projeto social que tem como expectativa uma felicidade maior para todos surge da aliança de paradigmas filosóficos a um processo político e econômico de implementação de uma sociedade que institui o mercado autorregulado como promotor de normas de comportamentos geridos pela circulação do capital. Desde sua implantação, a partir do século XVIII, tem seus opositores que questionavam a concepção iluminista de felicidade. Diversos pensadores propunham outras maneiras de conceber as relações interpessoais com a natureza e estavam em desacordo com os interesses políticos e econômicos que contribuíram para a constituição do projeto da modernidade. Concordam que, diante da pergunta de cada pessoa acerca do que precisa para ser feliz, organizam-se concepções sobre a noção de coletividade, mas compreendem que essas respostas têm como pano de fundo valores morais que não são naturais, mas se constituem das articulações de relações interpessoais. Segundo Taylor, em sua obra intitulada “Hegel e a sociedade moderna”, entre esses autores se encontravam os pais do Comunitarismo: Helder, Kant e Hegel.

Para Helder, não se poderia generalizar as respostas sobre felicidade mediante o cálculo e a razão. Para esse autor, essas respostas dependem das raízes culturais de cada comunidade, que poderiam ser conhecidas por meio de suas expressões culturais. Cada grupo social tem suas particularidades e suas maneiras de expressar sua felicidade. Para ele, é importante valorizar os princípios locais sem generalizar tais caminhos para chegar à felicidade. Contemporâneo de Helder, Kant questionava o princípio da liberdade da razão do iluminismo; compreendia que somente sente-se livre o homem que respeita as leis morais que são coetâneas ao ser humano. Uma ação que se opõe a essas leis não é radicalmente livre, nem conduz à felicidade. Amparado nas críticas desses autores ao iluminismo, Hegel construiu seu pensamento filosófico a partir da dinâmica da

internalização dos valores morais. Entende que a ética interna, em cada ser, surge de uma dinâmica de relações interpessoais de cada pessoa humana com seus pares e com a natureza. Essa internalização acontece mediante um processo dialético em três momentos: o primeiro, de reconhecimento do outro como ser humano e de aquisição do sentimento de confiança ou desconfiança; o segundo, de reconhecimento da diferença com a aquisição do respeito e a noção de direitos; e o terceiro, de reconhecimento dos limites e da importância interpessoal de um para o outro e a aquisição da autoestima e solidariedade.

Esse movimento que se internaliza nos valores morais em cada ser, a partir de conflitos interpessoais, levou Hegel a idealizar um projeto de sociedade em que o motor são os conflitos sociais. O Estado se desenvolveria e se movimentaria a partir do reconhecimento das lutas pelos direitos, das diferenças de cada localidade e individualidades, porque esse é o movimento da natureza em cada ser humano. Na concepção de Hegel, o desenvolvimento pessoal e social é possível a partir de conflitos por reconhecimento que se movimentam por meio da dialética e, dessa maneira, internalizamos nossos conceitos de coletividade e sociedade. Para este autor, a natureza tem suas próprias leis, que se relacionam com cada ser existente e se alimentam e se transformam com essas relações. Taylor afirma que, desde o início da modernidade, apesar da Tese filosófica que consiste em que a felicidade seria alcançada através do progresso da civilização amparado no cálculo e na razão se articular com o processo de industrialização e se tornar hegemônica, a ponto de ser esquecida sua gênese durante a história e ser percebida nas relações humanas como naturais, existia uma sensação de mal-estar em cada ser humano de se sentir estranho a essa sociedade, ou seja, de não se reconhecer nesse processo de organização social. Nesse reconhecimento, cada sujeito encontra autorrealização. Segundo Santos é neste período da humanidade, na modernidade, que se forjam as mais brilhantes construções emancipatórias da modernidade, sejam elas os movimentos socialistas, os movimentos anarquistas, o mutualismo e o cooperativismo operários ou, enfim, o marxismo.” (SANTOS, 2013, p. 193).

1.1.2 Desenvolvimento e Satisfação: uma crítica ao desenvolvimento hegemônico

Esta tensão encontrada entre a ascensão do projeto hegemônico de desenvolvimento e as lutas por reconhecimento é chamada por Charles Taylor de um estranhamento que provoca mal-estar na sociedade moderna, é o motor de muitas críticas ao modelo de desenvolvimento. Tornar visível esse mal-estar é evidenciar que, para medir desenvolvimento, se faz necessário considerar outras variáveis, para além da renda, que considerem o protagonismo das pessoas e uma relação de respeito com a natureza e com as diversidades culturais. Dessas críticas surgem outros indicadores de desenvolvimento que se contrapõem ao Produto Interno Bruto (PIB): o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a Felicidade Interna Bruta (FIB).

Para Amartya Sen (1999), resolve-se esta equação a partir do protagonismo dos cidadãos de uma nação, algo fundamental para o seu desenvolvimento. Este autor defende a ideia de que a lógica utilitarista, que é referência para a economia preditiva, se afastou da ética em nome do progresso e dos avanços tecnológicos. Os efeitos desse hiato são as más condições da maioria da população do planeta que não têm acesso às conquistas que o desenvolvimento econômico traz. As políticas de bem-estar social surgem com o objetivo de diminuir essa distância, mas seu efeito é o contrário, pois aumentam mais as desigualdades sociais, criando uma espécie de buraco negro ali onde as coisas podem entrar, mas de lá nada pode escapar, ou seja, um fosso sem fundo de problemas sociais (SEN, 1999, p. 45). Desenvolvimento, para Sen, não se restringe apenas ao aumento de riquezas e de progresso tecnológico. Este precisa estar acompanhado também pelo aumento das condições de ação de um agente em superar suas dificuldades. A satisfação seria encontrada na superação de privações por meio das condições que possui. Uma política de desenvolvimento visaria aumentar as condições de ação dos seus cidadãos por intermédio da saúde e da educação. Esse autor entende que, nesta ótica, é possível aproximar a ética do pensamento econômico.

O autor retoma a concepção de Aristóteles de que “A riqueza não é manifestamente o bem que buscamos, pois ela é meramente utilitária em vista outra coisa” (SEN, 2010, p. 28). O que procuramos são meios para alcançarmos nossas

realizações. Sua razão (utilidade) está relacionada a liberdades substantivas (capacidades) que nos ajudam a obter satisfação. Nesta lógica, o desenvolvimento tem de estar relacionado com a melhoria de vida que levamos e as liberdades que disfrutamos. Para Sen (2010), essa realização acontece em um processo que ocorre mediante a percepção de uma pessoa de seu contexto e das privações que constata a partir dessa consciência, sejam privações biológicas, sociais ou econômicas. A liberdade do ser humano acontece na busca de instrumentos para a superação dessas privações. Esses instrumentos são os meios pelos quais a própria pessoa tem ou desenvolve e não são recebidos de outros. No esforço para a conquista, ocorre uma sensação de satisfação e esse é o motor do desenvolvimento com liberdade. “A liberdade não é somente a base da avaliação do sucesso e do fracasso, mas também a principal determinante da iniciativa individual e da eficácia social.” (SEN, 2010, p. 33).

Para Sen (2010, p. 58-59), são cinco as liberdades instrumentais: (a) as liberdades políticas que se relacionam à participação, às escolhas dos governantes, a fiscalizar e criticar; (b) facilidades econômicas, que significam usar recursos econômicos com o propósito de consumo, produção, troca e distribuição de renda; (c) oportunidades sociais: educação e saúde evitam analfabetismo e morbidez; (d) garantias de transparências: a transparência e a necessidade de sinceridade inibem a corrupção, a irresponsabilidade financeira e as transações ilícitas; (e) segurança protetora: disposições institucionais fixas, como benefícios aos desempregados, e suplementos de renda, regulamentos para os indigentes, distribuições de alimentos em crises de fome coletiva, evitando que a população afetada seja reduzida à miséria ou levada à fome e à morte.

Com essa reflexão, o conceito de desenvolvimento tem como base a ação humana na busca de satisfação em viver, que ocorre na participação ativa em um processo coletivo. Nesse conceito de desenvolvimento, além da renda, tornam-se importante a educação, a saúde, a expectativa de vida para que os indivíduos de uma nação tomem atitudes em relação ao seu desenvolvimento. Dessa maneira, o ser humano é potencialmente ativo na busca de sua realização em relação aos seus pares e ao meio em que está inserido, ou seja, outra lógica de compreensão do desenvolvimento que compreende o humano. Partindo desses pressupostos, cria-se o índice de desenvolvimento humano, que, para além do PIB, mede também a expectativa de vida de uma nação através de indicadores de saúde e educação.

Entendemos que a crítica de Sen questiona uma parte do coração que pulsa no modelo de desenvolvimento econômico, colocando a importância do agir de cada pessoa. Importantes também são as denúncias que surgem da relação desse processo de desenvolvimento hegemônico de como se espalha para outras culturas, subjugando à sua lógica. A relação de domínio do econômico e o projeto de globalização dessa proposta abalam a relação de povos que vivem de maneira harmônica com a natureza, não tendo uma relação utilitária com ela, mas uma relação de subsistência e como parte da organização social. A proposta de medir o desenvolvimento de uma nação a partir do índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) advém do pressuposto de que o desenvolvimento surge da sinergia entre o material, o psicológico e o espiritual, o que implica destacar a importância da participação cidadã no processo de desenvolvimento, bem como uma relação de respeito com a natureza, tendo em vista o desenvolvimento sustentável.

Para Vandana Shiva (2003), a relação entre saber e poder é inerente ao sistema dominante ocidental que surgiu no advento da industrialização. Esse poder, além de subjugar os saberes periféricos, os faz desaparecer. A lógica que se adquire na relação com a natureza é produzida a partir da diversidade do ecossistema, ou seja, as diversidades de saberes e culturas que dizem respeito à linguagem, alimentação, criatividade, produção são substituídas por monoculturas que modificam hábitos e saberes em uma ideia única: produzir com o objetivo de lucro e riqueza. Essa lógica dominante, segundo a autora, gera desigualdades e priva formas alternativas de saberes de terem legitimidade.

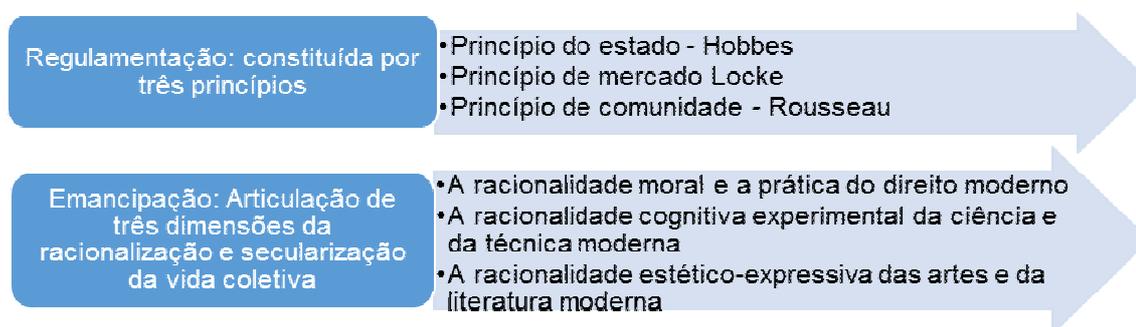
1.2 REDUÇÃO DOS SENTIDOS DE FELICIDADE A UMA ECONOMIA DE MERCADO

Na expressão “desenvolvimento” se encontra implícita uma distinção em que se separa o saber hegemônico dos demais. Segundo Boaventura Santos (2011), essa expressão é criada para caracterizar a diversidade dos saberes locais como subdesenvolvidos. Por essa característica, é um conceito que deve ser questionado. Na obra “Pela Mão de Alice: o social e o político na modernidade”, o autor se posiciona criticamente diante dos conceitos modernos, estimulando seus leitores a

formularem análises críticas aos pilares da modernidade. Sobre a importância dos saberes locais e seus desaparecimentos dentro de uma lógica ocidental, sugere que possamos realizar, a partir de uma sociologia das ausências, uma epistemologia do sul do planeta de forma que possamos traduzir esses conhecimentos e linguagens para que os mesmos se articulem às formas existentes de pensar e venham contribuir para uma nova racionalidade que reconheça essa diversidade. Santos (2006) propõe um novo contrato social em que, no conceito de civilização, estejam presentes a natureza e a diversidade cultural. Nessa nova racionalidade, as tecnologias valorizam os saberes multiculturais e incluem a importância da interação com a natureza, o aprendizado que se constitui dessa relação e não mais do seu domínio.

O autor reflete sobre os processos de desenvolvimento capitalista e os questiona para além das suas manifestações, convocando os pesquisadores a repensarem com ele os conceitos que são pilares da modernidade, entre eles subjetividade, cidadania e emancipação. Reforça a tese de Foucault de que a sociedade moderna, ao maximizar a utilidade social, reduz ao mais baixo custo o potencial político por meio do controle social produzido pelo poder disciplinar e pela normatização técnico-científica, domesticando corpos e regulando as populações. Identifica que, à medida que a modernidade se aliou com a trajetória do capitalismo, ocorreu um desequilíbrio entre os pilares que tinham como objetivo filosófico um desenvolvimento harmonioso: o pilar da regulação e o da emancipação. Esse processo se constituiu historicamente como não linear e contraditório, fortalecendo o pilar da regulação em detrimento do pilar da emancipação. Isso se reflete na vida cotidiana mediante o fortalecimento das leis que visavam manter a ordem e o progresso e um processo de múltiplas manifestações de redução da racionalidade do direito, da ciência e da arte a esta lógica desenvolvimentista.

Figura 1 – Os Pilares da Regulamentação e Emancipação



Fonte: SANTOS, Boaventura. *Pela Mão de Alice*, 2013, p. 187-188.

O desequilíbrio produzido pela política liberal constituiu um aumento do princípio de mercado em detrimento do princípio do Estado e de ambos em detrimento do princípio da comunidade. Para Santos (2011), essa política visou compatibilizar o que era aparentemente antagônico: a centralidade do Estado e a subjetividade atomizada dos cidadãos autônomos e livres. Essa compatibilização conduz a uma diferenciação entre o princípio de subjetividade e de cidadania, pois não são todos os indivíduos livres que podem participar politicamente das atividades do Estado. O Exercício da cidadania fica reduzido ao exercício do voto, o que produz crises de representação, pois essa organização política se ampara na distância entre representante e representado. Essa crise denuncia que o interesse geral não pode ser confundido com o interesse de todos.

A negação da problemática da representação conduz à naturalização política, que se compõe das premissas de naturalização dos conceitos de Estado e indivíduo de que é natural relacionarem-se segundo o credo liberal. Essa teoria representa “a total marginalização do princípio de comunidade” (SANTOS, 2013, p. 190). Contraditoriamente, “Para Rousseau, a vontade geral tem de ser construída com a participação efetiva dos cidadãos, de modo autônomo e solidário, sem delegações que retirem a transparência à relação entre ‘soberania’ e ‘governo’” (SANTOS, 2013, p. 191). A questão é que, dentro desse conceito, ocorre uma dupla ocultação. A primeira diz respeito ao fato de que a formação da vontade institucional se assenta na exclusão da participação da maioria, como se refletem as constituições de empresas capitalistas. A segunda ocultação reside no fato de que, ao delegar a sociedade civil ao domínio privado, este se estende à unidade doméstica. A unidade doméstica que, até então, era um elo entre o público e o privado, importante para a

reprodução social, da força de trabalho, nesta lógica passa a ser relegada à esfera da intimidade pessoal com a impossibilidade de seus integrantes serem politizados. Cria-se diferenciação entre o público e o privado. Essa dicotomia produz uma “tensão entre a subjetividade individual dos agentes da sociedade civil e a subjetividade monumental do Estado.” (SANTOS, 2013, 192).

Segundo o autor, esse processo de implantação da política liberal encontrou seus opositores: o movimento operário que, historicamente em suas lutas, visa horizontalizar e equilibrar a relação entre os pilares da regulação e da emancipação. Ocorre que esse processo de lutas significou a integração da classe operária ao Estado capitalista e o alargamento da regulação em detrimento da emancipação, culminando em uma legitimação da lógica capitalista e agravando a tensão entre subjetividade e cidadania por causar uma hipertrofia da cidadania e um afinamento da subjetividade. A lógica do desenvolvimento capitalista que se ampara na razão “é incapaz de satisfazer as necessidades psíquicas, somáticas e de desenvolvimento pleno de suas capacidades emocionais, conduzindo a um sacrifício da subjetividade individual” (SANTOS, 2013, p.198). Como diz o ditado, os problemas pessoais se deixam em casa, fora do trabalho. “Por isso, a docilidade e a passividade dos indivíduos e, sobretudo, dos trabalhadores, são obtidas através de formas repressivas de felicidade “oferecidas” à esmagadora maioria da população por via do consumo compulsivo das mercadorias.” (SANTOS, 2013, p. 198). A lógica do desenvolvimento liberal reduz o sentido da felicidade ao consumo.

Para sair desse reducionismo econômico implementado pelo modelo hegemônico, Santos nos convoca a politizar as práticas sociais e políticas, partindo do pressuposto de que politizar significa identificar relações de poder e imaginar formas práticas de transformá-las em relações de autoridade partilhada” (SANTOS, 2013, p. 226). O autor propõe uma nova teoria da democracia que “deverá proceder à repolitização global da prática social e política, o que permitirá desocultar formas de opressão e dominação ao mesmo tempo em que possibilitará novas formas de democracia e cidadania” (SANTOS, 2013, p. 225). Compreende que essa mudança democrática deva ocorrer em cinco espaços políticos: o espaço da cidadania, o espaço já considerado político segundo a teoria hegemônica, o espaço doméstico, o espaço da produção e o espaço mundial. Cada um desses espaços é um espaço de poder, muito embora somente os espaços de cidadania e do político-partidário e suas lutas tenham visibilidade em um processo hegemônico. Cada um desses

espaços representa também uma luta de movimentos sociais que trazem visibilidade às formas de expressões e reprodução de dominação.

Outro exemplo é o movimento feminista que vem historicamente denunciando a lógica de uma sociedade patriarcal que encontra, no seio doméstico, um espaço de reprodução social. Embora a luta pelos direitos das mulheres tenha sido uma das bandeiras do modelo utilitarista ao lutar por sua liberdade de expressão e opinião. A lógica do capitalismo também se utiliza dessas lutas para submeter à mulher à lógica do trabalho assalariado, mantendo as desigualdades de gênero nas relações presentes na divisão social do trabalho e as desigualdades salariais. O movimento feminista tem uma grande importância na politização dessas questões e desvela as relações de poder que atravessam o espaço doméstico, as relações de produção, e se alargam para questionamentos mundiais. Essas reivindicações questionam a separação entre público e privado, trazendo para o coletivo as relações de poder intrafamiliares, contribuindo para a desconstrução da naturalização da ideia de indivíduo e para a politização do espaço doméstico.

1.3 DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Compreende-se que o projeto social da Economia Solidária engloba os cinco espaços de politização das práticas políticas e sociais propostos na seção anterior por Santos (2013), pois os valores da Economia Solidária são transversais a diversas políticas. Eles estão presentes em diferentes movimentos sociais e redefinem o conceito de desenvolvimento, incluindo as diferentes culturas e a relação com a natureza. Os princípios com os quais se organiza à saber solidariedade, cooperação e autogestão se agregam a diversas lutas sociais: o movimento pela terra, pelo trabalho, por novas relações interpessoais entre homens e mulheres, adultos e crianças, da permacultura, das lutas raciais, da livre orientação sexual, etc. A Economia Solidária é uma bandeira que atravessa diversos movimentos sociais, pois ela questiona a organização da estrutura social, tendo como principal baluarte mudanças no espaço de produção.

Segundo Lia Tiriba (2003), os empreendimentos econômicos geridos pelos próprios trabalhadores se caracterizam pela racionalidade de “reprodução da própria

vida” (TIRIBA, 2003, p. 221), tendo como objetivos dos trabalhadores, além da renda, a promoção do desenvolvimento comunitário, ou seja, de atividades que propiciam a satisfação de outras necessidades humanas, como educação, cultura e lazer. Entendem como importante, na relação com o trabalho, a interação homem-natureza. Para essa autora, amparada em Razeto (1993), a reprodução da vida não é considerada apenas a satisfação dos meios de sobrevivência, mas a satisfação daquelas necessidades de direitos sociais e relativas a aspectos das múltiplas dimensões humanas, ou seja, “o objetivo dos trabalhadores é garantir a reprodução ampliada da vida, ainda que de forma limitada” (TIRIBA, 2003, p. 229).

Para os grupos de economia solidária, as vidas humanas e econômicas estão articuladas. Esse pressuposto de organização grupal é fundamental para a continuidade dos empreendimentos e para a promoção de desenvolvimento solidário e sustentável. A compreensão da vida humana não se limita somente ao indivíduo, mas ela se amplia para a coletividade: família, comunidade, Estado e trabalho. Visa não apenas ao sustento, mas também à reprodução de lógicas de vida presentes em gerações e a produção de novos conhecimentos amparados no coletivo. Esses grupos são promotores de novas subjetividades e construtores de uma outra racionalidade diferente da racionalidade hegemônica.

No quadro a seguir, relacionamos algumas ações e princípios da Economia Solidária apresentadas anteriormente com os cinco poderes que, na proposta de Santos citados na seção anterior, devem ser questionados. A partir desse quadro, percebemos que, mediante a prática da Economia Solidária esses cinco poderes são problematizados e redefinidos. A prática da Economia Solidária é contraditória e deve ser problematizada, mas a vivência de seus princípios coloca em questão a razão hegemônica, constituindo-se como uma possibilidade construtora de outra racionalidade e subjetividade.

Tabela 1 - Os espaços de poder e a Economia Solidária

Espaços de Poder	Propostas de uma nova democracia	Economia Solidária
Cidadania	Importância da participação nos espaços de decisão	Os empreendimentos solidários se baseiam na participação de todos os seus integrantes em todas as decisões.
Político	Legitimação, democracia participativa, participação popular e questionamento da democracia representativa	Legitimidade da decisão da maioria. Cabe ao Estado então uma redistribuição da produção com base na igualdade de direitos.
Doméstico	Questionamentos sobre o poder do patriarcado e ao reducionismo do espaço doméstico ao espaço privado	Valorização da família como espaço de importância para uma economia de subsistência, de formação de valores e laços sociais. Importância das relações de reciprocidade.
Produção	<ol style="list-style-type: none"> 1- Heterogeneidade das relações de produção; 2- Relações de poder na produção: desigualdades nas relações de trabalho. 3- Processos de produção (matéria prima) Relação com a natureza) 	<ol style="list-style-type: none"> 1- Os processos de produção são discutidos entre os integrantes dos empreendimentos; 2- Os participantes têm os mesmos direitos. Incluem-se: o respeito como um processo educacional com relação à raça, etnia, gênero, livre orientação sexual; 3- Tem como princípios de gestão a defesa do meio ambiente.
Mundial	A denúncia da forma de poder globalizado demanda uma prática transformadora assentada na criação de políticas transformadoras. O Geral não abrange todas as pessoas.	Estão organizados em redes locais, estaduais, municipais e mundiais, com o propósito de trocas de experiências e desenvolvimento das propostas com os princípios solidários.

Fonte: SANTOS Boaventura. Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade. 2013; e SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. 2004.

Considerando que os grupos de Economia Solidária são promotores de novas subjetividades e racionalidades, a concepção de felicidade para esse grupo também se modifica. A questão da felicidade tem muita relação com a Economia Solidária, na opinião de Paul Singer (2013)¹ que aborda sobre o assunto em uma entrevista enquanto Secretário da SENAES. Nesse contexto de entrevista, Singer se mostra interessado no tema felicidade e entende ser importante evidenciar que a Economia Solidária tem uma relação direta com a questão da felicidade. Para ele, o debate do tema na ONU e nas diversas discussões sobre desenvolvimento somente é possível pelo exercício da democracia na busca de recuperação da dignidade. Em seu entendimento, como contraponto, com o capitalismo a pessoa perde a dignidade. Citando Susan Andrews, no seu livro a “Ciência da Felicidade”, afirma: “A felicidade dentro da família, do trabalho é contagiosa; assim como a infelicidade, a felicidade é produzida coletivamente, nunca sozinha”. O autor compreende a Economia Solidária como essencialmente democrática e por isso a convivência dentro dos espaços dos empreendimentos solidários pode ser uma maneira de ser feliz. O autor compreende que por meio dos processos democráticos inerentes a Economia Solidária se está continuamente aprendendo com as pessoas de quem você gosta e dos que gostam de você. (SINGER, 2013).

Esse carácter democrático da Economia Solidária torna-se visível em um contexto social em que existe certa desconfiança dos movimentos sociais para com a ação conjunta com o Estado, “constituindo o binário autonomia/institucionalização” (VANDERSON & SANTOS, 2008, p. 2). Paradoxalmente, esses movimentos procuram ter uma autonomia para com as relações de Mercado. Para Vanderson Gonçalves Carneiro e Aline Mendonça dos Santos (2008), essa relação com o Estado/Mercado tem paralisado a ação dos velhos movimentos sociais, surgindo um terreno propício para um processo de criminalização dos mesmos. Por outro lado, este contexto é marcado por demandas plurais de buscas por direitos sociais, identitários e transnacionais. Dessas agendas, emergem novos sujeitos sociais organizados a partir da reciprocidade em espaços coletivos que culminam em lutas por reconhecimento. Esses novos movimentos sociais partem de demandas locais e

¹ Paul Singer é Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego e professor-Emérito da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. É autor de várias obras, entre elas: *Desenvolvimento econômico e economia urbana* (Edusp), *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas* (Contexto), *Repensando o Socialismo: uma utopia militante* (Vozes), *Para entender o mundo financeiro* (Contexto), *Introdução à economia solidária* (Editora Fundação Perseu Abramo) e *A economia solidária no Brasil* (Contexto, com André Souza).

comunitárias. As pessoas organizam-se em associações e, por meio delas, aliam-se em fóruns e redes. Nesse formato de organização, articulam-se também em nível regional e nacional, dando mais visibilidade às suas ações, tanto para identificar o campo de ação como para diferenciarem-se de outros movimentos sociais (CARNEIRO & SANTOS, 2008).

A Economia Solidária é composta por pessoas que se diferenciam do mercado porque, ao invés de se organizarem em torno do trabalho assalariado, se organizam em associações em defesa do trabalho autônomo, organizado coletivamente e, por vezes, questionando o trabalho alienado. Também pertencem à Economia Solidária agentes ligados a ONGs e à Igreja Católica, instituições de ensino, pesquisadores que compreendem o trabalho organizado em forma de cooperativas ou associações, que questionam o atrelamento do trabalho ao sistema de organização capitalista e são instrumentos importantes para a formação de uma sociedade justa, democrática e igualitária. A diversidade de ideias constitui-se em redes que, articuladas em uma proposta de organização para o trabalho, configuram novos sujeitos políticos e sociais.

A práxis em Economia Solidária têm como semente uma utopia de implantação do projeto de desenvolvimento solidário. Singer, em seu artigo Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário (2004), aborda as diferenças históricas e conceituais dessas duas propostas. Segundo ele, desde a Primeira Revolução Industrial surgiram alternativas de organização da produção denominadas, hoje, como solidárias, indicando que o projeto social do capitalismo não conseguiu trazer para a sua lógica todas as relações sociais existentes. Persiste, na passagem dos séculos, a valorização, de parte da maioria das pessoas, da reciprocidade e da ajuda mútua, apesar de todos os esforços do capitalismo em internalizar as lógicas do mercado autorregulado no cotidiano social.

[...] desenvolvimento solidário é um processo que inclui novas relações das forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma (SINGER, 2004, p. 7).

Este projeto social resiste ao modelo hegemônico mediante a organização de pessoas em torno do trabalho, tendo como princípios de gestão a defesa do meio

ambiente e o bem-estar de seus envolvidos, tomando a posição política de se oporem a tecnologias que ameaçam a biodiversidade, a saúde e a autonomia dos seus integrantes. O desenvolvimento solidário se apoia nos mesmos avanços de conhecimento que o desenvolvimento capitalista, porém propõe um uso distinto desses avanços. Propõe a liberalização do conhecimento para sua livre aplicação para todos e outra organização da produção, à base da propriedade social dos meios de produção. Em um desenvolvimento solidário, cabe ao Estado solidário a missão de tributar os ganhadores e subvencionar os perdedores para que a desigualdade entre eles não se perpetue. Cabe ao Estado então uma redistribuição da produção com base na igualdade de direitos.

As pesquisas em Economia Solidária contribuem para que avancemos da utopia para a visibilidade de ações concretas. Através dos estudos sobre empreendimentos solidários conhecemos as suas contradições, ambivalências e força para persistirem diante do desenvolvimento capitalista, coexistindo com outras lógicas de economia. Para Gaiger (2014), o aumento de interesse em pesquisas em Economia Solidária permitiu tirar do anonimato as ações de lideranças de mulheres, de diferentes grupos de trabalhos como os de pescadores artesanais, de grupos históricos que se utilizam das formas associativas e cooperativas de trabalho para a transmissão de suas culturas e maneiras de organização social, como os negros quilombolas e indígenas. O interesse em estudos nacionais em Economia Solidária possibilitou conhecer os valores constitutivos de outra racionalidade de gestão dos empreendimentos, em que se concebe a eficiência e a viabilidade como inseparáveis do processo coletivo.

O empenho em estudar a Economia Solidária também possibilitou conhecer que as ações regidas por princípios solidários têm como pano de fundo racionalidades que são anteriores ao capitalismo. Ela corresponde a formações sociais que possuem como vetor a reciprocidade, que por sua vez é formadora de valores. Essa racionalidade é constitutiva de outras culturas que têm como raízes outras formas de economia que não deixaram de existir, apesar do avanço do capitalismo; coexistem à hegemonia capitalista. As formas de organizações econômicas coletivas são anteriores ao capitalismo e essas organizações se multiplicam através das atividades econômicas dos empreendimentos solidários e se potencializam quando reconhecidas como movimentos sociais.

Desde tempos remotos, as sociedades conheceram regimes econômicos dotados de princípios de valor e de regras sancionadas como legítimas nas esferas não econômicas, das quais provinha a racionalidade do sistema social e suas vias de reprodução. Parcela desses arranjos convive hoje sob o manto do capitalismo (GAIGER, 2008, p. 12).

As experiências de Economia Solidária, no Brasil, se ampliaram no final do século XX, mas estão presentes no cotidiano de brasileiros desde tempos remotos. A Economia Solidária vem se constituindo como uma alternativa de geração de trabalho e renda, sendo experiências que contribuem para a construção de novos grupos sociais e suas subjetividades. Ferrarini e Veronese (2010) usam a metáfora da piracema para exemplificar a resistência do empreendedorismo solidário, tema abordado dentro do campo de economia solidária² ante as lógicas calculistas e tecnicistas. Segundo Ferrarini (2012), as teorias contemporâneas estão apontando, por meio dos estudos sobre políticas públicas e empreendimentos solidários, que estamos vivenciando uma ruptura com o pensamento tecnicista, tradicional e colonialista da ciência, recriando-a para que se reconheça uma epistemologia voltada ao volume de saberes constituído nas diversas culturas. Afirma que, inicialmente, os teóricos da economia solidária partem de uma teoria crítica que surge de uma concepção marxista e que, na atualidade, necessitam de uma revisão teórica que considere a produção de subjetividade mais importante que a produção de capitais materiais. Para estas autoras, as teorias contemporâneas buscam dar visibilidade a processos simbólicos e imateriais presentes tanto nas expressões de desigualdade social quanto em sua superação.

Com relação a possíveis indicadores de satisfação nos empreendimentos solidários, Kraychette (2012) reflete sobre a importância da organização em rede composta de governos, grupos, instituições de pesquisa e fomento em Economia Solidária e ressalta que se faz necessária a consideração de questões tanto internas quanto externas aos empreendimentos. Para ele, a sustentabilidade depende de condições culturais, econômicas, tecnológicas e sociais, que somente podem ser alcançadas mediante articulações com diferentes agentes do campo, ou seja, “a busca de sustentabilidade dos empreendimentos em economia solidária requer ações convergentes e complementares de múltiplas instituições e iniciativas nos

² Piracema refere-se ao movimento dos peixes de nadarem contra a correnteza para realizarem a desova e sua reprodução.

campos econômico, tributário, social, jurídico e tecnológico” (KRAYCHETE, 2012, p. 22). Faz-se indispensável a implantação de políticas públicas, já que os grupos se caracterizam por ambivalências as quais se entende como necessárias para o processo construtivo que surge da práxis e tem como objetivo a compreensão do grupo sobre o que significa sustentabilidade. Compreende-se que a economia solidária, como um movimento composto por empreendimentos solidários, instituições de fomento, educativas e de pesquisas, entre outros, promove desenvolvimento pessoal e grupal visando à construção de uma nova organização social a partir de princípios de vida que privilegiam as relações solidárias e cooperativas entre as pessoas e a sociedade. Entende-se que esse movimento persiste, mesmo que vivenciando adversidades com a lógica dominante, porque se sustenta nas qualidades dos vínculos que estabelece, transformando realidades pessoais e sociais.

Percebe-se que, para a compreensão da felicidade, importa que direcionemos nosso olhar para uma concepção teórica que contemple as abordagens críticas ao modelo hegemônico. Uma forma de análise que valorize o protagonismo das pessoas envolvidas, o valor que dirigem para a produção e reprodução da vida, para as ações coletivas de desenvolvimento familiar e comunitário. Com essas considerações, percebe-se que, na proposta da Economia Solidária, as pessoas envolvidas atribuem outros significados às relações de produção. Nestas relações constroem laços sociais que fortalecem vínculos familiares e comunitários. As ações na Economia Solidária se desenvolvem a partir de uma rede composta por diferentes atores sociais movidos por princípios de ação que se conservam nas relações sociais apesar da adversidade histórica do projeto hegemônico. Esses princípios são: a reciprocidade, a redistribuição e a subsistência humana da família e da comunidade que se produzem e reproduzem por meio dos vínculos sociais constituídos nos empreendimentos e na rede de economia solidária que se organiza em instâncias locais, municipais, estaduais, federais e mundiais.

Nesta perspectiva, os sentidos de felicidade se ampliam para outros espaços coletivos para além do mercado. A busca pelo aumento da renda dos seus cidadãos é uma meta do projeto social do desenvolvimento solidário, porém articulado a uma relação de produção mais inclusiva e sustentável, visando ao desenvolvimento econômico, aliado ao desenvolvimento humano e social. Consideramos que, para a Economia Solidária, os sentimentos de felicidade devem ser observados a partir das

relações familiares ampliadas para as relações de trabalho, para as relações com a natureza e com o diálogo intercultural. Esse projeto social oferece visibilidade às diversidades subjetivas e maneiras de ser feliz. A superação do reducionismo da felicidade imposta pelo modelo hegemônico torna visíveis as diferentes maneiras de sentir felicidade e coloca em questão o estranhamento pessoal e social sobre as pessoas que possuem um capital elevado, mas não se consideram felizes, e sobre as que vivem em condições de miséria e podem se encontrar em estados de felicidade.

CAPÍTULO 2

DÁDIVA E RELAÇÕES VINCULANTES: UM PARADIGMA PARA A COMPREENSÃO DA FELICIDADE

A lógica de desenvolvimento econômico hegemônico, que tem como alicerce uma racionalidade amparada no avanço científico e tecnológico e numa concepção de progresso que pressupõe o domínio da natureza, mostra-se incapaz de satisfazer as necessidades de desenvolvimento pleno do ser humano, reduzindo a felicidade pessoal ao consumo compulsivo de mercadorias (SANTOS, 2013, p. 198). Para ampliar nosso olhar sobre os sentidos de felicidade para além desse reducionismo, é importante a escolha de um paradigma que modifique nossa compreensão do movimento proporcionado pela economia nas relações sociais e tenha como referência as leis de convívio mútuo que substituem o parâmetro das leis de mercado. Considera-se que uma mudança paradigmática nos permite dar visibilidade aos diferentes espaços de manifestações de felicidade: o espaço doméstico, o espaço político, o espaço de cidadania, o espaço de produção de trabalho e aquele das relações de intercâmbio mundial.

Com esse objetivo, este capítulo se debruçará sobre o referencial da dádiva que tem sua gênese na obra de Marcel Mauss, e se amplia aos pesquisadores que trabalham sobre o tema, buscando divulgar e elevar o estudo realizado. Mauss adota uma postura crítica em relação à filosofia ao aderir à etnografia e ao estudo de civilizações não ocidentais, com vistas à comparação entre as civilizações ocidentais e não ocidentais (LANNA, 2000, p. 173). Para compreender tal crítica ao ocidente, faremos um retorno ao passado para conhecer algumas controvérsias do pensamento ocidental abordando a questão da felicidade. Para tanto, serão utilizadas as obras de Charles Taylor, Allan Caillé e Georg Simmel. Também norteará este estudo a obra de Karl Polanyi (2012), que nos permite outro olhar para as relações econômicas, superando a dicotomia sociedade-economia. Polanyi (2012) defende a tese de que “a ideia de um mercado autorregulável implicava uma rematada utopia” (POLANYI, 2012, p. 4). Para o autor, o mercado autorregulado é construído historicamente mediante as articulações entre diferentes setores da sociedade, e suas leis não são naturais, mas moldam as instituições da sociedade.

Para a compreensão do dinamismo proposto por esses autores, utilizaremos como referência a sistematização realizada por Gaiger (2013) quanto à dinâmica das relações vinculantes em Economia Solidária.

2.1 FELICIDADE NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO OCIDENTAL

A questão da felicidade acompanhou a história do pensamento ocidental. Desde a Antiguidade, existem debates sobre o assunto, que se prolongam até a atualidade, contribuindo para a formação de valores morais e da organização política. O estudo de outras culturas não ocidentais realizado por Marcel Mauss possibilita que possamos mirar este debate dando ênfase não apenas ao indivíduo ou a coletividade e sim para o elo existente entre ambos. Para melhor compreensão desses diferentes prismas de olhar é importante revisitar essa história do pensamento ocidental desde a antiguidade, passando pela Idade Média, modernidade e dias atuais por meio do estudo de Alain Caillé sobre a história da filosofia moral, do estudo de Charles Taylor sobre as fontes do Self e de Georg Simmel sobre a Psicologia do dinheiro e a filosofia do amor. Nesses estudos, constataremos que os conceitos de felicidade dependem de condições materiais e subjetivas para serem definidos e que o conceito de indivíduo não é natural, mas fruto de uma construção do pensamento no ocidente.

2.1.1 Felicidade na Antiguidade, Idade Média e Renascença

Segundo Alain Caillé (2006), na Antiguidade a felicidade era encontrada em uma vida virtuosa e na relação entre amigos. Para Platão, essa satisfação é vivida em comunidade e na cidade, por ser natural e um reflexo da vida dos deuses. Contrapondo Platão, sem o criticar, Aristóteles acrescenta que uma vida virtuosa é construída na relação com um bom amigo. Ele considera que o prazer de viver está em viver em conjunto e em amizade. Para isso, cria uma hierarquia entre a satisfação que nasce do intelecto e aquela nascida das relações entre as pessoas.

Sem dúvida, Aristóteles estabelece uma hierarquia entre a satisfação nascida das operações do intelecto teórico e aquela recorrente do intelecto prático da ação, em benefício da primeira. Mas essa, ao contrário do que acontece com os deuses, não é acessível ao homem se não de forma intermitente, em razão das solicitações naturais e sociais às quais ele deve responder e desse ponto de vista que nasce da práxis é sem dúvida mais acessível e mais conforme a natureza social do homem (CAILLÉ, et al., 2006, p. 51).

Ainda na Antiguidade, encontramos os chamados epicuristas, que concordam com Platão e Aristóteles sobre a ideia de que a conduta moral se ampara no prazer. Os epicuristas compreendem que o ser vivo não busca o prazer em primeiro lugar para se satisfazer e, sim, para a sua conservação. “Viver em conformidade com a razão, para os epicuristas, redundava em viver em conformidade com a natureza, esse acordo consigo mesmo, essa harmonia (coerência) que envolve a vontade, proporciona àquele que a realiza uma satisfação de utilidade superior àquela que resulta de uma simples ação útil” (CAILLÉ *et al.*, 2006, p. 54). Nesse período, a ideia de felicidade tem relação com a vida do ser humano na cidade. Sendo assim, a busca da felicidade é também coletiva e política. “É vivendo com os outros que o homem pode ser feliz. Mas a cidade possui outras ligações sociais: É essencialmente na vida política que o homem pode manifestar sua potência de agir e sua excelência própria” (VERGNIÉRES, 2006, p. 67).

No pensamento da Idade Média, o conceito de felicidade é reinterpretado pela busca da salvação, no amor a Deus e na renúncia de si. O pensamento de Agostinho, em “Tratado de uma vida feliz” (CAILLÉ *et al.*, 2006, p. 119), é marcante para essa fase da humanidade. Segundo seu argumento, o conceito de cidade é dividido em dois: a cidade terrestre ou dos homens e a cidade celeste. A primeira é a comunidade daqueles que vivem segundo o amor de si e a segunda é a comunidade daqueles que vivem segundo a lei de Deus. A questão é que não é uma dicotomia presente somente na sociedade e, sim, presente no interior de cada ser humano: uma espécie de consciência interior que tem presente dois mundos antagônicos.

A felicidade plena consiste na escolha por viver de acordo com as leis de Deus ou conforme a vida de Cristo e não de acordo com as satisfações da natureza humana ou do amor egoísta. Segundo o pensamento de Agostinho, todos querem viver felizes, mas são poucos os que querem viver segundo a única maneira que permite ao homem ser feliz. A atitude de buscar os prazeres do mundo terrestre separa o homem de Deus e o conduz a uma vida de infelicidade, muito embora seu

alvo seja a felicidade. Segundo Baulinois (2006), o “Cristianismo não é uma moral e menos ainda uma política. Mas dando ao homem outra origem e outro fim que o mundo, ele submete a ética a um transtorno que ela jamais terminou de medir” (BAULINOIS, 2006, p. 132).

Ao mesmo tempo em que esse pensamento fortaleceu a Igreja e o clero da época, também deu margem para se articularem outras formas de pensamento, como a de Maquiavel. Se existe uma cidade de Deus e outra dos homens, então pode existir um governo de Deus e outro dos homens. A ideia de felicidade, neste pensamento, está na sorte de conseguir realizar suas satisfações por meio dos bens materiais. “A sorte dos homens consiste essencialmente na riqueza e a riqueza no trabalho” (CAILLÉ *et al.*, 2006, p. 198).

Com o início da Renascença, enquanto o domínio do pensamento da igreja católica está em queda, percebe-se que a ascensão econômica dos protestantes se evidencia nesse período da história. Para esse grupo em ascensão, a felicidade é sinônimo de prosperidade. O pensamento de Calvino também é importante neste momento, porque postula que cada um deve realizar-se segundo sua vocação em uma comunidade, o que seria a ordem de Deus para o bem do ser humano. A prosperidade de cada um evidencia sua busca e conquista da salvação. “O lugar e a função de cada um representam os signos da salvação à qual ele aspira, sem que tenha dela segurança” (CAILLÉ, *et al.* 2006, p. 199). A satisfação, neste momento da humanidade, consiste em ter uma vida próspera ou abençoada. Esse pensamento está em acordo com a questão política da época que consiste na gestão de diferentes interesses e na elaboração do conceito jurídico de autoridade.

2.1.2 O pensamento utilitarista e a modernidade

A Idade Clássica e o Iluminismo recuperam a antiga filosofia grega e um pouco da filosofia agostiniana. Isso ocorreu em um contexto em que se questiona a autoridade do clero ou do império e onde a centralidade do pensamento encontra-se no ser humano e na sua capacidade de construir o mundo a partir de sua razão. Para alcançar a autonomia e liberdade humana, esse momento da humanidade reflete sobre a moral, o direito à liberdade do agir humano. O utilitarismo ganha

espaço neste contexto. Esse pensamento corresponde a uma filosofia que busca como um fim a felicidade de um maior número de pessoas. Esse resultado pode ser alcançado por meio do cálculo e da razão. Segundo o livro organizado por Alain Caillé, “História argumentada da filosofia moral e política”, o utilitarismo tem uma história de construção em que podemos destacar alguns autores importantes da formação dessa filosofia: O utilitarismo de Jeremy Bentham, John Stuart Mill, Henry Sidgwick, George Edward Moore e a crítica de John Rawls ao utilitarismo clássico (CAILLÉ *et al.*, 2006).

Jeremy Bentham (CLÉRO, 2006a), assumindo a posição de que importa diminuir as dores e aumentar o prazer, retorna à filosofia de Epicuro (CAILLÉ, 2006), da Antiguidade, que defende ser a busca do ser humano pela felicidade uma busca pelo prazer, e essa faz parte da natureza humana. Segundo Alain Gigandet, para o epicurismo, “a natureza, ao gritar, não reclama nenhuma outra coisa senão que a dor seja afastada do corpo, que o espírito goze de sensações felizes, livre de preocupações e isento de medo” (GIGANDET, 2006, p. 86). A ética epicurista tem como meta a liberação do medo religioso dos deuses, da morte e o convencimento dos limites naturais dos prazeres e da dor.

Para Bentham (CLÉRO, 2006b), o princípio do prazer é uma meta do ser humano que tem como referência o que ele chama de mal do mundo, que são as dores. A satisfação, para ele, está em cada nova conquista sobre a dor, que é mais real que o prazer. O princípio da utilidade é o movimento civilizador gradual que as pessoas seguem a partir de suas conquistas e progressos. O conceito de utilidade, para Bentham, segundo Jean Pierre Cléro, pode ser assim anunciado:

A utilidade é a qualidade ou a propriedade de um ato, quer ele seja aquele de uma pessoa, de uma coletividade ou de uma lei, de aumentar a felicidade, quer dizer, afastar as dores e aumentar os prazeres. Mesmo que seja altamente desejável que ela se converta em leis, uma máxima de utilidade não é ela mesma uma lei, mas a opinião de alguém a respeito de um certo modo de conduta capaz, quando fazemos um exame da situação, de produzir mais prazer (bem) do que dor (mal) (CLÉRO, 2006, p. 477).

John Stuart Mill (CLÉRO, 2006b) está de acordo com Jeremy Bentham quando entende que “a existência tem por fim único a felicidade e que o espírito humano não tem outra tarefa de revelar meios novos e inéditos para aumentar os prazeres e diminuir as dores” (CLÉRO, 2006b, p. 550). Entende também que o

princípio da utilidade é o da maior felicidade para a maioria. Essa máxima difere da opinião de que cada um deve fazer o que gosta. O bem que faço a mim não deve interferir na individualidade de outra pessoa. Stuart Mill (CLÉRO, 2006b) opõe-se ao interesse individual quando este se opõe ao interesse coletivo. Segundo Jean Pierre Cléro (2006b), para Stuart Mill, “O livre desenvolvimento da individualidade é tido como um dos princípios essenciais do bem-estar” (CLÉRO, 2006, p. 550).

Em seu livro sobre a liberdade, Stuart Mill (2011) argumenta que o conflito entre liberdade e autoridade perpassa muitos momentos da história da humanidade. Para ele, as leis são avaliadas como legítimas se estão de acordo com os princípios de utilidade. Questiona, assim, ações autoritárias que inibem expressões do indivíduo em busca da felicidade. O limite da lei é quando a liberdade de um interfere na liberdade de outro, ou seja, o que causa mal-estar e dor para ambos e para o coletivo. Segundo Cléro (2006), para o utilitarismo, “é a individualidade como tal, tomada isoladamente que é uma virtude. Dessa forma, não são nem a ordem, nem o progresso, nem a síntese de ambos que constituem a essência do bom governo” (CLÉRO, 2006, p. 554). Governar seria a administração desses interesses individuais.

Segundo René Daval, Henry Sidgwick é, depois de Stuart Mill, a grande figura do utilitarismo inglês na segunda metade do século XIX (DAVAL, 2006, p. 613). Ele defende que uma vida útil não se mede apenas pelas condutas dos indivíduos, pois compreende que existe no ser humano um consenso moral. Este autor relaciona interesse e dever, compreendendo que é útil sacrificar a própria felicidade em favor de um bem comunitário, e essa verdade é intuitiva ao agir humano. René Daval também menciona que o pensamento de Henry Sidgwick foi glorificado por John Rawls porque Sidgwick estima que ele constitua a formulação mais completa e acabada do utilitarismo (DAVAL, 2006, p. 614).

Henry Sidgwick é o inspirador de George Edward Moore (DAVAL, 2006) porque situa a relação ética com o utilitarismo. Moore concorda com Sidgwick de que a ética não é apenas reflexão sobre a conduta, mas uma investigação geral sobre o que é o bem, o que, para Moore, não é um conceito biológico, enquanto o prazer sim; mesmo assim, todas as pessoas compreendem a frase “Isso é bom”. Segundo René Daval, Moore define, por princípio ético de utilidade:

O princípio que aprova ou desaprova qualquer ação, em conformidade com a tendência que essa pareça possuir para aumentar ou diminuir a felicidade do grupo, cujo interesse está em questão, ou dizendo em outros termos, para promover a felicidade ou se opor a ela (CAILLÉ, 2006, p. 616).

Moore (DAVAL, 2006) critica Bentham e Stuart Mill, afirmando que não é o prazer o único bem para o ser humano. Existe um valor intrínseco a cada ser humano que se manifesta em intuição. Segundo René Daval (2006), Moore mostra-se inicialmente de acordo com o utilitarismo, quando defende uma doutrina de que uma ação é moralmente boa por suas consequências e pela produção de estados das coisas que têm um valor intrínseco. Contrapõe-se ao utilitarismo clássico porque não reduz esse valor intrínseco à maximização do prazer; há outras realidades que têm um valor intrínseco. Se um agente age de acordo com os valores reconhecidos socialmente, ele está seguro de fazer surgir um estado de coisas que terão um valor intrínseco (DAVAL, 2006, p. 620).

Mesmo com todos estes teóricos defendendo a máxima da felicidade geral para todos, persiste na história da humanidade o tema das desigualdades e as diferenças de oportunidades. Tendo em vista esse panorama, segundo Bruno Gnaussounou (2006), John Rawls discorda dos teóricos do utilitarismo, pois, em sua teoria da justiça distributiva, compreende que os utilitaristas conceituam como uma distribuição justa aquela que maximiza a satisfação geral dos membros de uma comunidade ou sociedade. Rawls (GNASSOUNOU, 2006) defende que uma distribuição igualitária dos bens é possível sob a forma do princípio da diferença. Para beneficiar os mais desfavorecidos, em favor do princípio da igualdade, se faz necessária uma distribuição desigual.

O princípio da diferença questiona o pensamento da maioria, segundo o qual cada um tem um bem de acordo com seus méritos. Rawls (GNASSOUNOU, 2006) concorda, em parte, com essa máxima, mas compreende que as desigualdades sociais não são explicadas pelos méritos de cada um ou seus dons naturais, sua inteligência, vontade, etc. Com oportunidades desiguais, considera que a distribuição sem igualdade é feita de forma moralmente arbitrária. Uma distribuição igualitária dos bens, nesse contexto, não é aceitável; portanto, se faz necessária uma justiça distributiva de acordo com o princípio da diferença.

Para ele, não existe uma distribuição ideal dos bens pelo princípio da diferença, mas um processo de práticas de justiças processuais justas com

resultados justos que implicariam aplicação de processos justos. Para determinar o caráter justo das regras processuais de distribuição, argumenta que é importante a compreensão de um processo. Em primeiro lugar, é importante que os participantes do contrato estejam dispostos a levar uma vida boa, com satisfação. Para isso, é necessário que tenham posse dos bens primeiros que são tanto naturais às pessoas, como saúde física, mental e intelectual, quanto sociais, que são as oportunidades e condições que dizem respeito a cada um. Para ele, as pessoas, nestas condições em que não são garantidos seus bens primeiros, naturais e sociais em um processo de distribuição, os participantes buscariam as ações mais satisfatórias, ou seja, aquelas em que são maximizados os ganhos mínimos como escolha racional e não a maximização dos ganhos. “Ora vê-se imediatamente que, nessas condições, é exatamente o princípio da diferença que será efetivamente escolhido e não o princípio utilitarista de distribuição dos bens” (GNASSOUNOU, 2006, p. 689).

2.2 A IMPORTÂNCIA DOS VALORES MORAIS PARA A COMPREENSÃO DA MODERNIDADE

Charles Taylor (2000), ao pensar sobre os bens sociais irreduzíveis, discorre sobre o conceito de Bem-Estar social e compreende que este não é produto de uma ação individual e, sim, esse conceito tem como pano de fundo a cultura. O que isso significa? Que ao fazermos uma escolha e tomarmos uma atitude, o fazemos ancorados em valores morais, que consistem em uma teia de argumentos que nos amparam desde nosso nascimento. Com a internalização dessas atitudes que se tornam hábitos, nossas escolhas podem reproduzir esses valores como também questioná-los. Em outras palavras, para esse autor os valores morais não são naturais no ser humano e, sim, culturais, pois são construídos a partir da articulação das escolhas que as pessoas fazem, diante das perguntas que o contexto lhes proporciona e diante das interações das pessoas a partir das escolhas que fazem. Para ele, a cultura é um bem social irreduzível. Outro bem irreduzível social, para Charles Taylor, é algo convergente em todas as culturas: a amizade.

Considerando as ponderações deste autor, podemos dizer que a definição de felicidade não pode ser feita no plano individual, já que esse sentimento tem como pano de fundo os valores aprendidos pela pessoa satisfeita, bem como tem referência nas relações interpessoais que estabelece. Compreende-se então, a partir da leitura desse autor, que precisamos remeter nosso olhar para os processos de interação que estão como pano de fundo das escolhas que contribuem para o sentimento de felicidade.

Segundo Taylor (2005), apesar de o utilitarismo ser dominante no pensamento moderno, em todas as épocas de sua ascensão ocorre um mal-estar na sociedade, uma sensação de estranheza das pessoas ao mundo cotidiano. Este mal-estar está presente no pensamento de teóricos que questionam os rumos pelos quais o modo de vida leva a humanidade. Interessante que, ao lê-los no momento atual, percebemos que, mesmo no século XVIII e XIX os teóricos previam e falavam de acontecimentos que vivemos atualmente. Esse fato mostra-nos que a modernidade, em seu início, trazia pela proposta utilitarista uma promessa de satisfação plena que já se mostrava fragilizada ao ponto de os teóricos anteverem seu percurso e desenvolvimento: a humanização das coisas e a desumanização das pessoas.

No final do século XIX, Georg Simmel (2006) fazia críticas ao modo de vida das pessoas de sua época. Essas críticas são consequência de seus estudos sobre as diferentes maneiras que as pessoas da sociedade encontram de viver suas satisfações e de se relacionar com outras pessoas e com as coisas. Ao ler este autor, compreende-se que não podemos ter em vista apenas um conceito de felicidade porque as pessoas interagem de formas diferentes na sociedade e em situações de vida diferenciadas. Essas relações estão imbuídas de julgamentos morais. Com estudos antropológicos e sociológicos, Simmel abordou temas caros e difíceis para a sociedade de sua época e, por que não dizer, de todas as épocas: temas como a prostituição, amor, casamento e dinheiro. Ele não estava preocupado em compreender grandes estruturas ou de que modo se formam as sociedades. Ele se preocupava com os acontecimentos e os meandros de sociabilidade que envolvem indivíduo e sociedade. Chegou a algumas conclusões que, para a maioria das pessoas, ainda hoje são difíceis de aceitar. São conclusões que estão nas entrelinhas do velado, do invisível das interações sociais.

Ao estudar a prostituição, Simmel (2006) constata que as pessoas ditas felizes julgam-se sempre com a razão, e o amparo da lei faz com que as pessoas que possuem essa felicidade possam potencializá-la enquanto tiram essa possibilidade de quem não se julga feliz. As pessoas infelizes são, por vezes, vistas como inimigas das pessoas felizes e culpadas de seu fracasso pessoal. Por outro lado, o infeliz detestará o feliz, o que o coloca mais abaixo ainda em sua condição social, enquanto que, para o feliz cabe a recompensa de ter benefícios sociais por tal situação. Em muitos casos, percebemos que pessoas abastadas desqualificam o pobre, e Simmel observa, como se parecesse um erro moral ser pobre. Essa indignação justificaria uma atitude virtuosa da pessoa bem-sucedida. Existe um julgamento moral dos felizes para os infelizes e vice-versa.

Simmel sustentava que o surgimento da economia mercantil e monetária libertou o homem de relações de dependência e subordinações que ocorriam no feudalismo. Na modernidade, o ser humano possui autonomia. Existe no ser humano moderno a percepção de seus limites e da presença do outro, como “portador de um papel específico, suporte de uma função específica” (VANDENBERGUE, 2006, p. 597). O problema da modernidade está no fato de o ser humano não saber o que fazer com esta liberdade, porque, para ser livre, não basta deixar de ser preso por alguma coisa, mas é importante a construção de outros sentidos e construir conteúdos para esta liberdade se prender a outras referências. Segundo Vandenbergue (2006), para Simmel, desde que o ser humano moderno abandonou os deuses, perdeu o sentido da vida e encontrou a nostalgia. “Desenraizado e isolado, ou engajado numa multidão de relações superficiais, o homem moderno tem mais do que nunca necessidade de encontrar um sentido para a sua vida.” (VANDENBERGUE, 2006, p. 597).

A resposta para o ser humano moderno foi encontrar esse sentido divino no dinheiro. Para Simmel (2009), o dinheiro não tem cor, ele é impessoal. A personalidade do dinheiro se dá pelo vínculo que as pessoas têm com o mesmo. Ele fornece sentido e valor às coisas e liga as pessoas à produção e comércio. Para o avaro, por exemplo, o dinheiro é tratado como uma pessoa amada; ele não é mais um meio para adquirir algo útil, mas um fim. De outras formas, outras pessoas se ligam ao dinheiro dando a ele o seu próprio caráter pessoal pelo vínculo que possuem com o mesmo.

Simmel (2009) considera que o dinheiro é algo que oferece segurança, paz e felicidade a quem o possui. Traz satisfação às pessoas, pois nele encontram sentido, referência e divindade: é seu Deus. Essa dimensão espiritual, para o autor extrapola o individual e se faz presente no modo como as pessoas organizam suas vidas e as cidades. Tem relação com os círculos de interações que as pessoas estabelecem. Para Simmel (2009), é pelo vínculo interativo de trocas simbólicas que construímos referências de valor e podemos encontrar a felicidade. Em uma mesma pessoa, pode-se encontrar mais de um sentido para que ela se sinta feliz. E os projetos pessoais de felicidade estão diretamente relacionados ao contexto em que vivem. É a partir das relações pessoais que constroem seus valores e suas referências de sentido das coisas para si. Portanto, para uma compreensão mais complexa de felicidade, é importante um referencial que considere essa dinâmica indivíduo/sociedade.

2.3 CONFLITO CIVILIZATÓRIO, FELICIDADE E DÁDIVA

Eduardo Giannetti, em sua obra “Felicidade” (2002), aborda o assunto em quatro sessões dialogadas, trazendo para o leitor um panorama das grandes teses da modernidade sobre a felicidade. Em uma primeira sessão, em um exercício de reflexão sobre o tema, propõe que façamos uma volta ao passado, ao início da modernidade. Diante desse retorno ao passado, levanta a questão: por que a promessa de felicidade do projeto iluminista não se cumpriu? A crença na felicidade continua viva ou teria se tornado um dogma vazio? (GIANNETTI, 2002, p. 30). Constata o autor que o iluminismo prometeu e não entregou ou entregou menos do que prometeu, e que essa constatação nos leva a uma bifurcação teórica pós-iluminista.

A primeira saída da bifurcação compreende que o problema não foi de excesso, mas de falta, pois a falha teria sido em não se ter completado o projeto iluminista. O mal-estar na sociedade seria gerado pela sensação de uma jornada incompleta. Nessa perspectiva, a felicidade é ainda possível mediante o aumento do progresso civilizatório, ou seja, uma questão de tempo. A segunda saída compreende que o processo civilizatório tem um custo que seria o bem-estar

subjetivo do “animal humano”. A civilização entristece o animal humano: essa é a tese da permuta civilizatória, o problema existencial que o tempo não resolve, mas que permanece (GIANNETTI, 2002, p. 54-55).

Optamos, neste trabalho, pela tese da permuta civilizatória que se ampara na ideia de que não existe um paralelismo entre o progresso e a felicidade humana. O progresso civilizatório tem custos, que são a perda dos vínculos afetivos, da alegria e da espontaneidade de viver (GIANNETTI, 2002, p.103). A tese da permuta civilizatória sustenta que este progresso cria um descompasso entre a civilização e o animal humano. Importa então descortinar “as motivações de natureza humana encontradas em nosso passado ancestral para compreender melhor quem somos e porque somos. A natureza está tanto fora quanto dentro de nós” (GIANNETTI, 2002, p. 106). A natureza humana é incompleta e é preciso se relacionar com o outro para existir. Sem a possibilidade dessa relação, não seria possível a sobrevivência do animal humano. A escolha por se vincular é a escolha pela vida.

Para Gaiger (2015), as pessoas que fazem parte dos empreendimentos solidários encontraram estratégias para driblar o mal-estar do processo civilizatório e parecem vivenciar a felicidade. Evocando a obra “O Pequeno Príncipe”, de Saint-Exupéry, o autor relembra a história da raposa que aguarda a volta do príncipe pacientemente. A força que mantém essa espera é a camaradagem, amizade, responsabilidade, reciprocidade. Percebe-se essa camaradagem nos grupos de Economia Solidária pois, no aguardo da prometida felicidade e em meio às dificuldades têm construído laços sociais, identificados por meio de relatos das relações afetivas, solidárias, de aconchego, expressões de carinho e de alegria, as quais evidenciam, na convivência entre os pares, a existência de felicidade. Ainda segundo o referido autor, essa realidade somente é passível de ser compreendida se partimos da premissa de que somos seres de relações, ofertantes e demandantes de vínculos e laços sociais (GAIGER, 2015, p. 211).

Compreender felicidade a partir dos vínculos sociais remete a uma corrente de estudos que se debruça sobre como a produção de vínculos sociais enlaça e movimenta o indivíduo e o coletivo em várias esferas da vida. Apresentamos aqui o estudo sobre a dádiva de Marcel Mauss, que se dedica a conhecer o movimento produzido pela força que impele alguém a retribuir um presente recebido. Entendemos que o argumento central de Mauss é que a dádiva produz alianças: matrimoniais, políticas (trocas entre chefes ou diferentes camadas sociais),

religiosas (como nos sacrifícios, entendidos como um modo de relacionamento com os deuses), econômicas, jurídicas e diplomáticas (incluindo-se aqui as relações pessoais de hospitalidade). (LANNA, 2000, p. 175).

O paradigma da dádiva pretende ser uma alternativa que se diferencia das teorias que apontam ao interesse individual, bem como é uma alternativa às teorias que têm como referência os valores morais para amparar nossas escolhas. Esse referencial visa explicar a natureza humana a partir dos movimentos da coletividade em decorrência da dialética entre indivíduo e sociedade. Segundo Alain Caillé, “a dádiva pode ser definida como o oferecimento aos outros de um bem ou serviço, sem a garantia de que haverá retribuição, mas com a esperança de que haverá correspondência, situação que pode estabelecer relações de aliança e de amizade” (CAILLÉ, 2009, p. 103).

A partir da teoria da dádiva, compreende-se que existe um movimento entre os nossos interesses e a cultura. Para LANNA (2000), Mauss postula, em seu “Ensaio sobre a dádiva”, um entendimento sobre a constituição da vida social pelo movimento constante entre dar - receber e retribuir, que se constituem universalmente como obrigações organizadas de diferentes maneiras. Por isso a importância de entendermos como as trocas são concebidas e praticadas nos diferentes tempos e lugares, porque elas podem tomar formas variadas, da retribuição pessoal à redistribuição de tributos. (LANNA, 2000, 175).

O Ensaio sobre a Dádiva é escrito em um contexto de encontro com outras culturas diferentes da cultura ocidental e tem como resultado questionamentos e debates sobre os costumes modernos. O conceito de civilização e racionalidade ocidental, na dita obra, é colocado em questão. Interessa a Mauss compreender “qual a regra de direito ou interesse que, nas sociedades de tipo atrasadas ou arcaicas, faz com que o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído. Que força que existe na coisa que se dá, que faz com que o donatário a retribua? ” (MAUSS, 2011 [1950], p. 56). As respostas do autor a essas perguntas alcançaram dois resultados: (a) O primeiro é que, a partir das conclusões arqueológicas com respeito à natureza das transações humanas que nos rodeiam ou que nos precederam, percebe-se que estão presentes fenômenos de trocas e contratos permeados por mercados econômicos, com lógicas diferentes das sociedades modernas. Para Mauss, o mercado é um fenômeno humano, não é estranho a nenhuma sociedade, muito menos é uma característica única da sociedade

moderna, mas com regimes de trocas diferentes; (b) O segundo resultado de sua pesquisa foi verificar que a moral e a economia das sociedades arcaicas funcionam ainda em nossas sociedades de maneira constante e subjacente. Mauss compreende que o fenômeno da troca é um dos alicerces sob o qual está construída nossa sociedade moderna (MAUSS, 2011 [1950], p. 57). O que Mauss se propõe realizar - e o faz com êxito - é um estudo comparativo entre povos da Polinésia, Melanésia, Noroeste Americano e alguns grandes sistemas de Direitos da sociedade ocidental. O estudo teve como resultado colocar em questão conceitos importantes da modernidade, como a centralidade do indivíduo e da razão, problematizando os conceitos de utilidade e autonomia de mercado atribuído às relações de trocas.

Em primeiro lugar, Mauss afirma que sua pesquisa não constitui um estudo de indivíduos e, sim, de um estudo de coletividades que se obrigam, trocam e contratam. Essas trocas não são apenas de coisas úteis, mas também de afetos, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, etc. (MAUSS, 2011, p. 58). Mediante as trocas de presentes e prendas, se firmam contratos entre pessoas, grupos e clãs. A dádiva circula e movimentada-se no espaço público e na vida privada. Ela é oferecida voluntariamente por meio de presentes, e quem os recebe se sente impelido a retribuir e quem oferece tem a esperança de ser retribuído. Quando a dádiva não é retribuída ou retribuída de forma desigual, pode não gerar alianças, mas reações de hostilidade e humilhação. Mauss denomina esse movimento de sistema de prestações totais, pois movimentada indivíduos e sociedades em um todo: no espaço doméstico, econômico, religioso, político, psicológico e social. Os casamentos são exemplos desse movimento da dádiva; em algumas tribos são contratados em forma de trocas de dádivas. Esse casamento pode significar uma aliança de paz ou a não retribuição, uma quebra de aliança e uma guerra.

Para uma compreensão da força existente na dádiva, Mauss (2011) menciona que, na Polinésia se considera que em todas as pessoas ou coisas existe um poder espiritual. O espírito presente na dádiva recebida não permite que qualquer pessoa tome posse dele, sob pena de causar algum mal à pessoa e, dessa forma, provoca seu movimento. A pessoa que oferece algo a alguém transfere junto à coisa seu espírito, e quem recebe sente-se obrigado a passá-lo adiante (distribuir) e retribuir com outra coisa a dádiva recebida. Por isso, para Mauss, essa é uma obrigação da dádiva que liberta de outros males que podem advir com o

aprisionamento do espírito na coisa dada, que anseia em voltar a seu ponto de partida. A maneira de libertar esse espírito é retribuir a oferta, passando-a adiante.

Mesmo sendo abandonada pelo doador, a dádiva traz consigo a alma de quem doa. Um casamento, portanto, é também uma ligação de almas. Oferecer um objeto a alguém é oferecer algo de si. Conservar a alma de alguém para si pode ser perigoso e mortal. Dessa maneira, Mauss constata um caráter de rivalidade na dádiva: retribui-se para deixar o espírito da coisa dada livre, sem que este se volte contra a pessoa que a recebeu, sob pena de guerra ou morte. Dessa forma, considera-se uma obrigação retribuir algo de sua alma para dar movimento e liberdade ao espírito. A tendência da dádiva é voltar para o lugar de origem. Há, para Mauss (2011), laços espirituais entre os indivíduos e as coisas que possuem. Para ele, o objetivo de presentear é, antes de tudo, moral, pois o presente visa produzir uma relação amigável entre duas pessoas em jogo. “A vida material e moral, a troca, funciona de forma desinteressada e obrigatória ao mesmo tempo” (MAUSS, 2011, p. 106).

A rivalidade da dádiva fica mais evidente nos índios aborígenes, originários do continente norte-americano. Nesses espaços, as tribos passam o inverno em festas com diferentes ritos que Mauss denomina Potlatch, que significa alimentar, consumir. Nessas festas, são preparados banquetes e feiras que ocorrem simultaneamente à assembleia das tribos. Percebe-se, no Potlatch, um princípio de rivalidade entre os clãs e tribos, realizado por meio de presentes. Esse tipo de rivalidade da dádiva Mauss denomina de prestações totais de tipo agonístico. Nesta modalidade da dádiva, as alianças estabelecidas a partir de competições e disputas evidenciam que estas trazem mais elementos do que uma simples troca de coisas que são úteis para as famílias ou clãs. As trocas, mesmo que entre duas pessoas, envolvem também o significado que a coisa dada representa para essas pessoas: uma ideia de coletividade que precisa circular para a sobrevivência deste coletivo. A inércia dessa representação leva à não construção de vínculos, ao isolamento e à possibilidade de não sobrevivência individual e coletiva.

Mauss (2011) compreende que as sociedades arcaicas, em um determinado momento de sua história, fizeram uma escolha pela aliança e não pela guerra, ou litígio, ou disputa permanente. Isso não significa dizer que não houve guerras. A dádiva não é uma bênção; constitui-se de sistemas simbólicos para renovar alianças, antes de deixar a hipótese de a guerra renascer. Esses sistemas

simbólicos movimentados por práticas de reciprocidade possuem eficácia ao transmitirem a mensagem: “não façamos a guerra, nem que a gente tenha que fazer uma guerra simbólica”. Essa aliança se converte em um rito agonístico que inclusive poderia resultar na morte de alguém, mas era uma morte simbólica para evitar outros males maiores.

Trazendo este estudo para a sua realidade civilizatória, Mauss (2011) chega a algumas conclusões importantes. Considera que uma parte de nossa moral e de nossa vida permanece sob o espírito da dádiva. As coisas têm um valor de sentimento às pessoas, para além de seu valor monetário. As pessoas criam um vínculo com suas coisas como se nelas existisse parte de si. Além disso, a dádiva não retribuída torna aquele que recebeu inferiorizado diante daquele que ofertou, bem como, em outros casos, velhos princípios de honra parecem se manifestar contra ações desumanas. Mesmo nos ideais de sociedades socialistas, vemos presente o princípio da dádiva. O Estado deve retribuir ao trabalhador, que oferece sua vida, seu suor à coletividade, oferecendo direitos sociais, como saúde, segurança, educação e a proteção (garantia) de seu salário. A dádiva origina uma moral nos grupos.

Para Mauss (2011), tanto o excesso de altruísmo como o individualismo são prejudiciais à pessoa e à sociedade. Para a economia da dádiva, segundo ele, a coisa dada não se encerra em sua utilidade; compõe-se de outros significados. Mesmo a moeda está dotada de um poder mágico que está ligado ao clã ou a um indivíduo. Em seus estudos, Mauss percebe que “Dar é manifestar superioridade, ser mais; estar mais em alto e aceitar sem retribuir ou retribuir menos é colocar-se em posição de subordinação.” (MAUSS, 2011, 206). Portanto, ele conclui que a riqueza não tem a função apenas de trazer utilidade para uma vida feliz, mas também é um meio de prestígio de alguém em relação a outro alguém. A dádiva põe em movimento diferentes dimensões das sociedades e suas instituições.

Dar é transferir voluntariamente qualquer coisa que nos pertence para alguém que pensamos que não pode deixar de aceitá-la e, ao ofertarmos, se institui uma dupla mensagem. Quem oferece algo a alguém deixa uma mensagem de solidariedade ao oferecer algo de si. Pode ser também uma mensagem de prestígio, pois, quem recebe a dádiva fica em dívida com aquele que deu, sob sua dependência, até retribuir o que lhe foi dado (GODELIER, 1996, p. 20-21). Nesse movimento, Godelier destaca algumas características da dádiva. Ao mesmo tempo

em que a dívida aproxima quem dá e quem recebe, cria também uma distância que em algumas circunstâncias pode configurar-se em hierarquia. Ao mesmo tempo em que a dívida aproxima quem participa da partilha, afasta-o socialmente, fazendo “um” devedor do “outro”. A dívida, nesta perspectiva, pode opor-se à subordinação física, material e social, mas pode reafirmá-la, visto que, quando os indivíduos são incapazes de retribuir ou honrar suas dívidas, submetem-se a uma relação de subordinação, em alguns casos de escravidão. Na prática da dívida, estão presentes os elementos de partilha e de dívida.

A partir da perspectiva da dívida, mesmo que afirmemos que nossa sociedade ocidental está profundamente marcada por uma moral de mercado e lucro, não podemos ignorar que a dívida esteja presente nas sociedades mercantis. Diferem das sociedades não ocidentais, ditas arcaicas, marcadas por uma moral da dívida e, apesar da diferença, não podemos negar que essas sociedades não ocidentais ignoram as trocas comerciais. O que caracteriza a dívida, para Mauss, é que esta desempenha um papel importante na produção e reprodução das relações sociais. Nesses movimentos da dívida, que envolvem não apenas a coisa dada, mas algo que cria elos entre um e outro, está presente uma força que reside no fato de a coisa dada não estar alienada da pessoa que oferece; sendo assim, continua a fazer parte das realidades das pessoas envolvidas. A força de identidade de quem participa desse processo é significativa, de tal modo que a presença de quem oferece fica marcada na coisa dada, mesmo que seja retribuída.

Percebe-se que a dívida não pode ser reduzida a ações caridosas, muito embora a caridade e a mendicância coexistam na sociedade moderna. A dívida constitui-se na produção e reprodução de elos que formam alianças que se constituem em vínculos sociais mediante o ato de dar, receber e retribuir. Esse vínculo se caracteriza por deixar marcas de um para o outro, de maneira que a vida de um passa a fazer parte da vida de outro, formando identidades e teias sociais. Pela dívida, institui-se um movimento dinâmico entre o indivíduo e o coletivo. Segundo Godbout (1998), a dívida é tudo aquilo que circula na sociedade em favor do laço social. A dívida tem como objetivo a liberdade do outro em retribuir, e a esperança em sua retribuição, nesse movimento, torna-se símbolo da constituição de um laço social. A dívida baseia-se na dívida para constituição do vínculo: quanto mais positiva a dívida, maior o apreço e consideração ao outro. A satisfação de sentir-se convocado a retribuir algo recebido é vivida como uma sensação de

liberdade para os agentes envolvidos. Existe, na dádiva, uma dialética entre obrigação e liberdade.

Para Caillé (1998), o ensaio sobre a dádiva de Mauss encontrou dificuldade de aceitação na academia porque seu estudo tem uma dimensão capaz de superar os reducionismos dos paradigmas até então conhecidos. Sua composição teórica constitui-se de uma crítica positiva ao utilitarismo, por não negar a importância das escolhas individuais; considera a liberdade da pessoa, de escolher entre retribuir ou não. Essas escolhas se articulam a uma coletividade, pois podem formar vínculos. Não nega a utilidade das coisas, mas aborda as coisas muito além de sua utilidade, ou seja, o que representam em uma relação. Da mesma maneira, é uma crítica positiva às teorias defensoras de que “as escolhas” estão amparadas em valores morais. No movimento da dádiva está presente a escolha do indivíduo por retribuir com vistas à manutenção do vínculo, da coletividade e a construção de valores. A teoria da dádiva estuda o movimento de um para o outro por meio do movimento de dar, receber ou retribuir. Caillé considera importante desenvolver uma visão política a partir do paradigma que não negue a necessidade do Estado, nem do mercado.

Aqui também se sente uma grande lacuna, a de uma doutrina que, sem negar a necessidade do Estado e do mercado, tratasse de desenvolver uma visão política a partir do ponto de vista da própria sociedade (e de sua autoconsistência, sua *Selbständigkeit*), na medida em que esta é irreduzível ao mercado e ao Estado (CAILLÉ, 1998, p. 14).

As dádivas, no sentido empregado por Mauss, são símbolos que representam a presença de um grupo e as necessidades e interesses das pessoas ou de suas interações no grupo. Esses símbolos são os movimentos que unem as partes e o todo. A partir do paradigma da dádiva, supera-se a dicotomia entre indivíduo e sociedade, normal e patológico, interesse e desinteresse, pois o útil e o simbólico para Mauss estão imbricados.

Pois, como acabamos de ver, no fundo símbolos e dádivas são idênticos para Mauss, ou pelo menos co-extensivos — num sentido que ainda está por explorar. Não há dádiva que não exceda, por sua dimensão simbólica, a dimensão utilitária e funcional dos bens e serviços. E, reciprocamente, o que é um símbolo, senão as palavras, gestos, atos, objetos e, principalmente, as mulheres e, portanto, os filhos por vir, que são dados solenemente, criando a aliança que afasta a guerra, uma aliança constantemente ameaçada de recair no conflito? Assim, a dádiva e o símbolo são de fato co-extensivos, ou

reversíveis, mas de um modo difícil de entender, cuja melhor apreensão talvez seja a formulação de Camille Tarot (1996): "O símbolo maussiano do símbolo não é a palavra ou o fonema, é a dádiva." (CAILLÉ, 1998, p. 5).

2.5 IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS PARA A FORMAÇÃO DOS VÍNCULOS SOCIAIS

O pressuposto de que somos seres de relações vinculantes envolve também o conceito de economia para Karl Polanyi. Para ele, a natureza do ser humano é social e as relações econômicas são uma das dimensões da vida humana. O autor, ao estudar traços característicos dos ilhéus de Trobriand da Melanésia Ocidental reconhece a importância do modo de realizar as trocas como se fossem dádivas gratuitas que se espera serem retribuídas pelo mesmo indivíduo ou por outro. Lamenta que tais comportamentos não tenham sido compreendidos até sua época como sistema de comportamentos econômicos complexos. A compreensão desse sistema seria importante para mostrar que estão presentes nas sociedades primitivas princípios de comportamento econômico que não dependem do padrão de mercado para a sua efetivação. Para Polanyi, a "execução de todos os atos baseados de troca, como presentes gratuitos cuja reciprocidade é aguardada, ... deveria explicar, por si mesma, a ausência da noção do lucro e até mesmo de riqueza, a não ser a que consiste em objetos que ressaltam, tradicionalmente, o prestígio social" (POLANYI, 2012, p. 49).

Ao analisar sociedades anteriores ao capitalismo, Polanyi ressalta que a economia humana está submersa em suas relações sociais, nestas se configuram formas de sistemas de organizações a partir de quatro princípios de agir econômicos: reciprocidade, redistribuição, domesticidade e intercâmbio associados respectivamente a processos institucionais de simetria, centralidade, autarquia e mercado. Cada um desses princípios de agir econômico pode coexistir com o princípio econômico de intercâmbio sem depender deste último. Na opinião do autor, nenhuma sociedade poderia viver por muito tempo com apenas uma forma de economia. As sociedades primitivas, para garantir a reprodução da vida, viviam sob

mais de um tipo de economia, sem que estas estivessem sob o controle dos mercados.

As trocas para as sociedades anteriores ao capitalismo não necessariamente eram regidas pelo princípio do intercâmbio, o qual rege as relações de mercado, com vistas ao seu interesse individual ou acúmulo de bens materiais. Em tais sociedades primitivas o intercâmbio somente era valorizado na medida em que podia servir para outros fins. Os interesses em causa mudam de acordo com as características culturais de cada povo. Para Polanyi, mesmo que as configurações dos sistemas econômicos se modifiquem os princípios de comportamento econômico, pelos quais são regidos os diferentes tipos de economia, prevalecem os mesmos. Para ele, a resposta para elucidar esse dinamismo é no essencial, fornecida por dois princípios de comportamento encontrados entre os ilhéus de Trobriand que, em um primeiro momento, não associamos à economia: são os de reciprocidade e de redistribuição (POLANYI, 2012, p. 50). Ao focalizar esses princípios de agir econômico o autor mostra que as motivações econômicas decorrem de diferentes organizações da vida social.

O princípio de agir econômico da reciprocidade funciona, sobretudo, no que diz respeito “à organização sexual da sociedade, no que se refere à família ou relações de parentesco” (POLANYI, 2012, p.50). Como exemplo, Polanyi cita que no caso dos Ilhéus de Trobriand o homem que sustenta sua irmã oferecendo-lhe os melhores produtos ganhará prestígio diante da comunidade tribal, o contrário prejudicaria a sua reputação (POLANYI, 2012, p.50). O princípio de reciprocidade é facilitado mediante o modelo institucional de simetria através do qual são equiparadas as relações individuais por meio de subdivisões grupais pelas quais se promove a circulação de bens e serviços.

O princípio econômico de redistribuição está presente entre tribos que tem um chefe em comum e diz respeito ao plano territorial. No caso dos Ilhéus de Trobriand “uma parte substancial de toda produção da ilha é entregue ao chefe geral que as redistribui em festas, danças e outras ocasiões” (POLANYI, 2012, p.50). Este princípio é regido pela forma de organização da centralidade pela qual os grupos humanos instituem formas de armazenar e redistribuir bens e serviços.

A simetria e a centralidade vão de encontro, na metade do caminho, às necessidades da reciprocidade e redistribuição; os padrões institucionais e os princípios de comportamento se ajustam mutuamente. Enquanto a organização social segue sua rotina normal, não há razão para a interferência de qualquer motivação individual; não é preciso temer qualquer evasão do esforço pessoal; a divisão do trabalho fica assegurada automaticamente; as obrigações econômicas serão devidamente desempenhadas e, acima de tudo, estão assegurados os meios materiais para uma exibição exuberante de abundância em todos os festivais públicos (POLANYI, 2012, p. 52).

O princípio econômico que consiste na produção para uso próprio é chamado por Polanyi de princípio da domesticidade. Este princípio diz respeito à produção e armazenamento, tendo em vista as necessidades dos membros de um grupo. “O princípio é tão amplo na sua aplicação como o da reciprocidade e da redistribuição” (POLANYI, 2012, p. 56). A forma de organização institucional desse princípio difere de grupo para grupo: pode ser o sexo, no caso das famílias patriarcais; o lugar, no caso de uma comunidade; ou política, no caso de domínio senhorial (POLANYI, 2012, p. 56). Para este autor, todos os sistemas econômicos que conhecemos se organizam segundo estes quatro princípios com diferentes formas de combinações entre eles: a reciprocidade, a redistribuição, a administração doméstica e o intercâmbio. Cada um desses princípios econômicos tem uma forma de organização.

Assim como a reciprocidade é auxiliada por um padrão simétrico de organização, a redistribuição é facilitada por alguma medida de centralização, e a domesticidade tem que ser baseada na autarquia, assim como o princípio do intercâmbio depende para sua efetivação do padrão de mercado. Todavia, da mesma forma tanto a reciprocidade como a redistribuição, ou a domesticidade, podem ocorrer numa sociedade sem nela ocupar um lugar primordial, o princípio do intercâmbio também pode ocupar um lugar subordinado numa sociedade na qual outros princípios estão em ascendência. (POLAYI, 2012, p. 59)

O mercado autorregulado, para Polanyi, não é natural, mas se constituiu historicamente. A acumulação de excedentes e a produção de riquezas se potencializaram com o surgimento da figura do mercador. Esse processo de acúmulo de riqueza e capital é acelerado mediante a posse dos meios de produção, meios esses que se modificam com o avanço da tecnologia. Essa dinâmica dará

corpo ao mercado autorregulado que, para avançar, subjuga as relações sociais às suas regras e leis.

Essa abordagem histórica da economia, realizada por Polanyi, sobre a vida humana que se organiza mediante os quatro princípios de agir econômico muda substancialmente a visão da economia e a luz desse referencial percebe-se a importância da investigação das diversas culturas e das diferentes formas que as pessoas encontram de gerir seus escassos recursos e as articulações que constroem. A lógica de que a economia determina a qualidade de vida das pessoas não é natural ao ser humano, mas um processo instituído historicamente. O pensamento econômico tradicional subjuga o ser humano e a natureza aos seus padrões, internalizando nas pessoas a compreensão de que é o movimento econômico que garante a própria existência social, negando o processo histórico de sua constituição mediante as relações sociais.

Para Polanyi, mesmo em sociedade ditas modernas, ou chamadas de mercado, há diferentes formas de agir no plano econômico. As economias das sociedades não se reduzem a esta lógica da economia de mercado. Por meio dessas diversas configurações de agir econômico que se sobrepõem e se articulam, existe uma produção de diferentes vínculos. A partir desses estudos sobre as sociedades anteriores ao capitalismo, mais especificamente da comunidade da Melanésia Ocidental que foram abordados por Mauss e Polanyi e aqui apresentados, levantamos a hipótese de que os vínculos sociais são a base da vida em sociedade e uma condição *sine qua non* para ter uma boa vida, o que seria então o estado de felicidade.

2.6 DÁDIVA E RECIPROCIDADE

Muito embora não tenha conceituado diretamente a reciprocidade, dádiva e reciprocidade estão intimamente vinculadas em Mauss (GAIGER, 2013, p. 14). A reciprocidade está presente no ciclo da dádiva por meio da força que impele em retribuir. O conceito de reciprocidade foi melhor trabalhado por Karl Polanyi, como apresentamos na seção anterior. A articulação entre o paradigma da dádiva e a reciprocidade foi realizada por diferentes autores seguidores de Mauss *a posteriori* da divulgação do “Ensaio sobre a dádiva”. Nesta seção, apresentamos essa

aproximação conceitual entre dádiva e reciprocidade desenvolvida por Sabourin no artigo intitulado: Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade (2011).

Segundo Sabourin (2011), a dialética obrigação-liberdade presente na dádiva é a base de uma teoria da reciprocidade. Existem estruturas fundamentais de reciprocidade que geram sentimentos diferentes e, como consequência, valores diferentes na vida das pessoas (SABOURIN, 2011, p. 31). Dependem do envolvimento dessas com o contexto. Sabourin (2011) faz uma distinção entre as relações de troca mercantil e as de reciprocidade. Em sua leitura sobre a obra de Mauss, considera que o autor torna evidente que a dádiva é o oposto da troca mercantil e, paradoxalmente, “procura-se nela a origem da troca (ou do intercâmbio)” (SABOURIN, 2008, p. 131). Para as sociedades modernas, direitos sociais e direitos pessoais, materiais e espirituais são muito bem separados, enquanto, na dádiva, existe uma mistura de almas e coisas entre riquezas materiais e espirituais. Para este autor, se para ser é preciso dar, para dar é preciso produzir. Nessa reciprocidade, se fortalecem laços sociais, emocionais e simbólicos. Mede-se o quanto os laços são mais importantes que valores de troca. Para o autor, o conceito de reciprocidade envolve quatro elementos teóricos:

- 1- A reciprocidade não se limita a uma relação de dádiva entre pares ou grupos sociais simétricos;
- 2- A reciprocidade pode assumir várias formas: a positiva, conhecida pela pesquisa de Mauss por meio do seu conceito de prestações totais. Este conceito está direcionado a trocas sociais e à economia. A negativa é a lógica de vingança, que está diretamente direcionada à questão da honra e de uma dialética do prestígio;
- 3- A reciprocidade pode ser analisada em termos de estrutura. Exemplo: a relação simétrica em uma estrutura bilateral gera um sentimento de amizade. A divisão estrutural simétrica dos bens dentro de um grupo gera a Justiça. Assim, outras relações estruturais simétricas podem produzir outros valores sociais;
- 4- “O quarto elemento da teoria remete aos diferentes níveis do princípio de reciprocidade e aos modos que lhe são específicos. Existem três planos ou níveis de reciprocidade: o real, o simbólico (a linguagem) e o imaginário (as representações)” (SABOURIN, 2011, p. 31).

O real seria a troca em si mesma que ocorrem nas relações. O simbólico se constitui das marcas recebidas e internalizadas nessa relação como por exemplo os

valores que são transmitidos e internalizados. O imaginário são os sentidos que cada um dá a essas marcas recebidas e internalizadas à exemplo das representações. Cada ação de reciprocidade se constituem dessa estrutura que são separadas para a compreensão pedagógica, mas que fazem parte de um todo que une indivíduo e coletivo.

Para ele, a reciprocidade se diferencia em estrutura de compartilhamento: binária ou ternária. A estrutura de compartilhamento da reciprocidade binária ou de face a face envolve duas partes: como a relação aprendizes e mestres, o manejo de bens em propriedade comum e é formadora de valores como o de amizade, podendo se prolongar entre alianças de compadrio e casamento de filhos (SABOURIN, 2011, p.35). A estrutura ternária envolve pelo menos três partes e pode ser: (a) unilateral, ou seja, a transmissão entre gerações de conhecimento e/ou propriedades, herança imaterial ou material, o que se produz nesta reciprocidade entre pais e filhos, o valor de responsabilidade; (b) ou bilateral, quando circula entre dois sentidos. É aquela pessoa que se situa entre dois doadores e deve reproduzir a dívida de um e a dívida de outro de maneira equilibrada. Essa preocupação desenvolve o senso de justiça. Os valores éticos são geralmente gerados pela reciprocidade equilibrada ou simétrica, mas eles também podem ser produzidos a partir de relações de reciprocidade desigual ou assimétrica, relações essas que ficam presas ao imaginário social, produzindo desigualdades e relações hierarquizadas.

Sabourin (2011) destaca que, no que diz respeito à ajuda mútua, a partir de seus estudos em relações de cooperação e solidariedade, as relações de troca se diferenciam das relações de reciprocidade, uma vez que, na primeira, são contabilizadas as horas e os dias, enquanto na segunda prevalece o valor humano ao valor material. Nas relações de reciprocidade, se fortalecem laços sociais, emocionais e simbólicos. Mede-se o quanto os laços são mais importantes que valores de troca. Para Ostron (*apud* SABOURIN, 2011, p. 38), não é possível haver cooperação sem reciprocidade, sem retorno, sem compartilhamento entre os cooperados. Constata que a aprendizagem das relações de reciprocidade cria um círculo virtuoso entre reciprocidade, confiança e reputação. Segundo Sabourin (2011), estudos realizados no Brasil com empreendimentos solidários

[...] permitiram identificar estruturas binárias simétricas e assimétricas criadas no âmbito de relações entre formadores e aprendizes. Evidenciaram, a partir de entrevistas dos atores envolvidos, a geração de diferentes sentimentos e valores correspondentes: reconhecimento, identificação e amizade nas estruturas simétricas; submissão, respeito e dependência nas estruturas assimétricas (SABORIN, 2011, p. 39).

2.7 QUALIDADE DAS RELAÇÕES VINCULANTES

Apresentamos, nas seções anteriores deste capítulo, nossa escolha entre as grandes premissas da modernidade sobre felicidade, pela permuta civilizatória. Compreendemos que o custo do progresso civilizatório é a domesticação do animal humano, o que corresponde a perdas subjetivas. A partir do paradigma da dádiva, trouxemos como pressupostos para compor nossa análise a importância de conhecer civilizações anteriores ao processo civilizatório que tinham como base de organização social não a permuta ou a barganha, mas a constituição de alianças que culminam em construção de laços sociais e organizações coletivas de sociedades. As sociedades anteriores as sociedades capitalistas não negavam a natureza humana, mas ao considerarem sua importância, criaram ritos simbólicos para a formação de alianças que garantiam a sobrevivência das sociedades e a produção e reprodução de seus processos organizativos.

A dádiva não movimentava apenas indivíduos, mas a organização coletiva como um todo: social, política, econômica e religiosa. Por meio dessa constatação, Polanyi evidencia que os estudos de civilizações mais antigas à civilização moderna se organizavam por intermédio de sistemas complexos de economia que não eram regidas pelos padrões de mercado, tampouco eram processos primários que evoluíram para uma economia de mercado, mas eram sistemas complexos regidos por comportamentos econômicos que, além de se diferenciarem entre si, se configuravam de diferentes maneiras de acordo com o tempo e o espaço.

Os princípios que estavam presentes em todas as sociedades estudadas, anteriores ao capitalismo e que compõem diferentes sistemas econômicos segundo Polanyi, são os de reciprocidade, redistribuição, domesticidade e intercâmbio regidos respectivamente pelos padrões institucionais da simetria, centralidade, autarquia e mercado. Para esse autor, o princípio do intercâmbio regido pelo padrão

de mercado se fazia presente nessas sociedades antigas, com vistas a fortalecer alianças para a organização social e não o contrário, como acontece em sociedades capitalistas, no sentido de esse último princípio moldar as relações sociais. Apresentamos também a importância da reciprocidade como construtora de valores morais tanto positivos como negativos.

Com este prisma de análise, é possível conceber uma dinâmica das relações sociais que compreenda esse movimento que abarca indivíduo e sociedade. Já vimos, nas seções anteriores, que o que garante a sobrevivência da vida humana é o fato de que somos seres sociais que, para existirmos, precisamos estabelecer vínculos recíprocos. Essa necessidade advém da nossa condição humana de sermos seres incompletos (GAIGER, 2013). Desde o nascimento, precisamos do outro para subsistir. Essa importância do outro em nossas vidas segue durante toda a nossa existência. Desde as primeiras relações, nos deparamos com um conflito decorrente da importância dos vínculos: a escolha entre confiar ou não confiar, estabelecer aliança de certa gratuidade ou não. Esta aposta tem como resultado a própria vida, já que a escolha pela desconfiança leva à não sobrevivência, enquanto que a escolha pela confiança cria um vínculo para além do material, um laço que une vidas e constrói histórias.

A teoria da dívida serve para que possamos conhecer essa dialética de uma maneira dinâmica. Mediante uma relação significativa de troca, as pessoas se modificam e se enlaçam em redes de intimidade e interação que, dependendo da qualidade desses enlaces, formam vínculos que movimentam pessoas, grupos e instituições de maneiras diferenciadas. Mesmo que essas lógicas não sejam evidenciadas no pensamento hegemônico, elas permanecem no cotidiano, pois, segundo os autores estudados até aqui, os vínculos são vitais para a sobrevivência humana. Em uma lógica utilitarista, devedores não são pessoas de confiança. Para uma lógica dos vínculos, ser devedor é a esperança de uma ajuda futura, pois o alicerce das relações está na ajuda mútua. Quando estou bem, ajudo quem está mal, pois posso ficar mal em algum dia e receber ajuda de quem está bem.

Devedores são inconfiáveis em um sistema de trocas; em um sistema de reciprocidade, podem ser garantia de socorro futuro, realimentando a ajuda mútua de parte a parte. Podemos cultivar vínculos de pertença, identidade e confiança com os nossos próximos, ou nutri-los espiritualmente com uma coletividade maior -

de pessoas semelhantes, embora possam ser desconhecidas - à qual sentimos pertencer (GAIGER, 2013, p. 11).

Gaiger, amparado em Bajoit, propõe uma “reconstrução teórica em profundidade em que os indivíduos não são meros pontos de confluência das circunstâncias, ainda que reativos, mas sujeitos de processos psico-sociológicos de auto-constituição e de estratégias relacionais” (GAIGER, 1999, p.9). Em seu artigo “Economia Solidária e Metautilitarismo: apontamentos”, Gaiger (2013) apresenta uma sistematização que reúne teorias de diferentes autores. Por meio dessa sistematização, podemos compreender a dinâmica pela qual se produzem os vínculos sociais e os diferentes tipos de economia. A qualidade do vínculo, segundo Gaiger (2013), varia dialeticamente de acordo com os contextos históricos ou as situações particulares. Para este autor, as relações sociais vinculantes são a base para o desenvolvimento de uma pessoa dentro de um grupo, a exemplo da família, podendo, ou não, ampliarem-se para o desenvolvimento de grupos maiores, como da comunidade e sociedade. O vínculo pode se expandir ou se estreitar de acordo com o objetivo esperado a ser alcançado. O autor sistematiza sobre a qualidade das relações vinculantes tendo como referência conceitos de “Vínculos sociais (BAJOIT), relações econômicas (RAZETO), formas de solidariedade e princípios do agir econômico (POLANYI), segundo um esquema ascendente quadrangular, são elementos presentes nos tipos descritos por Gaiger” (2013, p. 16).

A sistematização proposta pelo autor parte das variantes relativas à natureza e às extensões dos vínculos sociais (GAIGER, 2013, p. 16). Essa tipologia não pretende ser única ou pura, parte de princípios de agir econômicos que podem ser mesclados e híbridos, coexistindo mais de um princípio de agir em uma mesma pessoa, grupos e sociedades, na mesma época da vida. A partir desse quadro teórico, o autor evidencia a importância dos vínculos para a constituição de uma economia como a conhecemos hoje. As relações sobre indivíduo e sociedade, vínculos e economia não precisam ser estanques e isoladas, até porque não é possível a compreensão de um sem o outro.

Para esta sistematização teórica da dinâmica das relações vinculantes, o paradigma da dádiva é basilar, enquanto que a reciprocidade seria um dos princípios do agir econômico que aponta para a presença de agrupamentos simétricos, nutrindo formas mútuas que se institucionalizam. Essa conceituação permite que se

associe a dádiva a outros princípios do agir econômico, como a domesticidade, redistribuição e intercâmbio, e a considerar que os vínculos sociais vivenciados desde tenra idade estão articulados a essa dinâmica. A tipologia das relações vinculantes se caracteriza pela qualidade do vínculo em questão; não pretende ser pura, mas os tipos se ampliam e se articulam, coexistindo em uma pessoa, grupo ou sociedade.

O princípio econômico que mantém a lógica do sistema de mercado tal qual o conhecemos hoje - nessa teoria de análise da qualidade das relações vinculantes - surge a partir da formação de vínculos que são anteriores ao princípio econômico de intercâmbio (base das relações de mercado). Os diferentes tipos de laços sociais vivenciados em uma pessoa caracterizam novas formas de vínculos e relações econômicas. Um ser humano não nasce aprendendo a estabelecer relações de trocas contratuais momentâneas e sem compromisso; ele aprende a vivenciar a economia dessa maneira. Para que isso seja possível faz-se necessário a vivência com outros tipos de vínculos: na família, entre amigos, de cidadania com os quais se formam as identificações, parcerias, escolhas profissionais e identidade social, etc., pré-requisitos de uma economia de mercado.

Na tipologia resultante da sistematização teórica apresentada na Tabela 2, ao final do capítulo, cada princípio de agir econômico apresentado por Polanyi, a saber: domesticidade, reciprocidade, redistribuição e intercâmbio, será por Gaiger (2013) relacionado a uma forma de vínculo que se constitui de um tipo de vínculo que, por sua vez, toma forma nos tipos de economia; posteriormente, como quarto elemento da sistematização, consideram-se as características econômicas. Como já foi dito anteriormente, estes tipos de relações vinculantes apresentadas não são estanques, lineares ou unilaterais, mas se relacionam em uma dinâmica que se movimenta como em uma espiral, podendo coexistir entre si.

O princípio da domesticidade é o primeiro a ser aprendido e internalizado na história de vida de uma pessoa ou grupo, por estar relacionado às primeiras relações sociais que estabelecemos. Os vínculos são legados da sociabilidade primária em que o tipo das relações econômicas são de comensalidade, ou seja, a economia está relacionada às relações de subsistência e das necessidades dos indivíduos dentro do grupo. Nesses processos vinculantes, desenvolvemos nossa identidade pessoal e de grupo, senso de justiça e respeito mútuo. As formas de subsistência visam à reprodução familiar.

No princípio do agir da reciprocidade, as relações de comensalidade se alargam para tipos de vínculos fusionais que se ligam a pessoas e grupos para além da família ou grupo de origem, para as relações entre famílias em uma comunidade, ou grupos simétricos. O tipo de economia ocorre por meio de relações de cooperação. A partir desse princípio, se reconhecem as singularidades individuais e associativas das relações, expandindo-se os vínculos e as formas de economia para as iniciativas de trocas e cooperação.

No princípio de agir da redistribuição, as relações familiares e comunitárias se alargam para as relações políticas. A partir dessa ação, os indivíduos se reconhecem para além de suas relações primárias e secundárias, ou seja, se reconhecem como integrados a um sistema social a partir de uma vinculação de funcionalidade. As formas de economia começam a ser pautadas pela obrigação, formas de tributos que pressupõem a formação de um pacto social.

No princípio de ação do intercâmbio, expandem-se as relações de pacto social para a formação de vínculos contratuais, temporários, em que os indivíduos necessitam temporariamente uns dos outros, sem necessariamente criarem vínculos duradouros. Nesse princípio, o indivíduo deseja laços passageiros e circunstanciais. O tipo de economia presente aqui é a economia de mercado.

Compreender a dinâmica das relações sociais a partir do paradigma da dádiva permite-nos considerar as escolhas pessoais como parte de um elo com o coletivo. A dádiva, símbolo dessa aliança, é movida por uma força que impele a ação recíproca por meio da qual deixam marcas que são internalizadas, produzindo e reproduzindo valores que são o legado dos laços sociais. O movimento da dádiva atravessa todas as áreas da vida humana, contemplando a vida familiar, comunitária, política, religiosa e econômica. A ação movida pela escolha de se vincular é regida por princípios de domesticidade, reciprocidade, redistribuição e intercâmbio, com os quais são construídas as trajetórias de vida ou grupais repletas de símbolos, valores produzidos e reproduzidos pelos vínculos sociais. Cada tipo de vínculo social gera também um tipo de economia. A ampliação de um vínculo social não anula o vínculo já vivido. Assim, podem os diferentes tipos de economia coexistir na vida de uma mesma pessoa porque ela está em íntima relação com o grupo, ou seja, em um mesmo momento da vida uma pessoa pode sustentar um filho (grupo familiar), ter relações de troca de amizades (grupos por afinidades), pagar impostos (cidadania) e ter um contrato de trabalho (mercado de trabalho),

demonstrando assim que a economia de intercâmbio não é a única da vida de uma pessoa.

Pelo fato de considerarmos uma única economia como legítima, a de mercado, tornamos invisíveis as outras economias que cotidianamente vivenciamos. Da mesma forma ocorre no que diz respeito ao sentimento de felicidade. Entregar o sentimento de felicidade à tese do progresso civilizatório é deixar invisíveis à sociedade outros modos de sermos felizes. Os sentimentos de felicidade são também vivenciados nas relações que estabelecemos, na simplicidade, sem que estejam atreladas a um valor de mercado como, por exemplo, na família, com amigos, exercendo a cidadania e no trabalho. Dessas vivências sentidas, internalizamos valores, constituímos nossa história de vida e nossos ideais de busca em nossa vida. A conquista da autonomia financeira não é a única maneira de vivenciar felicidade, pois as relações familiares, de amizade, de cidadania são pautadas por outras buscas pessoais advindas de outras necessidades que nos direcionam a construir vínculos.

Tabela 2 -Dinâmica das relações vinculantes

	Forma de vínculo (Gaiger)	Tipos de vínculos (Bajoit)	Relações econômicas (Razeto/ Polanyi)	Características econômicas (Razeto/ Polanyi)
D o m e s t i c i d a d e	Vínculos sociais são legados - sociabilidade primária: Constituídos modernamente pela família nuclear. Mais que escolhidos, se estabelecem segundo critério de precedência e de autoridade pré-existente em contextos simultâneos de intimidade e assimetria. Funcionam mediante relações interpessoais diretas, promovendo a partilha de comunhão de histórias, memórias, cosmovisões e identidades.	Vínculos condicionais ou vínculos seriais: Em tais contextos, o grupo depende de uma condição social comum prévia de pertencimento (família, clã, etnia, lugar dentro de uma organização, etc.). As atividades econômicas e a divisão de trabalho subordinam-se aos ciclos geracionais e às formas habituais e tradicionais de reprodução social.	Comensalidade: No interior de um grupo fechado, constituídos por vínculos, além do econômico, os fluxos de bens e serviços – no tocante a produzir, distribuir, utilizar e consumir – atendem a necessidades individuais compartilhadas ou sancionadas em comum, num contexto cujo alto grau de integração fusiona as individualidades no coletivo.	Condições para a comensalidade funcionar: Um núcleo precursor, imerso na memória e identidade grupal; Noções de justiça e de equidade que dependem dos padrões desempenhados pelos indivíduos, sem implicarem princípios igualitaristas ou correspondência com as contribuições individuais; Um processo lento de agregação de novos indivíduos por consanguinidade ou por entrada no círculo restrito das afinidades de parentesco; A subordinação das estratégias econômicas aos ciclos geracionais de reprodução familiar.
R e c i p r o c i d a d e	Vínculos sociais se alargam em círculos de interação; transição entre sociabilidade primária e secundária. Constituição de redes sociais maiores que as de parentesco.	Fusionais – Os indivíduos ligam-se mutuamente por uma comunidade de convicções. As condutas se traduzem em modalidades de associação entre indivíduos e grupos.	Relações de cooperação: As iniciativas econômicas funcionam expandem seu quadro social com base em relações de cooperação.	A transição da comensalidade para a cooperação implica: (a) reconhecer a legitimidade e as singularidades próprias das formas familiares de economia e das formas associativas; (b) propiciar a ascensão das relações de cooperação à posição central dominante; (c) canalizar os ativos humanos, econômicos e relacionais, representados pela comensalidade, para o fortalecimento da cooperação. Fala-se em mercado de reciprocidade onde o intercâmbio se vale dos valores humanos produzidos pela reciprocidade, como a paz, a confiança e a compreensão mútua, mas os toma instrumentalmente e inverte o movimento em direção ao outro para movimentos em direção a si.
R e d i s t r i b u i ç ã o	Formação de unidades políticas mais amplas do que comunidades e agrupamentos locais, originando estados nacionais e impérios. Denota-se que os vínculos sociais seguem se estendendo além das fronteiras das interações face a face e dos ambientes sociais compartilhados. Princípios de unidade e de autoridade centralizadas.	Vínculos funcionais: Os indivíduos e seus agrupamentos primários se reconhecem no seio de um sistema social, nele estando integrados a partir das funções que desempenham. Controle normativo pela delegação de poder a uma autoridade central.	Redistribuição: relações econômicas pautadas pela obrigação, expressando-se em formas de tributação ou de designação hierárquica.	A lógica da redistribuição supõe um pacto social que retraduz o princípio da dádiva em uma escala temporal e espacial ainda mais ampla. Seu conteúdo virá a depender do tônus da reciprocidade que prevalece ou organiza a vida social [...] ao espírito de cidadania. Em caso negativo, será mais provável que o princípio de redistribuição assuma um sinal regressivo, concentrando poder e riqueza e promovendo maior desequilíbrio.
I n t e r c â m b i o	Surge de situações em que indivíduos necessitam momentaneamente uns dos outros sem precisar ou sem almejar criar vínculos, ou melhor, desejando apenas laços passageiros, em circunstâncias específicas, em que se compatibilizam e se pactuam de comum acordo as bases da transação. Nas sociedades modernas, vínculos interpessoais, com frequência, devem ser afastados do trato dos assuntos coletivos, sobretudo da esfera política. Esse critério, republicano, só faz sentido quando a sociabilidade primária e a secundária se separam em dois universos estanques.	Com enfoque instrumental que se destina a evitar compromissos que ultrapassem o interesse imediato, firmam-se <i>vínculos contratuais</i> .	 Mercado ou economia de mercado moderno: O princípio do intercâmbio tem a finalidade de estabelecer movimentos recíprocos <i>entre mãos</i> , facilitando a permuta e a circulação de bens. O Intercâmbio é identificado com o mercado ou com a economia de mercado moderna.	O mercado é onipresente nas sociedades: consiste em um sistema que serve a transações voluntárias, decorrentes de interesses. O Comércio consiste em uma forma pacífica de adquirir bens que normalmente se adquiriam a distância, em troca de outros bens ou moedas. A política funciona como um princípio organizador do mercado. Cabe ao Estado tornar inteligíveis as relações econômicas (institui um sistema monetário, um sistema tributário, um sistema educacional e, ainda, promove a integração social e territorial). Para Braudel, o mercado cumpre um papel civilizador. Para Sen, o mercado funciona como provedor de interesses para os desfavorecidos. Para Singer, a economia solidária exige o mercado, que é sinônimo de autonomia e combina com democracia; torna-se imperativo inventar um novo mercado.

Fonte: GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária e Metautilitarismo: Apontamentos. 2013

CAPÍTULO 3

A FELICIDADE E A DINÂMICA DAS RELAÇÕES VINCULANTES

Até o momento, nos capítulos anteriores, apresentamos as discussões da atualidade que versam sobre a questão da felicidade e envolvem os conceitos de ser humano, de natureza e, conseqüentemente, de desenvolvimento. Em torno desse debate, escolhemos para abordar o tema com base no paradigma da dádiva, que surge de críticas à concepção iluminista de ser humano e de mundo que coloca a razão como centro da organização social. Para Giannetti, em seu livro intitulado *Felicidade*, já citado no Capítulo 2, “o erro capital do projeto iluminista foi dar ênfase desmensurada à transformação e à conquista do mundo objetivo em detrimento de uma atenção maior à questão dos desejos e ao lado contemplativo da realização humana” (GIANNETTI, 2002, p. 38). O paradigma da dádiva questiona, a partir da comparação entre sociedades mais antigas com as sociedades capitalistas, a concepção iluminista da troca. Para Mauss (2011), as trocas não ocorrem somente pela razão ou pela sua utilidade, mas obedecem a uma dinâmica que articula as paixões humanas à coletividade, o que, para Polanyi (2012, p. 49), não é algo necessariamente orientado por fins econômicos, mas, sim, com vistas às manutenções de laços sociais e de vários âmbitos da organização social.

A partir de um prisma que articula as paixões humanas à organização social, procuramos compreender a felicidade humana. Em um primeiro momento deste capítulo, apresentaremos nosso conceito de felicidade. Entendemos que este conceito deve considerar a percepção subjetiva das pessoas e como esta maneira de sentir se articula às formas de organização coletiva das mesmas. O conceito de felicidade deve abranger as condições subjetivas bem como as condições objetivas que levam as pessoas a se sentirem felizes. É importante frisar que, muito embora a descrição do fenômeno humano de felicidade tenha características próprias que são elencados nos estudos e citadas a seguir, o paradigma da dádiva apresentado no capítulo anterior é um divisor de águas para sua análise. A percepção subjetiva pode ser abordada do ponto de vista do indivíduo, como também do ponto de vista da articulação desse indivíduo com o seu coletivo. Dessa maneira, apresentamos estudos da psicologia positiva no que diz respeito à descrição do fenômeno, mas nos distanciamos da mesma no método de análise.

A psicologia positiva compreende que a felicidade surge de uma combinação entre fatores genéticos, condições externas e atividades volitivas (ANDREWS, 2011, p. 62). Pesquisadores desse campo de estudo compreendem que podemos mudar nossas condições genéticas e os hábitos adquiridos mediante exercícios mentais e cotidianos que elevam a capacidade de ter uma vida positiva. Para isso, fazem uso de estudos das atividades religiosas usadas há milênios, como meditação, exercícios físicos e vivências de sentimentos que restauram vínculos sociais como a gratidão e o perdão. Neste trabalho, entendemos que os comportamentos humanos se relacionam com uma racionalidade coletiva e que as percepções subjetivas são produzidas nas vivências das relações vinculantes que têm como objetivo a produção e reprodução da vida, e esta obedece à dinâmica de reciprocidade, o que implica uma mudança de paradigma de análise do fenômeno, portanto, no segundo momento deste capítulo, abordaremos a sistematização teórica das relações vinculantes, apresentada no capítulo anterior, retomado neste com o objetivo de apresentar nossa proposta de análise à luz dessa sistematização.

Como sequência no capítulo, apresentamos a maneira como compreendemos o sujeito de nossa pesquisa, o campo empírico para a análise da proposta teórica apresentada que corresponde ao objeto a ser pesquisado e a metodologia aplicada na pesquisa.

3.1 SOBRE O CONCEITO DE FELICIDADE

O conceito de felicidade utilizado neste trabalho surge da revisão teórica de autores e do debate coletivo no grupo de pesquisas de Economia Solidária e cooperativas da UNISINOS, do qual faço parte. Diante do propósito de estudar o tema, nos cercamos de estudos recentes sobre o assunto (muitos advindos da psicologia positiva, filosofia e antropologia), de oficinas com filmes onde debatemos o tema felicidade ao qual estavam relacionados. Ambos os contextos geraram produções acadêmicas sobre a questão de felicidade, entre elas o texto de Gaiger intitulado Saint-Exupery e o valor das relações vinculantes: Apontamentos sobre a Economia Solidária e a Felicidade, que tomaremos como base neste capítulo. Gaiger (2015) compreende, amparado em Giannetti, a felicidade como um “estado

de paz e bem-estar consistente e ancorado no que julgamos primordial à vida, à trajetória de nossas realizações a uma avaliação global da vida que temos e que levamos” (GAIGER, 2015, p. 213). Essa sensação de bem-estar para o autor resulta de uma atividade engajada, da reflexividade que está presente nos julgamentos e envolve os sentimentos. Para uma melhor compreensão do conceito, passaremos por explicá-lo de acordo com as categorias que o conceito apresenta (GAIGER, 2015, p. 214).

No que se refere ao item “estado de bem-estar consistente”, esse diz respeito ao conceito de sentimento. Damásio, em sua obra “O Erro de Descartes: emoção, razão e cérebro humano” procura mostrar que existe uma sinergia entre o corpo, as emoções e os sentimentos. O autor se distancia da concepção dicotômica de corpo e mente e afirma que as emoções e os sentimentos não são invisíveis como se imaginava, pois eles se materializam por meio do corpo. “De acordo com essa perspectiva, os nossos mais refinados pensamentos, as nossas maiores alegrias e as nossas mais profundas mágoas usam o corpo como instrumento de aferição” (DAMÁSIO, 2016, p. 18). Embora ambos sejam expressos pelo corpo, para o autor, as emoções surgem de um processo biológico, natural diante de um acontecimento inesperado, mas que, sem a consciência do sentimento que a envolve “é um estado frio e neutro de percepção intelectual” (DAMÁSIO, 2016, p.145).

Para Damásio, os sentimentos somente são desencadeados por um processo voluntário de avaliação, não automático, que tem relação com as circunstâncias de nossas vidas como seres sociais. Para o autor, “um sentimento em relação a um determinado objeto baseia-se na subjetividade da percepção do objeto, da percepção do estado corporal desencadeado pelo objeto e da percepção das modificações de estilo e eficiência do pensamento que ocorrem durante todo esse processo” (DAMÁSIO, 2016, p. 165). Ou seja, podemos compreender o sentimento de felicidade resultante de uma emoção que se articula com a lembrança de algo vivido, cheio de significado e que movimentava nosso corpo e nossa subjetividade. Nas palavras de Grant: “A felicidade é, portanto, o equilíbrio entre o prazer, o engajamento e o significado” (GRANT, 2013, p. 12).

Alguém pode se declarar feliz por diferentes motivos. Greve (2013) distingue três formas de nos referirmos à felicidade: (a) A primeira, a felicidade instantânea, pode ser definida a partir de nossas sensações corporais, como sentir um cheiro que traz lembranças agradáveis, comer algo que nos apetece momentaneamente, ouvir

uma música agradável, ou por situações não habituais da vida, como a sorte; (b) a segunda forma diz respeito às avaliações que fizemos da vida, a partir de valores com os quais julgamos as experiências positivas e negativas da trajetória vivenciada; (c) a terceira forma estaria relacionada à qualidade de vida que remeteria às metas e aos objetivos alcançados na vida. Essa avaliação sobre a trajetória e com a qual se relacionam as metas de vida necessita de um processo de reflexão. Para Giannetti, “a felicidade não é apenas uma sensação local (estar feliz), mas inclui um componente reflexivo, ou seja, ela é um sentimento calcado numa avaliação global de minha vida (ser feliz)” (GIANNETTI, 2002, p. 36). O ponto que mais nos interessa aqui é o que diz respeito à avaliação global da vida, que se refere ao ser feliz mais do que estar feliz. Para essa reflexão, faz-se necessária uma avaliação das trajetórias da vida.

Com relação ao item “engajamento e trajetórias de vida”, concordamos com Ana Roque Dantas, autora do livro “A construção Social da Felicidade”, quando ela afirma que conceito de felicidade não deve ser reduzido a necessidades biológicas e individuais. Esse sentimento é também um problema sociológico, já que a felicidade assume um papel motor da ação social em diferentes formas, na medida em que cada ator social constrói um projeto de vida em que a questão da felicidade é um fator fundamental de sua ação e avaliação. Para a autora, que se ampara em Veenhoven³ e Damásio, a felicidade é fortemente condicionada pelo meio social em que a pessoa feliz se insere. Além da relevância da felicidade para a tomada de ação de cada pessoa, também se considera a importância de como cada sujeito avalia os aspectos positivos e negativos de sua trajetória de vida. A construção do projeto individual de felicidade consiste em referências de emoções ou sentimentos positivos que estão diretamente relacionados com as transformações que as pessoas fazem das condições de que dispõem (DANTAS, 2012, p. 23). Essas transformações dependem de como cada pessoa avalia instantaneamente as circunstâncias da vida e as transformam em uma situação diferenciada. A avaliação dos aspectos positivos ou negativos das experiências vividas se relaciona com os valores internalizados nas trajetórias de vidas.

³ Veenhoven, no início de sua pesquisa, definiu felicidade como o nível em que o indivíduo julga favoravelmente a qualidade geral de sua vida” (GREVE, 2013, p. 41, *apud* VEENHOVEN, 1991, p. 2).

A questão da felicidade é fundamental na elaboração dos projetos de vida que se atualizam pelas relações entre os indivíduos, por suas ações e interações de projetos (DANTAS, 2013, p. 24). Para Dantas, os projetos de vida se constituem de uma dinâmica que pressupõe o cruzamento entre as trajetórias de vida e como se projetam para os ideais de vida. As rupturas para alcançar tais ideais determinam a avaliação de cada pessoa sobre sua vida. Para a autora, essa construção social da felicidade possui três dimensões: as características socioculturais, as características biográficas e as convicções e valores orientadores.

Partimos então do pressuposto de que o sentimento de felicidade resulta de reflexões e avaliações de ações engajadas, cheias de sentido. Entendemos que, para tal avaliação, faz-se necessária a interação com outros viventes. Concordamos com Paul Singer, que expressa sua opinião sobre a questão da felicidade no texto “Crise induzida pelo neoliberalismo *versus* invenções democráticas”, sustentando que “a felicidade e a infelicidade são produções sociais, não são coisas que a gente sofre ou goza por acaso. Acontece na interação humana” (SINGER, 2015, p. 13).

A partir dessa forma de olhar o sentimento da felicidade, ou seja, como uma sensação corporal articulada às lembranças das experiências de relações vividas, julgamos ser importante entender como surgem na vida de uma pessoa os grupos de valores que formam os critérios de avaliação para o julgamento sobre a felicidade na vida. A teoria das relações vinculantes citada no capítulo anterior, que parte de quatro princípios de agir econômicos - domesticidade, reciprocidade, redistribuição e intercâmbio - contribui para esta análise. Cada um desses princípios de ação tem uma forma de estabelecer o vínculo, que se diferenciam. Dessas relações surgem necessidades pessoais que, por sua vez, desenvolvem tipos de economia e valores com os quais são formados nossos ideais. À medida que os vínculos se ampliam, modificam as necessidades e ampliam-se os valores internalizados e os planos para a realização pessoal. Os novos valores não anulam os anteriores, mas articulam-se, construindo marcas individuais. São os materiais com os quais as pessoas refletem sobre a trajetória de vida e adquirem condições de avaliá-la de forma positiva ou negativa. Se as avaliações são positivas e se aproximam dos ideais de vida, as pessoas se avaliam como felizes.

A forma de vínculo no princípio de agir econômico da domesticidade é das relações primárias, em que são estabelecidas as relações de confiança, partilha e comunhão. O tipo de vínculo é de pertencimento e atende as necessidades de nutrir,

produzir e reproduzir, constituindo o sentimento de pertença e identificações grupais. A transição entre os vínculos primários e secundários é percebida no princípio de agir da reciprocidade, em que se ampliam as relações familiares para as relações entre amigos, vizinhos e comunitárias. Na percepção das identificações entre os grupos e diferenças entre o grupo familiar, desenvolvem-se os valores de respeito às diferenças, justiça e cooperação. As necessidades econômicas são de cooperação e desenvolvem o reconhecimento do outro, a autoestima e os valores de honra e dignidade. Nesta proposta, entende-se que, ao ampliar os vínculos sociais, a importância de se sentir pertencente a um grupo e do reconhecimento social não se anulam, mas se articulam à formação de vínculos seguintes. Também se percebe que esses valores e ideais são adquiridos desde a infância e coexistem em uma pessoa na vida adulta.

No princípio de agir econômico da redistribuição, esse sentimento de pertença e de reconhecimento se articula com o exercício da cidadania, e se desenvolvem os vínculos políticos. Nesses processos de vinculação, são importantes as noções grupais de espaço e tempo, já que os vínculos se ampliam de locais para regionais e nacionais. Advém desses vínculos a sensação de fazer parte de algo maior. Neste princípio de ação, os grupos se organizam de maneira que estabelecem relações de participação, de representação coletiva e, por vezes, hierárquicas, estabelecendo relações de poder. Os ideais que se desenvolvem a partir desses vínculos são de cidadania, solidariedade e identidade social.

No princípio de agir do intercâmbio se estabelecem vínculos contratuais, com início, meio e fim. As relações pessoais são passageiras, as necessidades econômicas são de circulação de bens e de trocas. O ideal que movimenta esse agir econômico é uma vida com o mínimo de vínculos possíveis sem dívidas. Para aqueles que se posicionam de acordo com o sistema hegemônico, esse ideal se apresenta como a busca de liberdade individual, que é conquistada quando se minimizam as leis, os conflitos com a autoridade. Segundo Cléro, o verdadeiro eixo do ensaio da liberdade de Stuart Mill “é conhecer a natureza e os limites do poder que a sociedade pode legitimamente exercer sobre o indivíduo” (CLÉRO, 2006b, p. 552). Àqueles que se posicionam para uma vida que tem como base a construção de vínculos, o ideal que se coloca é a da autogestão, “um projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta” (MOTHÈ, 2009, p. 26), que tem

como objetivo destacar suas diferenças de posição com relação ao projeto hegemônico.

Tabela 3 - Tipos de valores/matérias para a avaliação pessoal da felicidade

Princípios de agir/ Engajamento	Forma de vínculo	Tipo de vínculo	Tipo de economia / necessidades	Tipos de valores/ materiais para a avaliação pessoal de felicidade
Domesticidade	Primários – relações de confiança, partilha, comunhão	Pertencimento	Atende as necessidades de nutrir, produzir.	Sentimento de pertença e identificações
Reciprocidade	Transição: sociabilidade primária - Secundária – Respeito – Justiça/ética	Reconhecimento das diferenças singulares	Cooperação, troca	Reconhecimento do outro – e de sua história - autoestima
Redistribuição	Política e Cidadania	Espacial, temporal Regional - Políticos, hierarquia, relações de poder	Tributos Reconhecimento das relações de autoridade	Solidariedade social, identidade, cidadania
Intercâmbio	Interpessoais Passageiros	Contratuais	Circulação de bens, trocas	Liberdade individual (para aqueles que aderem à lógica do paradigma hegemônico) e Autogestão (para aqueles que aderem ao paradigma da dívida)

A partir da compreensão da importância dos vínculos na construção dos projetos pessoais de vida, percebe-se que os sentimentos de plenitude e bem-estar advêm de sensações e emoções que marcam e se desenvolvem na vida de uma pessoa como em um crescente espiral. Por este prisma, a realização pessoal advinda da liberdade individual, tão desejada como meta de vida, é possível desde

que o sentimento de pertença, de reconhecimento e autoestima, de cidadania e/ou participação e solidariedade estejam articulados a essa realização. Caso contrário, a sensação de mal-estar caminha lado a lado com a conquista da liberdade individual. Da mesma maneira que, nesta teoria, pode-se perceber que pessoas que lutam em conjunto por esse ideal e adquirem um sentimento de pertença a um grupo, de respeito e reconhecimento e do exercício de sua cidadania mediante a participação e solidariedade conquistam a liberdade de expressão por meio do exercício constante da democracia participativa.

3.2 O SUJEITO E O OBJETO DE ESTUDO DA PESQUISA

Com o objetivo de pensar sobre os sujeitos de nossa pesquisa, partiremos da observação de Giannetti, em que sugere que possamos olhar para a tese da permuta civilizatória não apenas pelo lado negativo das perdas subjetivas que o progresso impõe ao ser humano e que causa mal-estar, mas também pelo lado positivo, para o bem-estar que surge da atitude da pessoa em driblar essa proposta da lógica do progresso em sua vida. A nosso ver, essa diferença implica uma mudança de posição diante da percepção da vida. Nas palavras de Giannetti, “há outro modo de encarar a permuta: olhar não tanto para os venenos e as chagas ocultas da civilização, mas no que haveria de valioso dos menos, ou não civilizados, e que o avanço da civilização dilapidou” (GIANNETTI, 2002, p. 121).

Já é conhecido o mito que conta a história de Prometeu que rouba de “Zeus a arte do fogo e a luz do saber técnico para o benefício da humanidade” (GIANNETTI, 2012, p. 100). O que é menos conhecido é que Prometeu tinha um irmão simétrico chamado Epimeteu. O nome Prometeu significa em grego: pensa antes de agir, e, em contrapartida, o nome Epimeteu significa em grego: age antes de pensar. Enquanto um representa a escolha pela razão, o outro representa “a exuberância do instinto pela precariedade da vida prática” (GIANNETTI, 2012, p. 122). Esses personagens mitológicos, segundo Giannetti, foram muito explorados pelo filósofo renascentista Francis Bacon, que descreve as características dos seguidores de Epimeteu e Prometeu, a saber:

“Os seguidores de Epimeteu”, pondera o filósofo, “são improvidentes, pouco veem à sua frente e preferem aquilo que seja aprazível no presente; daí que se viram oprimidos por numerosos apreços, estorvos e calamidades contra os quais batalham de modo quase contínuo. Nos intervalos, contudo, eles satisfazem a sua índole e, por falta de um melhor conhecimento das coisas, alimentam sua alma com esperanças vãs e se deleitam e suavizam as misérias da vida como que imersos sonhos prazenteiros. Já os seguidores de Prometeu são homens prudentes e ressabiados que miram o futuro cheios de cautela, antecipam e previnem calamidades e infortúnios. Ocorre, porém, que essa índole alerta e providente vai escoltada pela privação de numerosos prazeres e pela perda de diversas delícias, visto que tais homens sonegam a si próprios o desfrute até mesmo de coisas inocentes, e o que é ainda pior, eles se torturam e se dilaceram com cuidados, temores e inquietações, ficando assim amarrados ao pilar da necessidade e atormentados sem-número de pensamentos que ferem, rasgam e esburacam sem cessar o seu fígado e mente” (*Apud* BACON, 1854. *In:* GIANNETTI, 2012, p. 123).

Podemos fazer a alusão de que os seguidores de ambos os personagens são atuais. O processo econômico, tal como é concebido pelo Iluminismo, separa a economia das relações sociais. Ante as controvérsias sobre o desenvolvimento, as pessoas fazem suas escolhas de como articular seus projetos de vida com os da sociedade. Luiz Razeto, em seu artigo “La Economía de Solidariedad: Concepto, Realidad y Proyecto”, discorre sobre a importância de articular ações de solidariedade, em diferentes situações e lugares, ao conceito de economia. Percebemos essa separação entre a Economia e Solidariedade da maneira como nos referimos tanto a um como a outro. “Quando falamos em Economia nos referimos espontaneamente à utilidade, à escassez, aos interesses, à propriedade, às necessidades, à competência, ao conflito e à ganancia” (RAZETO, 2007, p. 317). Por outro lado, a solidariedade, a fraternidade e a gratuidade parecem ser algo à parte desse sistema econômico.

Essa dicotomia entre Economia e Solidariedade, segundo o autor, pode ser superada ao compreendermos a solidariedade dentro da teoria e a prática de Economia, e se verificarmos as ações práticas, atitudes solidárias que estão presentes em diferentes espaços, sem que sejam incorporados ao projeto econômico. O autor propõe que a solidariedade seja introduzida nas diversas fases do sistema econômico “produção, circulação, consumo e acumulação, e dessa maneira perceberemos que se visibiliza um novo modo de fazer economia, uma nova racionalidade” (RAZETO, 2007, p. 320).

A presença parcial da solidariedade na economia é explicada pelo fato de que “as organizações e processos econômicos são o resultado da ação real e complexa de homens e mulheres que põem em sua atividade todo seu ser, e a solidariedade é algo que, em alguma medida, está presente em todo ser humano” (RAZETO, 2007, 321). Dessa maneira, percebe-se que, mesmo em uma visão dicotômica da economia e solidariedade, percebemos ações solidárias de pessoas, o que indica que a semente de outra racionalidade se encontra na posição de ação escolhida de alguém em como se relacionar com o meio ambiente e com as outras pessoas.

Podemos encontrar, por este prisma, algumas razões para entender como as pessoas, sócios e sócias de empreendimentos solidários, praticam a solidariedade e são percebidos como alegres, carismáticos, mesmo que estejam imersos em uma sociedade que defende uma racionalidade diferente, de uma sociedade onde prevalece a lógica dos filhos de Prometeu que vivem “atormentados por tentativas de subir na vida, empatam ou perdem para o esforço sucessivamente despendido” (GAIGER, 2015, p. 222). Para Gaiger, a economia Solidária afasta-se dos enredos das direções de caminhada pela felicidade do progresso civilizatório e de algumas armadilhas. Identifica isso por três razões:

* A primeira razão é de que a sociedade mercantil, ao fazer uso da lógica utilitarista, vivencia uma desarticulação social em que o mundo privado está separado do social. Mas, no que diz respeito aos empreendimentos solidários, não é possível separar vida privada da comunitária, pois seria pôr em risco a vida do empreendimento. Nesses casos, não se separam essas esferas da vida, mas se integram e articulam-se como se fizessem parte de um circuito; são empreendimentos autônomos e afetivos. A vida familiar está integrada aos outros laços sociais.

* A segunda razão é de que a Economia Solidária é constituída de indivíduos que possuem trajetórias de vida voltadas ao associativismo, alimentando o espírito coletivo, partilhando de uma sociabilidade densa e evitando o lema da sociedade mercantil que separa a vida privada do trabalho ou as amizades dos negócios. Os integrantes dos empreendimentos solidários demonstram ter consciência da sua natureza humana limitada, dando valor à importância das relações vinculantes para a construção de projetos pessoais e coletivos. Essa práxis contínua da Economia Solidária, a amplitude das criações e a eficiência dessas relações levam a uma

consciência do valor desses princípios para as pessoas e os grupos dos quais fazem parte.

* A terceira razão é de que, pelo motivo da Economia solidária escolher uma sociabilidade mais densa, os empreendimentos solidários são instrumentos de inserção laboral, geração de renda e proteção contra o desamparo e desalento, o que desenvolve o aumento das satisfações psíquicas, ao mesmo tempo em que cria uma identificação entre os membros, um sentimento de pertença e de coletividade.

Essas razões ainda são desdobradas em cinco hipóteses para compreender por que as escolhas por uma racionalidade propiciada pelos vínculos sociais beneficiam os mesmos a vivenciarem e expressarem felicidade. A primeira é de que a escolha pelos laços sociais, e por uma vida significativa e gratificante, por meio dos vínculos, foge da lógica de que “quanto mais tem, mais precisa”, intrínseca à busca da felicidade por meio da aquisição de bens. A segunda é que a Economia Solidária protege as pessoas da lógica de que alcançariam a felicidade por se destacarem dos demais, por terem um *status* superior. A terceira hipótese advém do argumento de Giannetti de que “uma vez resolvidas certas carências básicas ligadas a bens de primeira necessidade, o desafio da Felicidade se torna muito mais uma questão de psicologia e de ética do que propriamente de economia” (GIANNETTI, 2002 p. 94). Sendo uma questão de ética, a produção de vínculos contribui para o surgimento do sentimento da felicidade. A quarta hipótese diz respeito às manifestações individualistas, desencorajadas pela Economia Solidária em que é difundida a proposta de um comércio justo, de uma relação ética com o meio ambiente, com a produção, com o produto e com o consumidor. Dessa maneira, os(as) sócios(as) e sócias da Economia Solidária “introduzem freios inibitórios à corrida individualista pelo bem-estar”. (GAIGER, 2015, p. 224). O quinto é que “o ambiente da Economia Solidária, sendo grupal e fundado na livre adesão, favorece uma nova orientação de valores e preferências” (GAIGER, 2015, p. 225).

Para Gaiger, o protagonismo dos sujeitos da Economia Solidária está em não recusar completamente o modelo mercantil, mas em aderir “com cautela o projeto moderno de bem-estar” (GAIGER, 2015, p. 220), preservando valores e sistemas de vida com a recusa de trocá-los por possíveis benesses de um grau de civilização que se impõe como superior. Essa maneira de compreender o sujeito da economia solidária se articula com o conceito de homem simples de José de Souza Martins (2012). Para esse autor, homem simples é aquele que vive com dificuldades de

acesso aos processos de avanços tecnológicos e concebe as promessas de desenvolvimento e felicidade da modernidade como inacabadas. Diante dessa realidade, o sujeito vivencia a complexidade da luta diária que emerge do conflito pessoal entre a internalização dos símbolos da modernidade e as referências tradicionais familiares e comunitárias (MARTINS, 2012 p. 18).

A vida do homem simples, para Martins, é caracterizada pela vivência cotidiana da tensão entre o crescimento econômico e a ética. Diante desse cenário, o homem simples cria, se reinventa, transforma sua realidade, descobre caminhos para superar os conflitos decorrentes da instauração da modernidade, caracterizados pela disputa de valores sociais, materializada na necessidade de escolha entre o novo e o fugaz, de um lado, e o costumeiro e tradicional, do outro (MARTINS, 2012, p. 20). Para o homem simples, “a pessoa continua sendo o centro das relações sociais e não o indivíduo e a trama das relações contratuais de que ele é parte” (MARTINS, 2012, p. 44). Prefiro usar o termo “pessoa simples”, pois é mais inclusivo, e a categoria pessoa, a partir de DUMONT (1985), carrega consigo valores que indicam sua formação social e cultural. Observar os conflitos sociais a partir da mirada nas pessoas simples, segundo Martins, amplia nosso olhar a respeito de diferentes conceitos acadêmicos. A vivência de felicidade, a partir da esperança e confiança que emergem dos vínculos e laços sociais das pessoas simples sugere que podemos partir desse prisma de observação da felicidade para melhor compreender o cotidiano das pessoas que a vivem e o lugar da felicidade nesse processo.

Relembrando, apresentamos, até o momento, nossa perspectiva sobre o conceito de felicidade que a compreende como um sentimento e, como tal, advém de uma sinergia entre as manifestações do corpo (emoções) com as lembranças de vivências internalizadas que provocaram marcas (relações sociais). Essas vivências são acionadas de nossas trajetórias de vida e supõem um processo reflexivo para julgamento dessas lembranças a partir dos valores adquiridos na vida. Esse processo acontece de modo simultâneo em uma pessoa e é materializado nas expressões corporais que indicam alegrias, como o sorriso, entre outras manifestações corporais percebidas na relação de uma pessoa a outra. Partindo desse conceito, propomos analisá-lo dentro de um paradigma que compreende que a proposta do projeto iluminista, ao negar a natureza humana e sua relação com a natureza - pressupondo o domínio sobre essas - causa mal-estar e estranhamentos

que dificultam o acesso a uma vida feliz. Em contrapartida, nosso paradigma de análise parte de estudos de sociedades anteriores ao iluminismo e entende a articulação com a natureza humana e sua relação com o meio ambiente como promotora de organização social. O motor dessa articulação são as alianças produtoras e reprodutoras de vínculos. A valorização das relações vinculantes se mostra um terreno propício para se ter uma boa vida. Também mostramos que, apesar de o projeto iluminista ser dominante em nossa sociedade, as ações advindas de outras formas de se compreender o mundo, mediante os vínculos sociais, coexistem ao projeto hegemônico.

Os sujeitos da Economia Solidária demonstram, com frequência em suas expressões, alegria, gentileza, acolhida; são afetivos, disponíveis, prestativos e vivenciam uma sociabilidade densa, mesmo que, em alguns momentos, as condições objetivas sejam adversas. A partir disso, apresentamos, a partir de Gaiger, algumas hipóteses que contribuem para que os sujeitos da Economia Solidária driblem o modelo hegemônico, sintam-se e se apresentem como felizes. Acreditamos, segundo a abordagem teórica, que essa força advém das relações vinculantes. Portanto, o objeto deste estudo se anuncia como um duplo problema de investigação teórica e empírica, a saber:

Do ponto de vista teórico, trata-se de buscar e articular os fundamentos para uma abordagem de felicidade na perspectiva do paradigma dos vínculos sociais, sobretudo a partir da obra seminal de Marcel Mauss e de conceitos como dádiva e reciprocidade. Do ponto de vista aplicado, como forma de pôr à prova, de retificar e prover de maior consistência dita abordagem, trata-se de tomar a Economia Solidária como objeto empírico de análise e, tendo em vista o cotidiano das pessoas simples que tomam parte de empreendimentos coletivos e cooperativos, averiguar em que medida e de que modo, em tal contexto de interações, as relações sociais vinculantes produzem estados de felicidade que contribuem para o desenvolvimento tanto pessoal quanto grupal dessas pessoas e, dessa forma, para a continuidade de tais práticas, apesar das adversidades a elas impostas em decorrência de sua condição social e de agirem na contracorrente do modelo cultural hegemônico de realização e felicidade.

.

3.3 OBJETIVOS E METODOLOGIA DE PESQUISA

Com o objetivo de verificar se o paradigma da dádiva se aplica à análise da felicidade, tendo como campo empírico dessa verificação os sujeitos da Economia Solidária, partimos de três objetivos específicos: o primeiro é nos aproximarmos das pesquisas em Economia Solidária para verificar e comprovar a importância dos vínculos para os seus sócios e sócias. O segundo é compreender se estes vínculos estão relacionados com o sentimento de felicidade dos sócios e sócias em Economia Solidária. O terceiro objetivo é relacionar esses dados encontrados na pesquisa empírica com o paradigma da dádiva apresentado nos capítulos anteriores. Para alcançar esses objetivos, faremos uso de metodologias quantitativas e qualitativas. Abaixo, apresentamos como foram realizadas essas escolhas metodológicas.

Escrever sobre felicidade foi, no mínimo, um desafio. Inicialmente, entendíamos ser um assunto somente com relação às subjetividades das pessoas. Quanto mais mergulhávamos na literatura, percebíamos que felicidade é uma questão que ultrapassa a vida pessoal. Para além dos projetos individuais, o tema remete a projetos coletivos de sociedade. O tema Felicidade nos remeteu a estudos de desenvolvimento e economia e a buscas teóricas que desconstruíam os modelos dominantes de conceber desenvolvimento, economia e, conseqüentemente, felicidade. Como consequência, então, o primeiro passo do processo metodológico desse trabalho foi a pesquisa bibliográfica a partir da qual se desenvolve nosso conceito de felicidade e o problema de pesquisa.

O conceito de felicidade deste trabalho surge dos estudos bibliográficos, bem como das discussões coletivas no Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativismo do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. A pesquisa se articula a outros estudos de pesquisadores e conta também com a parceria de colegas de pesquisa com os quais foram realizadas discussões sobre assuntos em comum aos temas pesquisados e visitas a empreendimentos solidários. Portanto, o resultado desse trabalho é produto de um pensar pessoal amparado pelo diálogo com o coletivo.

A busca bibliográfica percorreu diversas áreas do conhecimento, pois o tema felicidade atravessa o tempo e é transversal a várias disciplinas. Pela filosofia,

mediante o estudo da Moral, encontramos autores críticos ao modelo hegemônico utilitarista de correntes diferentes, que são as do comunitarista Charles Taylor e Allan Caillé, este defensor e divulgador do paradigma da dádiva de Marcel Mauss. A partir desses autores, conhecemos a história das controvérsias com relação ao tema, o que possibilitou fazer escolhas teóricas que contemplam o estudo das relações vinculantes para a compreensão da Felicidade. Pela psicologia positiva, disciplina que estuda o tema felicidade, por vezes com questionamentos ao utilitarismo, sem com isso abandonar o método de pesquisa positivo, procura compreender esse fenômeno a partir da análise do comportamento. Por meio dessa disciplina, conhecemos pesquisas com enfoque comportamental e biológico que apontaram pistas para o caminho bibliográfico que pretendemos percorrer: a importância dos vínculos.

O estudo sobre desenvolvimento econômico possibilitou-nos perceber que os projetos de vida estão alicerçados em projetos de sociedade. Esses projetos se amparam em conceitos de desenvolvimento econômico que tem como meta a felicidade da nação. Compreender a articulação do projeto coletivo aos individuais mostrou-nos que o sentimento de felicidade, apesar de pessoal, está muito relacionado ao contexto em que a pessoa se insere. Por este prisma, entendemos ser importante compreender a dinâmica desse sentimento para além da expressão do comportamento individual e de como esse se articula com o coletivo. Nesse sentido, escolhemos o paradigma da dádiva para a compreensão deste sentimento.

3.3.1 A escolha do campo empírico

Considerando que as pessoas que fazem parte da Economia Solidária se afastam da lógica do progresso civilizatório por escolherem a vivência de relações com vínculos sociais mais densos, entendemos que o campo empírico da Economia Solidária é propício para verificar a proposta de análise da felicidade a partir do paradigma da dádiva de Mauss. Poderíamos fazer um comparativo entre as pessoas que fazem parte e as que não fazem parte dos empreendimentos solidários se a questão da pesquisa fosse o quanto as pessoas na Economia Solidária são mais felizes que outras. Ocorre que a questão desta pesquisa é verificar se os vínculos

sociais são uma condição *sine qua non* para que as pessoas se avaliem como felizes, tendo como base referencial o paradigma da dádiva, o que justifica a escolha do campo empírico da Economia Solidária. Além de essa escolha se apoiar no referencial teórico, outras razões nos fazem escolher esse público para a pesquisa. A primeira razão é pelo fato de este trabalho se encontrar na linha de pesquisa que estuda este tema e, por este motivo, existem documentos de estudos já realizados que subsidiam essa pesquisa no intuito de conhecer o campo a ser pesquisado. A segunda é que as pesquisas em Economia Solidária evidenciam que os empreendimentos solidários sobrevivem apesar das adversidades que encontram para sua permanência. A terceira razão é que se percebe que as adversidades encontradas não impedem que as pessoas demonstrem certa satisfação em fazer parte dos empreendimentos solidários.

Com o objetivo de conhecer em que medida, no contexto de interações existentes em Economia Solidária, as relações vinculantes produzem estados de felicidade que contribuem para o desenvolvimento pessoal e grupal das pessoas simples, foi preciso fazer uso de instrumentos de pesquisa que articulem esse conhecimento às experiências vividas. Para a construção desse método, fez-se necessário utilizar dados secundários, ou seja, documentos já existentes, como pesquisas realizadas por outros pesquisadores, e primários, que são os dados coletados pela pesquisadora por meio de visitas a empreendimentos, de entrevistas individuais e coletivas a pessoas que trabalham com Economia Solidária. Sendo assim, esta pesquisa é de natureza quanti-qualitativa, pois faz uso de dados quantitativos e qualitativos para a testagem do problema a ser pesquisado.

Este estudo tem como sujeito da pesquisa o trabalhador, que é preciso caracterizar melhor; para isso, me apoiei nas abordagens de Gaiger (2015) e de Martins (2012), que compreendem esses trabalhadores como protagonistas, pelo fato de aderirem ao projeto da modernidade com cautela (GAIGER, 2015), recriando e transformando os símbolos da modernidade por meio da lógica da reciprocidade (MARTINS, 2012). Dentro desse prisma, Martins instiga o leitor a compreender os processos da modernidade e de desenvolvimento sob a ótica desse trabalhador. O autor discorre sobre a complexidade da vida cotidiana e sobre o lugar do pesquisador. Para o autor, o estudo da vida cotidiana amplia o olhar do observador com o simples, transformando a perspectiva de desencanto de um futuro sem

esperanças em uma perspectiva de produção e reprodução da subsistência de um mundo de “relações sociais familistas e comunitárias” (MARTINS, 2012, p. 32).

Para o pesquisador, observar a vida cotidiana remete à observação de um ser humano que vive em um pequeno mundo de todos os dias, onde estão presentes o tempo e a eficácia das vontades individuais, aquilo que faz a força da sociedade civil e dos movimentos sociais. A vida cotidiana, em sua complexidade, não é simplista, mas um espaço de lutas entre os símbolos da modernidade e os tradicionais, que são internalizados nos jeitos de ser dos homens simples e que, neste contexto, constroem uma riqueza de interpretações sobre a vida, podendo ser conhecida pela interação entre os sujeitos da pesquisa e o pesquisador. Como já foi dito, decidiu-se, neste trabalho, com estes argumentos, que os sujeitos da pesquisa seriam não apenas os homens simples, mas as pessoas simples, que é um termo mais inclusivo.

As análises das pessoas simples podem ocorrer por meio de uma leitura que se origina de uma teoria geral da modernidade, ou por uma leitura que se origine de seu cotidiano. Essa diferença de lugar do observador modifica a maneira de conceber a vida das pessoas simples. Observadas pelo prisma da modernidade, evidenciam-se seus pontos fracos que seriam seu não pertencimento à lógica hegemônica e às suas dificuldades de acesso aos direitos básicos que remetem a uma ideia de desumanização. O contraditório dessa visão é que se sabe que as pessoas simples vivem sua humanidade em seus cotidianos.

Para as pessoas simples, a experiência de sensações felizes fora do acesso aos avanços tecnológicos ou do progresso encontrados nos símbolos da modernidade pode ser vivenciada como uma estranha força que parece não fazer parte de sua vida, já que não encontra lugar de significação na lógica da modernidade. Esse estranhamento, que, para as pessoas simples é real, é concebido socialmente como ilusão; e o que é culturalmente considerado real, no caso, os signos da modernidade, estes se constituem para as pessoas simples um ideal inatingível, pois, para atingi-lo, fazem-se necessárias condições materiais às quais, por vezes, as pessoas simples não têm acesso. É preciso considerar essas desigualdades ao se estudar a felicidade. O que é estranho pode dizer muito de uma vida e contribuir para a elaboração de novos conhecimentos sobre felicidade.

Observar as pessoas simples pela ótica de seu cotidiano devolve às mesmas sua condição de humanidade perante a sociedade e permite-nos trazer novamente à

superfície do conhecimento o que estava invisível e parecia estranho, ou seja, as histórias pessoais que, em meio às adversidades sociais, vivenciam sua humanidade, constroem vínculos, organizam-se economicamente e transitam entre lógicas diferentes das lógicas esperadas pelos valores hegemônicos. Por serem humanos, fazem juízos de valor, vivem alegrias, muito embora, em alguns casos, não tenham acesso aos direitos básicos. Essas vidas evidenciam que diferentes lógicas sempre estiveram presentes, coexistindo a lógica dominante, mesmo que tenham ficado por décadas no anonimato, sem escuta.

Com a definição das pessoas simples como sujeitos da pesquisa, alicerçou-se mais um passo importante para a definição da pergunta da Tese. A construção do objeto pressupõe a compreensão da felicidade a partir da constituição de vínculos sociais que ocorrem em um processo dinâmico. A observação empírica das pessoas simples, no âmbito da Economia Solidária, mediante um estudo qualitativo, possibilita averiguar se os vínculos que constroem produzem realmente felicidade. A Economia Solidária foi o espaço empírico escolhido para conhecer como as relações vinculantes produzem felicidade para as pessoas simples, já que, nos empreendimentos solidários, existe um contingente expressivo de pessoas que se mostram satisfeitas em seus grupos, apesar de viverem diante de contínuas adversidades sociais, mantendo os empreendimentos em funcionamento e em torno deles a composição de uma rede de instituições estatais, sociais e de pesquisas.

3.3.2 A pesquisa quantitativa e qualitativa

Para conhecer melhor o campo empírico da Economia Solidária, utilizamos dados do II Mapeamento da Economia Solidária para a caracterização dos empreendimentos⁴. Essa base de informações resulta da pesquisa aplicada em 19.708 empreendimentos, finalizada em 2013. Também utilizaremos a base de informações da pesquisa amostral do Questionário dos Sócios e Sócias dos Empreendimentos de Economia Solidária (QSES)⁵. Este último foi aplicado e

⁴ O questionário aplicado aos Empreendimentos de Economia Solidária pode ser encontrado, na íntegra, no *site* do projeto SIES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária), em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>.

⁵ Este questionário está anexado ao final da Tese.

finalizado no ano de 2013, por meio de uma pesquisa amostral de base nacional, com o total de 2.985 pessoas. Ambas as pesquisas foram desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa da UNISINOS em convênio com a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária).

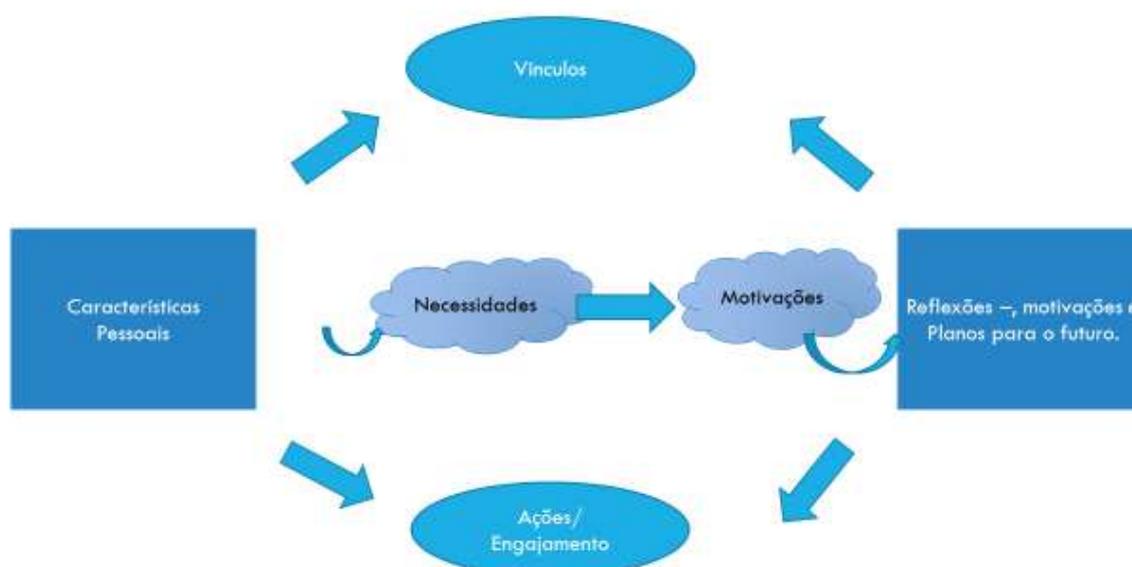
O formulário do mapeamento é composto por 170 questões em nove seções. Com o objetivo de conhecer a Economia Solidária, utilizamos questões do formulário referentes à caracterização dos empreendimentos, à dimensão sociopolítica para conhecer a participação política dos empreendimentos e as questões sobre as apreciações subjetivas a respeito do EES. Os dados do II Mapeamento serão importantes para que possamos conhecer melhor os empreendimentos, se são empreendimentos engajados, bem como conhecer um pouco da trajetória dos empreendimentos mediante as respostas às perguntas sobre o que motivou a criação do empreendimento, principais conquistas e desafios.

A base de informações resultante do QSES é uma fonte secundária importante para nosso estudo. O questionário é composto de seis partes, contendo 115 questões. Por meio dele, apresentaremos o perfil dos(as) sócios(as), suas percepções das necessidades mais importantes dos empreendimentos, as motivações para entrarem e continuarem nos empreendimentos e os planos para o futuro. O QSES não foi planejado para esta pesquisa sobre felicidade. Por esse motivo, foi preciso criar um esquema de análise a partir de um estudo sobre as perguntas dirigidas aos(as) sócios(as) nos questionários. Interessa, para a pesquisa, conhecer a trajetória dos(as) sócios(as), se aparece nos dados a importância dos vínculos sociais para eles, se o engajamento e a participação interferem nessa importância sobre os vínculos e se há reflexões sobre essas ações. Nessa perspectiva, entendemos que, conhecendo as necessidades e os planos para o futuro, poderíamos compreender o contexto das motivações para os(as) sócios(as) ingressarem e continuarem nos EES.

Classificamos as motivações relacionadas a vínculos dos(as) sócios(as) com o grupo de pessoas do EES com a comunidade, com a sua trajetória, com a proposta da Economia Solidária, e denominamos as motivações vinculantes. Essas são as escolhas dos(as) sócios(as) por 4 itens dos 8 apresentados no questionário de duas perguntas: a primeira é: Quais dos seguintes motivos pesaram **fortemente** para você **entrar** no EES? e a segunda: Quais dos seguintes motivos pesam **fortemente** para você **continuar** no EES? As escolhas dos(as) sócios(as) que

nominamos de motivações vinculantes são: (1) *Fortalecer a comunidade ou movimentos sociais* – indica a importância para os vínculos dos(as) sócios(as) com o contexto onde o empreendimento se insere; (2) *Participar de uma atividade coletiva* indica a importância para os(as) sócios(as) dos vínculos internos nos EES; (3) *Poder trabalhar no que gosta* relaciona o associado com sua própria história. Geralmente gosta de coisas que aprendeu desde criança com os pais, amigos. Assim entendemos que essa motivação liga o associado com os vínculos de sua trajetória de vida; (4) *Acreditar na Economia Solidária* indica nos vínculos dos(as) sócios(as) a proposta apresentada a eles sobre a Economia Solidária. O item *apoio de entidades e governo* foi analisado com mais critério, por representar a importância do reconhecimento da cidadania bem como a importância de fomento para o EES. Os itens *sair ou evitar o desemprego, melhorar a renda ou nível de vida, ter um trabalho mais cômodo quanto ao horário e local* não foram percebidos como itens que valorizem a importância dos vínculos.

Figura 2 – Variáveis de análise dos dados estatísticos da pesquisa amostral associados



Após conhecermos os dados da pesquisa amostral dos sócios e sócias em Economia Solidária, ao percebermos a importância dos vínculos para eles, fizemos cortes na base para verificar as diferentes configurações das motivações. Separamos como grupo de análise os que participavam de atividades políticas externas ao EES. Dessa análise, apresentaremos as motivações dos participantes em Fóruns e Redes antes de entrarmos nos EES e, depois de entrarmos nos EES, porque percebemos como é importante a mudança das características pessoais com relação à base amostral. Não encontramos muitas diferenças nas motivações no que diz respeito às motivações nos cortes quanto à participação política com relação à base total de sócios. Separamos então por tipos de trabalho e por comunidades tradicionais. Nesta fase, foram separados cinco grupos para conhecer suas motivações: os agricultores familiares, os artesãos, os recicladores, os pescadores artesanais e os quilombolas. Constatamos, nesses grupos, diferenças de configurações das motivações importantes para entrar e continuar nos EES.

As diferenças nas características de natureza do trabalho para as motivações encontradas na base de dados direcionaram a escolha para os grupos a serem entrevistados em áreas rurais e urbanas. Outro motivo para a escolha dos grupos foi a facilidade de acesso da pesquisadora para a pesquisa qualitativa nos quatro grupos de trabalho. Dois grupos se encontram na área rural, na cidade de São José do Norte, situada no extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul, onde doze pessoas foram entrevistadas: seis pescadores artesanais e seis agricultores familiares; destes, dois são quilombolas. Na região Metropolitana, foram 10 entrevistados. Quatro mulheres no Bairro Guajuviras, em Canoas, que trabalham na produção e comercialização de Bolachas, Massas e Biscoitos Caseiros (BMBC), chamada de "Vida Saudável". Outras seis pessoas fazem parte da Cooperativa de reciclagem UNIVALE, da Região do Vale do Rio dos Sinos, na cidade de São Leopoldo. Das 22 pessoas entrevistadas, 18 são cooperativadas e quatro pescadores são pertencentes à colônia de pescadores Z-2, localizada na cidade de São José do Norte/RS.

A aproximação desses empreendimentos foi feita por meio de visitas, entrevistas individuais e coletivas. As entrevistas eram vivenciais e foram realizadas em três níveis. O primeiro nível objetivava receber informações do entrevistado: (1) nome, (2) idade, (3) escolaridade, (4) estado civil, (5) número de filhos; em um segundo nível, possibilitar que as pessoas possam falar sobre si. Com esse objetivo,

pedia-se para que falassem sobre a vida (infância, escolaridade, sobre o trabalho na cooperativa, vida familiar) e, num terceiro nível, onde avaliam suas vidas. Para o terceiro nível das entrevistas, foram feitas duas perguntas:

1º - “Se morresse hoje, o que imagina que fariam de você?” Segundo Grant (2013), pensar sobre esta pergunta remete a pessoa a pensar e avaliar sua trajetória de vida. Segundo esse autor, quando uma pessoa morre, fala-se, na maioria das vezes, as coisas boas que essa pessoa fez. Para o autor, essas coisas boas são os valores pelos quais alicerçou sua trajetória de vida. Então, com essa pergunta, busca-se conhecer os valores em que os entrevistados se amparam para construir suas ações.

2º - Em uma escala de zero a dez, onde zero significa “eu sou infeliz” e 10 “muito feliz”, que nota você se daria? Essa questão foi inspirada no Artigo Renda, Relações Sociais e Felicidade no Brasil, de Carlos Antônio Costa Ribeiro (2015). Segundo o autor, as pesquisas sobre felicidade baseiam-se na percepção que as pessoas têm de sua própria vida e, para isso, pergunta-se diretamente a elas sobre a questão.

Com essas entrevistas, as pessoas reveem e descrevem suas trajetórias de vida, refletem sobre elas e as avaliam. O objetivo das entrevistas é conhecer a importância dos vínculos para essas pessoas e se esses são conteúdo de avaliação para uma vida feliz. O processo de análise das entrevistas foi realizado em três momentos. O primeiro momento ocorreu com a construção das trajetórias de vida dos pescadores, dos agricultores familiares, das mulheres da cooperativa de alimentos e dos recicladores com conteúdo sobre Infância, vida escolar, familiar, comunitária e de trabalho. O segundo momento concretizou-se com a construção das configurações dos valores de vida citados pelos entrevistados. O terceiro momento deu-se com a apresentação das avaliações realizadas e com a análise dos critérios usados para a avaliação pessoal sobre a felicidade na vida.

O trabalho de pesquisa de campo teve duração de quatro meses entre idas e vindas. Na região metropolitana, iniciamos nos apresentando no Fórum de Economia Solidária de Canoas. Por meio desse espaço, recebemos o convite de participar de dois empreendimentos: uma Cooperativa de Alimentos, situada no Bairro Guajuviras, em Canoas, e outra de Reciclagem e Artesanato, situada na Ilha Grande dos Marinheiros, em Porto Alegre. No Fórum, percebeu-se que as discussões do grupo, composto de integrantes de empreendimentos solidários, eram

resolvidas por meio da lembrança das regras compostas pelo coletivo para a criação desse espaço. O coletivo do fórum mostrou-se bem rígido com relação a essas regras, com dificuldades para flexibilizá-las.

No mesmo mês, realizamos visitas a esses dois empreendimentos, deixando marcadas visitas quinzenais que não se efetivaram. Conseguimos efetuar, na Cooperativa de Alimentos, durante esses quatro meses, quatro visitas com realização de reuniões em que debatemos temas propostos, ora pelas pesquisadoras (Eu e a colega Anna Cash⁶), ora pelas sócias integrantes da cooperativa. Na cooperativa de reciclagem e artesanato das Ilhas, não conseguimos mais realizar visitas devido às condições meteorológicas. Outubro foi um mês de muitas chuvas, e o local de moradia das integrantes da cooperativa da Ilha Grande dos Marinheiros foi alagado, e elas tiveram que abandonar suas casas para receber refúgio em um abrigo. Quando voltaram para suas casas, contatamos com o grupo que estava indeciso sobre a continuidade da cooperativa. Diante da importância de entrevistar um grupo de recicladores, contatamos com outra colega do grupo de pesquisa ECOSOL, da UNISINOS, e fizemos uma visita a uma cooperativa de catadores, em que foi realizada uma roda de conversa dirigida para as perguntas da pesquisa. Eu e Anna Cash levamos bolos para, por meio de um lanche coletivo, estabelecer uma maior proximidade. Diante da confiança que tinham em relação à pesquisadora que nos apresentou aos trabalhadores do local, a conversa foi descontraída e cheia de conteúdo.

Em São José do Norte, já estava sendo realizada, desde maio do ano de 2015, uma aproximação ao local devido à necessidade da pesquisadora de se deslocar nos finais de semana à cidade. Nesse cotidiano, percebeu-se que, na cidade, as pessoas eram mais desconfiadas ante uma primeira aproximação, tendo sido necessário um tempo maior para que pudessem me conhecer melhor. Em setembro, foi realizada uma primeira aproximação às duas cooperativas, com realização de entrevistas. Como São José do Norte é cercada por águas: pelo Oceano Atlântico de um lado, e a Lagoa dos Patos, por outro, também foi tomada

⁶ Mestranda desde 2016 na universidade da Califórnia Berkeley em Planejamento Urbano. No período de realização desta pesquisa ela foi bolsista Fulbright (2015) com o objetivo de realizar pesquisa sobre Economia Solidária no Brasil com enfoque nos Empreendimentos Econômicos solidários com base na inclusão social. Tem experiência no trabalho em avaliação de impacto de programas de alívio à pobreza nos Estados Unidos.

pelas enchentes no mês de outubro, tendo as entrevistas sido realizadas nos meses de novembro e dezembro.

Na cooperativa de pescadores, as discussões da reunião da qual participei giraram em torno da busca de recursos públicos para reativar o local da cooperativa, que se encontra desativada. Na cooperativa dos Agricultores Familiares de São José do Norte, realizei uma visita à loja da cooperativa. Nos empreendimentos, foi realizada uma apresentação da pesquisadora e da proposta de pesquisa. Por telefone, marcamos entrevistas com aqueles que se dispuseram a conversar. As entrevistas foram realizadas na casa onde eu estava sendo hospedada, ou na casa dos entrevistados. O acolhimento em suas casas foi cheio de afeto e de abertura para falarem de suas vidas. Em uma das entrevistas, mostraram fotos das histórias que estavam sendo relatadas.

Outra questão interessante de ser relatada é que um casal entrevistado, pertencente à Cooperativa de Agricultores Familiares, também é líder de uma Comunidade Remanescente de Quilombo. Como retribuição à entrevista que me concederam, pediram para que eu realizasse uma reunião com o grupo de mulheres da comunidade sobre autoestima. Muitas das entrevistadas não se assumem como descendentes de africanos, pelo fato de não conhecerem a história dos negros no Brasil e de terem baixa autoestima. O casal entrevistado entende que a baixa autoestima favorece para que se perpetuem as relações de preconceito e as humilhações que vivenciam. Realizei, então, uma reunião com elas, e nessa reunião muitas deram depoimentos em que ficava evidente a dupla jornada de trabalho da mulher. Cuidam da casa e realizam trabalhos de diaristas. O trabalho de diarista significa que a cada dia podem trabalhar em um lugar diferente. Ainda são contratadas para colaborar no plantio ou colheita da cebola, para ajudar em algum armazém, ou para trabalhar na cozinha ou na limpeza da casa em algum lugar.

Ainda no mês de novembro, tivemos acesso a mais dois empreendimentos de agricultores familiares e pescadores. O primeiro é um grupo de agricultores formado pelo Núcleo de Desenvolvimento Econômico da FURG – NUDESE, onde as integrantes diziam que o grupo delas é o mais fiel aos princípios da Economia Solidária. Outro grupo é de um galpão de pescadores, onde trabalhavam três pescadores, entre eles um morador antigo de São José do Norte. A entrevista com esse pescador foi gratificante e de muita valia para o conhecimento das origens dos moradores de São José do Norte.

O contraste das duas realidades, urbana e rural, foi de grande aprendizado. Percebeu-se que as cooperativas na zona rural são formadas para fortalecerem suas estruturas familiares e comunitárias. Eles se unem para se tornarem mais fortes e, com isso, aumentarem seus conhecimentos e recursos. As relações entre eles são importantes, de maneira que elas venham fortalecer os vínculos familiares e sociais. Com relação às cooperativas urbanas, a impressão é de que as mesmas são formadas para que as pessoas se estruturam em um ambiente que pareça familiar e, dessa maneira, se fortalecem.

Este caminho de pesquisa realizado foi vivido com muita emoção, dada a quantidade de aprendizado que proporcionou, pois o que é produzido na convivência fica por vezes nas entrelinhas das palavras escritas. A energia da troca de experiência entre as pessoas também colabora para qualificar o saber do pesquisador para a apresentação das conclusões e para sua formação. Ante o exposto, nos capítulos que se seguem, são apresentadas as pesquisas realizadas (quantitativa e qualitativa).

CAPÍTULO 4

CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Este capítulo busca responder ao objetivo de conhecer os Empreendimentos Solidários. Para isso, contaremos com a base de dados do II Mapeamento dos Empreendimentos de Economia Solidária finalizada no ano de 2013. Essa base contém informações de 19.708 empreendimentos solidários coletados em âmbito nacional. Para este capítulo usaremos parte das informações que contribuem para caracterizar os EES com relação às suas origens, formas de organizações, participações em espaços políticos externos aos EES e trajetórias. O capítulo é composto de três partes.

A primeira parte busca responder sobre as características gerais dos empreendimentos, suas formas de organização coletiva e atividades econômicas. Também buscamos as características de cinco diferentes segmentos com os quais trabalhamos; os empreendimentos de agricultores familiares, de quilombolas, de pescadores artesanais, de artesãos e catadores de materiais recicláveis.

Na segunda parte do capítulo, apresentamos as respostas a três perguntas: (a) o empreendimento participa de fóruns ou de alguma rede de articulação ou representação?; (b) o empreendimento tem alguma relação ou participa de movimentos sociais, sindicais ou populares?; (c) o empreendimento participa ou desenvolve alguma ação comunitária? Na descrição das respostas, constatamos que os empreendimentos, em sua maioria, participam de algum desses espaços.

Na terceira parte, faremos a descrição dos resultados a três perguntas com as quais pretendemos dar uma noção das trajetórias dos empreendimentos que são: O que motivou a criação do empreendimento? Quais as principais conquistas obtidas pelo empreendimento? Quais os principais desafios dos Empreendimentos? A forma de apresentação dos dados gerais será descritiva. Para tornar a leitura um pouco mais dinâmica, nos grupos que separamos do total de empreendimentos para analisá-los, por vezes, apresentamos os resultados encontrados, comparando-os com o resultado similar encontrado no total de empreendimentos ou entre os grupos que foram separados da base de informações. Passamos então a conhecer mais dos empreendimentos solidários através deste estudo do II Mapeamento dos Empreendimentos em Economia Solidária.

4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES DO II MAPEAMENTO

O segundo Mapeamento dos Empreendimentos de Economia Solidária conta com uma base de dados nacional de 19.708 EES, compostos de homens e mulheres, em um total de 1.423.631 associados, em que 44% são mulheres e 56% são homens. Analisando-se a distribuição por região do país, constata-se que 16% dos empreendimentos e 20% dos(as) sócios(as) estão na região Norte; 41% dos EES e 37% dos(as) sócios(as) estão na região Nordeste; 10% dos empreendimentos e 8% dos(as) sócios(as) são da região Centro-Oeste; 16% dos EES e 6% dos(as) sócios(as) são da região Sudeste; e 17% dos empreendimentos e 27% dos(as) sócios(as) são da região Sul.

Gráfico 1 – Distribuição dos EES por Região do País



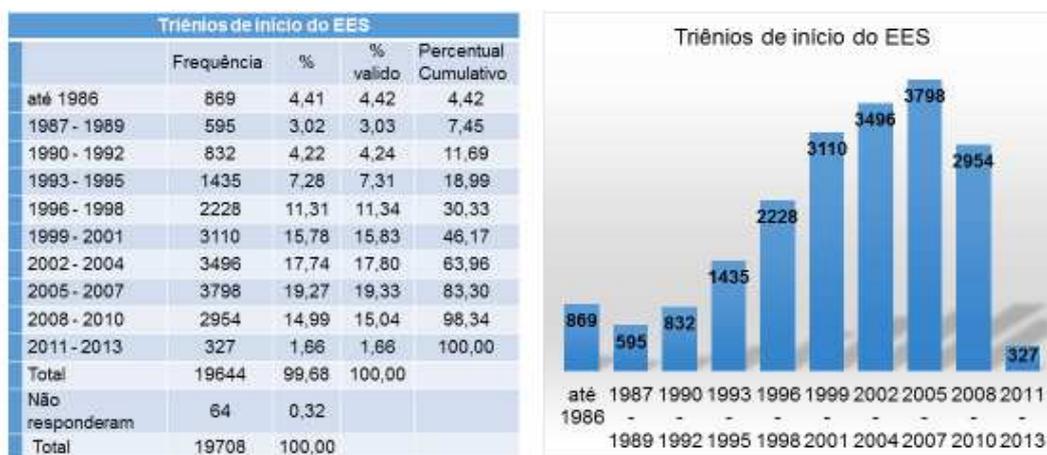
Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

Desses empreendimentos, 9.069, que correspondem a 46,16%, foram criados até 2001; de 2002 até 2013, foram criados 10.571 empreendimentos que correspondem a um percentual de 53,52%. Quando separados os anos de ingressos

em triênios, percebemos que o período de 2005 a 2007 corresponde aos anos em que mais surgiram EES, como se pode perceber no gráfico a seguir:

Gráfico 2 – Ano de ingresso nos Empreendimentos de Economia Solidaria

ANOS DE INGRESSO NOS EES



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

Nota-se, a partir dos dados, que a população das mulheres é menor em relação à dos homens, porém as mulheres estão presentes em um número maior de empreendimentos que os homens. Como já foi dito, os empreendimentos são compostos de 56,43% de homens e 43,57% de mulheres, porém 1.167, o equivalente a 5,9% de empreendimentos, registram que não há nenhuma mulher sócia e 3.312, correspondentes a 16,8%, marcam que não há nenhum homem. Percebe-se nos dados que 8.677 dos empreendimentos, ou 44%, possuem até dez mulheres, enquanto o número de empreendimentos que possuem de 1 a 10 homens corresponde a 5.625 ou 28,5%. Nota-se também que 12.926 ou 65,59% dos empreendimentos têm até 20 mulheres, e 9.407 ou 47,73% dos EES têm até 20 homens, o que se visualiza na tabela e gráfico a seguir:

Tabela 4 – Número de mulheres e homens

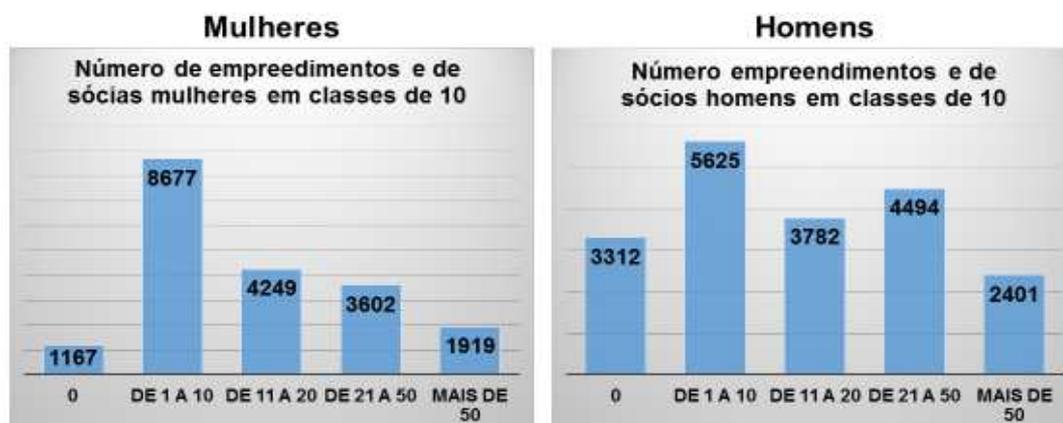
Número de Mulheres e Homens

Número de Mulheres e Homens - Total Base	Nº	%	EES
Mulheres	620.258	43,57	18.447
Homens	803.373	56,43	16.302
Homens e Mulheres	142.3631		19.614
Não responderam			94
Total de EES			19.708

Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

Gráfico 3 – Número de Mulheres e Homens

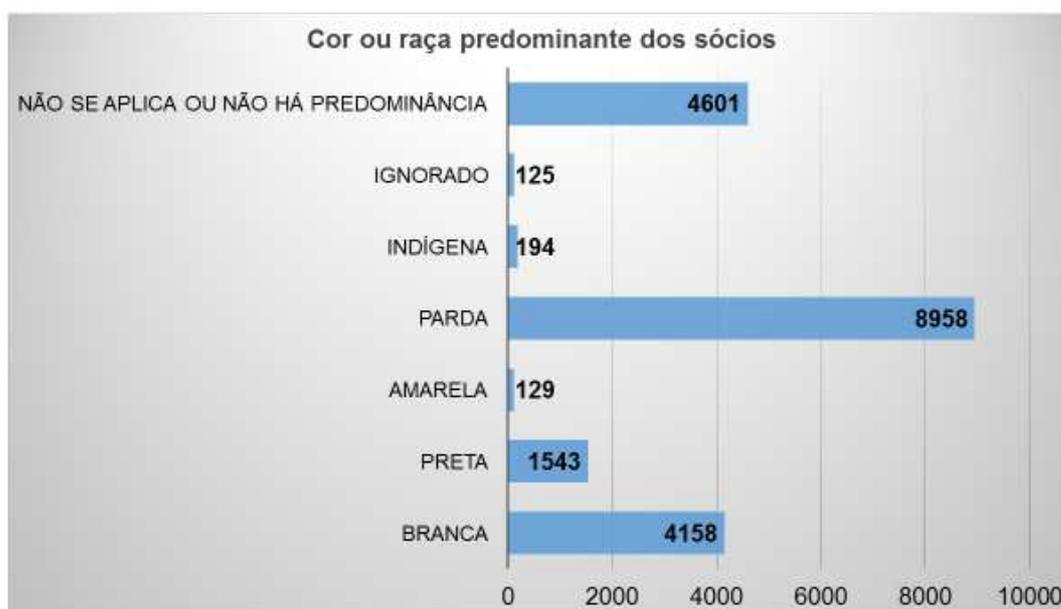
Número de Mulheres e Homens



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

No que corresponde à cor, 8.958 empreendimentos (45,5%) indicam que a cor predominante dos(as) sócios(as) é parda; 21,1% (4.158 empreendimentos), que é a branca; 7,8% ou 1.543 disseram que a cor predominante dos(as) sócios(as) é a preta; por último, não se aplica ou não há predominância de cor corresponde a 23,3% ou 4.601 das respostas dos empreendimentos, como se pode visualizar no gráfico a seguir:

Gráfico 4 – Cor ou raça predominante das sócias e sócios



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

No que diz respeito às origens, 89% dizem que os(as) sócios(as) não pertencem a nenhuma comunidade tradicional. Dos 11% que pertencem: 430 empreendimentos (2,2%) são de Comunidades Quilombolas; 275 empreendimentos (1,4%) são de Povos Indígenas; 267 empreendimentos (1,4%) são de Comunidades Ribeirinha; 234 empreendimentos (1,2%) são de População Negra e 224 empreendimentos (1,1%) são de Pescadores Artesanais.

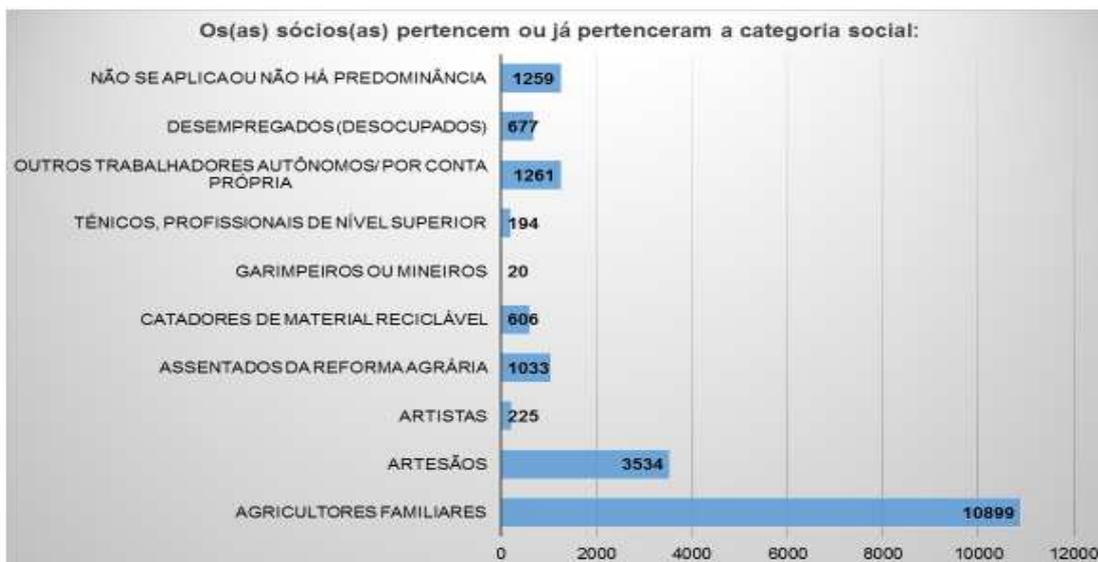
Gráfico 5 – Comunidade ou povo tradicional



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

Com relação a predominância das categorias sociais das quais os(as) sócios(as) se originam, 10.899 (55,3%) dos empreendimentos são de agricultores familiares; 3.534 (17,9%) são de artesãos; 1.033 (5,2%) são de agricultores assentados da reforma agrária; 606 (3,1%) são catadores de materiais recicláveis. Constatase que o segmento de agricultores familiares possui uma participação expressiva nas categorias sociais de onde se originam os(as) sócios(as) dos empreendimentos. Ainda, que o segmento dos artesãos, com 17,9%, se apresenta em segunda posição quando analisados os resultados destas categorias sociais.

Gráfico 6 – Categoria Social



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

Como características dos(as) sócios(as), 9.859 (50%) dos empreendimentos apontam “sim”, que há predominância dos(as) sócios(as) que recebem transferência de renda ou benefícios da assistência social; e 47% (9.257) recebem o bolsa família. Quanto ao perfil etário dos(as) sócios(as) dos empreendimentos, 17.242 (88%) responderam que seus sócios são predominantemente adultos.

Gráfico 7 – Perfil Etário dos sócios e sócias



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

Quanto à forma de organização, 11.823 (60%) dos empreendimentos são associações, 6.018 (30%) dos empreendimentos são grupos informais e 1.740 (9%) dos empreendimentos são cooperativas.

Gráfico 8 – Forma de organização



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

Dentre as atividades econômicas realizadas pelos empreendimentos (a questão era de respostas múltiplas) as principais elencadas pelos EES são: 11.081 (56,2%) são de produção ou produção e comercialização; 3.945 (20%) são de consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos(as) sócios(as); 2.628 (13%) são da comercialização ou organização da comercialização; 1.296 (7%) são da prestação de serviços ou trabalho de terceiros; 430 (2%) são trocas de produtos ou serviços; por fim, 328 (2%) são de finanças.

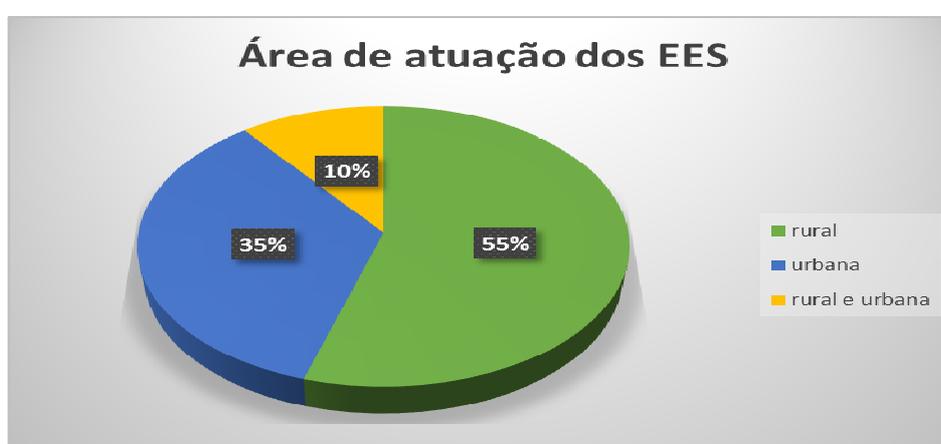
Gráfico 9 – Atividades econômicas dos EES



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

O número de empreendimentos que atuam na área rural são 10.793, que correspondem a 55%; na área urbana, atuam 6.856 (35%) empreendimentos; e os empreendimentos que atuam nas áreas urbanas e rurais correspondem a 2.058 (10%) empreendimentos, como representa o gráfico a seguir:

Gráfico 10 – Área de atuação dos EES



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

Há uma correlação entre a área de atuação e a forma de organização dos EES. As associações são predominantemente das áreas rurais, enquanto os grupos informais se concentram na área urbana, e as cooperativas em ambas (GAIGER, 2014, p. 33).

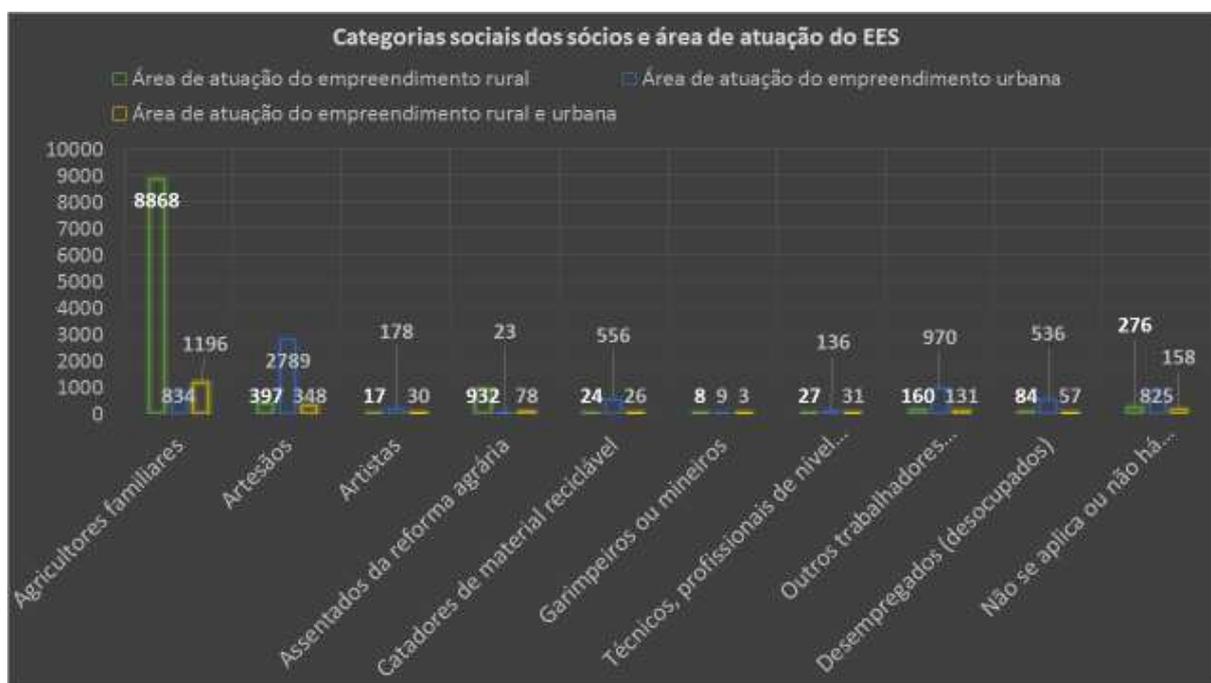
Gráfico 11 – Área de atuação e a atividade econômica do EES



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

Ao percebermos que existe uma correlação entre a área de atuação e a forma de organização dos empreendimentos, nos instigamos a investigar se esta relação das áreas de atuação se estende às categorias sociais às quais os(as) sócios(as) dos EES pertencem ou já pertenceram. Percebemos que há uma correlação das categorias sociais de origem dos(as) sócios(as) e a área onde os empreendimentos atuam. Os agricultores familiares e assentados da reforma agrária se encontram predominantemente na área rural, o que significa dizer que 9.800 (49,8%) estão na área rural; na área de atuação urbana, são mais expressivos os artesãos: 2.789 (14,1%); profissionais autônomos são 970 (4,92%); e os catadores de materiais recicláveis constituem 556 (2,82%). Em comparação com as áreas rurais e urbanas, é significativa a diferença de empreendimentos que responderam que os(as) sócios(as) são provenientes de situação de desemprego: 536 (2,72%) na área urbana, enquanto que, para a área de atuação rural, esse número é muito menor: 84 (0,43%).

Gráfico 12 – Categorias sociais e área de atuação do empreendimento

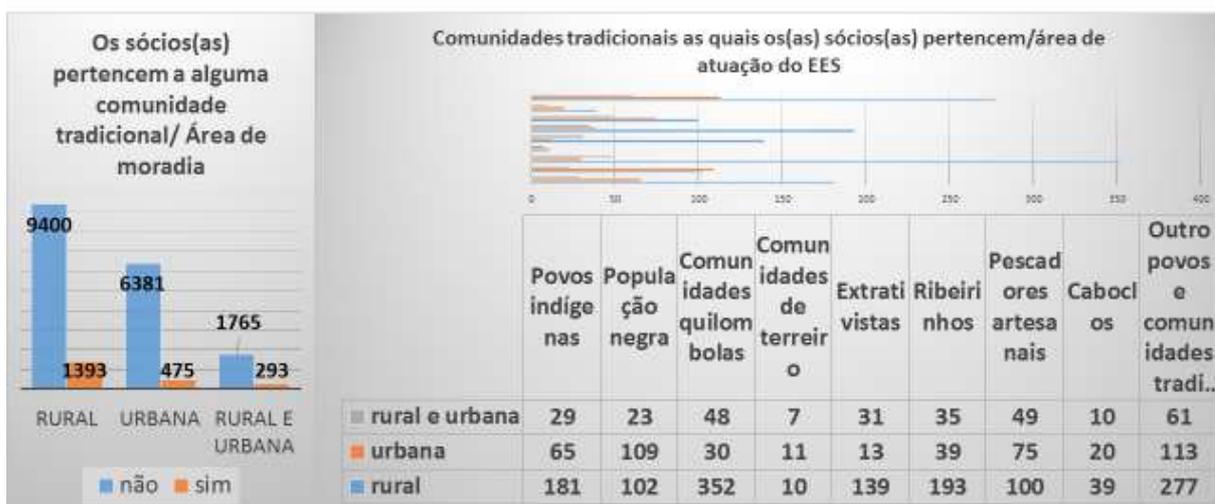


Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

Com relação aos 2162 empreendimentos que pertencem a comunidades tradicionais, também fizemos esse cruzamento pela área de atuação dos empreendimentos e constatamos, em relação aos que responderam pertencer a comunidades tradicionais, que 1.393 empreendimentos são de área rural, 475 empreendimentos são da área urbana e 293 são da área urbana e rural. Desses empreendimentos que atuam na área rural, 352 são de comunidades quilombolas, 193 são ribeirinhos, 139 são extrativistas, 102 são populações negras e 100 são pescadores artesanais. Na zona urbana, é maior o número, que responde que os(as) sócios(as) são originários de população negra, com 109 empreendimentos, e de pescadores artesanais, com 75 empreendimentos. Nota-se que os pescadores artesanais são expressivos nas áreas urbanas e rurais.

Gráfico 13 – Área de atuação e comunidades tradicionais dos EES

Correlação entre a área de moradia do EES e às comunidades tradicionais as quais pertencem os(as) sócios(as)



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

Com relação a predominância de sócios que têm alguma deficiência física ou sofrimento psíquico, percebe-se que, em um total de 236 empreendimentos que responderam a esta questão, 150 são da área urbana e 69 da área rural. No que diz respeito à predominância de sócios(as) aposentados, de um total de 1.354 de

empreendimentos que responderam a essa questão, 745 (55%) são da área rural e 492 (36,34%) são da área urbana.

Gráfico 14 – Perfis dos(as) sócios(as)



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

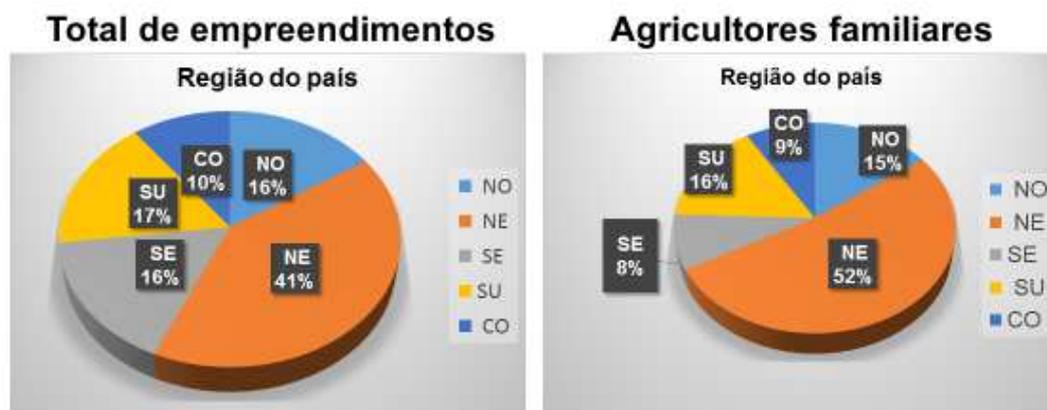
Diante dessa correlação entre as áreas de atuação dos empreendimentos e as origens dos(as) sócios(as), quanto às categorias sociais e ao pertencimento às comunidades tradicionais, justifica-se nosso interesse em investigar cinco grupos distintos, dois da área urbana, dois da área rural e um da área urbana e rural, a saber: agricultores familiares, quilombolas, artesãos e catadores (que denominaremos de trabalhadores de materiais recicláveis) e pescadores artesanais. Ambos os grupos de empreendimentos estão em área rural e urbana, mas há predominante atuação dos agricultores e quilombolas na área rural, e artesãos e catadores na área urbana; e os pescadores artesanais estão presentes em áreas urbanas e rurais, onde há rios e o oceano. O grupo pertencente à comunidade remanescente quilombola é o grupo mais expressivo dos que responderam “sim” à questão sobre pertencer a uma comunidade tradicional; em sua maioria, são agricultores familiares.

4.2 CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS DE AGRICULTORES FAMILIARES

Os empreendimentos de agricultores familiares compõem um universo de 10.899 empreendimentos, o correspondente a 55,3% do total da base de dados. Estão distribuídos da seguinte maneira pelas regiões do país: 52% no Nordeste, 16% no Sul, 15% no Norte, 9% no Centro-Oeste e 8% no Sudeste. Na comparação com a distribuição do total de empreendimentos com o total de empreendimentos de agricultores familiares por regiões do país, percebe-se que é maior o percentual de empreendimentos no Nordeste, de 41% do total geral e 52% do total de EES de agricultores familiares. No Sudeste, o percentual é menor: 16% do total geral e 8% do total de EES de agricultores familiares. Nas outras regiões, não ocorreram modificações percentuais significativas.

Gráfico 15 - Percentual de EES de agricultores familiares por região

Região do país



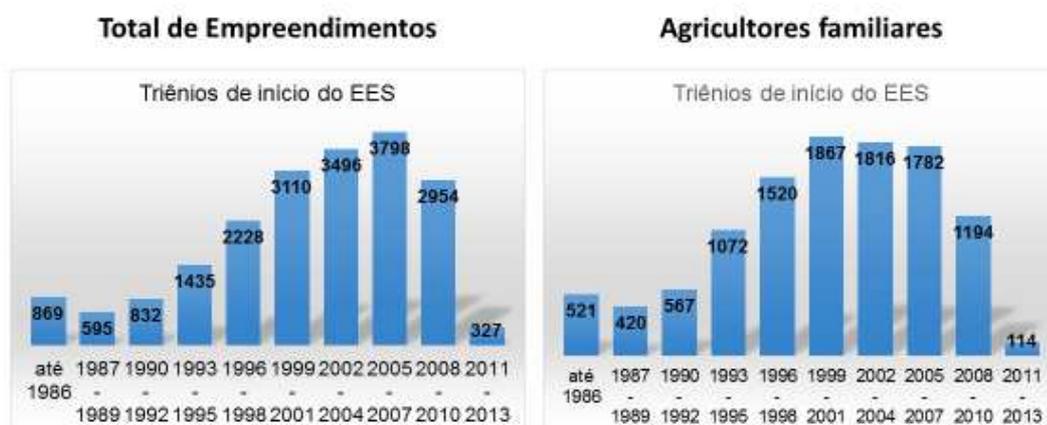
Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

O período em que houve um maior crescimento de empreendimentos na Agricultura Familiar foi de 1999 a 2001, com a criação de 1.867 empreendimentos, o

que corresponde a um percentual de 17,13%; manteve-se crescendo até o ano de 2007, com a criação de 50,14% dos empreendimentos em nove anos (1999 a 2007).

Gráfico 16 – Empreendimentos de agricultores familiares, anos de criação

Anos de Início dos EES



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

Com relação ao sexo dos(as) sócios(as), as mulheres estão em menor número nos EES, ou seja, 38% do número total de associados nos empreendimentos da agricultura familiar. Em contrapartida, em um total de 10.899 empreendimentos, 10.127 (92,92%) têm a presença de mulheres, e 10.138 (93,02%) têm a presença de homens, o que indica que as mulheres estão em menor número, mas bem representadas.

Tabela 5 – Número de homens e mulheres e de empreendimentos

Número de Homens e Mulheres no EES

Número de Mulheres e Homens - Agricultores Familiares	Nº	%	EES
Mulheres	359941	38,01	10127
Homens	587130	61,99	10138
Homens e Mulheres	947071		10851
Não responderam			48
Total de EES			10899

Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

Destaca-se, na comparação do total de empreendimentos de agricultores familiares com o total de empreendimentos da base, que o número de pessoas beneficiárias de programas de governo e do bolsa família é maior em 11%. No total de empreendimentos da base de dados, 50% fazem parte de programas de transferência de renda e 47% recebem o bolsa família. Para os agricultores familiares, 61% participam de programas de transferência de renda e 58% recebem o bolsa família.

Gráfico 17 – Beneficiários da agricultura familiar dos programas de transferência de renda

Programas de transferência de renda



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

Conforme já havíamos constatado na apresentação das características gerais dos empreendimentos, a área de atuação dos empreendimentos de agricultura familiar é predominantemente rural, com 81,7%. As atividades econômicas realizadas pelos empreendimentos de agricultores familiares são as seguintes: 53% de produção e 30% de comercialização. A forma de organização predominante nos EES de agricultores familiares dá-se em associação, com 75%; a de grupos informais é 17%; e a de cooperativas, 8%.

Gráfico 18 – Forma de organização



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

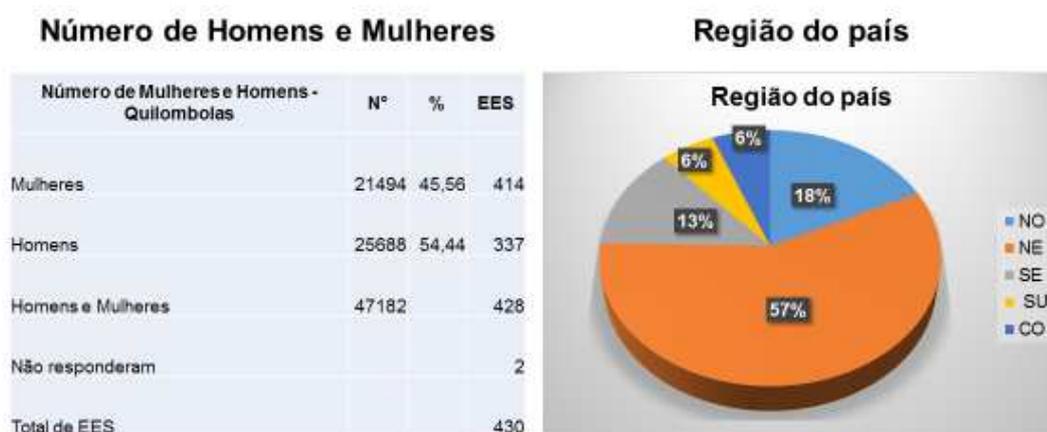
4.3 CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Os empreendimentos de comunidades quilombolas correspondem a um total de 430; em relação à base total de sócios, equivale a 2,2%. Os 430 EES é composto por um universo de 47.182 sócios e sócias, em que 25.688 (54,44%) são homens e

21.494 (45,56%) são mulheres. Apesar de o número de mulheres ser menor, elas estão presentes na maior parte dos empreendimentos. Dos 430, elas fazem parte de 414, e os homens compõem 337 EES. A maior parte dos empreendimentos de comunidades remanescentes de quilombos se encontra na região Nordeste, com 57%; na região Norte, com 18%; e, na região Centro-Oeste, com 13%, conforme evidencia o gráfico a seguir:

Gráfico 19 – Características da população dos EES de quilombolas

Características da População dos EES de QUILOMBOLAS



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

Quando perguntados sobre a cor predominante dos(as) sócios(as) nos empreendimentos, 75,8% responderam preta, 16% responderam que a cor predominante é parda, e 1,6% responderam que a cor predominante dos(as) sócios(as) é branca, como pode ser verificado no gráfico a seguir:

Gráfico 20 – Cor ou raça predominante dos(as) sócios(as)



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

A criação de empreendimentos quilombolas começou a crescer nos anos 1996 a 1998, quando surgiram 60 empreendimentos que correspondiam a 14% de 430 empreendimentos. No período de 2005 a 2007, surgiram mais empreendimentos: 83 (19,3%). No período de 1996 a 2007, foram criados 281 empreendimentos dos 430, conforme se constata no gráfico a seguir:

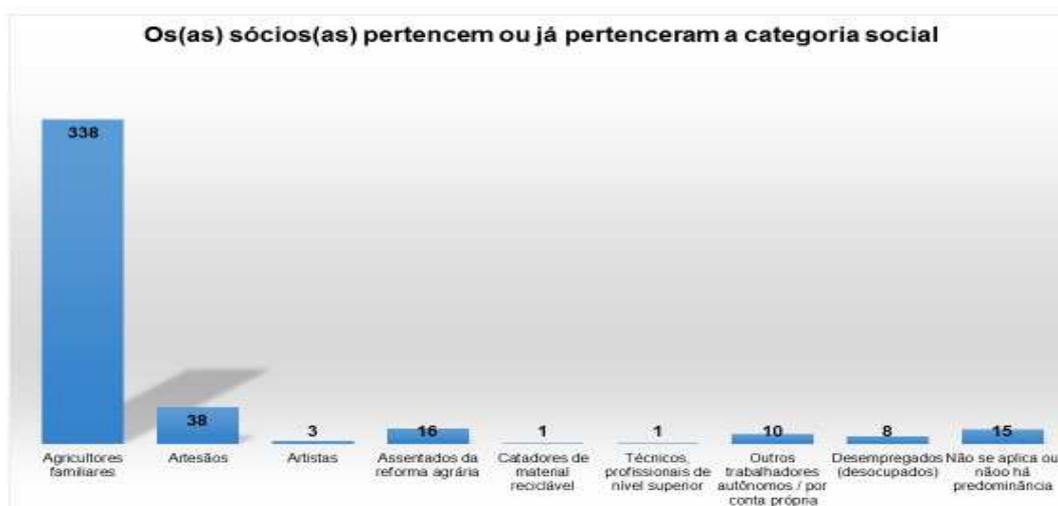
Gráfico 21 – Ano de início do empreendimento



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

Com relação a fazerem parte de programas de transferência de renda, 83% são beneficiários e 80,2% recebem o bolsa família. Quanto à categoria social da qual os(as) sócios(as) são originários, 338 (78,6%) empreendimentos são de agricultores familiares, 16 (3,7%) são de assentados da reforma agrária, 38 (8,8%) são de artesãos e 10 (2,3%) são autônomos.

Gráfico 22 – Categoria Social dos EES de quilombolas



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

A forma de organização dos 304 (70,7%) empreendimentos é de associações: 104 (24,2%) são grupos informais e 21 (4,9%) são cooperativas. Quanto às atividades econômicas, 60% dos empreendimentos são de produção, 23% são de consumo e 9% são de comercialização, conforme se verifica no gráfico a seguir:

Gráfico 23 – Atividades econômicas dos EES de quilombolas



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

4.4 CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS DE PESCADORES ARTESANAIS

Os 224 empreendimentos de pescadores artesanais que correspondem a 1,1% do total de empreendimentos são compostos por 59,30% de homens e 40,70% de mulheres. Na comparação com a base total de empreendimentos, no que diz respeito às regiões, é maior o percentual de EES de pescadores artesanais na região Norte: 16% (no total de empreendimentos da base) e 26% (no total de empreendimentos de pescadores artesanais). Na região Centro-Oeste é menor em 5% o número de EES (com relação ao total de empreendimentos); da mesma forma, é menor o número de EES na região sudeste: de 16% (do total de empreendimentos) para 1% de empreendimentos de pescadores artesanais, como mostra o gráfico a seguir:

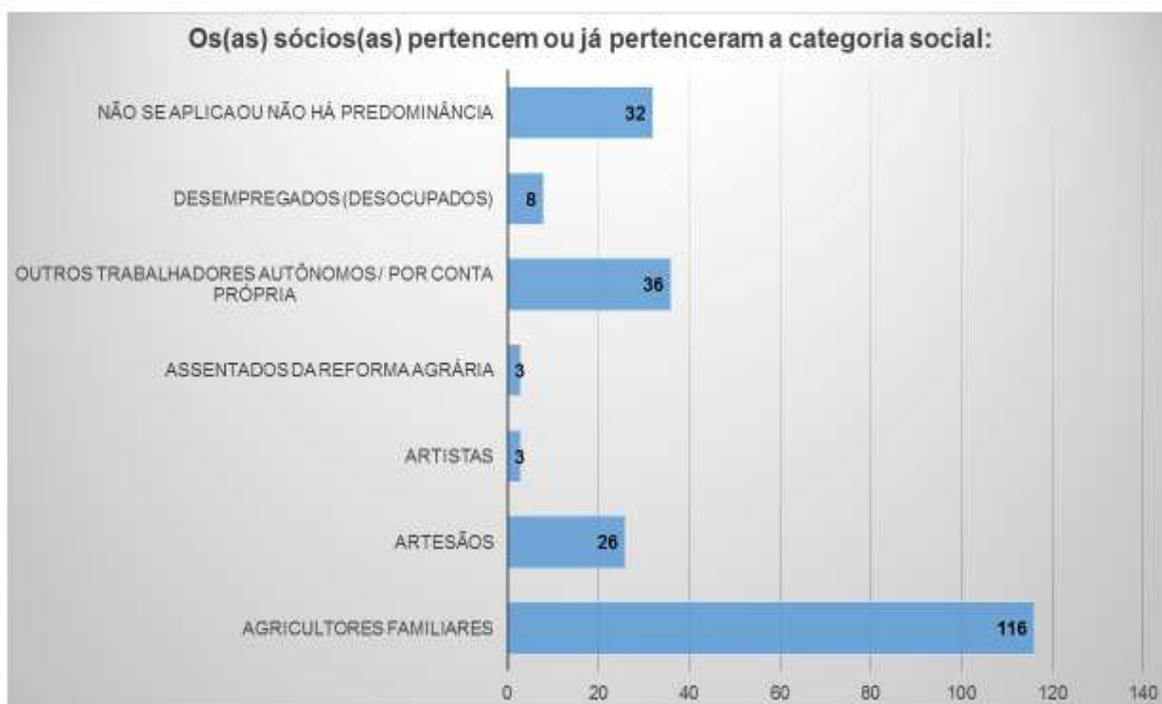
Gráfico 24 – Empreendimentos de pescadores artesanais por região



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

Entre os anos 2002 até 2007, foram criados 37,5% dos EES de pescadores artesanais; no período de 2002 a 2004, foram criados 19,64%. Interessa também destacar o que constatamos na pesquisa qualitativa, que se percebe na base de dados no que diz respeito às origens dos pescadores. Não é sempre que a “água está para peixe”; dessa forma, os pescadores dividem o trabalho da pesca com outras atividades. Nos empreendimentos de pescadores artesanais, os(as) sócios(as) são originários também de outras categorias sociais. Como ocorre com 116 empreendimentos (51,8%), identificamos que os(as) sócios(as) pertenciam ou pertencem à categoria social de agricultores familiares, 26 empreendimentos (11,6%) de artesãos e 36 empreendimentos (16,1%) de trabalhadores autônomos.

Gráfico 25 – Categorias Sociais dos Pescadores Artesanais



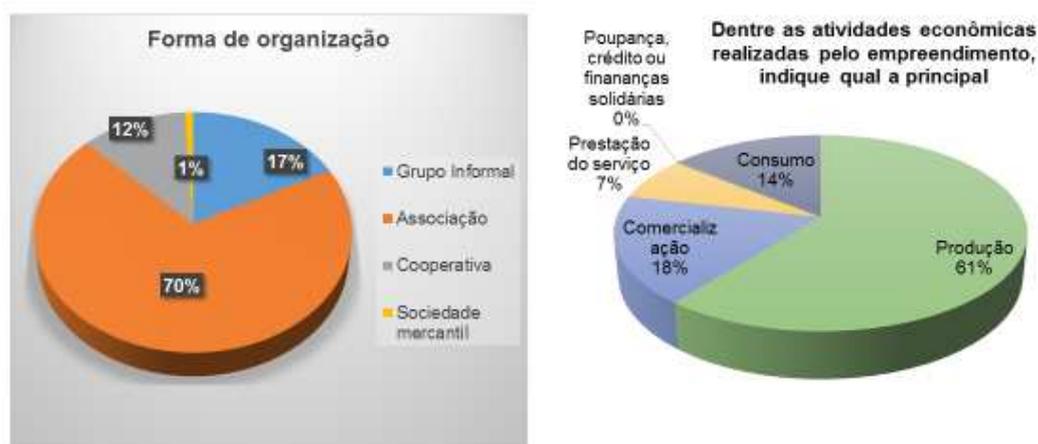
Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

No que se refere a programas de transferência de renda, também é maior o percentual de empreendimentos de pescadores artesanais, comparando com o total de empreendimentos. Afirmam que, entre os(as) sócios(as), há predominância de beneficiários dos programas assistenciais: 155, que correspondem a 69,2%, são beneficiários e 136 empreendimentos (60,7%) são beneficiários do bolsa família.

A forma de organização dos empreendimentos predominante é a associação, com 157 empreendimentos (70%), organizados desta maneira: 39 (17%) são empreendimentos informais e 26 (12%) estão organizados em forma de cooperativas. A atividade econômica principal é produção, com 61%, seguida por comercialização, com 18%, e consumo, com 14%.

Gráfico 26 – Forma de organização e atividade econômica dos EES de pescadores artesanais

Forma de organização e atividade econômica



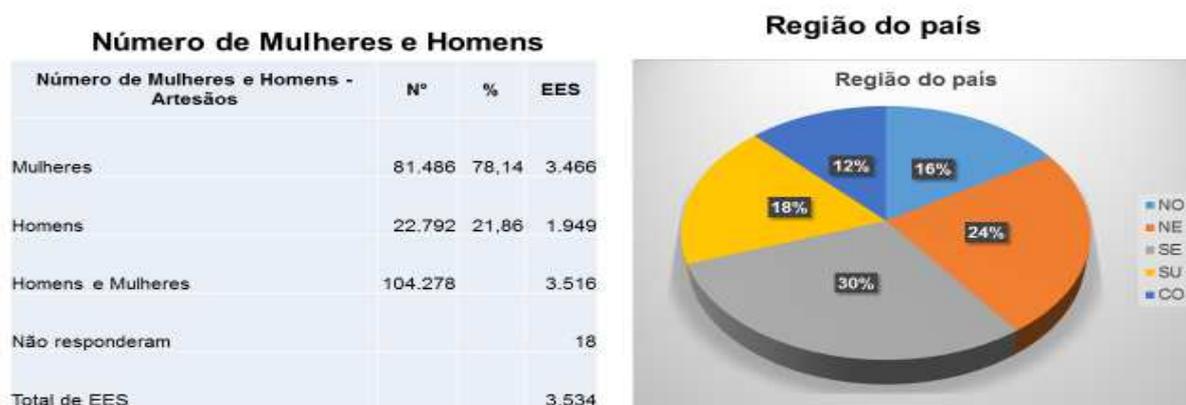
Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

4.5 CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS ARTESÃOS

Os empreendimentos dos artesãos são 3.534, o que corresponde a 17,9% do total de empreendimentos. São compostos de 104.248 sócios e sócias, a maioria mulheres, que correspondem a 81.486 sócias (78,14%), sendo 22.792 (21,86%) os homens. Esses EES estão distribuídos em todas as regiões do país. No Sudeste, se concentram 30% dos empreendimentos, 24% no Nordeste, 18% no Sul, 16% no Norte e 12% no Centro-Oeste, conforme se apresenta no gráfico a seguir:

Gráfico 27 – Características populacionais dos EES de artesãos

Características populacionais dos EES



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

Os anos em que mais surgiram empreendimentos de artesãos foram os de 2005 a 2007. Desde 1999, se observa crescimento na criação de EES. Esse crescimento se observa até o ano de 2010. Nesse período, surgiram 2.784 empreendimentos, o que corresponde a 78,78% do total de empreendimentos de artesãos, conforme se percebe na figura a seguir:

Gráfico 28 – Anos de início dos EES de artesãos



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

Um percentual bem menor dos artesãos, comparando-os com o total de empreendimentos, são beneficiários de programas de transferência de renda. Para o grupo de empreendimentos dos artesãos, 30% recebem benefício e 26,8% são beneficiários do bolsa família. Nas categorias às quais os(as) sócios(as) pertencem, os EES responderam que 28% são de comunidades indígenas, 18% da população é negra e 11% são quilombolas, conforme mostra o desenho a seguir:

Gráfico 29 – Comunidade tradicional ao qual o(a) sócio(a) pertence



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

Esse grupo se caracteriza pela informalidade, pois 62%, que correspondem a 2.189 empreendimentos, são informais, e 34% (1.203) são associados. A principal atividade econômica de 78% dos empreendimentos, que correspondem ao número de 2.748, é a produção. Outra atividade econômica que se destaca é a comercialização, exercida por 17%, o que corresponde a 617 empreendimentos. Essa descrição pode ser melhor visualizada no quadro a seguir:

Gráfico 30 – Formas de organização e principais atividades econômicas

Formas de organização e principais atividades econômicas



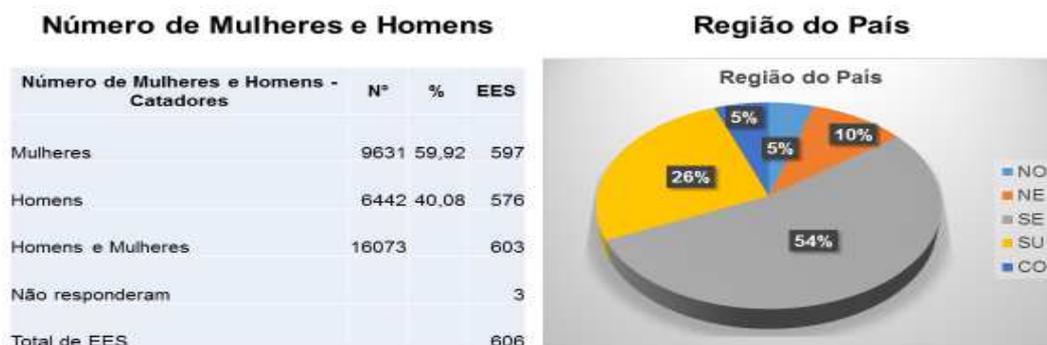
Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

4.6 CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Os empreendimentos de catadores de materiais recicláveis são em número de 606 e correspondem a 3,1% do total de empreendimentos. Compõem-se de 16.073 sócios e sócias, em que as mulheres estão em maior número 9.631, (59,92%). Elas estão presentes em 597 empreendimentos. O número de homens é de 6.442 (40,08%), que compõem 576 empreendimentos. Quanto à região dos empreendimentos, 80% deles estão na região Sul e Sudeste: 54% na região sudeste e 26% na região Sul, conforme se verifica nos gráficos a seguir:

Gráfico 31 – Características populacionais dos EES de catadores de materiais recicláveis

Características populacionais dos EES



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

No período de 12 anos, surgiram 535 empreendimentos de catadores de materiais recicláveis, o correspondente a 88,28% dos empreendimentos dessa categoria de trabalhadores presentes na base total. De 1999 até 2001, foram criados 73 empreendimentos; de 2002 a 2004, criaram-se 131 empreendimentos; de 2005 a 2007, foram 157 empreendimentos; de 2008 a 2010, 168 empreendimentos, conforme se verifica no gráfico a seguir:

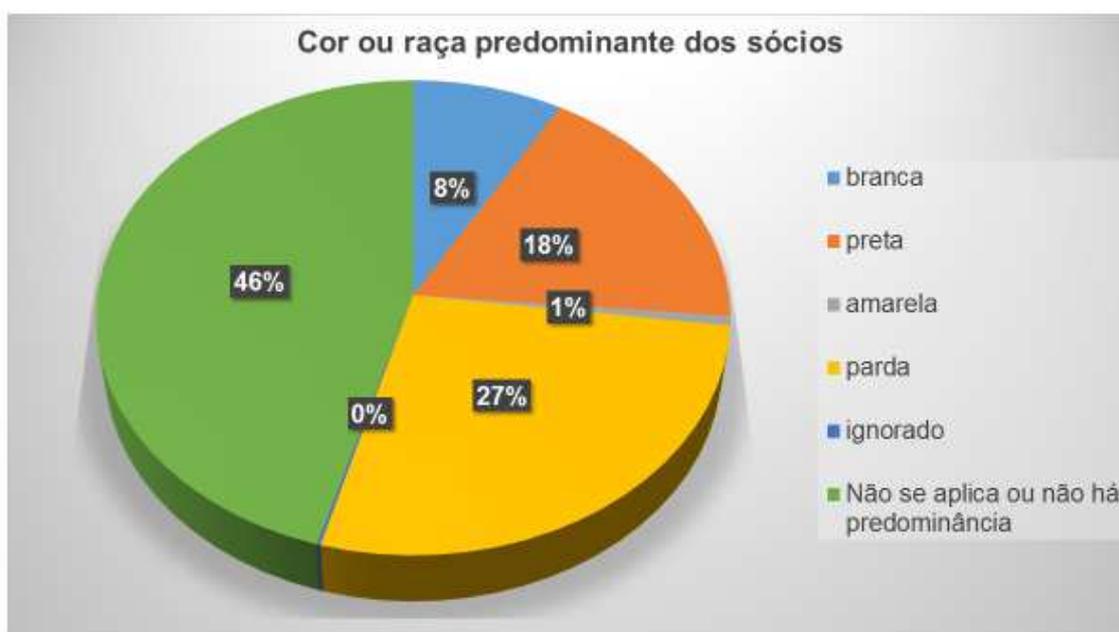
Gráfico 32 – Anos de início dos EES de catadores de materiais recicláveis



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

É importante destacar a cor dos(as) sócios(as) como característica desses empreendimentos, nos quais 46% dos empreendimentos respondem que essa questão não se aplica ou não há predominância de cor; 27% respondem que os(as) sócios(as) são predominantemente de cor parda; e 18% respondem que os(as) sócios(as) são predominantemente de cor preta. Essas duas cores predominantes correspondem a 45% do total de empreendimentos de catadores. Os restantes 9% estão distribuídos entre as cores branca (8%) e amarela (1%), como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 33 – Cor ou raça predominante dos EES de catadores de material reciclável



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

Quanto à predominância de sócios que fazem parte de programas públicos de transferência de renda, 269 empreendimentos (44,4%) responderam que sim; desses, 249 (41,4%) responderam que há, por sua vez, predominância de sócios que recebem o bolsa família. Quanto às formas de organização dos empreendimentos, eles estão organizados em três modalidades diferentes, a saber: 40% são grupos informais, 32% estão organizados em associações e 28% em cooperativas. As principais atividades econômicas realizadas são: comercialização,

com 62%; produção, com 27%; e prestações de serviços, com 9%, conforme se verifica no gráfico a seguir:

Gráfico 34 – Forma de organização e atividades econômicas

Forma de Organização e Atividades Econômicas



Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

4.7 ATUAÇÃO POLÍTICA DOS EMPREENDIMENTOS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Nesta parte do capítulo, abordaremos as participações externas dos EES nos fóruns e redes, movimentos sociais e as áreas de atuação dos empreendimentos. Descreveremos as formas de participação dos empreendimentos e realizaremos algumas comparações dos empreendimentos participantes com o total geral dos empreendimentos. Também faremos comparações nas características dos empreendimentos atuantes e não atuantes. O objetivo desta seção é evidenciar a participação como característica dos empreendimentos da Economia Solidária.

O número de empreendimentos que participam de alguma atividade, seja fóruns e redes, movimentos sociais, ou que atuam em alguma área social ou comunitária, é de 15.187 (77,06%). A partir desse dado, percebe-se que existe, na Economia Solidária, uma cultura de participação dos empreendimentos em formas

de organizações políticas, sociais e comunitárias externas aos EES. Para conhecer melhor esse contexto, passamos a descrever essas formas de participação dos empreendimentos:

Tabela 6 – Participação Política dos EES

Participação Externa ao EES	Não	%	Sim	%
Participação em fóruns e redes	11904	60,4	7804	39,6
Participação em movimentos sociais	8351	42,37	11357	57,63
Desenvolve alguma ação social ou comunitária	10617	53,87	9091	46,13

Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

4.7.1 Os Empreendimentos Solidários e suas formas de participação

Quando perguntados sobre a participação do empreendimento em fóruns e redes, 11.904 (60,4%) responderam que não participam. Os 7.804 (39,6%) empreendimentos que participam, indicaram sua participação aos diferentes fóruns (as respostas poderiam ser múltiplas), que são os seguintes: 44,9% participam do Fórum de Economia Solidária; 8,3% participam de União ou Associação de EES; 8,4% participam de federação de cooperativas; 23,5% participam de conselhos de gestão e fórum de políticas públicas; 35,90% participam de outros fóruns, redes e de

outras articulações locais. Observa-se então que as maiores participações dos EES acontecem nos fóruns de Economia Solidária, como se visualiza na tabela a seguir:

Tabela 7 – Participação em fóruns e redes

Que tipo de rede ou fórum o empreendimento participa?	%Resp.Sim
Fórum ou Rede de Economia Solidária	45,9
União ou Associação de EES	8,4
Federações de Cooperativas	8
Conselhos de gestão e fóruns de participação em políticas públicas	16,6
Outros fóruns, redes e articulações	34,8
% sobre o total de 3194 EES	

Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

Com relação à participação em movimentos sociais, os empreendimentos que não participam de movimentos sociais somam 8.351, que correspondem ao percentual de 42,4% do total de empreendimentos. Os empreendimentos que participam de movimentos sociais correspondem ao universo de 11.357 empreendimentos, 57,6% do total geral da base de dados dos EES (19.708). Quando perguntados sobre quais movimentos participam, responderam o seguinte: 35,60% têm participação no movimento e luta pela terra; 57,7% têm participação em movimento sindical urbano e rural; 28,1% têm participação em movimento popular ou comunitário; 13,6 têm participação em movimento de luta pela moradia; 7,2% têm participação em movimento étnico-racial; 2,6% têm participação em movimento de ameaçados ou atingidos por barragens; 17,5% têm participação em movimento ambientalista; 17,5% têm participação em movimento de mulheres; 23,1% têm participação em movimento religioso; 2,3% têm participação em movimento dos desempregados; 5,3% têm participação em movimentos dos catadores; 0,8% tem

participação na luta antimanicomial; 1,1% tem participação em movimento LGBT; 14,1% têm participação em movimento cultural; 9,7% têm participação em movimento de defesa dos direitos humanos; 11,2% têm participação em movimentos de jovens; 9% têm participação em movimento de combate à fome e 5,3% participam de outros movimentos.

Tabela 8 – Quais tipos de movimento social participam

Qual o tipo de movimento ou luta social	% Resp. Sim
Movimento de luta pela terra e agricultura familiar	35,6
Movimento sindical urbano ou rural	57,7
Movimento popular ou comunitário	28,1
Movimento de luta por moradia	13,6
Movimento étnico/racial	7,2
Movimento de ameaçados ou atingidos por barragens	2,6
Movimento ambientalista/agroecologia	17,5
Movimento de mulheres/ gênero	17,5
Movimento religioso ou pastoral	23,1
Movimento de desempregados	2,3
Movimento dos catadores	5,3
Luta antimanicomial	0,8
Movimento LGTT	1,1
Movimento cultural	14,1
Movimento de defesa e direitos humanos	9,7
Movimento de Jovens/Juventude	11,2
Movimento de combate à fome	9
Outro movimento	5,3
Total de 11357 EES	

Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

Observamos que empreendimentos participantes de fóruns e redes tem uma alta participação em movimentos sociais. Os EES que participam de fóruns e redes e de movimentos sociais correspondem a 5.327 EES (68,3%) do total de participantes em fóruns e redes (7.804). Desses 68,3%, que compõem um universo de 5.327 empreendimentos, 37,10% participam de movimentos pela terra, 52,5% participam de movimento sindical urbano ou rural, 32% participam de movimento popular ou comunitário, 16% participam de movimento de luta pela moradia, 10% participam de movimentos étnico-raciais, 22,9% participam de movimento ambientalista agroecológico, 24,6% participam de movimento de mulheres, 26,9% participam de movimento pastoral ou religioso, 3,2% participam de movimentos de

desempregados, 6,9% participam do movimento dos catadores, 1,4% participam de movimento da luta antimanicomial, 1,9% participam de movimento GLBTT, 19,3% participam de movimento cultural, 13,9% participam de movimento pelos direitos humanos, 15,8% participam de movimento de juventude, 12,2% participam de movimento de combate à fome e à miséria, 7% participam de outros movimentos.

Tabela 9 – Participação em movimentos sociais de empreendimentos que participam de fóruns e redes

Participação em Movimentos Sociais ou Comunitários	%
Movimento de luta pela terra	37,1
Movimento sindical	52,5
Movimento popular ou comunitário	32,3
Movimento de luta pela moradia	16,1
Movimento étnico racial	10
Movimento de ameaçados ou atingidos por barragens	3,5
Movimento ambientalista /agroecologia	22,9
Movimento de mulheres /gênero	24,6
Movimento religioso ou pastoral	26,9
Movimento de desempregados	3,2
Movimento de catadores	6,9
Movimento antimanicomial	1,4
Movimento GLBTT	1,9
Movimento Cultural	19,3
Movimento de defesa dos direitos humanos	13,9
Movimento de jovens/juventude	15,8
Movimento de combate à fome	12,2
Outro movimento	7,1
% sobre o total de 5327 EES	

Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

O número de pessoas que responderam “não” à participação em fóruns e redes é de 11.904 (60,4%). Desses, 50,7%, que correspondem a um universo de 6.030 empreendimentos, participam de movimentos sociais. Percebe-se que é maior a participação dos empreendimentos que participam em movimentos sociais e não participam de fóruns e redes (6.030 EES) do que os que participam de movimentos sociais e de fóruns e redes (5.327 empreendimentos). Constata-se ainda que é maior em 10% a participação em movimentos sindicais urbanos e rurais daqueles empreendimentos que não participam de fóruns e redes (em comparação com aqueles que participam). Os empreendimentos que participam de fóruns e redes e participam de movimentos sindicais rurais e urbanos representam 52,50% do total

de 5.327 empreendimentos, enquanto que, para os empreendimentos que não participam de fóruns e redes, mas participam de movimentos sindicais, rurais ou urbanos, são 62,30% (do total de 6.030 empreendimentos).

Tabela 10 – Participação dos EES em movimentos sociais e fórum e redes

Participação em Movimentos Sociais

Os empreendimentos que participam de Fóruns e Redes

Participação em Movimentos Sociais ou Comunitários	%
Movimento de luta pela terra	37,1
Movimento sindical	52,5
Movimento popular ou comunitário	32,3
Movimento de luta pela moradia	16,1
Movimento étnico racial	10
Movimento de ameaçados ou atingidos por barragens	3,5
Movimento ambientalista /agroecologia	22,9
Movimento de mulheres /gênero	24,8
Movimento religioso ou pastoral	26,9
Movimento de desempregados	3,2
Movimento de catadores	6,9
Movimento antimanicomial	1,4
Movimento GLBTT	1,9
Movimento Cultural	19,3
Movimento de defesa dos direitos humanos	13,9
Movimento de jovens/juventude	15,8
Movimento de combate à fome	12,2
Outro movimento	7,1
Total de 5327 EES	

Os empreendimentos que não participam de Fóruns e Redes

Participação em Movimentos Sociais ou Comunitários	%
Movimento de luta pela terra	34,3
Movimento sindical	62,3
Movimento popular ou comunitário	24,4
Movimento de luta pela moradia	11,4
Movimento étnico racial	4,7
Movimento de ameaçados ou atingidos por barragens	1,8
Movimento ambientalista /agroecologia	12,8
Movimento de mulheres /gênero	11,3
Movimento religioso ou pastoral	19,6
Movimento de desempregados	1,6
Movimento de catadores	3,9
Movimento antimanicomial	0,3
Movimento GLBTT	0,4
Movimento Cultural	9,6
Movimento de defesa dos direitos humanos	5,9
Movimento de jovens/juventude	7,1
Movimento de combate à fome	6,2
Outro movimento	3,7
Total de 6030 EES	

Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

No que diz respeito a desenvolver alguma ação social ou comunitária, 10.617 (54%) responderam que “não”. Os 9.091 (46%) que responderam “sim” classificaram a área de atuação de suas participações. Dessa questão, percebe-se que 44,3% atuam na área da Educação, 38,8% na área da saúde, 22,7% na área da luta pela moradia, 22,7% na luta pela qualificação do trabalho, 17,2% atuam na área de redução da violência, 46,2% atuam na área do meio ambiente, 25,4% atuam na área de esporte e lazer, 33,2% na cultura, 28,7% na Assistência Social, 19,9% na segurança alimentar e 5,3% em outras áreas de atuação.

Percebe-se que os participantes de movimentos sociais são atuantes. 60,2% dos empreendimentos que participam de movimentos sociais também atuam em alguma ação social ou comunitária e dos que não participam de movimentos sociais

26,9% dos empreendimentos tem alguma ação social e comunitária. Como se observa na tabela a seguir:

Tabela 11 – Atuação dos EES em ações sociais e comunitárias e participação em movimentos sociais

Atuação em ações sociais e comunitárias

EES que participam de movimentos sociais		EES que não participam de movimentos sociais	
Qual a área de atuação	%Resp. sim	Qual a área de atuação	%Resp. sim
Educação	46,7	Educação	9,9
Saúde	39,4	Saúde	7,7
Moradia	26,7	Moradia	2,9
Redução da violência	19,3	Redução da violência	2,9
Qualificação para o trabalho	28,7	Qualificação para o trabalho	24,8
Meio ambiente	50	Meio ambiente	9,5
Esporte e lazer	26,9	Esporte e lazer	5,6
Cultura	35,1	Cultura	7,4
Assistência Social	29,1	Assistência Social	7,4
Segurança alimentar	21,7	Segurança alimentar	3,9
Outra área	4,6	Outra área	2
% sobre o total de 6841 EES		% sobre o total de 2250 EES	

Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

Quanto às áreas de atuação dos empreendimentos, percebe-se que os que participam de fóruns e redes são mais atuantes do que os que não participam em fóruns e redes. Os EES que participam de fóruns e redes e têm alguma ação social e comunitária somam 4.610 EES enquanto os que não participam de fóruns e redes e têm alguma ação social e comunitária somam 4.481 EES, como se observa na tabela a seguir:

Tabela 12 – Área de atuação dos EES que participam e que não participam de fóruns e redes

Área de atuação do Empreendimento

Empreendimentos que participam de fóruns e redes

Área de atuação do empreendimento	%SIM
Educação	48
Saúde	39,50
Moradia	24,30
Redução da Violência	20,60
Qualificação para o trabalho	31,30
Meio ambiente	53
Esporte e lazer	25,50
Cultura	37
Assistência Social	29,90
Segurança Alimentar	23
Outra área	5
Total de 4610 EES	

Empreendimentos que não participam de fóruns e redes

Qual a área de atuação	%
Educação	40,40
Saúde	34,40
Moradia	21,10
Redução da violência	13,80
Qualificação para o trabalho	24,10
Meio ambiente	39,60
Esporte e lazer	23,20
Cultura	29,20
Assistência Social	27,40
Segurança alimentar	16,60
Outra área	5,20
Total de 4481 EES	

Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE).

A partir desses dados apresentados constatamos que uma característica marcante dos empreendimentos solidários é a participação. Dentre as formas apresentadas a mais significativa é a participação em movimentos sociais, esses empreendimentos são mais participativos e atuantes. Os que não participam em movimentos sociais são menos participativos e menos atuantes. Os não participantes em fóruns e redes demonstram que são participativos e atuantes em outros espaços como em movimentos sociais e atuantes em áreas como educação, saúde, moradia entre outros.

4.8 AS PERCEPÇÕES SOBRE AS TRAJETÓRIAS DOS EMPREENDIMENTOS

Na seção anterior, descrevemos os espaços de participações dos empreendimentos e como esses se articulam entre si. Percebemos que os empreendimentos têm uma cultura de participação externa aos EES já que, quando não participam de um espaço, participam de outra instância. Nesta seção, conheceremos os motivos de criação, as conquistas e os desafios do total dos empreendimentos, e depois suas nuances, quando separamos pelos grupos dos agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, artesãos e catadores. A forma de apresentação será descritiva, para que o leitor se aproprie dos dados referentes a essas questões.

4.8.1 Motivos de criação dos empreendimentos

Os motivos de criação mais citados pelos empreendimentos estão assim relacionados: os quatro primeiros motivos mais citados pelos empreendimentos são: (a) uma fonte complementar de renda, citado por 9.624 EES (48,8%); (b) uma alternativa ao desemprego, citado por 9.016 EES (46,20%); (c) a obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo, citado por 8.471 EES (43%); e (d) desenvolvimento de uma atividade em que todos são donos, citado por 8.024 EES (40,70%). Esses resultados evidenciam que, do ponto de vista do grupo dos empreendimentos, o principal motivador para a criação dos EES é o aumento da renda e, em seguida, a possibilidade de ter outra relação de interação com o trabalho, não mais como empregados, mas como donos dos empreendimentos.

Como quinto motivo de criação mais citado por 5.646 EES (28,6%), está o desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades. O sexto motivo para criação mais citado, 4.130 EES (21%), é a condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios. Motivação social, religiosa ou filantrópica é o sétimo motivo mais citado por 3.081 EES (19,3%). Como oitavo e nono motivos mais citados pelos empreendimentos estão a alternativa organizativa de qualificação, citadas por 3.160 EES (16%), e incentivo de política pública, citado por 3.113 EES (15,8%) respectivamente. Como décimo motivo de criação, citado por 2.828 EES

(14,3%), está a possibilidade de atuação profissional. Como motivos menos citados para criação dos empreendimentos, estão o fortalecimento do grupo étnico, citado por 1.912 EES (9,7%), produção e comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos, citados por 1.607 EES (8,2%), organização econômica de beneficiários de políticas públicas, citado por 1.510 EES (7,7%) e recuperação de empresa privada que faliu ou está em processo falimentar, citado por 601 EES (3%).

Quando comparados os motivos para a criação dos EES e a área de atuação, constata-se que os empreendimentos urbanos são mais motivados a criarem os empreendimentos pela questão do desemprego que os rurais, como se percebe nos dados a seguir. No que diz respeito ao motivo de criar o empreendimento, por ser uma alternativa ao desemprego, este é mais forte na área urbana: 4.189 empreendimentos que correspondem a 21,26% do total geral e que correspondem a 61,10% do total de 6.856 empreendedores da área urbana, responderam que esse foi um dos motivos de criação do empreendimento. Na área rural, é o inverso: 6.898 empreendimentos, que correspondem a 35% (do total geral) e 63,91% (do total de 10.793 empreendimentos rurais), responderam que esse não foi o motivo de criação do empreendimento, e 1.019 empreendimentos, que correspondem a um percentual de 5,17% (do total geral) e a 49,51% (do total de 2.058 empreendimentos rurais e urbanos), entendem que esse foi um motivo para a criação dos seus empreendimentos, como se observa na tabela a seguir:

Tabela 13 – A área de atuação e os motivos de criação dos EES⁷

Motivos para a criação dos Empreendimentos	RURAL						URBANA						RURAL/URBANA					
	Não	% s/rural	% / total	Sim	% s/rural	%	Não	% s/turb	%	Sim	% s/turb	%	Não	% s/tru	%	Sim	% s/tru	%
Uma alternativa ao desemprego	6898	63,91	35,00	3897	36,11	19,77	2867	38,90	13,53	4189	61,10	21,26	1039	50,49	5,27	1019	49,51	5,17
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	6087	56,40	30,89	4706	43,60	23,88	4120	60,09	20,91	2736	39,91	13,88	1030	50,05	5,23	1028	49,95	5,22
Uma fonte complementar de renda para os associados	6074	56,28	30,82	4719	43,72	23,94	3120	45,51	15,83	3736	54,49	18,96	890	43,25	4,52	1168	56,75	5,93
Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos	6496	60,19	32,96	4297	39,81	21,80	4028	58,75	20,44	2829	41,25	14,35	1180	58,37	5,89	898	43,63	4,56
Possibilidade de atuação profissional em uma atividade econômica específica	9519	88,20	48,30	1274	11,80	6,46	5713	83,33	28,99	1143	16,67	5,80	1948	80,08	8,36	410	19,92	2,08
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	7559	70,04	38,35	3234	29,96	16,41	6392	93,23	32,43	484	6,77	2,35	1627	79,06	8,26	431	20,94	2,19
Recuperação de empresa privada que falhou ou em processo falimentar	10568	87,82	53,62	225	2,08	1,14	6566	95,77	33,32	290	4,23	1,47	1972	95,82	10,01	86	4,18	0,44
Motivação social, filantrópica ou religiosa	9027	83,84	45,80	1768	16,38	8,96	5323	77,64	27,01	1533	22,36	7,78	1557	75,68	7,90	501	24,34	2,54
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	7473	68,24	37,92	3320	30,76	16,85	5189	75,69	26,33	1667	24,31	8,46	1389	67,96	7,10	659	32,02	3,34
Alternativa organizativa e de qualificação	9207	85,31	46,72	1588	14,89	8,05	5787	84,12	29,26	1089	15,88	5,53	1573	76,43	7,98	485	23,57	2,46
Incentivo de Política Pública (Governo)	8881	82,26	45,06	1912	17,72	9,70	6041	88,11	30,65	815	11,89	4,14	1672	81,24	8,48	386	18,76	1,96
Organização econômica de beneficiários de Políticas Públicas	9853	91,29	49,99	940	8,71	4,77	8488	94,31	32,81	390	5,69	1,98	1878	91,25	9,53	180	8,75	0,91
Fortalecimento de grupo étnico	9659	89,49	49,01	1134	10,51	5,75	6350	92,62	32,22	506	7,38	2,57	1786	86,78	9,06	272	13,22	1,38
Produção e comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	9757	90,40	49,51	1038	9,60	5,28	8543	95,43	33,20	313	4,57	1,59	1800	87,46	9,13	258	12,54	1,31
Outro	9873	91,48	50,10	920	8,52	4,67	6176	90,08	31,34	680	9,92	3,45	1768	85,91	8,97	290	14,09	1,47

Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE)

Com a apresentação desses dados gerais, mostraremos, a seguir, como os quatro motivos mais escolhidos para a criação dos EES mudam nas configurações de escolhas de prioridades para os grupos dos agricultores familiares, quilombolas, agricultores artesanais, artesãos e catadores de materiais recicláveis. Apesar das mudanças de configurações continuam sendo os quatro primeiros motivos os mais escolhidos pelos EES. Comparando esses dados gerais com os motivos de criação dos empreendimentos de agricultores familiares que somam 10.899, não há diferenças na ordem das escolhas dos motivos, são menores os percentuais dos quatro primeiros motivos de ingresso na comparação com o total de empreendimentos. Percebe-se também que são maiores os percentuais dos

⁷Total = % sobre o total de Empreendimentos da Base 19708; s/rural = % sobre o total de empreendimentos rurais – 10793; s/turb = % sobre o total de empreendimentos urbanos – 6.856; s/tru = % sobre o total de empreendimentos Rurais e Urbanos – 2058.

seguintes motivos para criação de EES: O motivo de desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades de 28,6% (do total geral) para 30,3% (Total de agricultores familiares), condição exigida para se ter acesso a financiamentos ou outros apoios de 21% (do total geral) para 29,3% (do total de agricultores familiares), incentivo de política ou governo citado por 15,8% (do total geral) e 18,10% (do total de agricultores familiares). Nesse sentido, veja-se a tabela a seguir:

Tabela 14 – Motivos para criação dos empreendimentos de agricultores familiares

Motivos para a criação dos Empreendimentos	Base Geral - 19708 EES				Agricultores familiares - 10899 EES			
	Não	Percentual	Sim	Percentual	Não	Percentual	Sim	Percentual
Uma alternativa ao desemprego	10602	53,8	9106	46,2	6888	63,2	4011	36,8
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	11237	57	8471	43	5951	54,3	4948	45,4
Uma fonte complementar de renda para os associados	10084	51,2	9624	48,8	5933	54,4	4966	45,6
Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos	11684	59,3	8024	40,7	6485	59,5	4414	40,5
Possibilidade de atuação profissional em uma atividade econômica específica	16880	85,7	2828	14,3	9590	88	1309	12
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	15578	79	4130	21	7708	70,7	3191	29,3
Recuperação de empresa privada que falhou ou em processo falimentar	19107	97	801	3	10651	97,7	248	2,3
Motivação social, filantrópica ou religiosa	15907	80,7	3801	19,3	9098	83,5	1801	16,5
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	14062	71,4	5646	28,6	7599	69,7	3300	30,3
Alternativa organizativa e de qualificação	16548	84	3160	16	9212	84,5	1687	15,5
Incentivo de Política Pública (Governo)	16595	84,2	3113	15,8	8926	81,9	1973	18,1
Organização econômica de beneficiários de Políticas Públicas	18198	92,3	1510	7,7	9975	91,5	924	8,5
Fortalecimento de grupo étnico	1796	90,3	1912	9,7	9735	89,3	1164	10,7
Produção e comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	18101	91,8	1607	8,2	9743	89,4	1156	10,6
Outro	17818	90,4	1890	9,6	9915	91	984	9

Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE)

Com relação aos empreendimentos de quilombolas que somam 430 empreendimentos, o motivo mais citado para a criação dos EES foi uma alternativa ao desemprego escolhida por 216 EES (50,2%). A segunda alternativa mais citada é uma fonte complementar de renda para os associados com 208 EES (48,4%). O terceiro motivo é o desenvolvimento de uma atividade em que todos são donos, com 184 EES (42,8%) e obtenção de maiores ganhos em um empreendimento

associativo alternativo escolhido por 166 EES (38,6%). Todas as alternativas escolhidas pelos empreendimentos de quilombolas estão apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 15 – Motivos para criação dos empreendimentos de Quilombolas

Motivos para a criação dos Empreendimentos	Quilombolas			
	Não	Percentual	Sim	Percentual
Uma alternativa ao desemprego	214	49,8	216	50,2
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	284	61,4	166	38,6
Uma fonte complementar de renda para os associados	222	51,6	208	48,4
Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos	246	57,2	184	42,8
Possibilidade de atuação profissional em uma atividade econômica específica	370	86	60	14
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	325	75,6	105	24,4
Recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar	416	96,7	14	3,3
Motivação social, filantrópica ou religiosa	307	71,4	123	28,4
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	267	62,1	163	37,4
Alternativa organizativa e de qualificação	345	80,2	85	19,8
Incentivo de Política Pública (Governo)	340	79,1	90	20,9
Organização econômica de beneficiários de Políticas Públicas	370	86	60	14
Fortalecimento de grupo étnico	280	65,1	150	34,9
Produção e comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	376	87,4	54	12,6
Outro	392	91,2	38	8,8

Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE)

Os empreendimentos de pescadores artesanais somam um total de 224 empreendimentos. Desses, 115 (51,3%) escolheram, como motivo para a criação dos EES, uma alternativa ao desemprego, 97 EES (43,3%) escolheram uma fonte complementar de renda para os associados, 96 EES (42,9%) escolheram como motivo para a criação do EES a obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo, e 92 EES (41,1%) escolheram como motivo, para a criação do EES, o desenvolvimento de uma atividade em que todos são donos, o que se visualiza na tabela a seguir:

Tabela 16 – Motivos para criação dos empreendimentos dos pescadores artesanais

Motivos para a criação dos Empreendimentos	Pescadores Artesanais			
	Não	Percentual	Sim	Percentual
Uma alternativa ao desemprego	109	48,7	115	51,3
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	128	57,1	96	42,9
Uma fonte complementar de renda para os associados	127	56,7	97	43,3
Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos	132	58,9	92	41,1
Possibilidade de atuação profissional em uma atividade econômica específica	172	76,8	52	23,2
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	174	77,7	50	22,2
Recuperação de empresa privada que falu ou em processo falimentar	220	98,2	4	1,8
Motivação social, filantrópica ou religiosa	184	82,1	40	17,9
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	147	65,6	77	34,4
Alternativa organizativa e de qualificação	165	73,7	59	26,3
Incentivo de Política Pública (Governo)	184	82,1	40	17,9
Organização econômica de beneficiários de Políticas Públicas	200	89,3	24	10,7
Fortalecimento de grupo étnico	197	87,9	27	12,1
Produção e comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	206	92	18	8
Outro	200	89,3	24	10,7

Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE)

Os empreendimentos dos artesãos somam 3.534. Desses, 2.324 EES (65,8%) responderam que o motivo para a criação dos EES foi uma fonte complementar de renda para os associados, 2.153 (60,9%) responderam que o motivo de criação dos EES foi uma alternativa ao desemprego. Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos foi o motivo escolhido por 1.527 EES (43,2%), e a obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo foi a alternativa escolhida por 1.463 EES (41,4%), como aparece na tabela a seguir:

Tabela 17 – Motivos para criação dos empreendimentos de artesãos

Motivos para a criação dos Empreendimentos	Artesãos			
	Não	Percentual	Sim	Percentual
Uma alternativa ao desemprego	1381	39,1	2153	60,9
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	2071	58,6	1463	41,4
Uma fonte complementar de renda para os associados	1210	34,2	2324	65,8
Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos	2007	56,8	1527	43,2
Possibilidade de atuação profissional em uma atividade econômica específica	2850	80,6	684	19,4
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	3339	94,5	195	5,5
Recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar	3417	96,7	117	3,3
Motivação social, filantrópica ou religiosa	2782	78,7	752	21,3
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	2678	75,8	856	24,2
Alternativa organizativa e de qualificação	2991	84,6	543	15,4
Incentivo de Política Pública (Governo)	3131	88,6	403	11,4
Organização econômica de beneficiários de Políticas Públicas	3313	93,7	221	6,3
Fortalecimento de grupo étnico	3179	90	355	10
Produção e comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	3374	95,5	160	4,5
Outro	3230	91,4	304	8,6

Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE)

Os empreendimentos dos catadores de materiais recicláveis somam 606 empreendimentos. Desses, 531 EES (87,60%) responderam que a alternativa ao desemprego foi o motivo para a criação do EES; 341(56,3%) responderam que o motivo foi a obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo. Desenvolvimento de uma atividade coletiva em que todos são donos foi o motivo escolhido por 321 EES (53%), e 305 EES (50,3%) escolheram como motivo de criação do empreendimento uma fonte complementar de renda para os associados, como se expõe na tabela a seguir:

Tabela 18 – Motivos para criação de empreendimentos de catadores de materiais recicláveis:

Motivos para a criação dos Empreendimentos	Catadores			
	Não	Percentual	Sim	Percentual
Uma alternativa ao desemprego	75	12,4	531	87,6
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	265	43,7	341	56,3
Uma fonte complementar de renda para os associados	301	49,7	305	50,3
Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos	285	47	321	53
Possibilidade de atuação profissional em uma atividade econômica específica	555	91,6	51	8,4
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	583	96,2	23	3,8
Recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar	596	98,3	10	1,7
Motivação social, filantrópica ou religiosa	511	84,3	95	15,7
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	521	86	84	14
Alternativa organizativa e de qualificação	513	84,7	93	15,3
Incentivo de Política Pública (Governo)	479	79	127	21
Organização econômica de beneficiários de Políticas Públicas	578	95,4	28	4,6
Fortalecimento de grupo étnico	577	95,2	29	4,8
Produção e comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	591	97,5	15	2,5
Outro	560	92,4	46	7,6

Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE)

4.8.2 As principais conquistas dos EES

Diante do exposto, conhecemos alguns dos motivos para a criação dos empreendimentos. A seguir, constataremos quais são as principais conquistas dos EES. Com referência as respostas à pergunta: "quais as principais conquistas dos empreendimentos?", as duas conquistas que mais se destacam, no total geral dos EES, é a integração do grupo ou coletivo: 13.025 EES (65,10%) apontaram essa alternativa. Essa primeira conquista, apesar das diferenças de configurações dos grupos estudados aqui, é unânime, como será percebido, a seguir, na descrição das

conquistas dos diferentes segmentos de EES que estamos analisando. A segunda conquista mais apontada por 11.618 EES (59%) é geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os(as) sócios(as). Em relação aos grupos estudados nesta pesquisa, o grupo que não aponta essa conquista como segunda alternativa é o formado pelos quilombolas; os outros grupos seguem essa mesma ordem de escolha. A terceira alternativa escolhida por 9.651 EES (49%) foi a autogestão e o exercício da democracia. Na comparação com os grupos estudados, também é unânime essa escolha em terceiro lugar. As outras alternativas escolhidas foram as seguintes: conquista para a comunidade local (moradia, escola, infraestrutura, etc.), escolhida por 7.411 EES (37,6%); o comprometimento social dos(as) sócios(as), escolhido por 7.372 EES (37,4%); e conscientização e compromisso político, escolhida por 3.510 EES (17,8%).

Para os empreendimentos de agricultores familiares, a integração do grupo ou coletivo é a conquista mais escolhida, com 62,9%. A geração de renda ou obtenção de ganhos para os(as) sócios(as) e sócias é a opção escolhida por 6.050 EES (55,5%). As outras quatro conquistas mais citadas por este grupo são: autogestão e exercício da democracia, escolhidas por 4.978 EES (45,7%); conquista para a comunidade local (moradia, escola, infraestrutura, etc.), escolhida por 4.852 EES (44,5%); comprometimento social dos(as) sócios(as), escolhida por 3.908 EES (35,9%); e a escolhida por 1838 EES (16,9%) foi conscientização e compromisso político.

Para os empreendimentos de quilombolas, as principais conquistas mudam de configuração com relação à composição apresentada pelo total geral dos EES. A conquista mais escolhida desses empreendimentos continua sendo a integração do grupo ou coletivo, escolhida por 286 EES (66,5%). A segunda mais escolhida é conquistas para a comunidade local (moradia, escola, infraestrutura, etc.), citada por 227 EES (52,8%). Autogestão e exercício da democracia foi a terceira conquista mais escolhida por 206 EES (47,9%). Geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os(as) sócios(as) foi a quarta conquista mais citada, escolhida por 190 EES (44,20%), seguida pela escolha de 159 EES (37%): comprometimento social dos(as) sócios(as), por sua vez seguida pela escolha de 100 EES (23,3%), que elegeram a conscientização e o comprometimento político como uma das principais conquistas.

Assim como nos grupos anteriores, a principal conquista do EES escolhida pelo maior número de empreendimentos de pescadores artesanais foi a integração do grupo ou coletivo, escolhida por 147 EES (65,6%). Como segunda mais escolhida ficaram geração de renda e obtenção de maiores ganhos para os(as) sócios(as), com 136 EES (60,7%). A terceira opção mais escolhida pelos empreendimentos de pescadores artesanais foram autogestão e exercício da democracia, escolhidas por 111 EES (49,6%). A quarta opção escolhida por 104 EES (44,4%) foi a conquista para a comunidade local (moradia, escola e infraestrutura, etc.), seguida pela escolha de ter como conquista o maior comprometimento social dos(as) sócios(as), por 92 EES (46,4%). A conquista menos escolhida foi conscientização e compromisso político, envolvendo 59 EES (26,3%).

Para os artesãos e os catadores de materiais recicláveis, a ordem das conquistas dos EES mais escolhidas são as mesmas; mudam apenas os percentuais. A primeira mais escolhida como uma das principais conquistas continua sendo a integração do grupo ou o coletivo, por 2.569 EES (72,70%) de artesãos e por 476 EES (78,5%) de catadores de materiais recicláveis. A segunda escolha de uma das principais conquistas é geração de renda ou obtenção de maior rendimento para os(as) sócios(as), por 2.433 EES (68,8%) de artesãos e 474 EES (78,2%) de catadores de materiais recicláveis. A terceira conquista escolhida pelos empreendimentos foi a autogestão e exercício da democracia, escolhida por 1.920 EES (54,3%) de artesãos e 428 EES (70,6%) de catadores de materiais recicláveis. A quarta conquista escolhida por 662 EES (18,7%) de artesãos e 273 EES (45%) de catadores de materiais recicláveis foi o item conquistas para a comunidade local (moradia, escola, infraestrutura, etc.)

A conquista menos citada é conscientização e compromisso político, escolhidos por 521 EES (14,7%) de artesãos e 244 EES (40,3%) de catadores de materiais recicláveis.

4.8.3 Os principais desafios dos EES

Quanto aos principais desafios dos Empreendimentos em Economia Solidária, percebe-se que três deles, apontados como os desafios mais escolhidos do total de

empreendimentos, se repetem na ordem das escolhas para os demais grupos estudados que são os agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, artesãos e catadores de materiais recicláveis. Os três desafios mais citados são gerar renda adequada para os(as) sócios(as), viabilizar economicamente o empreendimento e manter a união do grupo ou coletivo. O desafio menos escolhido pelo total de empreendimentos e pelos grupos estudados foi alcançar a politização e a conscientização dos(as) sócios(as). Como são unânimes nos grupos estudados, percebe-se que são características importantes dos EES. Diante disso, passamos a conhecer como os empreendimentos elencaram seus principais desafios e as nuances com os grupos estudados.

Quando perguntados sobre quais os desafios dos empreendimentos, os EES responderam da seguinte forma: 14.503 EES (73,60%) entendem que um dos desafios é gerar renda adequada aos(as) sócios(as); 13.108 EES (66,50%) consideram como desafio viabilizar economicamente o empreendimento; 1.148 EES (56,1%) entendem que manter a união do grupo ou o coletivo é um desafio do grupo. Efetivar a participação e a autogestão é escolhido como desafio por 8.611 EES (43,7%). Promover a articulação com outros movimentos é outro desafio escolhido por 8.457 EES (42,9%). Garantir proteção social (Previdência, Assistência e Saúde) para os(as) sócios(as) é outro desafio escolhido por 7.755 EES (39,3%). Como os desafios menos escolhidos pelos EES ficaram: alcançar maior conscientização ambiental dos(as) sócios(as), escolhida por 7.294 EES (37%) e alcançar a conscientização e a politização dos(as) sócios(as), escolhida por 6.714 EES (34,1%). Quanto às configurações das respostas dos agricultores familiares no que diz respeito aos desafios dos EES, continua a mesma ordem.

Quanto aos empreendimentos de quilombolas, são maiores todos os percentuais no que diz respeito aos desafios dos EES com relação ao total de empreendimentos. Depois dos três primeiros desafios que se repetem para todos os grupos, segue como destaque para os quilombolas o aumento do percentual de importância, na comparação com o total de empreendimentos, a articulação com outros empreendimentos, de 42,9% (do total geral de EES) para 40,2% (do total de EES de quilombolas). Aumenta também o percentual do desafio de gerar renda para os(as) sócios(as) de 39,3% (do total geral de EES) para 49,3% (do total de EES de quilombolas), conforme se visualiza na tabela a seguir:

Tabela 19 – Principais desafios do total dos EES e do Total de EES de quilombolas:

Quais os principais desafios dos empreendimentos	Total de EES				Quilombolas			
	Não	%	Sim	%	Não	%	Sim	%
Viabilizar economicamente o empreendimento.	6600	33,5	13108	66,5	120	27,9	310	72,1
Gerar renda adequada aos(as) Sócios(as).	5205	26,4	14503	73,6	97	22,6	333	77,4
Garantir proteção social (Previdência, Assistência e Saúde) para os(as) Sócios(as).	11953	60,7	7755	39,3	218	50,7	212	49,3
Efetivar a participação e a autogestão.	11097	56,3	8611	43,7	233	54,2	197	45,8
Alcançar a conscientização e a politização dos(as) sócios(as).	12994	65,9	6714	34,1	261	60,7	169	39,3
Alcançar maior conscientização ambiental dos(as) sócios(as).	12414	63	7294	37	248	57,7	182	42,3
Promover a articulação com outros empreendimentos e com o movimento da ES.	11251	57,1	8457	42,9	214	49,8	216	50,2
Manter a união do grupo/coletivo.	8660	43,9	11048	56,1	194	45,1	236	54,9
Outro	16603	84,2	3105	15,8	354	82,3	76	17,7

Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE)

A pesquisa feita com empreendimentos de pescadores artesanais demonstra que, na escolha dos desafios para os seus empreendimentos, eles repetem, em grau de maior escolha, os desafios encontrados no total de empreendimentos com relação aos três primeiros desafios escolhidos. São eles: gerar renda mais adequada aos(as) sócios(as), escolhido por 173 EES (77,2%); viabilizar economicamente o empreendimento, desafio escolhido por 149 EES (66,5%); e manter a união do grupo ou coletivo, escolhido por 119 EES (53,1%).

Como características dos empreendimentos de pescadores artesanais, eles apontam como quarto desafio dos seus EES alcançar a maior conscientização dos(as) sócios(as) dos EES, desafio apontado por integrantes de 109 EES (48,7%). O seguinte desafio apontado é garantir a proteção social (Previdência, Assistência Social e Saúde) para os(as) sócios(as), citado por 105 EES (43,9%), como se visualiza na tabela a seguir:

Tabela 20 – Comparação dos principais desafios do total de EES com os Empreendimentos de Pescadores Artesanais:

Quais os principais desafios dos empreendimentos	Total de EES				Pescadores Artesanais			
	Não	%	Sim	%	Não	%	Sim	%
Viabilizar economicamente o empreendimento.	6600	33,5	13108	66,5	76	33,5	149	66,5
Gerar renda adequada aos(as) Sócios(as)	5205	26,4	14503	73,6	51	22,8	173	77,2
Garantir proteção social (Previdência, Assistência e Saúde) para os(as) Sócios(as).	11953	60,7	7755	39,3	119	53,1	105	46,9
Efetivar a participação e a autogestão.	11097	56,3	8611	43,7	133	59,4	91	46,6
Alcançar a conscientização e a politização dos (as) sócios (as).	12994	65,9	6714	34,1	130	62,1	85	37,9
Alcançar maior conscientização ambiental dos (as) sócios (as).	12414	63	7294	37	115	51,3	109	48,7
Promover a articulação com outros empreendimentos e com o movimento da ES.	11251	57,1	8457	42,9	124	55,4	100	44,6
Manter a união do grupo/coletivo.	8660	43,9	11048	56,1	105	46,9	119	53,1
Outro	16603	84,2	3105	15,8	165	82,6	39	17,4

Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE)

Quanto aos desafios elencados pelos integrantes de empreendimentos de artesãos, os três primeiros novamente se repetem. Aumentam os percentuais com relação ao total de empreendimentos. O primeiro desafio é gerar renda mais adequada aos(as) sócios(as), desafio escolhido por 2.797 EES (79,1%) de artesãos. O segundo desafio é viabilizar economicamente os EES, escolhido por 2.494 EES (70,6%) de artesãos. O terceiro desafio é manter a união do grupo ou coletivo, escolhido por 2.052 EES (58,1%) de artesãos.

Como característica desse grupo de empreendedores solidários, o quarto desafio escolhido é promover a articulação com outros empreendimentos e movimentos da Economia Solidária, escolhido por 1.710 EES (48,4%) de artesãos, seguido pelo desafio de efetivar a autogestão, escolhido por 1.585 EES (44,9%) de

artesãos, além do desafio de garantir a proteção social (Previdência, Assistência e Saúde) para os(as) sócios(as), escolhido por 1.255 EES (35,5%) de artesãos, conforme se verifica na tabela a seguir:

Tabela 21 – Comparação dos principais desafios do total de EES com os Empreendimentos de artesãos

Quais os principais desafios dos empreendimentos	Total de EES				Artesãos			
	Não	%	Sim	%	Não	%	Sim	%
Viabilizar economicamente o empreendimento.	6600	33,5	13108	66,5	1040	29,4	2494	70,6
Gerar renda adequada aos(as) Sócios(as).	5205	26,4	14503	73,6	737	20,9	2797	79,1
Garantir proteção social (Previdência, Assistência e Saúde) para os(as) Sócios(as).	11953	60,7	7755	39,3	2279	64,6	1255	35,6
Efetivar a participação e a autogestão.	11097	56,3	8611	43,70	1949	55,1	1585	44,9
Alcançar a conscientização e a politização dos(as) sócios(as).	12994	65,9	6714	34,10	2516	71,2	1018	28,8
Alcançar maior conscientização ambiental dos(as) sócios(as).	12414	63	7294	37	2489	70,4	1045	29,6
Promover a articulação com outros empreendimentos e com o movimento da ES.	11251	57,1	8457	42,9	1824	51,6	1710	48,4
Manter a união do grupo/coletivo.	8660	43,9	11048	56,1	1482	41,9	2052	58,1
Outro	16603	84,2	3105	15,8	3060	86,6	474	13,4

Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE)

Os empreendimentos de catadores de materiais recicláveis apontam, como três principais desafios, os já apresentados no total de empreendimentos. Como característica dos desafios desse grupo de empreendimento, é significativamente maior o percentual de todos os desafios apresentados com relação ao total dos empreendimentos, a saber:

Tabela 22 – Os principais desafios dos empreendimentos de catadores de materiais recicláveis:

Quais os principais desafios dos empreendimentos	Total de EES				Catadores			
	Não	%	Sim	%	Não	%	Sim	%
Viabilizar economicamente o empreendimento.	6600	33,5	13108	66,5	157	25,9	449	74,1
Gerar renda adequada aos(as) Sócios(as).	5205	26,4	14503	73,6	117	19,3	489	80,7
Garantir proteção social (Previdência, Assistência e Saúde) para os(as) Sócios(as).	11953	60,7	7755	39,3	222	36,6	384	63,4
Efetivar a participação e a autogestão.	11097	56,3	8611	43,7	230	38	376	62
Alcançar a conscientização e a politização dos(as)sócios (as).	12994	65,9	6714	34,1	303	50	303	50
Alcançar maior conscientização ambiental dos (as) sócios (as).	12414	63	7294	37	252	41,6	354	58,4
Promover a articulação com outros empreendimentos e com o movimento da ES.	11251	57,1	8457	42,9	243	41,7	353	58,3
Manter a união do grupo/coletivo.	8660	43,9	11048	56,1	193	31,8	413	68,2
Outro	16603	84,2	3105	15,8	522	86,1	84	13,9

Fonte: II Mapeamento de empreendimentos em Economia Solidária (SENAES/MTE)

4.9 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS DO SEGUNDO MAPEAMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Apresentamos um panorama geral dos Empreendimentos de Economia Solidária e, desse cenário, percebemos que os empreendimentos têm algumas características próprias. São criados para garantir a renda e o sustento dos(as) sócios(as); são participativos, atuando em algum espaço coletivo externo ao EES. Suas principais conquistas são a integração do grupo e o exercício da autogestão, associados a uma maior obtenção de renda. Compartilham os desafios de viabilizar economicamente o empreendimento, gerar renda adequada aos(as) sócios(as) e manter a união do grupo.

Essas características em comum aos empreendimentos se articulam às características do contexto em que os(as) sócios(as) participam. Percebemos que elas aumentam ou diminuem de valor de acordo com as categorias sociais das quais os associados são originários. Diante dessas constatações, passamos a conhecer melhor as características e trajetórias dos sócios e sócias em Economia Solidária nos EES.

CAPITULO 5

AS MOTIVAÇÕES PARA OS ASSOCIADOS PERMANECEREM NOS EES E OS VÍNCULOS SOCIAIS

No capítulo anterior apresentamos as características dos Empreendimentos de Economia Solidária de acordo com o II Mapeamento, as participações políticas externas aos Empreendimentos e os motivos para a criação dos EES, principais conquistas e desafios. Neste capítulo, apresentaremos o perfil geral dos entrevistados na pesquisa amostral dos sócios e sócias em Economia Solidária. Nosso objetivo em pesquisar os dados da base de informações da pesquisa amostral dos sócios e sócias foi de conhecer as características dos associados, encontrar dados sobre suas trajetórias, seu percurso junto aos EES e suas motivações e aspirações para com os EES.

O capítulo se divide em duas partes: (a) A primeira apresenta os dados gerais do total dos(as) sócios(as) e dos grupos de sócios que separamos da base para analisá-los: os agricultores familiares, os quilombolas, os pescadores artesanais, os artesãos e os catadores de materiais recicláveis; (b) na segunda parte, analisamos as necessidades dos EES na percepção dos(as) sócios(as), seus planos para o futuro nos EES e as motivações para entrar e continuar nos EES.

A forma de apresentação dos dados é semelhante à apresentação do capítulo anterior. Para dinamizar um pouco a leitura, descreveremos os dados encontrados e, em alguns momentos, faremos comparações dos resultados do total de sócios com os resultados similares encontrados nos grupos separados do total de sócios: agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, artesãos e catadores de materiais recicláveis. Em outros momentos, faremos comparações entre resultados similares encontrados entre os grupos.

5.1 CARACTERÍSTICAS DOS(AS) SÓCIOS(AS) E SÓCIAS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

A pesquisa amostral de sócios e sócias em Economia Solidária compõe-se de resultados obtidos de um universo de 2.895 sócias e sócios de EES distribuídos em 15 Estados da Federação, abrangendo todas as regiões do país.

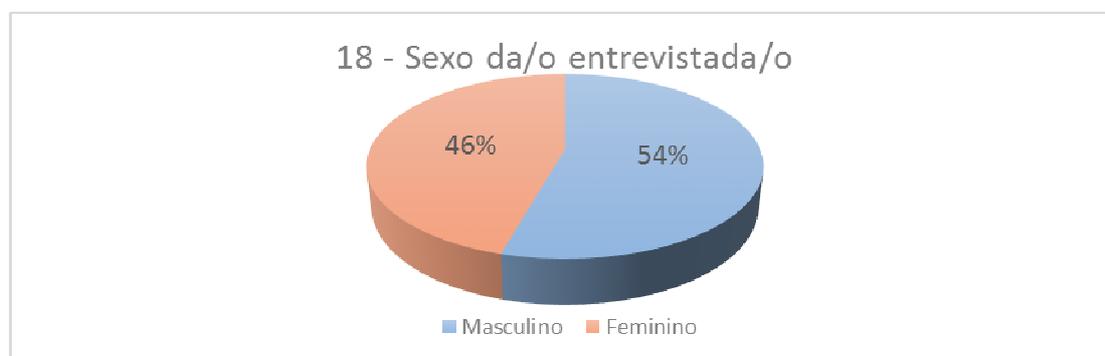
Tabela 23 – Distribuição dos(as) sócios(as) pela região do país

Região do país	Número de sócios	Percentual
NO	428	14,78%
NE	1.216	42,00%
SE	315	10,88%
SU	561	19,38%
CO	375	12,95%
Total	2.895	100

Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

Quanto à caracterização das pessoas entrevistadas, 54% são do sexo masculino e 46% do sexo feminino. Considerando que 61% dos entrevistados são da área rural, acredita-se que o número de mulheres seja maior que o apresentado nos dados, pois é costume na área rural apenas uma pessoa da família se associar, mesmo que vários membros da família trabalhem nos empreendimentos.

Gráfico 35 – Sexo dos entrevistados



Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

Quando procuramos conhecer melhor os moradores das áreas rural (1745 sócios e sócias) e urbana (913 sócios e sócias), percebemos que, na área rural, o percentual de homens é maior com relação ao total da base de dados. De 1573 (54%) do total de sócios para 1.095 sócios (63%) do total de sócios moradores da área rural. Correspondentemente, é menor o número de mulheres nos EES na área rural de 1321 sócias (46%) da base total de sócios para 649 sócias (37%) de mulheres moradoras da área rural. No que diz respeito aos 913 moradores da área urbana, nestes é maior e de modo significativo o número de mulheres que participam dos EES, de 46% (do total de sócios) para 555 sócias (61%) do total de moradores da área urbana, e o número de participantes homens diminui de 54% do total de sócios para 358 homens (39%) do total de sócios moradores da área urbana.

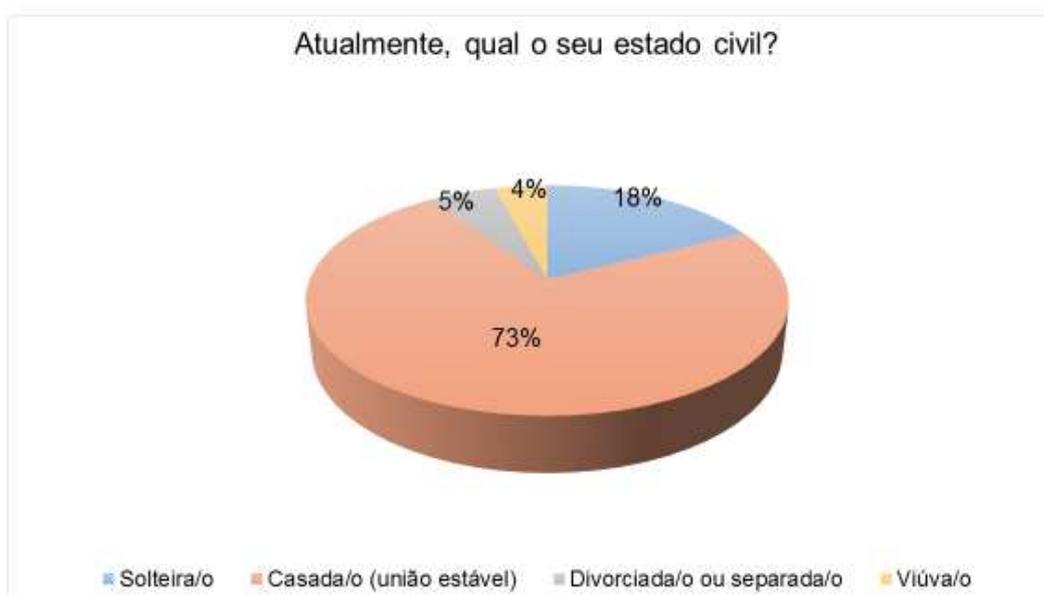
Gráfico 36 – Total de sócios(as) distribuídos por área de moradia



Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

No que diz respeito à composição familiar, 73% dos entrevistados são casados. A responsabilidade do sustento da casa é dividida: em 38% os cônjuges dividem a responsabilidade, em 32% apenas a sócia ou o sócio é responsável pelo sustento e administração da casa e 15% dizem que o cônjuge é responsável pelo sustento familiar. No que corresponde à quantidade de filhos, 420 (14,5%) dizem não ter filhos, 426 pessoas 14,7% têm apenas um filho, 712 pessoas (24,6%) têm dois filhos, 537 (18,5%) têm três filhos e 304 (10,5%) têm quatro filhos.

Gráfico 37 – Estado civil dos associados



Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

No que diz respeito à raça e à cor, 1.063 pessoas (37%) são de cor branca; 1.006 pessoas (35%) se identificam como pardas; 421 pessoas (16%) se afirmam como negras; 159 pessoas (5,5%) são mulatas. Quando perguntados sobre sua religião, as/os sócias/os responderam da seguinte maneira: 2.186 pessoas (75,70%) são católicas, apostólicas romanas; 353 pessoas (12,57%) são evangélicas pentecostais e 146 pessoas (5,4%) são evangélicos de igrejas de missão. Na pergunta que corresponde ao pertencimento a uma comunidade tradicional, 86%, que correspondem a 2.480 pessoas, dizem que não pertencem a nenhuma comunidade tradicional.

Com relação à sua condição social, 46,20%, correspondentes a 1.338 pessoas, são agricultores familiares não assentados da reforma agrária, enquanto que 13,74% são assentados da reforma agrária; 11%, correspondentes a 335 pessoas, são artesãos; 5%, equivalentes a 146 pessoas, são catadores de material reciclável.

Tabela 24 – Condição social dos associados

Condição social dos associados	Frequência	Percentual
Nenhuma	194	6,70
Assentados da reforma agrária	398	13,74
Agricultores familiares (não assentados da reforma agrária)	1.338	46,21
Artesãos	335	11,57
Artistas	30	1,03
Catadores de material reciclável	146	5,04
Garimpeiros ou mineiros	9	0,31
Técnicos ou profissionais de nível superior	88	3,03
Outros trabalhadores autônomos (por conta própria)	179	6,18
Outra resposta	174	6,01
Prefiro não declarar	4	0,13
Total	2.895	100

Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

Quanto à escolaridade, 65% sabem ler e escrever sem dificuldade; 27% sabem ler, mas com dificuldade e 8% não sabem ler nem escrever. No que diz respeito à frequência à escola, 85% a frequentaram no passado; 9% estão frequentando atualmente, e 6% não frequentaram a escola. Como se observa no gráfico a seguir:

Gráfico 38 – Você sabe ler e escrever?



Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

Procuramos conhecer também a participação dos(as) sócios(as) em espaços políticos fora dos EES antes e depois de ingressarem nos empreendimentos. Percebemos que 1.665 (55,78%) associados participaram ou participam de alguma atividade fora do EES. Os que responderam que participavam de atividades políticas externas ao EES antes de adentrar nos empreendimentos foram 1.158 (40%) e os que responderam que participam depois de entrar foram 1.428 (47,84%). O aumento em 7,84% parece indicar que fazer parte dos empreendimentos estimula e renova a participação em espaços externos. As repostas dos(as) sócios(as) estão descritas nas tabelas a seguir:

Tabela 25 – Participação política antes do ingresso nos EES

Antes de ingressar no EES, você participava de:	Sim %	Não%
1 Movimentos sindicais	22%	78%
2 Organizações sociais ou comunitárias	20%	80%
3 Movimentos Sociais	11%	89%
4 Partidos Políticos	9%	91%
5 Fóruns ou redes	4%	96%
6 Outra resposta	3%	97%

Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

Tabela 26 – Participação política depois do ingresso no EES

Depois de ingressar no EES, você participou de:	Sim %	Não%
1 Movimentos sindicais	28%	72%
2 Organizações sociais ou comunitárias	23%	77%
3 Movimentos sociais	13%	87%
4 Fóruns ou redes	10%	90%
5 Partidos políticos	9%	91%
6 Outra resposta	2%	98%

Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

Os espaços coletivos fora do EES, de maior participação, são os movimentos sindicais, com 22% de sócios(as) participantes antes de entrarem nos empreendimentos, e 28% depois de os(as) sócios(as)(as) ingressarem nos EES. As organizações sociais e comunitárias são o segundo espaço de participação coletiva dos(as) sócios(as) fora dos EES, com 20% de participantes antes do ingresso e 23% de participantes depois do ingresso, seguidos pela participação nos movimentos sociais, com 11% de participantes antes do ingresso e 13% depois.

Se compararmos a participação externa aos empreendimentos antes e depois do Ingresso nos EES, percebe-se que é maior a participação em todos os setores dos(as) sócios(as) em todos os segmentos apresentados. Ocorre que existe uma mudança significativa na preferência de participação em fóruns e redes que se encontrava como última forma de participação em espaços coletivos. Antes de entrarem nos EES, eram 4% dos(as) sócios(as) que participavam de fóruns e redes. Depois do ingresso no EES, é a quarta forma de participação escolhida pelos(as) sócios(as), com presença de 10% de frequentadores em fóruns e redes.

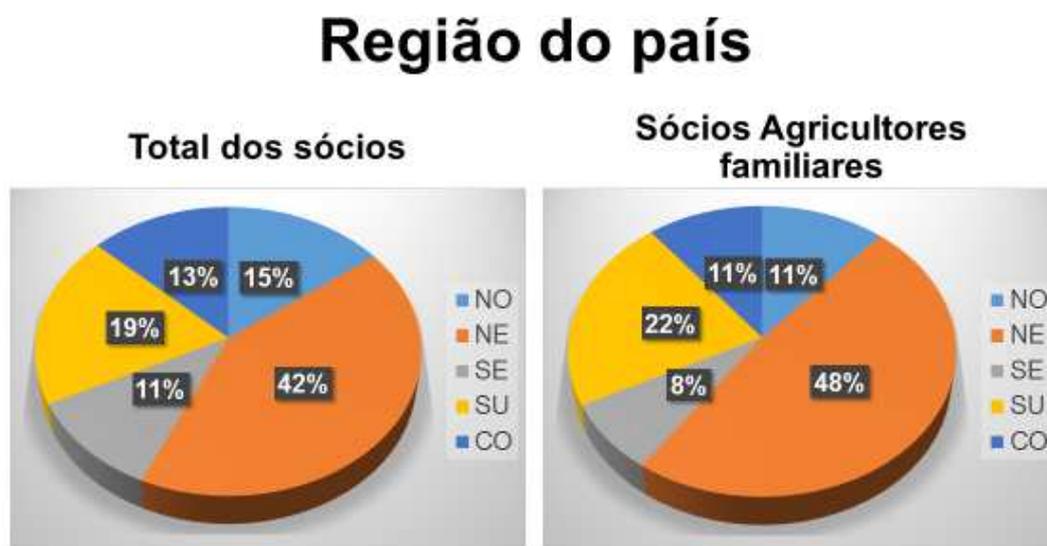
Percebemos que há um aumento da participação em 7,84% se compararmos os que participantes de espaços políticos antes de entrarem nos EES e os participantes de espaços políticos depois de entrarem nos EES. Essa constatação indica que os empreendimentos solidários propiciam a participação política dos(as) sócios(as). Esse dado reforça o que constatamos nos dados do II Mapeamento da Economia Solidária - ES, de que os EES têm uma cultura de participação, muito embora, na percepção das respostas dos empreendimentos, a conscientização política dos(as) sócios(as) ainda é um dos principais desafios dos EES, porque se percebe nos dados que os empreendimentos estimulam a participação.

Passaremos a seguir a conhecer as características gerais dos(as) sócios(as) agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, artesãos e catadores de materiais recicláveis. Perceberemos que há diferenças nas características próprias desses grupos de sócios se observados separadamente do total de sócios. Para destacar essas nuances descreveremos os dados comparando os resultados dos grupos separados com os resultados encontrados no total de sócios da base geral da pesquisa de amostragem de sócios e sócias em Economia Solidária.

5.2 CARACTERÍSTICAS DOS(AS) SÓCIOS(AS) E SÓCIAS AGRICULTORES FAMILIARES

Foram entrevistados, na pesquisa amostral, 1.339 agricultores familiares que se compõem de 860 homens (64,3%) e 478 mulheres (35,7%). Quanto à região onde estão distribuídos na relação com o total de sócios, é maior o número de agricultores familiares na região nordeste em 6%. Os Agricultores Familiares constituem 48% na região Nordeste, enquanto que, na base total de sócios, são 42% que se encontram no Nordeste. Também é maior o percentual de sócios da região Sul, 19% para o total de sócios e 22% no total de agricultores familiares. Mas, no que diz respeito à distribuição dos(as) sócios(as) agricultores familiares pelo país, eles estão presentes em todas as regiões, distribuídos de maneira semelhante à base total dos(as) sócios(as), conforme se percebe no gráfico a seguir:

Gráfico 39 – Agricultores familiares e distribuição por região do país



Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

Com relação à cor, idade, ano de ingresso no EES, quantidade de filhos, religião e alfabetização, não se percebem diferenças relevantes na comparação com o total de sócios. Quanto ao estado civil dos(as) sócios(as) agricultores familiares, é maior o número de sócios casados e menor o número de sócios solteiros com relação ao total de sócios. Os(as) sócios(as) agricultores familiares casados, correspondem ao percentual de 82%, enquanto que, na base total dos(as) sócios(as), são 73%. O número de pessoas solteiras, agricultores familiares, é de 12%, enquanto que o número de solteiros, do total da base de sócios, é de 18%. Quanto à organização econômica da casa, é 6% maior o número de respostas em que o casal é responsável pela administração da casa: de 36% do total da base de dados para 42% nos(as) sócios(as) agricultores familiares, conforme é visualizado no gráfico a seguir:

Gráfico 40 – Administração econômica da casa dos agricultores familiares

Administração Econômica da Casa



Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

5.3 CARACTERÍSTICAS DOS(AS) SÓCIOS(AS) E SÓCIAS QUILOMBOLAS

Os(as) sócios(as) remanescentes de quilombos somam 51, o que corresponde a 1,8% do total de sócios(as). Desses, 30 (58,8%) são mulheres e 21 (41,2%) são homens. Quanto às regiões de moradia, 88% são do Norte e Nordeste; desses, 70% são da região Nordeste. Na região Sul, não foram entrevistados(as) sócios(as) quilombolas. Quanto à cor, 67% se intitulam negros, 19% pardos, 2% brancos e 2% mulatos, 10% deram outra resposta: foram unânimes em responder “morenos”. Segue o gráfico elucidativo:

Gráfico 41 – Raça e cor dos agricultores quilombolas



Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

No que se refere à alfabetização, na comparação com o total de sócios, nos(as) sócios(as) quilombolas é maior em 9,7% o número de pessoas que não sabem ler: de 7,9% do total de sócios para 17,6% do total de sócios quilombolas. Ainda na comparação com o total de sócios, é bem maior o percentual de pessoas casadas: de 72,6% do total de sócios para 92,2% dos(as) sócios(as) quilombolas. No que diz respeito à quantidade de filhos, a família dos quilombolas é mais numerosa. Percebe-se que é menor o percentual de número de sócios que têm de 0 a 3 filhos, que é de 71,9% no total de sócios; para os(as) sócios(as) quilombolas, é

de 49%. É maior o número de pessoas que têm quatro a oito filhos de 24,8% do total de sócios para 45,1% nas famílias quilombolas. Com relação à idade, não foram entrevistados(as) sócios(as) com menos de 21 anos de idade e, no que se refere às demais idades, não diferem de forma significativa da base total de sócios.

Da mesma forma, com relação à data de ingresso, não foram entrevistados(as) sócios(as) que ingressaram nos EES antes do ano de 1981. Nas demais datas, não se percebem mudanças significativas na comparação com o total de sócios. A atividade predominante é da agricultura: 64,7% dos(as) sócios(as) quilombolas são agricultores familiares e, desses, 13,7% são assentados da reforma agrária e 5,9% são artesãos.

Somam 88,2% os moradores que são advindos da área rural. Quanto à administração da casa, 57% dos(as) sócios(as) quilombolas dividem essa tarefa com seus cônjuges: 23% são responsáveis pelo sustento e administração da casa sozinhos, e 14% dos(as) sócios(as) responderam que o responsável por essa tarefa é o cônjuge, conforme se verifica no gráfico a seguir:

Gráfico 42 – Administração econômica da casa dos(as) sócios(as) quilombolas

Administração econômica da casa



Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

5.4 CARACTERÍSTICAS DOS(AS) SÓCIOS(AS) E SÓCIAS PESCADORES(AS) ARTESANAIS

O número de sócios e sócias pescadores artesanais que responderam o questionário é de 155; desses, 88 são mulheres, o que corresponde a 58,8%, e 67 são homens que correspondem a 42,3% do total de pescadores artesanais. Os(as) sócios(as) pescadores artesanais entrevistados se distribuem em 79% nas regiões Nordeste e Norte. Na comparação com o total de sócios, é maior em 7% no Nordeste (42% do total de sócios e 49% total de pescadores artesanais), e 15% na região Norte (15% do total de sócios e 30% do total de pescadores artesanais). Na região Sudeste, é menor o número de entrevistados, 11% do total de sócios e 1% do total de pescadores artesanais, e a diferença é maior na região Centro-Oeste, que é menor com relação ao total de sócios, 13% no total de sócios e 1% do total de pescadores artesanais, como se observa no gráfico a seguir:

Gráfico 43 – Distribuição por região do país dos(as) sócios(as) e sócias pescadores(as) artesanais

REGIÃO DO PAÍS



Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

Quanto às idades dos(as) sócios(as), para os pescadores artesanais, é maior o percentual de sócios com idade: 31 até 40 anos em 4,9% na relação com o total de sócios: e 20,9%, no total de sócios, para 25,8% dos pescadores artesanais. Com relação à cor, na comparação com o total de sócios, é maior o número de pessoas que se intitulam pardas, 35% do total de sócios e 44% do total de pescadores artesanais, e menor em 12% o número de pessoas que se intitulam brancas: 37% do total de sócios e 25% do total de pescadores artesanais. Como já foi colocado, os pescadores artesanais realizam outras atividades além da pesca. Das categorias sociais apresentadas, 19,35% são trabalhadores autônomos; 13,55% são agricultores familiares, 3,9% são assentados da reforma agrária; 15,48% são artesãos, como se visualiza na tabela a seguir:

Tabela 27 – Condição social dos pescadores artesanais

Qual das seguintes categorias expressa melhor a sua condição social?	
	%
Nenhuma	16,13
Assentados da reforma agrária	3,87
Agricultores familiares (não assentados da reforma agrária)	13,55
Artesãos	15,48
Artistas	0,65
Outros trabalhadores autônomos (por conta própria)	19,35
Total das repostas válidas	69,03
Outra resposta	30,32
Prefiro não declarar	0,65
Total dos que não declararam ou outra resposta	30,97
Total Geral de 155 sócios	100

Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

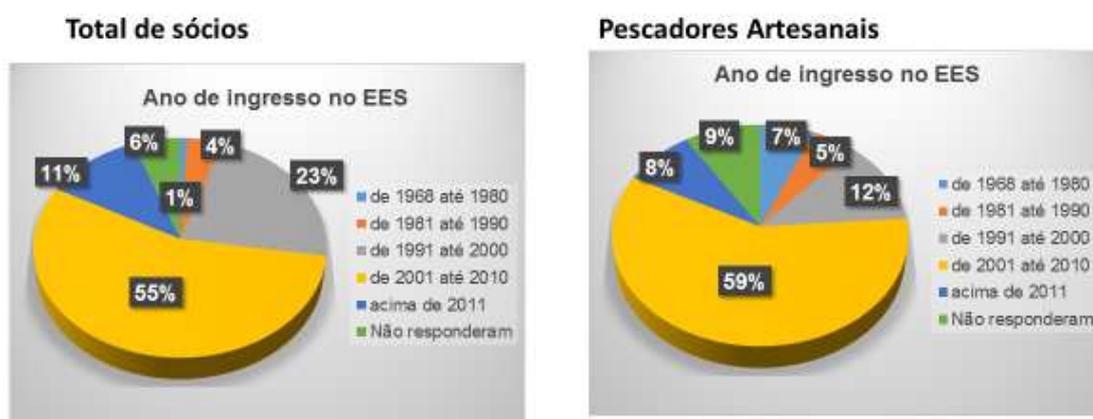
Quanto à religião e alfabetização, não se percebem mudanças significativas com relação ao total de sócios. Semelhante ao que acontece no grupo de sócios agricultores familiares, os pescadores artesanais, no que diz respeito à comparação do total de sócios quanto ao estado civil, é maior o percentual de pessoas

casadas: 72,6% do total de sócios e 75,5% do total de pescadores artesanais e é menor o número de pessoas solteiras: 17,6% do total de sócios e 14,8% dos pescadores artesanais. Percebem-se também diferenças percentuais quanto ao número de filhos. Na relação com total de sócios, o percentual de sócios pescadores artesanais que tem um filho é menor: São 14,7% do total de sócios e 8,4% para o total de sócios pescadores artesanais. Também é menor o percentual de pessoas que têm 3 filhos: 18,5% no total sócios e 13,5% do total de sócios pescadores artesanais, e é maior o percentual de quem tem 4 filhos: 10,5% do total de sócios e 16,8% do total de pescadores artesanais.

Quanto ao ano de ingresso dos(as) sócios(as) nos empreendimentos, percebe-se uma variação em percentual diferente do total de sócios. De 1968 até 1980, 7% dos(as) sócios(as) pescadores artesanais ingressaram nos EES, enquanto que, no total geral dos(as) sócios(as), 1% ingressou nos EES nesse período. A partir do ano 2001 até 2013, ingressaram 71% dos(as) sócios(as) nos EES, enquanto que, para o total de sócios a partir desse mesmo ano, ingressaram 66% dos(as) sócios(as) nos EES, como se pode observar no gráfico a seguir:

Gráfico 44 – Ano de ingresso dos EES de pescadores artesanais

ANO DE INGRESSO NO EES



Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

Os pescadores artesanais são trabalhadores que vivem nas zonas rurais e urbanas, e o percentual de sócios distribuídos nessas áreas também se modifica com relação ao total de sócios: 45% são de áreas urbanas, 39% são de áreas rurais e 16% de zonas urbanas separadas das cidades. Com relação à administração econômica da casa, é maior o percentual de casas onde o responsável é o cônjuge: de 14,4% no total de sócios para 23,2% nas casas dos(as) sócios(as) pescadores artesanais. Por sua vez, diminui o percentual de casas administradas pelo casal: de 35,5%, no total de sócios, para 30,3% nas casas dos pescadores artesanais. Para tanto, veja-se o gráfico seguir:

Gráfico 45 – Administração econômica da casa dos pescadores artesanais

Administração econômica da casa



Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

5.5 CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS(AS) SÓCIOS(AS) E SÓCIAS ARTESÃOS(AS)

Os(as) sócios(as) artesãos constituem-se de um universo de 335 sócias e sócios que correspondem a 11,6% do total de pessoas entrevistadas. Desses, 268 (80%) são mulheres e 67 (20%) são homens. Foram entrevistados artesãos de todas as regiões do país: 31% no Nordeste, 21% no Sul, 17% na região Centro-Oeste, 16% na região Sudeste e 15% na região Norte, conforme se visualiza no gráfico a seguir:

Gráfico 46 – Distribuição dos(as) sócios(as)(as) por região do país



Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

No que diz respeito à religião, não se observam muitas mudanças com relação ao total de sócios(as). Com relação ao pertencimento a alguma comunidade tradicional, destaca-se que é maior o percentual de indígenas, que são 1,1% do total dos(as) sócios(as), e para o total de artesões(as) é de 4,5%. Ainda na comparação com o percentual do total de sócios(as), é menor o percentual de analfabetos: 7,9% do total de sócios(as) e 1,5% de artesões(as) responderam que não sabem ler.

Com relação à idade na comparação com o total de sócios, é menor o percentual de sócios(as) artesões(as) de 21 a 30 anos: cai de 11,7% do total de

sócios para 8,1% do total de artesãos, é menor o número de sócios com idade de 61 a 70 anos: 12,4% no total de artesãs(os) e 15,2% no total da base de sócios. Quanto às outras idades, não há mudanças significativas percentuais. No que diz respeito ao estado civil, é menor o percentual de pessoas casadas: 72,6% do total de sócios e 60,3% do total de artesãos, e, em contrapartida, é maior o percentual: solteiras(os): de 17,6% do total de sócios e 21,2% do total de sócias(os) artesãs(os), as(os) separadas(os): são de 5,3% do total de sócias(os): 8,7% do total de artesãos e viúvas(os), que correspondem a 4,2% do total de sócios para 9,6% do total de artesãs(os).

Quanto à data do ingresso dos(as) sócios(as) nos empreendimentos, destaca-se que 78,8% entraram nos EES a partir do ano de 2001; desses, 63,9% ingressaram nos EES entre os anos 2001 até 2010. Esses trabalhadores moram predominantemente em áreas urbanas: 77,9% do total de sócios artesãos. Quanto ao sustento da casa, é menor o percentual de quem compartilha a organização econômica da casa com o cônjuge: 36% do total de sócios e 24% do total de artesãos; também é menor o percentual de quem sustenta a casa sozinho(a): 30% do total de sócios e 24% do total de artesãos; e é maior o percentual daqueles que dizem que são sustentados pelo cônjuge: 14% do total de sócios e 24% do total de artesãos. Conforme se visualiza no gráfico abaixo:

Gráfico 47 – Administração econômica da casa dos artesãos

Administração econômica da casa



Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

5.6 CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

O universo dos catadores de materiais recicláveis compõe-se de 146 sócios entrevistados que se caracterizam por serem 97 mulheres (66,4%) e 49 homens (33,6%). No que diz respeito à região, não foram entrevistados catadores na região Nordeste. O total dos(as) sócios(as) catadores de materiais recicláveis entrevistados vive 38% na região Sudeste, 36% na região Sul, 16% na região Norte e 10% na região Centro-Oeste. Na comparação com o total de sócios, o que se destaca é que o número de catadores entrevistados na região Sudeste é maior 25%: de 11% do número total de sócios para 36% do número total de catadores de materiais recicláveis, conforme se observa no gráfico a seguir:

Gráfico 48 – Distribuição dos(as) sócios(as) catadores(as) de materiais recicláveis por região do país



Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

Quanto à raça ou cor, os(as) sócios(as) se intitulam negros em 28%, pardos em 28% e brancos em 26%. Em comparação com o total de sócios, é maior em 13% o percentual de pessoas que se intitulam negras: 15% no total de sócios e 28% no total de catadores; e é menor em 11% o número de pessoas que se intitulam pardas: 37% no total de sócios e 26% no total de recicladores. É menor em 7% o número de

peças que se intitulam brancas: 35% no total de sócios e 28% no total de recicladores. Para tanto, observe-se o gráfico a seguir:

Gráfico 49 – Raça e cor dos(as) sócios(as) catadores(as) de materiais recicláveis

Qual a sua raça ou cor



Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

É maior o percentual de pessoas que se dizem analfabetas. Com relação ao número total de sócios, o percentual é de 7,9% e, no total de sócios recicladores de materiais recicláveis, 14,4% dizem que não sabem ler. É maior em 15,3% o número de pessoas que são solteiras. No total de sócios entrevistados, são 17,6% solteiros e, no total de catadores de materiais recicláveis, 32,9% são solteiros. É menor o número de pessoas que são casadas em 22,6%. Com relação ao total dos(as) sócios(as), 72,6% são casados e, com relação ao total de recicladores, 50% são casados.

Gráfico 50 – Estado civil dos(as) sócios(as) catadores de materiais recicláveis

Estado Civil



Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

No que se refere à quantidade de filhos, é maior o número de pessoas que têm 4 filhos, 10,5% na relação com o número total de sócios, e 13,7% na relação com o total de catadores de materiais recicláveis. É menor o número de pessoas que têm dois filhos, 24,6% com relação ao número total de sócios e 19,9% com relação ao número total de catadores de materiais recicláveis. Como já havia sido comentado em seções anteriores, os catadores são predominantemente urbanos: 88,4%. Com relação à administração e ao sustento da casa, é maior o número de pessoas que sustentam a casa sozinhas: 41,8%, e 24,7% administram e sustentam a casa em parceria com o cônjuge, conforme se percebe na figura a seguir:

Gráfico 51 – Administração econômica da casa dos catadores de materiais recicláveis

Administração econômica da casa



Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

5.7 AS PERCEPÇÕES DOS(AS) SÓCIOS(AS) DE SUAS TRAJETÓRIAS NOS EES

No capítulo anterior, conhecemos melhor os Empreendimentos de Economia Solidária utilizando como instrumento a base de dados do II Mapeamento dos Empreendimentos de Economia Solidária. Neste capítulo conhecemos, até o momento, as características dos sócios e sócias em ES e dos grupos de agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, artesãos e catadores de materiais recicláveis. Nesta parte do capítulo, em um primeiro momento, conheceremos as necessidades dos EES na visão dos(as) sócios(as), suas motivações para ingressarem e continuarem nos EES e os planos de futuro dos(as) sócios(as) para com os empreendimentos. Em um segundo momento da seção, apresentaremos as nuances das necessidades e motivações, na comparação com o total de empreendimentos, dos agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, artesãos e catadores de materiais recicláveis. Nosso objetivo nessa seção é encontrar, nos dados, indicações de que os vínculos sociais são importantes para

os(as) sócios(as), e entendemos encontrar essas respostas nas motivações de ingresso e continuidade nos EES.

Para essa análise, classificamos quatro das opções apresentadas aos(as) sócios(as) como indicadoras da importância dos vínculos para os(as) sócios(as), como apresentamos na metodologia, que são: participar de uma atividade coletiva, porque, ao adentrar no empreendimento, o sócio interage com outras pessoas, estabelecendo vínculos de relações internas no EES; fortalecer a comunidade e os movimentos sociais, porque indica vínculos dos(as) sócios(as) com as instituições externas aos EES, que fazem parte do contexto do grupo; trabalhar no que gosta, porque vincula o trabalho do sócio com sua trajetória de vida; e acreditar na Economia Solidária porque indica vínculos dos(as) sócios(as) com a proposta. Percebemos, a partir das respostas escolhidas pelos(as) sócios(as), que as motivações que consideramos expressões de vínculos dos(as) sócios(as), que chamamos de motivações vinculantes, foram escolhidas com certa expressividade. Reafirmando, nesta pesquisa amostral dos(as) sócios(as) - e o que encontramos na pesquisa do mapeamento - que uma das principais conquistas dos EES é a integração do grupo ou coletivo. Passamos então a apresentar os dados encontrados nestas questões.

5.7.1 Necessidades dos EES, planos para o futuro e motivações dos(as) sócios(as) e sócias na ES

Quando perguntados sobre as necessidades muito importantes para os EES, os(as) sócios(as) respondem que os empreendimentos dispõem de muitas carências. São as necessidades apontadas pelos(as) sócios(as): necessidade de apoio do governo é indicada por 2.660 EES (92%) do total de sócios; gerar maior renda para os(as) sócios(as) é a alternativa escolhida por 2.562 sócios (88,50%); capacitação técnica e gerencial é a terceira necessidade mais pontuada pelos(as) sócios(as), com 2.533 (87,50%); em seguida, aparece melhorar a comercialização dos produtos, com 2.448 (85%); máquinas e equipamentos mais modernos é a quinta necessidade mais apontada pelos(as) sócios(as), com 2.443 (84%), junto com a necessidade de maior consciência dos(as) sócios(as), também destacada por

2.420 (83,60%); maior participação dos(as) sócios(as) nas decisões é outra necessidade marcada por 2.355 (81%) dos(as) sócios(as); maior eficiência na produção com 2.330 (80,50%), crédito e financiamento, com 2.314 (80%); comprometer-se mais com a sociedade, escolhida por 2.248 (78%) dos(as) sócios(as). Essas foram as necessidades mais pontuadas pelos(as) sócios(as). Onze entre 14 necessidades apresentadas foram marcadas por mais de 78% dos(as) sócios(as).

Outras três necessidades apresentadas no questionário foram apontadas por um percentual menor dos(as) sócios(as) como necessidades mais importantes: ter uma sede própria foi indicada por 1.920 (66%) dos(as) sócios(as); resolver alguns conflitos internos foi apontada por 1.752 (60,5%) dos(as) sócios(as); e dispor de um registro formal, por 1.153 (40%) dos(as) sócios(as). Ter uma sede própria e dispor de um registro formal são necessidades concretas, porém resolver conflitos internos é uma opção mais subjetiva. Apesar do percentual de 60,50% da necessidade de resolver conflitos internos ser ainda alto, na relação com as outras necessidades, ela é menos apontada como muito importante. Talvez o fato de que a maior conquista dos empreendimentos seja a integração do grupo ou do coletivo (dado apresentado no capítulo anterior), seja um fator para que os(as) sócios(as) considerem essa necessidade tão importante quanto as outras mais escolhidas, ou seja, não ter sido pontuada por um número tão expressivo dos(as) sócios(as) como exemplo de necessidades.

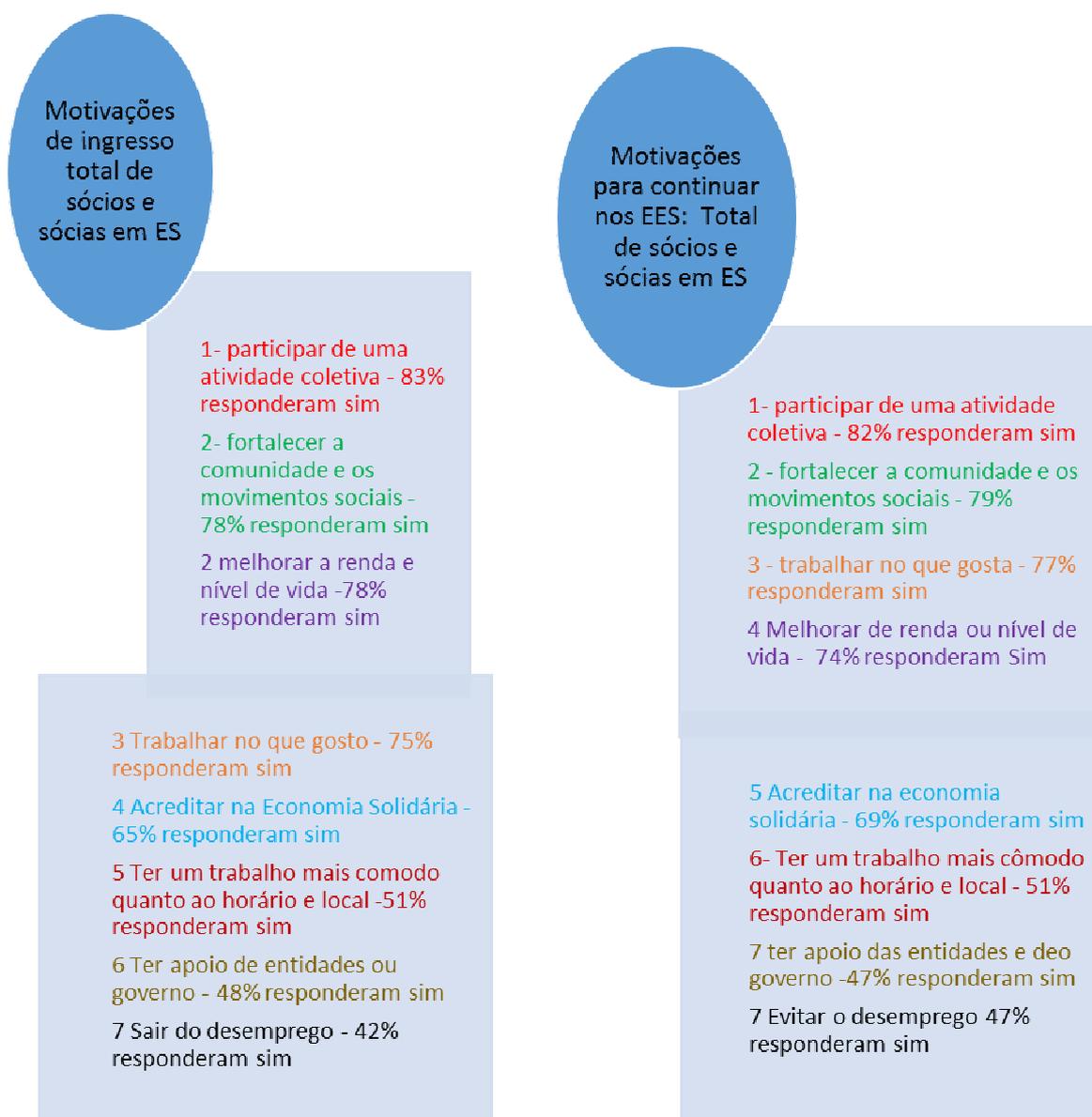
Percebemos também nos dados que, apesar de os empreendimentos serem providos de muitas necessidades estruturais e de gestão, quando as pessoas são perguntadas sobre seus planos para o futuro nos EES, 2.600 (89,3%) dos(as) sócios(as) respondem que pretendem continuar na economia solidária, 153 (5,3%) não têm planos para o futuro nos EES e 65 (2,2%) pretendem encontrar trabalho fora da economia solidária. Dos(as) sócios(as) que pretendem continuar na ES, 1.341 (46,3%) tencionam aumentar sua participação; 1.176 (40,6%) pretendem manter o mesmo tipo de participação; e são 40,3% e 83 (2,9%) os que querem participar de mais outro empreendimento. Considerando esse contraste das altas necessidades dos empreendimentos e dos planos de 89,3% dos(as) sócios(as) em desejar continuar na ES, procuramos conhecer melhor as motivações que os(as) sócios(as) indicam para entrar e continuar nos EES.

Quando perguntado para os(as) sócios(as) quais dos motivos que pesaram fortemente para entrar nos EES, foram-lhes apresentadas oito opções. Dessas poderiam fazer escolhas múltiplas. Eles escolheram os seguintes motivos apresentados de acordo com o percentual das escolhas dos(as) sócios(as): participar de uma atividade coletiva: 2.389 (82,5%); fortalecer a comunidade e os movimentos sociais: 2.272 (78,5%); melhorar a renda e o nível de vida: 2.256 (77,9%); poder trabalhar no que gosto: 2.184 (75,4%); acreditar na Economia Solidária: 1.884 (65,1%); ter um trabalho mais cômodo quanto ao horário e local: 1.481 (51,2%); apoio de entidades ou do governo: 1.401 (48,4%); e sair do desemprego: 1.212 (41,9%).

Havia outra questão feita aos(as) sócios(as) que se referia aos motivos que pesam fortemente para continuar nos empreendimentos. A pergunta, como as anteriores, era de escolha múltipla, e os(as) sócios(as) deram as seguintes respostas apresentadas de acordo com o percentual de respostas escolhidas pelos(as) sócios(as): participar de uma atividade coletiva: 2.385 (82,4%); fortalecer a comunidade e os movimentos sociais: 2.299 (79,4%); trabalhar no que gosto: 2.217 (76,6%); melhorar minha renda ou nível de vida: 2.148 (74,2%); acreditar na Economia Solidária: 1.991 (68,8%); trabalhar com mais comodidade quanto ao horário e o local: 1.601 (55,3%); apoio de entidades ou do governo: 1.357 (46,9%); evitar o desemprego: 1.354 (46,8%).

As classificações das motivações escolhidas pelos(as) sócios(as) podem ser mais bem percebidas no gráfico a seguir:

Figura 3 – Classificação das motivações de ingresso para continuar nos EES



Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

Observa-se que as escolhas com o percentual mais elevado estão relacionadas com as motivações que consideramos vinculantes, que são: participar de uma atividade coletiva, fortalecer a comunidade e os movimentos sociais, trabalhar no que gosto. Melhorar a renda e o nível de vida é também um motivo de

peso para os(as) sócios(as) decidirem entrar e continuar nos EES, tanto quanto as motivações vinculantes, dando a impressão de que este motivo da renda se articula às motivações vinculantes.

Acreditar na Economia Solidária também é uma motivação que consideramos vinculante e que, apesar de não ter sido escolhida com o percentual tão alto pelos(as) sócios(as), está bem posicionada nas motivações que pesam para entrar e continuar nos EES, com mais de 60% das escolhas dos(as) sócios(as), e seu percentual aumenta na relação com os motivos para entrar e continuar nos EES, evidenciando que as quatro motivações que indicariam vínculos dos(as) sócios(as) estão bem representadas nas escolhas de motivações dos(as) sócios(as). É interessante ressaltar que sair ou evitar o desemprego foi uma motivação que pesou em um percentual menor de sócios para entrar e continuar nos EES. Lembramos também que a alternativa ao desemprego foi uma das escolhas mais citadas para a criação de empreendimentos nos dados do II Mapeamento de Empreendimentos da Economia Solidária. Os dados dão a entender que, apesar de ser um motivo forte na criação de EES, não é, para os(as) sócios(as), o motivo mais citado que pesou para que entrassem ou continuassem nos EES.

Quanto aos planos para o futuro nos EES, percebemos que não há modificações significativas com relação ao resultado encontrado no total dos empreendimentos e nos encontrados nos planos para o futuro dos(as) sócios(as) agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, artesãos e recicladores de materiais recicláveis. Percebemos também que ocorrem pequenas mudanças de configurações nas escolhas das necessidades e motivações de ingresso e para continuar nos EES, sem que, com isso, coloque em prejuízo nossa hipótese de que as motivações vinculantes pesam na decisão de entrar e continuar nos EES. Passaremos então a conhecer como estão configuradas as escolhas das necessidades e motivações dos(as) sócios(as) agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, artesãos e catadores.

5.7.2 No caso dos agricultores familiares

Os agricultores familiares, quando perguntados sobre as necessidades mais importantes dos EES, responderam da seguinte forma: políticas de apoio do governo: 1.272 (95,10%); capacitação técnica e gerencial: 1.225 (91,6%); gerar maior renda para os(as) sócios(as): 1.203 (89,9%); máquinas e equipamentos mais modernos: 1.174 (87,7%); maior consciência dos(as) sócios(as): 1.161 (86,8%); melhorar a comercialização dos produtos: 1.159 (86,6%); crédito e financiamentos: 1.141 (85,3%); maior eficiência na produção: 1.136 (84,90%); maior participação dos(as) sócios(as) nas decisões: 1.133 (84,70%); comprometer-se mais com a sociedade: 1.077 (80,50%); ter uma sede própria: 899 (67,20%); resolver conflitos internos: 871 (65,10%); dispor de um registro formal para os EES: 561 (41,90%). As comparações das necessidades escolhidas pelo total dos(as) sócios(as) e o total dos agricultores familiares se visualizam na tabela a seguir:

Tabela 28 – Necessidades dos agricultores familiares

Necessidades dos agricultores familiares

Total dos sócios dos EES		Agricultores familiares	
Necessidades muito importantes do EES	Total de Sócios	Necessidades muito importantes dos EES	Agricultores Familiares
1 Políticas de apoio do governo	92%	1 Políticas de apoio do governo	95,10%
2 Gerar maior renda para os sócios	88,50%	2 Capacitação técnica ou gerencial	91,60%
3 Capacitação técnica ou gerencial	87,50%	3 Gerar maior renda para os sócios	89,90%
4 Melhorar a comercialização dos produtos	85%	4 Máquinas e equipamentos modernos	87,70%
5 Máquinas e equipamentos modernos	84%	5 Maior consciência dos sócios	86,80%
5 Maior consciência dos sócios	84%	6 Melhorar a comercialização dos produtos	86,60%
6 Maior participação dos sócios nas decisões dos EES	81%	7 Crédito ou financiamento	85,30%
7 Maior eficiência na produção	80,50%	8 Maior eficiência na produção	84,90%
8 Crédito ou financiamento	80%	9 Maior participação dos sócios nas decisões dos EES	84,70%
9 Comprometer-se mais com a sociedade	78%	10 Comprometer-se mais com a sociedade	80,50%
10 Ter uma sede própria	66%	11 Ter uma sede própria	67,20%
11 Resolver alguns conflitos internos	60,50%	12 Resolver alguns conflitos internos	65,10%
12 Dispor de um registro formal para o EES	40%	13 Dispor de um registro formal para o EES	41,90%
13 Outra necessidade	13%	14 Outra necessidade	12,30%

Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

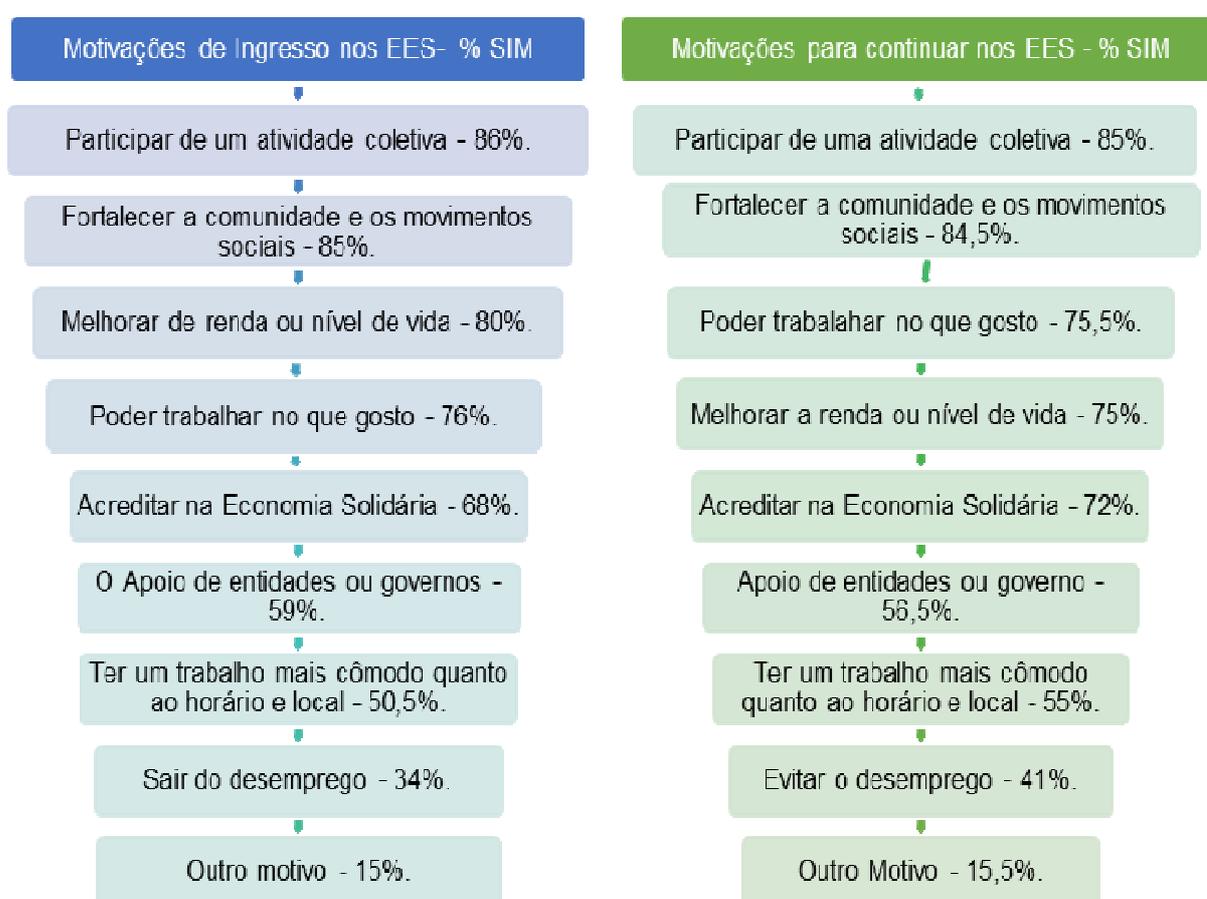
As motivações para ingresso e continuidade nos EES dos agricultores familiares não diferem muito da base total de sócios e sócias quanto ao percentual de escolha. Para a base total de sócios, *melhorar a renda e o nível de vida* foi a motivação escolhida por 77,9% dos(as) sócios(as), enquanto que, no grupo de agricultores familiares, ela foi escolhida por 80,7% dos(as) sócios(as). Outro exemplo: a motivação de *participação em uma atividade coletiva* foi a escolhida por 82,5% na base total de sócios; permanece sendo a mais escolhida, com 86% no grupo dos agricultores familiares. Mais um exemplo: no total de sócios, 78,5% escolheram como motivação *fortalecer a comunidade e os movimentos sociais*, enquanto que, para o grupo dos agricultores familiares, o *fortalecimento da comunidade e dos movimentos sociais* foi a motivação escolhida por 85,2% dos sócios e sócias entrevistados. Outra mudança é a importância do apoio do governo e de entidades que, para os agricultores, tem um percentual de 58,8%. Este item, para os agricultores familiares, é mais escolhido do *que trabalhar em um lugar mais cômodo, quanto ao horário e o local*, com 50,5%, enquanto que, no total dos sócios e das sócias, *trabalhar em um lugar mais cômodo quanto ao horário e local*, com 51,2%, é mais citado do *que o apoio do governo e/ou de entidades*, com 48,4%.

Com relação à *continuidade* nos EES, percebe-se que *trabalhar no que se gosta* foi escolhida por 75,5% dos agricultores familiares; *melhorar a renda e o nível de vida* foi escolhida por 75,1%. Em comparação entre as motivações de *ingresso* do total de sócios, com o total de sócios agricultores familiares, continuam sendo as mais escolhidas pelos(as) sócios(as): *participar de uma atividade coletiva*, com 85%, e *fortalecer a comunidade e os movimentos sociais*, com 84,5%. *Trabalhar no que gosta* é escolhida por 76,2% nas motivações de *ingresso* e, para *continuar* nos EES, por 75,5%. O que muda nas motivações para *continuar* é que diminui em muito pouco a escolha pelo item do *aumento da renda e o nível de vida na relação dos motivos de ingresso com os motivos para continuar nos EES*: de 80,7% nas motivações de *ingresso* para 75,1% nas motivações para *continuar*. Outra diferença é que, para *continuar* nos EES, aumenta a escolha pela motivação de *acreditar na Economia Solidária*, de 68% no *ingresso* para 72% como motivação para *continuar* nos EES.

Com esses dados apresentados, percebemos que as motivações que consideramos vinculantes figuram como as mais escolhidas pelos(as) sócios(as),

assim como as motivações que pesaram para entrar nos EES, acompanhadas pela motivação de melhorar a renda e o nível de vida.

Figura 4 – Motivações de ingresso e para continuar nos EES dos agricultores familiares



Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

5.7.3 No caso dos(as) sócios(as) quilombolas

As escolhas das questões apresentadas acima, com relação às necessidades mais importantes para o EES, no grupo dos(as) sócios(as) quilombolas diferem um pouco da relação das escolhas do total de EES. Essas diferenças caracterizam o contexto com o qual esse grupo de trabalhadores se relaciona. Como exemplo destacamos o item “resolver alguns conflitos internos” que foi escolhido por 60,50% do total da base de sócios e sócias em Economia Solidária enquanto que para os sócios quilombolas este item foi escolhido por 43,10% dos sócios. As respostas dos quilombolas à pergunta: Quais necessidades são muito importantes para o EES? - apresentadas a seguir. No que diz respeito ao grupo de sócios quilombolas entrevistados, eles correspondem a 51 pessoas, ou seja, 1,8% do total da base. As respostas escolhidas por 38 sócios (74,5%) para esta questão são as seguintes: máquinas e equipamentos mais modernos, crédito e financiamento – assinaladas por 37 sócios (72,50%); políticas de apoio ao governo - escolhidas por 36 sócios (70,60%); capacitação técnica e gerencial - escolhida por 34 sócios (66,70%); maior consciência dos(as) sócios(as) – assinalada por 34 sócios (66,70%); maior participação dos(as) sócios(as) nos EES - escolhida por 34 sócios (66,70%); ter uma sede própria - também escolhida por 34 sócios (66,70%); gerar maior renda para os(as) sócios(as) - escolhida por 33 sócios (64,70%); comprometer-se mais com a sociedade - selecionada por 32 sócios (62,70%); melhorar a comercialização dos produtos - escolhida por 29 sócios (56,90%); maior eficiência na produção - marcada por 28 sócios (54,90%); dispor de um registro formal para o EES - escolhida por 25 sócios (49%); resolver alguns conflitos internos - escolhida como necessidade mais importante do EES, por um número menor de 22 sócios (43,10%).

Tabela 29 – Necessidades dos EES na percepção dos(as) sócios(as) quilombolas

Necessidades dos EES na percepção dos sócios quilombolas

Total de sócios		Sócios quilombolas	
Necessidades muito importantes do EES	Total de Sócios	Necessidades muito importantes dos EES	Comunidades Quilombolas
1 Políticas de apoio do governo	92%	1 Máquinas e equipamentos modernos	74,50%
2 Gerar maior renda para os sócios	88,50%	2 Crédito ou financiamento	72,50%
3 Capacitação técnica ou gerencial	87,50%	3 Políticas de apoio do governo	70,60%
4 Melhorar a comercialização dos produtos	85%	4 Capacitação técnica ou gerencial	66,70%
5 Máquinas e equipamentos modernos	84%	4 Maior consciência dos sócios	66,70%
5 Maior consciência dos sócios	84%	4 Maior participação dos sócios nas decisões dos EES	66,70%
6 Maior participação dos sócios nas decisões dos EES	81%	4 Ter uma sede própria	66,70%
7 Maior eficiência na produção	80,50%	5 Gerar maior renda para os sócios	64,70%
8 Crédito ou financiamento	80%	7 Comprometer-se mais com a sociedade	62,70%
9 Comprometer-se mais com a sociedade	78%	8 Melhorar a comercialização dos produtos	56,90%
10 Ter uma sede própria	66%	9 Maior eficiência na produção	54,90%
11 Resolver alguns conflitos internos	60,50%	10 Dispor de um registro formal para o EES	49%
12 Dispor de um registro formal para o EES	40%	11 Resolver alguns conflitos internos	43,10%
13 Outra necessidade	13%	12 Outra necessidade	5,90%

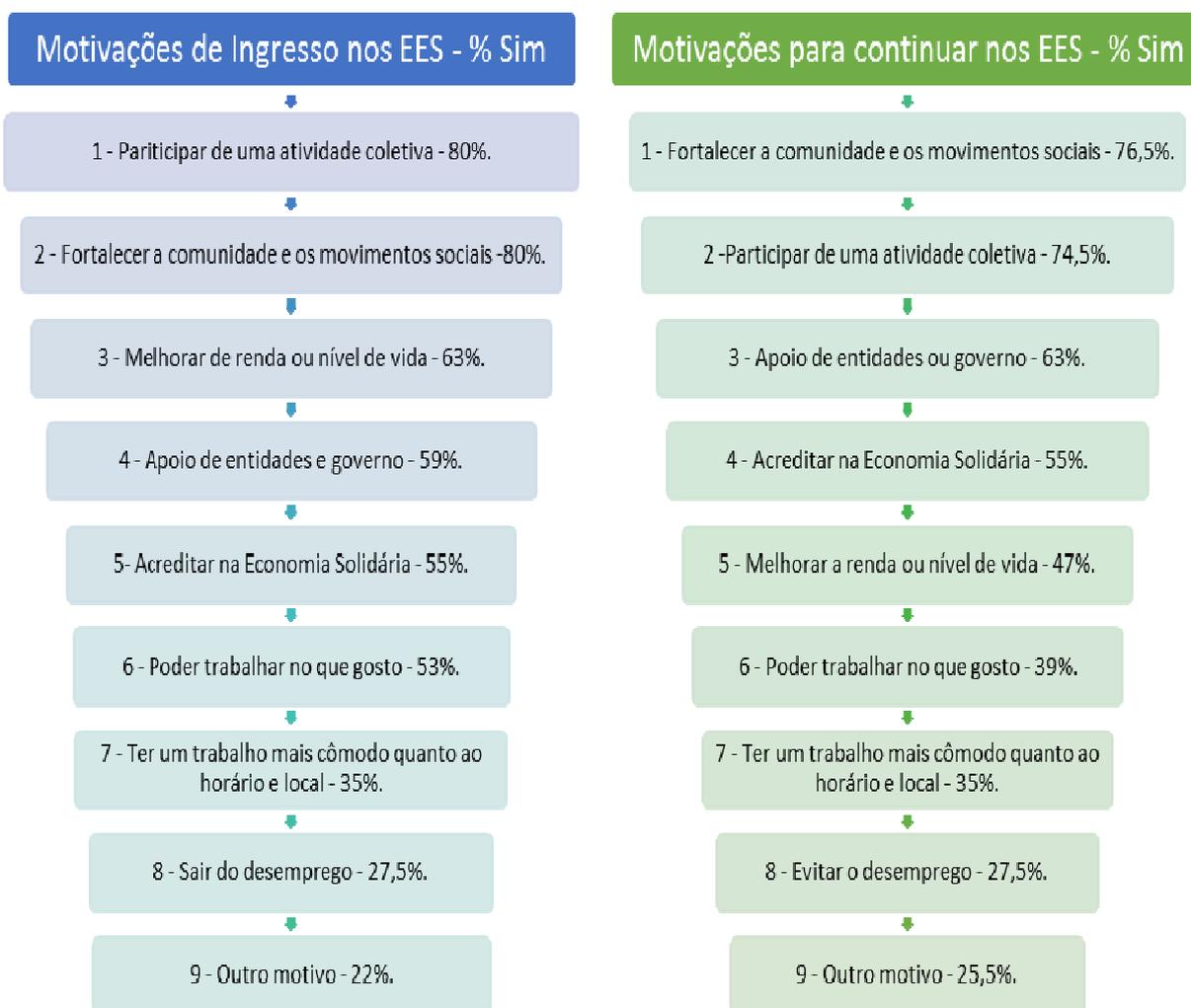
Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

Com relação as repostas das perguntas sobre os motivos que pesam para entrar e continuar nos EES, percebe-se que as motivações que consideramos vinculantes foram escolhidas de maneira expressiva pelos(as) sócios(as) quilombolas. Na comparação com o total de sócios, para este grupo de sócios destaca-se a importância para a motivação do *apoio do governo e das entidades*, constituindo-se a quarta motivação, com 59% para *ingresso* nos EES e como terceira motivação para *continuarem* nos EES, com 63%. Na base total de sócios e sócias, este item se encontra como sexta motivação de ingresso, com 48%, e sétima motivação para os(as) sócios(as) continuarem nos empreendimentos, com 47%.

Quando perguntados sobre as motivações que mais pesaram para entrarem nos EES - os(as) sócios(as) quilombolas poderiam escolher mais de uma alternativa - os motivos mais escolhidos pelos(as) sócios(as) quilombolas foram os seguintes: participar de uma atividade coletiva foi escolhida por 80% dos(as) sócios(as);

fortalecer a comunidade e os movimentos sociais foi também escolhida por 80% dos(as) sócios(as); melhorar a renda e o nível de vida foi escolhida por 63% dos(as) sócios(as); apoio por entidades e governos foi escolhida por 59% dos(as) sócios(as); acreditar na economia solidária foi escolhida por 55% dos(as) sócios(as); poder trabalhar no que gosto foi escolhida por 53% dos(as) sócios(as); ter um trabalho mais cômodo quanto ao horário e local foi escolhido por 35% dos(as) sócios(as); sair do desemprego foi escolhido por 27,5%. Essa ordem é muito semelhante aos motivos para continuar nos EES, como ilustra na tabela a seguir:

Figura 5 – Motivações de ingresso e para continuar nos EES dos quilombolas



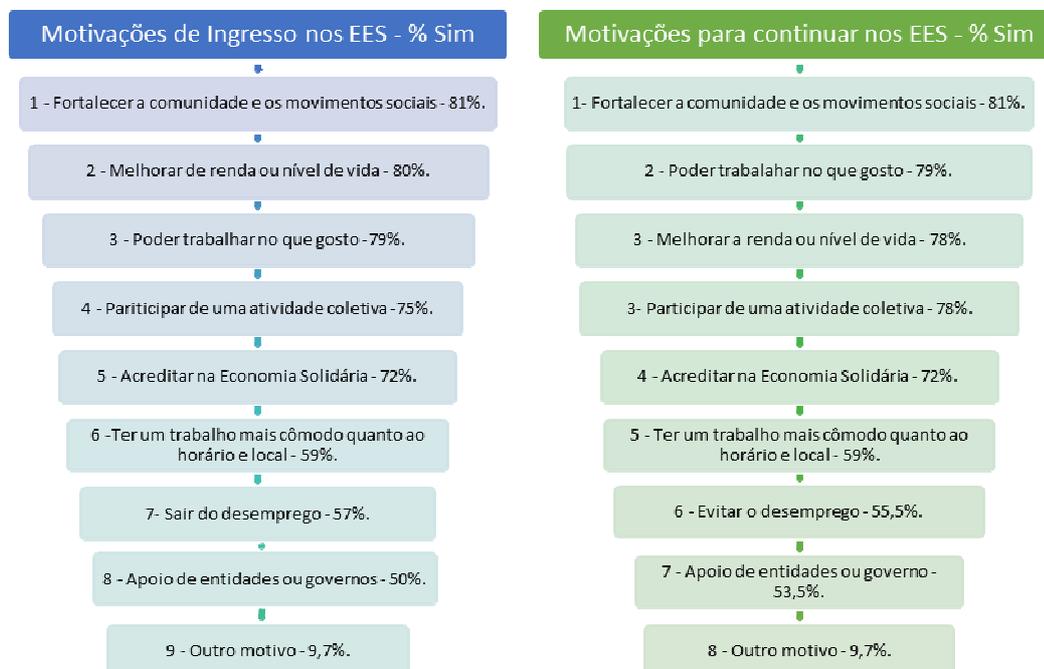
Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

5.7.3 No caso dos(as) sócios(as) pescadores artesanais

Os(as) sócios(as) pescadores artesanais entrevistados foram 155 (5,4%) do total de sócios. Quando perguntados sobre as necessidades muito importantes dos EES, percebe-se que as respostas que forneceram, quando comparadas às respostas do total de sócios, não possuem diferenças percentuais significativas. No que diz respeito às motivações de ingresso, existem algumas diferenças. Destacamos nas respostas a motivação de *ingresso nos EES - trabalhar no que gosta*, com 79%, mais escolhida que *participar de uma atividade coletiva*, com 75%. *Fortalecer a comunidade e os movimentos sociais* é a motivação mais escolhida pelos pescadores artesanais, com 81%, seguida por *melhorar a renda e o nível de vida*, com 80%, e de *trabalhar no que gosta*, com 79%, para somente depois, como quarta motivação escolhida por 75% dos sócios e sócias, *participar de uma atividade coletiva*.

Essas motivações caracterizam bem a trajetória dos pescadores artesanais, que entendem a importância de seu trabalho para a comunidade, para o sustento da família, para girar a economia local. Além dessas prioridades, sentem prazer no trabalho que realizam. A motivação de sair do desemprego é mais escolhida para o ingresso e continuidade dos EES que o apoio do governo ou de entidades no caso dos pescadores artesanais, o que os diferencia do total da base de dados dos sócios onde o apoio do governo foi mais escolhido que sair do desemprego. Essa configuração não tem muitas mudanças nas motivações para *continuar* nos EES, onde, como diferença não muito significativa, inverte-se a segunda motivação mais escolhida que é *trabalhar no que gosta*, com 79% (mesmo percentual de ingresso). A motivação de *melhorar a renda e o nível de vida*, que é de 80% nas motivações de ingresso nos EES, passa a ser de 78% nas motivações para continuar nos EES. Para esse grupo de pessoas, apesar das nuances das motivações com relação ao total de sócios, continuam escolhidas por um percentual alto de pessoas as motivações que consideramos vinculantes.

Figura 6 – Motivações de ingresso e para continuar nos EES dos pescadores artesanais



Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

5.7.4 No caso dos(as) sócios(as) artesãos

Percebemos que as necessidades dos EES de artesãos são muitas na percepção dos(as) sócios(as), maiores do que a percepção do total dos(as) sócios(as). As escolhas dos artesãos aumentam percentualmente as necessidades dos EES se comparadas às respostas com o total de sócios, como veremos a seguir: gerar maior renda para os(as) sócios(as) - 91%; melhorar a comercialização dos produtos - 90,10%; políticas de apoio do governo - 85,7%; capacitação técnica ou gerencial - 83%; máquinas e equipamentos modernos - 78,50%; maior eficiência na produção - 74,90%; maior consciência dos(as) sócios(as) - 74,60%; ter uma sede própria - 73,40%; crédito ou financiamento - 69,60%; maior participação dos(as) sócios(as) nas decisões dos EES - 69,30%; comprometer-se mais com a sociedade - 68,40%; resolver alguns conflitos internos - 51,90%; dispor de um registro formal

para o EES - 35,20%. As necessidades e comparações com as necessidades escolhidas no total de sócios podem ser mais bem percebidas nas tabelas a seguir:

Tabela 30 – Necessidades dos EES na percepção dos(as) sócios(as) artesãos

Necessidades dos EES na percepção dos sócios Artesãos

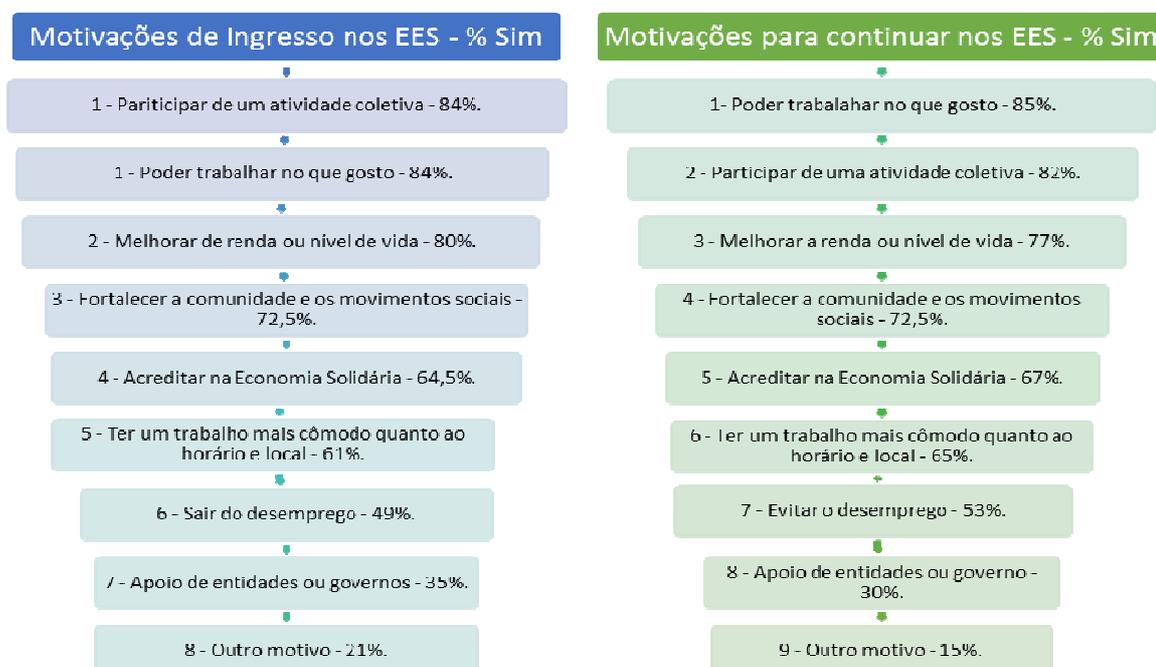
Total de sócios		Sócios artesãos	
Necessidades muito importantes do EES	Total de Sócios	Necessidades muito importantes para os EES	Artesãos
1 Políticas de apoio do governo	92%	1 Gerar maior renda para os sócios	91%
2 Gerar maior renda para os sócios	88,50%	2 Melhorar a comercialização dos produtos	90,10%
3 Capacitação técnica ou gerencial	87,50%	3 Políticas de apoio do governo	85,70%
4 Melhorar a comercialização dos produtos	85%	4 Capacitação técnica ou gerencial	83%
5 Máquinas e equipamentos modernos	84%	5 Máquinas e equipamentos modernos	78,50%
6 Maior consciência dos sócios	84%	6 Maior eficiência na produção	74,90%
6 Maior participação dos sócios nas decisões dos EES	81%	7 Maior consciência dos sócios	74,60%
7 Maior eficiência na produção	80,50%	8 Ter uma sede própria	73,40%
8 Crédito ou financiamento	80%	9 Crédito ou financiamento	69,60%
9 Comprometer-se mais com a sociedade	78%	9 Maior participação dos sócios nas decisões dos EES	69,30%
10 Ter uma sede própria	66%	10 Comprometer-se mais com a sociedade	68,40%
11 Resolver alguns conflitos internos	60,50%	11 Resolver alguns conflitos internos	51,90%
12 Dispor de um registro formal para o EES	40%	12 Dispor de um registro formal para o EES	35,20%
13 Outra necessidade	13%	13 Outra necessidade	11,90%

Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

Ao comparar as motivações dos artesãos com o total dos(as) sócios(as) entrevistados, percebe-se que, para além das pessoas *ingressarem* nos EES para *participar de uma atividade coletiva*, com 84%, também é uma força motivacional para os artesãos o fato de poderem *trabalhar no que gostam*, com 84%. Percebe-se que, além de ser uma motivação importante o fato de *trabalhar no que se gosta* para o ingresso nos EES, essa motivação se mantém como a força motivacional e a mais escolhida pelos(as) sócios(as) para continuarem nos empreendimentos solidários, com 85%. Diminui em 3% a motivação para continuar a *participação em uma atividade coletiva*, escolhida por 82% dos(as) sócios(as), mas permanece como força motivacional para esse grupo de trabalhadores. Para os Artesãos, a criatividade no trabalho é também terapêutica, além de gerar renda. Essas expressividades no trabalho dificilmente se encontram no mercado tradicional. Cada peça produzida é única, não podendo ser reproduzida totalmente igual, mas semelhante.

O trabalho industrial inibe esse potencial expressivo, criativo e singular da produção. Os pioneiros do cooperativismo foram trabalhadores do artesanato que questionavam a produção industrial e denunciavam que a produção em quantidade perdia em qualidade, além de produzir relações de trabalho injustas e problemas sociais graves. A ênfase desse grupo no gosto pelo trabalho é histórica, bem como o mal-estar desse trabalhador em se adaptar à organização de mercado e aos espaços coletivos. Esses fatores explicam porque a motivação “melhorar a renda e o nível de vida” foi mais escolhida pelos artesãos do que à motivação de fortalecer a comunidade e os movimentos sociais. O produto de seu trabalho é também sua comunicação com a sociedade. Percebe-se novamente que, apesar das diferenças nas configurações, as motivações vinculantes continuam sendo escolhidas com alto percentual. Semelhante ao total dos(as) sócios(as), os(as) sócios(as) artesãos atribuem à força motivacional de melhorar a renda e o nível de vida um valor alto compondo a configuração das motivações mais escolhidas dos(as) sócios(as) com as motivações vinculantes.

Tabela 7 – Motivações de ingresso e para continuar nos EES dos(as) sócios(as) artesãos



Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

5.7.5 No caso dos(as) sócios(as) recicladores de materiais recicláveis

Este grupo de trabalhadores destaca-se por ter uma configuração de necessidades e motivações diferente dos demais. Cabe compreender que o trabalho da reciclagem é parte da cadeia produtiva do processo industrial. Os trabalhadores da reciclagem historicamente lutaram pelo reconhecimento de seu trabalho pela sociedade. Seu movimento tem conquistado direitos e o respeito da sociedade, além de que as discussões que surgem em torno da reciclagem de lixo criam uma maior consciência de como o cidadão se relaciona com o meio em que vive: meio ambiente e relações interpessoais. É uma profissão que surge das sobras dos cotidianos familiares e industriais e é fundamental para girar os recursos materiais para as indústrias, conservação do meio ambiente e para a produção de novos produtos que não agredam o meio ambiente.

As necessidades mais importantes dos EES na percepção dos(as) sócios(as) recicladores de materiais recicláveis são as seguintes: gerar maior renda para os(as) sócios(as): 96,60%; melhorar a comercialização dos produtos: 90,40%; políticas de apoio do governo: 89,70%; maior eficiência na produção: 79,50%; maior consciência dos(as) sócios(as): 78,80%; maior participação dos(as) sócios(as) nas decisões dos EES: 78,10%; máquinas e equipamentos modernos: 75,60%; capacitação técnica ou gerencial: 71,90%; comprometer-se mais com a sociedade: 63%; crédito ou financiamento: 59,60%; ter uma sede própria: 58,90%; resolver alguns conflitos internos: 56,80%; dispor de um registro formal para o EES: 29,50%. Essas necessidades e a comparação dessas com o total dos(as) sócios(as) podem ser melhor percebidas nas tabelas a seguir:

Tabela 31 – Necessidades dos EES na percepção dos(as) sócios(as) recicladores

Necessidades dos EES na Percepção dos Sócios Catadores de Materiais Recicláveis

Total de sócios		Sócios Catadores de Materiais Recicláveis	
Necessidades muito importantes do EES	Total de Sócios	Necessidade muito importantes para o EES	Recicladores
1 Políticas de apoio do governo	92%	1 Gerar maior renda para os sócios	96,60%
2 Gerar maior renda para os sócios	88,50%	2 Melhorar a comercialização dos produtos	90,40%
3 Capacitação técnica ou gerencial	87,50%	3 Políticas de apoio do governo	89,70%
4 Melhorar a comercialização dos produtos	85%	4 Maior eficiência na produção	79,50%
5 Máquinas e equipamentos modernos	84%	5 Maior consciência dos sócios	78,80%
5 Maior consciência dos sócios	84%	6 Maior participação dos sócios nas decisões dos EES	78,10%
6 Maior participação dos sócios nas decisões dos EES	81%	7 Máquinas e equipamentos modernos	75,60%
7 Maior eficiência na produção	80,50%	8 Capacitação técnica ou gerencial	71,90%
8 Crédito ou financiamento	80%	9 Comprometer-se mais com a sociedade	63%
9 Comprometer-se mais com a sociedade	78%	10 Crédito ou financiamento	59,60%
10 Ter uma sede própria	66%	11 Ter uma sede própria	58,90%
11 Resolver alguns conflitos internos	60,50%	12 Resolver alguns conflitos internos	56,80%
12 Dispor de um registro formal para o EES	40%	13 Dispor de um registro formal para o EES	29,50%
13 Outra necessidade	13%	14 Outra necessidade	8,20%

Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

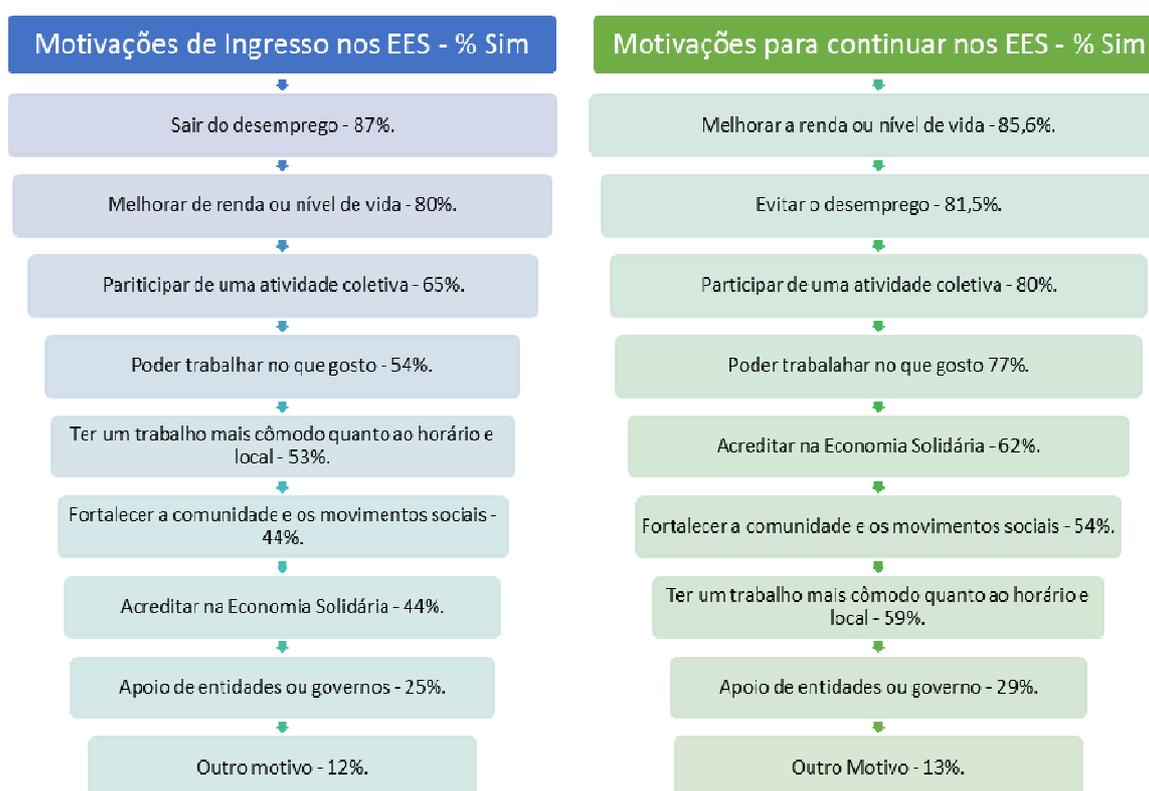
Diante dessa realidade, o trabalhador da reciclagem tem como alternativa mais escolhida para *ingresso* nos EES: *sair do desemprego*, com 87%. O cidadão da reciclagem ficou historicamente à margem da sociedade e em situação de desemprego, encontrando no lixo uma forma de subsistência. Então, como consequência, a segunda motivação mais escolhida por eles para ingresso nos EES é *melhorar a renda e o nível de vida*, com 80%. O percentual da terceira motivação escolhida, que é *participar de uma atividade* coletiva para ingressarem nos EES é 65%. *Poder trabalhar no que gosto* é a quarta motivação escolhida por 54%; e *trabalhar em um lugar mais cômodo quanto ao horário e local* foi escolhido por 53%. Devemos considerar que, ao ingressar no trabalho da reciclagem, o trabalhador se encontra com muitas vulnerabilidades. Conforme apresentado na pesquisa de mestrado “Pobreza, Ressentimentos e Luta por Reconhecimento: um estudo de caso na Ilha Grande dos Marinheiros em Porto Alegre”, (DARÓS, 2009) a escolha do

catador pelo trabalho com materiais de reciclagem é uma escolha por dignidade e é o que destaca o reciclador no meio em que vive (onde por vezes as escolhas de subsistência são pela mendicância, trabalho precário ou escravo, prostituição, drogas ou o crime organizado). *Fortalecer a comunidade e os movimentos sociais e acreditar na economia solidária* são motivações mais fracas de ingresso, com 44%.

A importância dos vínculos sociais é bem visível neste grupo de trabalho, apesar da mudança configuração das motivações com relação a base total de sócios. É significativamente maior o percentual das motivações vinculantes nas respostas das motivações de ingresso nos EES dos catadores de materiais recicláveis, se comparadas com as motivações para continuar nos EES do mesmo grupo. O que os estimula a *continuarem* nos EES é *melhorar a renda e o nível de vida* em primeiro lugar, com 85,6%. Constatou-se na pesquisa de mestrado realizada com este público que a condição financeira desses trabalhadores melhora se comparada com a vida que levavam antes do ingresso na reciclagem. *Evitar o desemprego* está em segundo lugar, com 81,5% como motivação para continuar nos EES. A terceira motivação escolhida, que é *participar de uma atividade coletiva*, sobe de 65%, no momento de ingresso, para 80% como motivação para continuar nos EES. Poder *trabalhar no que gosto* foi escolhida por 54% dos sócios para ingressar nos EES e escolhida por 77% dos sócios como motivação para continuar nos EES. Esse dado evidencia que os trabalhadores aumentam a autoestima com o trabalho na reciclagem, devido ao reconhecimento da sua importância e o significado de seu trabalho para a sociedade e o meio ambiente. Aumenta percentualmente a motivação de *acreditar na Economia Solidária*, de 44% no ingresso 62% como motivo para continuar no EES, e a *motivação de fortalecer a comunidade e os movimentos sociais* aumenta de 44% como motivo de ingresso para 54% como motivo para continuar nos EES

Percebe-se que as motivações vinculantes são escolhidas por um percentual menor de pessoas na comparação com o total de sócios. Porém constata-se que essas motivações aumentam percentualmente nas escolhas dos(as) sócios(as) para continuarem nos EES. Isso indica que a convivência nos EES proporciona que os(as) sócios(as) valorizem mais as relações com seus colegas, com a sua própria história e com a comunidade.

Figura 8 - Motivações de ingresso e para continuar nos EES dos catadores de materiais recicláveis



Fonte dos dados: Pesquisa por amostragem de sócios(as) de EES (SENAES/MTE).

5.8 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS APRESENTADOS

Depois de realizada a pesquisa nas bases de informações do II Mapeamento da Economia Solidária e da pesquisa amostral com as sócias e sócios em Economia Solidária, percebemos que os Empreendimentos Solidários são compostos de pessoas que possuem uma cultura de engajamento social, já que 56% dos(as) sócios(as) participaram ou participam de alguma atividade externa ao empreendimento e são motivados para estarem nos empreendimentos pela busca de um melhor rendimento que esteja aliado a um contexto de boas relações.

Percebemos essa realidade porque, ao identificarmos na base de informações, que as motivações, denominadas de motivações vinculantes, foram as mais escolhidas dos(as) sócios(as) junto com a motivação de melhorar a renda e o nível de vida. Para verificar melhor essa informação, separamos diferentes grupos do total de informações da base de dados e percebemos que as configurações dessas motivações modificavam de acordo com as diferentes necessidades dos grupos e, mesmo nesse contexto, as motivações vinculantes eram escolhidas por um percentual expressivo dos associados.

Entendemos que essas duas informações de que os(as) sócios(as) são pessoas engajadas porque, ao adentrarem no empreendimento, aumentam sua participação e que são motivados por razões que estão para além da renda para estarem nos empreendimentos, são indicativos de que os vínculos são importantes para manter a estrutura dos empreendimentos, seu crescimento e desenvolvimento. Outro fator que encontramos que reforça a importância dos vínculos para os(as) sócios(as) é o fato de que, com todas as variantes para analisar as informações da base, os(as) sócios(as) permanecem com os planos de continuar na Economia solidária, apesar de os empreendimentos depararem-se com muitas necessidades estruturais e gerenciais. Consideramos então que as motivações vinculantes contribuem para essa vontade expressiva indicada pelos sócios(as) nos planos de continuar nos EES, para o crescimento e desenvolvimento dos grupos em Economia Solidária.

CAPÍTULO 6

PESSOAS SIMPLES, VALORES E FELICIDADE

No capítulo anterior, verificamos, mediante os dados do questionário dos(as) sócios(as) e sócias em Economia Solidária, a importância dos vínculos como motivação para os(as) sócios(as) entrarem e continuarem nos empreendimentos solidários. Partimos das necessidades que os(as) sócios(as) identificam nos empreendimentos e percebemos que, apesar do percentual alto das necessidades, os sócios e sócias fazem planos em continuar nos empreendimentos. Nas motivações apresentadas como principais estão as produzidas pelos vínculos que os(as) sócios(as) constituem dentro ou fora dos empreendimentos. Percebemos também que as motivações se configuram de formas diferentes de acordo com o tipo de trabalho exercido pelo sócios e sócias. Ao separarmos da base diferentes tipos de trabalhadores: Agricultores familiares, pescadores artesanais, artesãos e recicladores, percebemos diferenças motivacionais sem prejuízo à nossa hipótese da importância dos vínculos para entrar e continuar nos empreendimentos solidários.

Nesta parte do trabalho, encontraremos material para, posteriormente, compreender como acontece essa dinâmica dos vínculos sociais e como esses vínculos se articulam com a avaliação de felicidade de cada entrevistado. O material encontrado neste capítulo se constitui de apresentações das suas trajetórias de vida, as reflexões que as pessoas fazem sobre essas através das respostas à pergunta: Se você morresse hoje, o que imaginas que falariam de sua pessoa? Nestas respostas conheceremos os valores que amparam os critérios de avaliação sobre as suas vidas, as avaliações sobre as trajetórias através da nota que cada pessoa dá para sua vida onde em uma escala de zero a dez, em que zero corresponde a muito infeliz e dez corresponde a muito feliz.

Com este objetivo foram entrevistadas 22 pessoas em quatro grupos de trabalho: pescadores, agricultores, profissionais da alimentação e profissionais da reciclagem de resíduos sólidos. O processo de análise dessas entrevistas se deu por meio das transcrições e leitura das entrevistas. Foram 12 pessoas entrevistadas na cidade de São José do Norte, município localizado no extremo sul do Rio Grande do Sul, próximo à cidade de Rio Grande. Esse município se sustenta da economia sazonal que se movimenta a partir das condições climáticas mediante a pesca e a

agricultura. A partir de 2011, esse cenário começou a se transformar com a chegada do Estaleiro do Brasil Ltda. – EBR, quando parte da população passou a viver, também, do salário da economia industrial. Das 12 entrevistas realizadas em São José do Norte, três delas foram individuais e duas cumpriram-se com um casal, realizadas em suas residências; outras duas efetivaram-se em uma residência, com tio e sobrinha; três tiveram lugar em uma feira de Economia Solidária, além de duas em um galpão de pescadores. Dessas 12 entrevistas, seis entrevistados são agricultores familiares, todos cooperativados, e seis são pescadores. Com relação aos seis pescadores, eles se dividem em quatro pessoas associadas à Colônia de Pescadores Z-2, e outros dois, além de estarem associados à colônia de pescadores, são também cooperativados. Quanto ao grupo de agricultores de São José do Norte, quatro entrevistadas são mulheres com idade de 48, 46, 45 e 43 anos, e dois homens entrevistados com idade de 48 e 82 anos. Os pescadores entrevistados são cinco homens: um com 80 anos, dois com 48, um com 45 e um com 43 anos, além de uma mulher com 35 anos.

Outras 10 pessoas entrevistadas são moradores da região metropolitana de Porto Alegre, que correspondem a 4 pessoas em Canoas, cidade vizinha à capital do Rio Grande do Sul, e 6 pessoas em São Leopoldo, cidade pertencente à região do Vale do Rio dos Sinos. As entrevistas na região metropolitana foram realizadas nos espaços das cooperativas, 4 foram na Vida Saudável, no Bairro Guajuviras, em Canoas. Essa cooperativa trabalha com a fabricação de bolachas, massas, biscoitos caseiros, com receitas antigas, “ao sabor da vovó”. Nessa cooperativa, realizamos quatro visitas com roda de conversa sobre as questões trazidas pelas integrantes. Uma das visitas foi direcionada para que as sócias respondessem as perguntas dessa pesquisa. O Grupo de cooperativa da Vida Saudável compõe-se de 5 mulheres, das quais quatro participaram do grupo proposto, com 40, 45, 50 e 68 anos de idade. Seis entrevistados fazem parte da cooperativa UNIVALE – Triagem de Resíduos Sólidos, localizada no Bairro Feitoria Nova, em São Leopoldo. Na UNIVALE, foram entrevistadas quatro mulheres, com 58, 55, 43 e 40 anos, e dois homens com idade de 37 e 25 anos. As entrevistas na região metropolitana foram realizadas em grupo, com foco nas histórias de vida. Segundo integrante do grupo da UNIVALE, as histórias de vida individual, juntas, formam a história coletiva das cooperativas.

Nesta etapa da entrevista, pedia-se para que as pessoas falassem sobre suas vidas, o que quisessem falar. Durante a entrevista, eram realizadas perguntas sobre a infância, idade, religião, quantidade de filhos e escolaridade. Depois, pedia-se para que refletissem sobre suas vidas, imaginando o que as pessoas diriam se ela (a pessoa entrevistada) morresse hoje. Num terceiro momento da entrevista, as pessoas avaliavam suas vidas em uma escala de zero a dez: Zero muito infeliz e Dez muito feliz.

Tabela 32 – Perfil dos entrevistados

TIPO DE TRABALHO	SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL	QUANTIDADE DE FILHOS	ESCOLARIDADE	RELIGIÃO	ÁREA DE MORADIA
Pescador 1	Masc.	80	Casado	7 filhos	Fund. Incompleto	Católico	Rural
Pescador 2	Masc.	48	Solteiro	S/ Filhos	Fund. Incompleto	Católico	Rural
Pescador 3	Masc.	48	Casado	2 filhas	Fund. Incompleto	Adventista	Rural
Pescador 4	Masc.	45	Casado	2 filhos	Fund. Incompleto	Católico	Rural
Pescador 5	Masc.	43	Casado	3 da esposa e 3 do casal	Fund. Incompleto	Adventista	Rural
Pescador 6	Fem.	35	Casada	4 filhos	Fund. Incompleto	Adventista	Rural
Agricultor 1	Fem.	48	Casada	2 filhos	Fund. Completo	Católica	Rural
Agricultor 2	Fem.	46	Casada	3 filhos	Ensino Médio Completo	Católica	Rural
Agricultor 3	Fem.	45	Casada	2 filhos	Fund. incompleto - Estudando	Católica	Rural
Agricultor 4	Fem.	43	Casada	1 filhos	Ensino Médio Completo	Católica	Rural
Agricultor 5	Masc.	82	Casado	3 filhos	Fund. Incompleto	Católica	Rural
Agricultor 6	Masc.	48	Casado	2 filhos	Fund. Incompleto - Estudando	Católica	Rural
Alimentação 1	Fem.	68	Separada	7 filhos	Fund. Incompleto	Católica – Não praticante	Urbana
Alimentação 2	Fem.	40	Casada	2 filhos	Ensino médio	Católica	Urbana
Alimentação 3	Fem.	45	Casada	3 filhos	Fund. Completo	Católica	Urbana
Alimentação 4	Fem.	40	Separada	3 filhos	Fund. Completo	Católica	Urbana
Reciclagem 1	Masc.	37	Casado	3 filhos	Graduação Incompleto	Mormam	Urbana
Reciclagem 2	Masc.	25	Solteiro	S/filhos	Ensino médio Completo	Mormam	Urbana
Reciclagem 3	Fem.	58	Casada	4 filhos	Fund. Incompleto	Mormam	Urbana
Reciclagem 4	Fem.	55	Separada	3 filhos	Fund. Incompleto	Católica	Urbana
Reciclagem 5	Fem.	43	Casada	3 filhos	Ensino Médio Completo	Mornam	Urbana
Reciclagem 6	Fem.	40	Casada	2 filhos	Ensino Médio Completo	Mormam	Urbana

6.1 OS PESCADORES: EU JÁ NASCI PESCANDO

Com relação à primeira infância, todos os 22 entrevistados relatam trabalho infantil. O que muda nos relatos é a representação desse trabalho para a vida dessas pessoas. Com relação aos entrevistados do município de São José do Norte, oito pessoas se lembram da infância com alegria, e quatro relembram histórias de uma infância triste, devido ao abuso desse trabalho e das agressões. São José do Norte se localiza em uma península do Rio Grande do Sul, onde a Lagoa dos Patos se encontra com o oceano. É cidade que faz divisa com Rio Grande. O que separa São José do Norte de Rio Grande é a Laguna dos Patos, sendo, assim, uma cidade vizinha do Porto de Rio Grande. A lagoa e o mar fazem parte da vida dos moradores de São José do Norte. Dois pescadores usaram a expressão “eu já nasci pescando”. Nos cinco relatos de homens, o pai levava o filho para pescar. Percebe-se que faz parte da cultura local os pais levarem seus filhos para pescar na lagoa, ou no mar, e esses momentos são vividos como uma brincadeira. “Existem coisas na pesca que uma criança pode fazer, outras não”, conta um pescador, acrescentando: “conforme vamos crescendo vamos aprendendo”.

Cabe às mulheres receberem seus companheiros à margem da lagoa ou do mar. No relato da pescadora, ela ia com a avó ao “rancho” dos pescadores para ajudar a fazer a comida e, durante esse período de pesca, era muito bom para brincar, receber a embarcação com os peixes, brincar nas represas da lagoa. Esses momentos possibilitam que internalizem esse conhecimento que se transforma em sabedoria sobre a lagoa e sobre o mar, o que levou os mesmos a se sustentarem da pesca. Os seis pescadores entrevistados não terminaram o Ensino Fundamental.

“Hoje não, mas antigamente quase todo filho de pescador não tinha estudo. Queria pescar, pegar peixinho na praia. Aquela convivência sai um pouco do cotidiano da cidade, no meio dos livros onde as pessoas querem estudar. Convive em volta de redes, embarcação. Tu vêes um amigo seu que convive ali contigo trabalhar cedo, aí tu queres trabalhar cedo também. E aí a gente vive através disso.”

No relato do pescador mais velho, ele afirma que incomodava tanto na escola que, com oito anos, o pai dele viu que ele não queria nada com estudo e o colocou “na lida” da pesca, na qual ele está até hoje. Para outro pescador, ele, na adolescência, percebeu que, com a pesca, conseguia comprar o que os outros colegas não conseguiam adquirindo estudando e, por isso, largou os estudos para viver da pesca. Outro pescador relata que hoje se arrepende dessa escolha de deixar a escola pela pesca, já que as regras para pescar hoje são muito diferentes de antigamente, ficando mais difícil viver da pescaria. Quatro dos pescadores relatam como boa a infância, e dois contam que viveram situações de violência na infância, de agressões, trabalho escravo e violência doméstica.

Percebe-se, pelos relatos, que existe uma forte expressão de gênero em São José do Norte: lugares bem definidos de homem e de mulher são reproduzidos culturalmente. Os pescadores entendem como natural que o homem vá na embarcação pescar porque ficam muito tempo no mar ou na lagoa e, para fazerem as necessidades, fazem ali mesmo, não sendo um lugar apropriado para as mulheres - conta nossa entrevistada pescadora. Mesmo que a pescadora expresse a vontade de ir junto na embarcação conhecer como é estar pescando no mar ou na lagoa, ela entende a negativa. Cabe à mulher a limpeza do camarão, do peixe, descascar siri, etc. e ajudar no acolhimento do pescador que chega à terra. Já os pescadores homens saem se despedindo com alegria de ir ao mar e voltam com alegria para serem recebidos pela família. Atualmente, esse cenário nos relatos dos pescadores está um pouco mudado devido à intensa fiscalização. “Hoje o pescador vai com medo para o mar e volta apavorado”. Este novo contexto impede que os filhos se sintam bem em trabalhar com a pesca. Em um relato de um pescador, os filhos ficam apavorados cada vez que o pai vai para o mar e não querem viver a mesma coisa que ele vive. Para outro pescador:

“Hoje em dia está triste para pescar, o pescador está sofrendo, sabe porquê? Vem aí o IBAMA, vem isso, vem aquilo. Nós andamos fugidos, pescando na lagoa, porque eles vêm à moda bicho. Eles parecem ser os donos do Brasil e do mundo, eles metem o dedo na cara, levam presos. Hoje, pescador está muito pouco, era para ter outros barcos de pesca, mas está muito pouco.”

Percebe-se, nos relatos, que existe entre os pescadores uma disputa pelo espaço no mar. As embarcações maiores afastam as menores. As menores ficam em lugares menos estratégicos e são as primeiras a serem pegas pela fiscalização, dando tempo para as embarcações maiores fugir. Com esse argumento, o pescador entende que falta aliança da teoria com a prática. O pescador artesanal sabe o que é preciso fazer para não acabar com o peixe na lagoa e sabe quem faz a pesca predatória. Mas ele é o primeiro a ser visto pela fiscalização, e quem faz a pesca predatória sai ileso. Segundo relato de um pescador, não existe diálogo entre os órgãos de fiscalização e os pescadores, dificultando a vida dos pescadores pequenos.

“Eu acho assim que a teoria é a coisa mais linda do mundo, mas ela tem que estar aliada à prática, em coisas que dependem do chão, do clima como a agricultura e a pesca, a água e a terra. Se não for aliada uma coisa a outra (a teoria e prática) não dá certo. Porque a gente vê que quem estuda, estuda, vem falar com a gente e a gente se apavora, o quanto são mal instruído. Hoje eles chegam aqui e dizem que tu não podes fazer isso, tu não podes fazer aquilo, sem saber se é o momento de pescaria, se vai dar a pescaria se não vai dar. Então a teoria da pescaria e da cebola, se não tiver aliada à prática, ela não dá certo.”

No relato de outro pescador, seu pai teve cinco filhos. Ia a Portugal a cada cinco anos e voltava ao Brasil, à cidade de São José do Norte. Ele veio para o Brasil com sete anos. A família se estabeleceu no Brasil devido à Primeira Guerra Mundial, porque não foi possível voltar mais a Portugal. Segundo seu relato, a maior parte dos moradores de São José do Norte veio da cidade de Póvoa de Varzim, em Portugal. “A maior parte de pescadores de Póvoa de Varzim estão na Barra, Quinta, Cucuruto, Pontal, do outro lado também (Rio Grande). Todos vieram de lá da Póvoa de Varzim em Portugal.” A barra em Póvoa de Varzim é muito parecida com a barra de Rio Grande. É muito perigosa, por ser mar aberto. É preciso entrar no mar com tempo bom, correndo risco de temporais. Antes da construção dos molhes da barra em Póvoa de Varzim, morriam muitos pescadores, e este cuidado foi copiado aqui em São José do Norte, com os Molhes da Barra.

Mas não é só neste item que São José do Norte se parece com Póvoa de Varzim. Em visita àquela cidade em Portugal, conhecemos moradores que contaram algumas características da cidade. Contavam que a mulher tem valor de importância

na vida do pescador. Os homens saíam ao mar para pescar enquanto as mulheres ficavam na beira da praia esperando seus maridos com o pescado, para salgar os peixes com o objetivo de conservá-los, pois essa era a forma de conservação dos alimentos à época. Além disso, segundo relatos, a filha de pescador só poderia casar com um pescador. Se o pretendente tivesse outra ocupação, para obter compromisso com uma filha de pescador, deveria se tornar pescador. Esses lugares bem definidos do homem e da mulher são evidentes nas relações de São José do Norte, sem que os cidadãos nortenses tenham a consciência do quanto essa história passada influencia sua vida atual, sendo essas relações de gênero naturalizadas no cotidiano das pessoas.

Cabe às mulheres cuidar do acolhimento da família e trabalhar o pescado. Sair dessa organização familiar é muito complicado para as mulheres. Segundo o relato da pescadora entrevistada, ela teve uma vida bem complicada, pois é filha de pais separados. Em sua época, esse lugar subjetivo foi bem complicado. Ela e seus irmãos moraram com os avós, já que a mãe não tinha condições de criar cinco filhos sozinha, e seu pai constituiu outra família, não dando tanto valor a ela e aos seus irmãos. Vivenciou várias formas de agressão na infância dentro e fora de casa. Casou-se, e seu companheiro era agressivo. Separou-se e não encontrou acolhimento em sua família de origem, perdendo a guarda dos filhos. Ela possui quatro filhos, e dois não moram com ela. Ressente que o irmão a agrediu e fez ela entregar os filhos ao ex-marido, dizendo que ela não tinha condições de cuidar por ser separada. Hoje tem um companheiro e teme ser agredida novamente. Seu trabalho na pesca é esperar o marido da embarcação e ajudá-lo a retirar o pescado e limpar o camarão e os peixes.

As mulheres recebem o benefício do defeso (um salário mínimo que cada pescador recebe no período em que a pesca é proibida, que corresponde a quatro meses). Em uma casa onde o homem e a mulher são registrados como pescadores, a família recebe dois salários mínimos. Segundo relato da representante da colônia de pescadores Z-2, esse direito da mulher pescadora é reconhecido pelo INSS, mas, até recentemente, não era reconhecido pelo Ministério da Pesca. Para este último órgão, o pescador é aquela pessoa que vai ao mar ou à lagoa pescar. Para ter carteirinha de pescador, é necessário prestar exames, entre eles a prova de natação, e algumas mulheres não sabem nadar. Então, para receber o reconhecimento de pescadoras, para se aposentarem, usam o documento do

marido. Devido a essa falta de reconhecimento da lei, ocorre constrangimento a eles no cotidiano familiar e social. Elas sentem-se culpadas em receber o salário correspondente à época em que a pesca é proibida, pensam que o trabalho que fazem é de ajuda ao pescador e não reconhecem seu valor de pescadoras. Perderam sua relação de importância no relacionamento homem e mulher, vivenciando uma relação de dominação de homem sobre a mulher. No que diz respeito aos relatos, para aquelas que desejam sair deste papel estabelecido para elas, como consequência, recebem rótulos e julgamentos de baixo valor subjetivo.

“Têm algumas mulheres que não fazem nada, mas tem mulheres que ajudam o marido. Tem mulheres que fizeram documento e nunca foram pescadoras. Perto da Croa, tem uma mulher que tem medo de siri, e siri as mulheres tiram a carne para fazer carne de siri. Eu já espetei o meu dedo em um peixe que se chama cabeça seca. E isso dói muito. Eu passei a ser pescadora porque meu outro marido era proeiro. Depois eu casei com meu outro marido que também era pescador. Desde pequena, eu conheço o trabalho com a pesca por causa do meu avô. Eu cresci no meio do peixe. E minha avó me levava para o retiro, porque ela tinha que ir para cozinhar para eles. Teve uma vez que a gente desceu a croa, era um bocado legal a croa do Barranco, a gente desceu com água até a cintura, parece mentira. No meio do lago tem canal dos dois lados e no meio fica aquela croa, uma água baixa que às vezes dá no joelho, aquele lugar onde gaivota pousa, fica aquela várzea, as tainhas malhadas, ah muito legal. Eu cresci no meio do peixe. O meu marido nunca me levou porque para mulher é chato, porque o homem vai urinar ou fazer outra coisa. Arria a calça, e se tiver uma mulher, fica meio estranho. Então o mar é mais para homens.”

6.2. OS AGRICULTORES FAMILIARES E A PARTICIPAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO

Com relação aos agricultores familiares, duas delas também relatam que nasceram no cercado (cercado de terra para o plantio da cebola). Em um relato, uma agricultora conta que a mãe dela fez a colheita da cebola em dezembro, grávida dela, e voltou para o plantio da cebola em abril com ela ainda bebê. Outra diz que não sabe como aprendeu a lidar com a terra; desde que se conhece como gente, sabe lidar com a terra. Contam que era feito um cercadinho junto ao cercado da cebola e eram colocados dentro dele vários brinquedos para o bebê ficar

entretido enquanto a família trabalhava no plantio. Quando o bebê aprendia a sair do cercadinho, já ia aprendendo aos poucos o ofício do manuseio da terra, como uma brincadeira. Usam a expressão que “nem se lembram” como começaram a trabalhar com a terra. Não vivenciaram o trabalho infantil como algo ruim ou abusivo, mas como uma brincadeira; da mesma forma, o relato do agricultor mais idoso, que conta que “nasceu trabalhando com a terra”.

Duas das agricultoras contam histórias de trabalho infantil de maneira abusiva e as duas não têm boas lembranças dessa época. Tanto uma como a outra entendem que faziam serviços que não eram para criança e que eram tratadas de forma diversa do restante da família. Sentiam-se tratadas como empregadas. Uma lembra do passado como um momento importante, porque aprendeu muita coisa, como ser responsável e respeitosa; e outra lembra desse tempo com tristeza e acha que não precisava ter passado por isso, era apenas uma criança. Uma foi adotada e a outra teve a vida transformada com a separação dos pais e foi criada pelos tios. Essa agricultora conta que, na medida em que uma família de seus tios precisasse de cuidado com seus filhos, ela ia morar com eles para cuidar dos primos. Afirma que cuidou de todos os primos. Para ambas, a vida mudou depois de casadas.

“Meus pais se separaram quando nós éramos pequenos. Éramos cinco irmãos. Nós ficamos morando com minha avó, e minha mãe veio para Porto Alegre. Nós ficamos com minha avó por parte de pai. Aí minhas tias foram se casando e foram levando nós para morar. Cada uma pegou um dos irmãos e levou. Daí a gente era um manda leite como se diz. Eu mesmo criei todos os meus primos. Trabalhava na casa de um aí quando o bebê estava grande e não precisava mais de mim eu ia na casa de outra. A gente às vezes tomava uns tabefes, né, mas não era muito. Eu tomei uma tunda bem feia de meu tio uma vez, que eu quase incendiei a casa também, mas eu vejo que eu era uma criança. Eu tinha dez anos e eu tinha responsabilidade da casa, de um adulto.”

Quanto à escolaridade, os agricultores contam que, quando crianças, acreditavam que o ensino escolar acabava na quarta série. Depois disso, paravam de estudar e se fixavam na lida da terra. Dessa forma, cinco dos entrevistados estudaram, quando crianças, até a quarta série. Uma das entrevistadas terminou o Ensino Fundamental na cidade de Porto Alegre. Ela veio morar em São José do Norte com o marido quando ele se aposentou. “Ele gosta muito de pescar, e eu da terra. Então para nós aqui de início foi o paraíso”. Depois de adultos, quatro das seis

peessoas voltaram a estudar. Dessas quatro, duas terminaram o Ensino Médio e dois deles ainda estão estudando.

“A gente só tinha aqui no interior 1º, 2º, 3º e 4º ano, não tinha mais nada. Então a gente falava depois do quarto ano que terminou os estudos e eu acreditava. Eu fui descobrir que não tinha terminado os estudos depois de grande. As pessoas chegavam lá e perguntavam: mas essa guria não está no colégio? E a mãe respondia: Não. Ela já terminou os estudos. Porque eu entrei com 5, com 9 já havia terminado os estudos. Depois de 25 anos, eu já estava casada e já tinha os três filhos, eu resolvi voltar a estudar com o incentivo de minha irmã que é professora.”

No relato das seis pessoas entrevistadas, a participação nos espaços coletivos é algo muito importante para os agricultores familiares. Essa participação é descrita como uma caminhada que traz muito conhecimento. Em um dos relatos de uma agricultora, ela se descreve como alguém que tem um espírito coletivo, e o grupo do qual participa reúne agricultores para trabalhar a consciência sobre a importância do plantio para a própria subsistência de maneira ecologicamente correta. Outra conta que gosta de trabalhar em grupo, que sempre trabalhou; outra ainda diz que, em grupo, aprendeu a ser mais flexível com as diferenças. Esse grupo é denominado, na cidade, de grupo da Economia Solidária. Nas palavras de uma agricultora, nos grupos de Economia Solidária, as pessoas falam de si e saem mais felizes. Funciona como grupos terapêuticos de autoajuda.

“Os grupos de economia solidária parecem os grupos de autoajuda porque geralmente as pessoas entram nos grupos de economia solidária com algum problema e vão se encontrando, vão falando e vão ficando mais felizes. Elas dizem que a Economia Solidária é um vício, é viciante. Porque a gente está aqui não é pelo dinheiro, mas é pela felicidade de estar aqui. E pelo prazer de estar aqui e com isso vão se construindo cada vez mais.”

O agricultor mais idoso conta com orgulho sua trajetória nos espaços coletivos: Sindicatos dos Agricultores e a participação na formação da Cooperativa dos Agricultores Familiares Nortenses. Com esses espaços coletivos, ele se sustentou e visitou várias cidades, tendo tido a oportunidade de ampliar seu conhecimento. Em relato de outro agricultor, a participação lhe possibilita conhecer

mais e aprender com esse conhecimento. Aprendeu com o pai a importância da sabedoria dessas caminhadas. Em uma dessas caminhadas, fez uma grande descoberta pessoal e coletiva. Sua comunidade recebeu o certificado de Comunidade remanescente de Quilombo Vila Nova.

“Em 2006, foi feito um censo no Estado do Rio Grande do Sul, e neste censo identifica-se que 65% da população é negra. E onde que está essa gente? O que fazem? Onde moram? A partir desses questionamentos, o MDA, através do recurso do CAPA, começou a fazer esse levantamento de campo, para saber onde estão e começam a visitar, e aí, como a gente já estava participando de todas essas questões da agricultura familiar, a gente já participava de todos esses movimentos aí, mesmo antes de casar. Meu pai sempre fez isso, sempre esteve envolvido. Isso é uma coisa que foi uma herança que ele deixou de participar e ter conhecimento e por esse período me perguntaram: vocês não têm uma comunidade quilombola lá? Qual a pergunta que eu fiz para eles: o que é isso? Eu não sabia o que é esse negócio. E passou o tempo, e eles vieram aqui e começam a fazer esse levantamento de dados. Aí eles identificam aqui nos fundos da chácara aqui existe até hoje uma argola amarrada em uma figueira lá, que eles amarravam os negros lá. Depois eu me dei conta que teve um parente meu que foi amarrado naquela figueira. Nos X (outra propriedade) a mesma coisa, nos M (outra propriedade) a mesma coisa. Por essas identificações que o CAPA faz, é feito um relatório. Manda para a Fundação Palmares e ela reconhece.”

A história dos negros de São José do Norte também foi relatada nas entrevistas. Esse mesmo agricultor citado acima é um dos membros da diretoria da Cooperativa de Agricultores Familiares Nortenses e também é Presidente da comunidade Quilombola Vila Nova. Conta que, a partir do reconhecimento do Quilombo, ele começou a entender a importância da história de seus antepassados para sua vida e de como a falta de autoestima é também um problema político. Segundo seu relato, a infância dos negros em São José do Norte foi norteada por princípios da Economia Solidária. As pessoas trocavam os produtos produzidos entre si. Existia ajuda mútua no trabalho, sem olhar a questão do capital. As pessoas se ajudavam sem pensar na questão financeira. As famílias dividiam tudo o que produziam.

“Quando eu era criança isso era muito forte. Faziam isso porque não tinham como conservar os alimentos, mesmo assim, sempre tinha alimentos frescos, porque sempre tinha alguém produzindo para trocar e

repartir. Se as famílias produzem e não conseguem trocar com ninguém então colocam o produto para a venda. Na atualidade, para vender o produto tem que ser apresentável e industrializado...”

Entende que essa maneira de viver de forma coletiva vem da história de seus antepassados e conta essa história de uma maneira significativa, descrevendo a discriminação dos negros chegados ao Brasil. Percebe-se, no relato desse agricultor, a importância que ele dá às políticas públicas de reconhecimento da história dos negros no Brasil, pois, segundo ele, muitos negros ainda se encontram em situação de precariedade porque saíram da escravidão sem nenhum recurso, alguns inclusive sem nome. Como acessar qualquer direito se não tem nem mesmo um nome?

“A história do negro no Brasil foi um processo discriminativo. Vem do negro ter sido trazido à força para o Brasil. A maioria deles foi assim, e tudo é dividido em grupos separados. Tu nem junta essas pessoas para que eles não possam ter uma articulação e voltar a ter força. Tu separas eles, que vem de várias regiões da África do Sul, uns no Norte do Brasil, outros no Sul, para eles não se comunicarem. E como a língua deles era diferente, tu separas eles para não poderem se comunicar. Eles ficaram por muito tempo sem conseguir se articular, por muito tempo. Porque a ideia era essa: ter essa mão de obra escrava. Trazia para o Brasil para serem escravizados. E isso deixou marcas muito fortes, e foi muito desumano porque tu não conseguiste avançar no processo. Eu que tive oportunidade de visitar outros lugares.... tu vê coisas terríveis nesses lugares. Felizmente aqueles, nessa península de São José do Norte, Tavares e Mostardas, os fazendeiros eles sentiram que usaram tanto essas famílias negras e deram algumas áreas de terra e a gente pode avançar um pouco mais, mas em outras regiões os caras não têm nenhum palmo de terra para plantar. Eles vivem ainda até hoje vivendo do trabalho assalariado e às vezes trabalho escravo, ainda sem conseguir acessar as políticas públicas porque não tem nem um documento. Mal e porcamente tem um nome isso começa em 2007 e 2008 a ter um registro de nome e quando chega esses trabalhos...Qual é a contribuição que isso vai voltar, qual a contribuição que tem nesse processo é só levar informação, é só tirar informação. Não deveria ser, né?!”

Relata também que o problema de autoestima dos negros é um problema político, porque muitas pessoas perdem oportunidades por não se assumirem como negras; têm vergonha e medo de ser discriminadas, por falta de conhecimento da própria história. Destaca a importância de ter estudos para a valorização do negro

no Brasil que trabalha para o país. Construiu muito no Brasil a partir de seu trabalho, sem obter a valorização deste trabalho. As políticas públicas voltadas para o negro são uma maneira de reconhecer e valorizar essa história.

“E o mais grave disso é que as pessoas ainda acham que estão nessa época. Tu ainda não tem coragem de dar seu grito de independência. Ainda não tem coragem de dizer que eu sou gente e que tenho meus direitos. Ainda não tem essa coragem, porque desconhece a história. Agora a gente está estudando, e se eu conseguisse estudar e me formar, eu iria fazer essa pesquisa do porquê se dá isso. Algumas informações a gente têm, e tu vê que não tem trabalho nenhum voltado para isso: da valorização disso. Na verdade, o negro trabalha pelo país, dá a sua força pelo país e não tem valorização nenhuma. Essa é a conclusão que a gente chega depois de conhecer um pouco disso. Até então tu não te davas conta disso. Aí, com o movimento quilombola, tu dá um nome. Até então, tu não tinhas nem nome, tu não tinhas praticamente nada, tu não existias, tu só trabalhavas. Ai quando tu começa a dar um nome, começa a resgatar essa história, tu começa a entender. E as pessoas ainda não entendem qual é o significado de negro remanescente de comunidades quilombolas. São os filhos, netos e bisnetos dessas pessoas que foram escravizadas no Brasil. Então esses reconhecimentos, quando dizem “Ele não tem que estar na faculdade; cara esse é o maior absurdo que tem“. O Brasil não tem que ter políticas voltadas para ele porque ele é gente igual aos outros, pode ser, até é mesmo, mas eles nunca tiveram oportunidade nesses 200 e 500 e poucos anos de Brasil. O negro não teve oportunidade nenhuma a não ser de trabalhar e sustentar esses coronéis. Então agora tu estás reconhecendo isso, está dando reconhecimento para isso. Aí quando tu encontras alguém falando contra isso é porque não conhece a história, para dizer absurdos desses é porque não conhece nada da história. E aqui no Norte mesmo bah, porque que a única comunidade quilombola reconhecida é a nossa, porque não tem ninguém que levante essa bandeira. Não tem ninguém que entenda esse processo. Nas redondezas mesmo tem um monte de gente lá, e ninguém entende esse processo; no Estreito a mesma coisa, e ninguém entende esse processo. A gente podia ter muito mais força. Mostardas e Tavares têm outras, né. Aí tu começa a falar a mesma língua como tu acabou de dizer. Tu sais daqui e tu começa a trabalhar em rede. Ah, tu vê que a coisa tem outro corpo, mas isolado!!! E aqui no Norte a gente não tem reconhecimento nenhum. Com o decorrer do tempo, tu vai ganhando esse conhecimento dessas experiências. Isso é uma caminhada.”

Em suas andanças, começa a resgatar sua história de vida e começa a contar sua história a partir de seu sobrenome. Em São José do Norte, os donos de fazenda reconhecem a importância dos trabalhos dos negros e entregam um pedaço de terra a cada família. Ao fazer os documentos, como os negros não tinham sobrenome,

receberam como seu o sobrenome das famílias das propriedades onde trabalharam, como está descrito a seguir:

“A gente sempre morou aqui. Essa propriedade era do meu avô e foi doada pela família dos X, que é de onde vem nosso nome. O que estava comentando no início: quando tu chegas aqui tu não tens nem nome, e em algum tempo deste período tu precisa dar um nome para estas pessoas, e todo nome do negro - e isso não é só aqui é no Brasil inteiro - isso vem de uma propriedade, vem de uma chácara, de uma fazenda. Eles vêm disso. Quando tu estás trazendo o negro para o Brasil, eles tiveram esse cuidado de deixar eles sem nome, sem nada. Com o decorrer do tempo, com a questão da justiça e da igualdade, começa a ter políticas e leis para isso. Chega um ponto e isso nem é de muito tempo: precisa dar um nome, aí tu começa a ter os nomes, aí tu tens os X, da propriedade dos X, os S da propriedade dos S, os C também e assim vai. Eu comecei a me dar conta disso quando eu estava um dia em Mostardas, Tavares. Ali eles me dizem assim: Bah ele tem os dois sobrenomes que é Xavier e Machado, e eu não me dei conta do porquê e nem perguntei por que. Com o tempo, eu descobri que era porque o nome dos negros vem das propriedades. E aqui tem a propriedade dos Xavier e dos Machado. Então o meu sobrenome vem daí. O dela (a esposa), que é dos Silveira, vem dos Silveira, que é próximo aqui também e assim por diante. Se for olhar, todo negro tem o nome de uma propriedade ou de uma chácara. A não ser quem tem nome de santo. Porque aí quem não conseguiu estar nessas propriedades tem nome de santo. Que São Conceição – Nossa Senhora da Conceição. E noutras região a mesma coisa. E aí quando tu começa a participar de outros lugar, tu percebe o elo do negócio.”

Para esse agricultor, discriminar e humilhar é uma maneira de dominação. Não existe legalmente a escravidão, mas ela continua de maneira subjetiva com o objetivo de obter a mão de obra barata. A cor não é problema, mas é usada para discriminar, humilhar, e assim a pessoa perde autoestima e força emocional para se revoltar e, dessa maneira, se submete à situação de poder que é estabelecido e trabalha de graça. Esse agricultor tem a consciência de como a falta de autoestima é também um problema político.

“A discriminação não é por acaso: quanto mais tu discriminar, mais tem ele para trabalhar para ti. A discriminação da cor não é a cor, é a mão de obra que tu precisas de graça dessa pessoa. Então tu usaste a cor para fazer isso. Mas a grande questão é que tu precisavas desse cara para trabalhar de graça. Tu usas a cor, mas que diferença tem entre uma cor e outra: nenhuma. O Segredo é que tu usavas a cor como argumento para

ter a mão de obra escrava. Então tu usas, tu ofendes, tu discriminas, tu humilhas para que a pessoa perca autoestima e não se revolte e perca espaço e trabalhe de graça.”

O relato da história de vida de sua companheira, agricultora, é também bem importante. Ela morou com uma família adotiva de brancos. Então ela sempre teve uma boa relação com os brancos e negros. Foi levada pelo pai em adoção porque sua mãe morreu logo depois que ela nasceu, por dificuldades no parto. O pai, tendo que cuidar de seus outros irmãos, não se sentiu competente para cuidar de um bebê recém-nascido e saiu à procura de uma família adotiva para ela, e conseguiu. Sempre teve contato com a filha que foi adotada. Dessa maneira, ela sempre se relacionava bem com as duas famílias. Conta que essa sua facilidade de se relacionar com brancos e negros foi muito importante para a sua vida pessoal, porque, em São José do Norte, a separação entre brancos e negros sempre foi muito forte. Nos bailes da cidade, até a 1980, existia uma corda que separava os negros dos brancos. Ela pulava a corda e dançava com negros e brancos. Recebia críticas por isso das amigas porque diziam que os negros não iriam querer casar com elas se dançassem com os brancos. Ela não se importava com esses comentários. Destaca que ainda existe racismo, mas que as relações estão mudando. As pessoas estão se misturando mais, e o negro está cada vez mais encontrando reconhecimento social.

“Sabe, eu estou com 45 anos e me lembro como se fosse hoje: os bailes aqui eram uma quadra separada no meio por uma corda. Os negros de um lado e os brancos do outro, e eu como fui criada por uma família branca, eu ficava, eu ia de um lado para o outro. Mas tinha aquela corda. Eu nasci em 70 e meu filho maior tem 12. Acho que eu tinha uns 8 anos. Foi nos anos 79 para 80, avô de meu marido faz uma festa com um amigo dele que era branco e ele vai lá e tira a corda. Imagina o choque das pessoas. Aí depois nós fomos se misturando. Tinha umas gurias que só dançava com negros. Se misturavam, mas não dançavam com brancos. Eu não. Eu dançava com todo mundo, mas elas não. Elas diziam: eu não vou dançar com os brancos porque depois os negros não vão querer a gente para casar. Mas eu dançava com branco, com preto, com azul, com amarelo se tivesse. A cor que tivesse eu dançava, mas aí era uma coisa minha e sempre foi. Depois estavam casando brancos com negros. O racismo ainda está muito forte, mas as coisas estão melhorando. Nas novelas mesmo já tem psicóloga negra. O negro já deixou de ser motorista, já é advogado, delegado. Quer dizer que nós estamos melhorando, né, porque até então tu eras empregado, porteiro,

arrumadeira e agora não. Está melhorando, até mesmo nas novelas já estão mostrando outras atividades para os negros. Temos o Obama presidente.”

Para essa agricultora, a vida dela se divide entre antes e depois de casada; em suas palavras: “Eu morava em uma família que tinha muita gente brigando, e eu casei, sai de lá e decidi virar a página e ter a minha vida”. Neste momento, começou outra maneira de se relacionar com a vida. Fizeram planos, ela e seu marido, e buscaram alcançar esses objetivos juntos e em seu entendimento conseguiram muita coisa juntos.

6.3 NA CIDADE: A COOPERATIVA COMO UMA REDE DE APOIO

Na Cooperativa de Alimentação Vida Saudável, foram realizadas quatro visitas com roda de conversas bem descontraídas, e a história de vida dessas mulheres é reconstruída a partir das marcas de sofrimento que carregam. Separação, violência doméstica, depressão são os motivos de se encontrarem nesse espaço para trabalhar. A convivência ajuda a superar as dificuldades por meio das conversas que estabelecem e do apoio mútuo entre elas. A coordenadora do grupo comenta que, ao conversarem sobre seus problemas, percebem que não são as únicas a sofrerem; outras mulheres vivenciam problemas parecidos e, juntas, compartilham as soluções dos problemas divididos. A cooperativa é um espaço de trabalho que, mediante o convívio, fizeram amigos além de constituírem um espaço de trabalho que permite que possam cumprir seu lugar de mãe, avó e esposa em suas residências e buscar recursos para cuidarem de sua saúde. Por meio da convivência na cooperativa, conquistaram maior qualidade de vida dentro e fora deste espaço de trabalho.

Moram em um bairro de Canoas, que foi povoado a partir de um movimento urbano de ocupação de moradia. Mesmo que uma das integrantes tenha comprado sua residência por um valor menor de mercado, as outras três pagaram um valor simbólico pela sua moradia. O bairro tem um histórico de organização política, além de abranger vários problemas da urbanização: criminalidade, prostituição, pobreza, violência doméstica, entre outros. Nesse espaço, está presente um programa

público chamado de Território da Paz, uma conquista da comunidade que tem uma história de formar promotoras populares (mulheres como líderes comunitárias, que fizeram um curso sobre direitos para as mulheres e realizam visitas domiciliares para orientar as mulheres da comunidade sobre os seus direitos). Segundo a líder da cooperativa, as promotoras populares faziam seus trabalhos voluntários, e o Território da Paz possibilitou que fizessem o mesmo trabalho, porém, recebendo como agentes comunitárias. Na sua avaliação, isso contribuiu para a geração de renda dessas mulheres, porém impossibilitou que continuassem com a participação em reuniões políticas.

Das cinco participantes da cooperativa, apenas uma das integrantes é de Canoas; as outras são oriundas de diferentes cidades do interior do Rio Grande do Sul. Uma delas conta: “eu já nasci com espírito de cooperativa”. Participava com o pai em reuniões do Sindicato de Agricultores Rurais. Até os sete anos, falava italiano. Aprendeu português na escola. Por esse motivo, a escola não foi muito fácil para ela. Mesmo assim, se esforçava e conseguiu ir ultrapassando seus obstáculos. Saiu de casa para continuar seus estudos porque seus pais queriam afastá-la do namorado, que era filho de um alcoólatra. Ela aceitou o desafio em respeito aos pais, mas saiu da cidade com a autoestima baixa. Em Erechim, conheceu a Juventude Operária Católica, o que transformou sua vida. Faziam rodas de conversa, e nessas faziam revisão de vida. Nesses momentos, repartindo seus sentimentos, aprendeu a se gostar, a se respeitar e entendeu o quanto a participação em grupos é transformadora. Sua vida foi modificada pela participação. Tornou-se uma liderança e foi liberada para a formação de novos líderes por 3 anos. Viajou bastante para outros estados, sem que a família de origem soubesse ou concordasse com sua opção política.

“E essas coisas de participação, eu viajo para vários lugares e eles (a família de origem) não sabem, porque eles não aceitam minha posição política. Eu aprendi a pensar diferente nos grupos que participei. Por isso acho muito importante essas coisas. Eu participo de grupos de discussões aqui em Canoas que a gente se reúne uma vez por mês. Eu valorizo tudo para mim e eu vivo todo o dia como se fosse o último dia, e cada dia vivo intensamente.”

Em Canoas, conheceu seu atual marido. Depois de passar o tempo de sua liberação no partido, continuou em Canoas para ficar com seu relacionamento amoroso. Desde então, tem participado de vários movimentos políticos. Foi uma das fundadoras da Cooperativa Vida Saudável. Era costureira da empresa Renner e largou seu emprego para montar a cooperativa. Terminou o Ensino Médio, mas não quis continuar estudando. Diz ser autodidata no conhecimento da alimentação e de ervas medicinais. Gosta do que faz, gosta de ensinar e aprender mais sobre o assunto. De seu casamento nasceram dois filhos, mas considera que sua família é ampliada para a cooperativa. Na cooperativa, ela às vezes é a irmã, a tia, a madrastra. Em sua vivência na cooperativa, afirma que lida com muitas histórias de mulheres com depressão e violência doméstica.

A cooperativa é um espaço para essas mulheres se organizarem e dividirem seus conflitos internos e externos. Possui, no momento da pesquisa, cinco integrantes ativas. Três são aposentadas por idade ou por doença; uma recebe pensão do ex-marido, e essa renda é complementada com o trabalho na cooperativa. Uma delas iniciou a Faculdade de Assistência Social, mas não continuou devido às dificuldades de saúde e financeiras. Duas delas não terminaram o Ensino Fundamental porque se casaram; outra terminou o Ensino Médio, participando do EJA. Duas delas contam que têm história de depressão: uma se encontra em tratamento e outra integrante conta que participa da cooperativa porque o marido é aposentado, e ela precisa de um espaço seu para que o ambiente familiar continue harmônico. Estar trabalhando na cooperativa faz com que construa amizades e previne situação de sofrimento psíquico. “Se eu ficasse somente em casa, iria enlouquecer”. Hoje os filhos estão crescidos, e ela precisou sair de casa devido ao seu estado depressivo. Outra integrante está na cooperativa há três anos, com idas e vindas, porque tem um problema sério de coluna; faz fisioterapia. Devido a esse fato, a cooperativa oferece uma boa acolhida. Quando precisa faltar, existe compreensão por parte das colegas.

“[...] olha eu sofri! Eu pensava ainda de desistir, largar de mão. Mas ele sempre me incomodando, sempre me infernizando, com o perdão da palavra, mas aí eu pensava, mas eu tenho que conseguir, não pode, não vou viver a minha vida sempre assim... Esse grupo aqui para mim é o paraíso, porque no momento que eu estou aqui dentro eu esqueço tudo que passou, é tranquilo. Deus me livre se eu fosse ficar em casa, eu não

sei o que seria. Aqui a gente se distrai com as colegas, está sempre brincando, sempre rindo. Trabalho no que eu gosto, tô com pessoas que gosto e fazendo o que gosto. Eu me distraio, esqueço o que já passou.”

Duas integrantes da cooperativa eram cozinheiras antes de se aposentarem. Duas eram costureiras. Duas das integrantes vivenciaram situação de violência doméstica que resultou em separação. Elas ressaltam que, por vezes, é difícil para elas terem acolhimento de algum grupo, porque geralmente quem está de fora da família não acredita que seus companheiros sejam agressivos, porque seus ex-maridos são pessoas simpáticas aos olhos dos vizinhos e amigos. Uma delas precisou da ajuda do grupo e da família para aumentar sua autoestima e se fortalecer para que o ex-marido saísse de casa.

“Eu não contava para ninguém o que eu passava, ficava para mim. Quando alguém chegava nós agíamos como se nada tivesse acontecendo. Eu nem contava, porque as pessoas gostavam dele, quando eu falava ninguém acreditava. Então eu ficava quieta. Aí eu chegava aqui eu desabafava, falava tudo. Eu não tive mais companheiro, até por causa das filhas meninas que tenho em casa.”

Outra integrante já chegou no grupo contando sua história de revolta com o ex-marido que a agredia e agredia os filhos. Abandonou suas terras em outro estado, casa e o marido e retornou para a sua família de origem no interior do Estado do Rio Grande do Sul com sete filhos. Não desejava nenhum vínculo com o ex-marido, nada que lembrasse a pessoa dele. Conta que a família de origem é muito unida, o que foi um bom apoio inicial para essa nova vida. Todos os filhos chegaram a Alegrete e realizaram trabalho infantil para que a família pudesse se sustentar. Atualmente, todos estão crescidos e bem estabelecidos. Veio para Canoas para acompanhar dois filhos que vieram trabalhar em Porto Alegre. Sua história ajuda outras mulheres a encontrarem força para superarem suas dificuldades. Todas elas veem no grupo um espaço de um bom convívio, necessário para que possam melhorar o cotidiano pessoal e familiar.

“Tenho uma vida abençoada depois que me separei, e tenho filhos abençoados também. Porque no tempo de meu casamento que eu fiquei 20 anos, vamos falar no português bem claro, foi um inferno, e depois que

eu decidi, nessa época que eu me separei nós morávamos em Mato Grosso do Norte. Morei em Mato Grosso do Norte, morei em Erechim, morei no Paraná e sou natural do Alegrete. Eu viajei porque naquela época a mulher tinha que acompanhar o marido para onde ele queria, agora é diferente. E aí então eu fugi, eu e os sete filhos. Do Mato Grosso do Norte eu parei em Alegrete. Nós viajamos seis dias, dia e noite. Só com as roupas do corpo, minhas coisas de solteira e cinco sacas de mantimentos.”

Esse interesse das integrantes pelo convívio dificulta a gestão da cooperativa, principalmente no que diz respeito à comercialização dos produtos. Isso fica de responsabilidade de uma das integrantes, a coordenadora do grupo, pois não é interessante para as outras saírem desse espaço. Não se interessam em buscar novas relações, mas em manter aquelas que construíram. A coordenadora do grupo insiste em frisar a importância da participação em outros espaços, pois, sem a participação, diz que seria outra pessoa. A participação permitiu para ela o deslocamento do lugar subjetivo e espacial, porque transformou-se como pessoa, conheceu novos lugares e pessoas por meio das viagens que realizou.

“A participação foi muito importante para minha vida. Não sei o que seria de mim se eu não estivesse participando de uma coisa ali ou aqui. Como foi importante para mim eu penso que pode ser importante para outras pessoas. E a gente nota diferença quando tu conversa com uma pessoa que participa porque a conversa é diferente. E a pessoa que não participa e não gosta de participar ela tem outra conversa. Então para mim o primeiro princípio que a pessoa tem que fazer é participar de uma reunião, de um encontro, de uma conferência. A participação te dá outra visão dos teus problemas, da tua compreensão das coisas, é de outra forma. Eu acho que tu consegues viver muito mais tranquila. E aí as pessoas não teriam mais essa questão da depressão e nem nada, porque eu falo os meus problemas. Quando tu vais e conversa com outra pessoa percebe às vezes que o problema dela é muito maior do que o teu. Então tu acabas dizendo: pô, eu estou me queixando de que?”

6.4 UMA HISTÓRIA COLETIVA QUE TRANSFORMA HISTÓRIAS INDIVIDUAIS

Para a Cooperativa UNIVALE, a história de vida dos integrantes da cooperativa é refletida na história coletiva: “se juntar todas as histórias das pessoas

aqui, vamos ter a história coletiva da cooperativa”. A UNIVALE nasceu da organização de catadores informais, moradores da cidade de São Leopoldo. A causa da organização foi a implantação da coleta seletiva em São Leopoldo, que diminuiu a produção dos catadores informais. A prefeitura coletava os resíduos sólidos que antes eram coletados por eles. Então, organizaram-se em uma associação para começar uma negociação com a prefeitura e receber os resíduos para a triagem. A negociação foi difícil. Iniciaram a cooperativa em 2008, com 28 pessoas, e o rendimento mensal foi muito pouco. Muitos foram embora. Em 2013, conseguiram contratar com a prefeitura de São Leopoldo para receber o material da coleta seletiva para triagem. Hoje o rendimento mensal se encontra em torno de R\$500,00. Eles mantêm dois galpões. Ganharam um terreno e pretendem entregar um dos galpões alugado. Pretendem, com essa organização, aumentar o rendimento mensal para R\$1.200,00 por pessoa. Hoje são 11 integrantes na cooperativa; destes, 6 são de uma mesma família: a mãe, o pai, dois irmãos e seus companheiros.

“A UNIVALE começou em 2008. Nós éramos catadores informais. Cada um de nós tinha a sua carroça, ou seu carrinho. Aí implantaram a coleta seletiva em São Leopoldo e começaram a passar o caminhão e retirar o nosso material, e nós ficamos preocupados de ficar sem material e resolvemos abrir a cooperativa. Aí nós começamos os contatos, várias pessoas que hoje não estão mais, mas que estavam na época, juntamos vários catadores e resolvemos montar uma associação. Montamos uma associação de bairro na época. Aí depois nós fomos agregando. Nosso primeiro salário, nosso primeiro mês, começamos com 28 pessoas na cooperativa, foi R\$ 53,00. Aí o pessoal se apavorou e metade correu. Aí nós fomos se organizando, se organizando e conseguimos amarrar a coleta seletiva do município para nós. Em 2013, tivemos necessidade de registrar a cooperativa para poder dar nota, fazer projetos e aí melhorou muito mais a nossa estrutura, aí deixamos de ser associação para ser cooperativa.”

No dia da entrevista, encontramos seis pessoas trabalhando. Preferiram parar o trabalho e fazer uma roda de conversa em grupo. Nessa conversa, pediu-se para que cada um se apresentasse e falasse um pouco de sua vida, do que quisessem contar. Neste grupo estavam presentes o tesoureiro da cooperativa, sua esposa, irmã, esposa do presidente da cooperativa, sua mãe, todos integrantes da cooperativa, uma senhora de 55 anos e um jovem de 25 anos.

A história da matriarca da família é a inspiração para o grupo. A catadora é portadora de deficiência visual. Ela se separou e precisou sustentar os quatro filhos. Resolveu trabalhar com o carrinho. Com o espírito empreendedor, fez um trabalho diferenciado. Foi de casa em casa se apresentar para as famílias. Pedia para que lhe fornecessem seu lixo e, quando aceitavam, ela marcava o endereço das famílias em um caderninho, o horário em que poderia recolher e trocava o lixo da casa e deixava um saquinho para o próximo recolhimento. Ela tinha uma boa clientela, que confiou nela antes de entrar para a cooperativa. Conseguiu criar os quatro filhos com seu trabalho. Os filhos continuaram e aprimoraram o trabalho da mãe.

“Eu casei nova, tive 4 filhos, chegaram coisas... da vida. Chegou em um ponto que eu tive que sustentar eles ainda menores. Até então eu cuidava da casa. A cultura antigamente era muito diferente: o estudo era muito difícil, mas aí eu tive que tomar um rumo diferente, e eu também tive problema de visão e coisa e tal... Essas coisas todas atrapalharam e eu não tive estudo. Mas aí eu decidi que eu iria trabalhar fora na coleta de lixo. E comecei a coletar, a coletar, teve atravessadores que me exploraram. Essa é uma realidade que tem atravessadores que exploram os catadores de rua. E por isso entrei na cooperativa, para sair desse meio porque eles estão ali para sugar mesmo, principalmente quem está na rua. Nós, organizados, fica mais difícil. Quando surgiu a cooperativa em São Leopoldo, eu fui uma das que estavam lá para fundar a cooperativa. A prefeitura estava recolhendo o material todo e foi aí que nós tivemos a ideia de montar uma cooperativa, primeiro foi a Associação, depois a cooperativa. Reunimos as pessoas que trabalhavam de carrocinha e negociamos para conseguir o material para reciclar, o que foi um pouco difícil. Depois muitos correram, outros permaneceram e continuaram, e foram entrando outras pessoas que continuaram com a proposta e levaram adiante a ideia da cooperativa. E foi bom em todos os sentidos, porque na cooperativa a gente se ajuda, a gente consegue se organizar e, organizados, nós estamos bem.”

Um dos coordenadores da cooperativa afirma que um dos objetivos do grupo é mudar a imagem pejorativa de catadores para empresários da reciclagem. Ele conta que, em um evento nacional dos catadores, ele foi bem vestido e recebeu uma tarjeta de visitante. Os outros colegas receberam de catador. Os que tinham a tarjeta de catador não pagaram o almoço, os de visitantes pagaram. Ele reivindicou seu crachá de catador, mas não conseguiu receber. Não acreditaram que ele era catador por estar bem vestido. Seu objetivo é mudar essa imagem. Em sua opinião, o catador não deveria estar associado a uma imagem social de maltrapilho porque não

é. É um empresário autônomo e ele quer ser reconhecido por isso. Entende que os próprios cooperativados devem mudar para que se alcance esse objetivo, inclusive ele próprio. Conta, como exemplo, a situação das mulheres: elas são muito presentes na cooperativa, sem estarem na direção da mesma. Devem se fortalecer para assumirem a gerência da cooperativa. Pensa que elas têm muito valor, mas não conseguem percebê-lo. Na cooperativa, participam sete mulheres e quatro homens.

“Uma das nossas preocupações que tem surgido é as mulheres da cooperativa começarem a tomar conta do processo, porque a gente tem na cooperativa bastante mulheres, mas elas têm na cabeça que quem manda é o homem e isso é cultural, vem de família, vem de berço. Então nós temos que quebrar com isso, e eu sempre digo para elas que elas têm potencial, elas podem fazer, mas elas têm que fazer.”

Sete dessas pessoas são da Igreja dos Santos dos Últimos Dias. Nesse espaço religioso, convivem e aprendem muito. Das pessoas entrevistadas, cinco fazem parte desse grupo religioso. Uma das integrantes do grupo aprendeu inglês na igreja e deseja ensinar as crianças, filhos dos cooperativados. A falta de espaço onde deixar as crianças é um problema que os cooperativados enfrentam. Pensam ser importante criar um espaço para que as crianças possam aprender, brincar e estar protegidas e próximas de seus familiares. Portanto, esse espaço de turno inverso à escola para as crianças na cooperativa é um importante objetivo.

“Ela (uma cooperativada) está com um projeto de fazer um trabalho com crianças em um contra turno da escola para as mães conseguirem ficar mais tempo aqui. Teve mães que trabalharam aqui que tiveram que sair por causa dos filhos: não tinha creche, não tinha nada. A mãe fica mais tranquila se os filhos estão bem e em segurança. O que não pode acontecer é de a mãe ir trabalhar e os filhos ficarem soltos. Porque é ali que se perdem. Ela vai curar o mal pela raiz, porque o mal está lá na família, por que? Porque é onde as crianças estão soltas na rua porque a mãe tem que trabalhar. Ela não tem escolha muitas vezes. É muito ruim porque não tem muitas escolhas. Com esse projeto, a cooperativa quer dar uma oportunidade diferente: um lugar para aprender números, aprender coisas, um lugar para se divertir, para brincar. Meu ponto de vista é esse: a sociedade como um todo.”

Com relação à infância, quatro das seis pessoas a relatam como boa. O pai e a mãe fizeram de tudo para garantir o sustento dos filhos e a proteção da infância. Uma das pessoas diz que sua infância não foi muito boa, mas não gosta de lembrar. Enquanto a mãe era viva, teve uma boa infância; depois que ela morreu, sua vida se modificou e ficou muito difícil. O pai perdeu o que tinha, e ela morou com outras famílias, mas não quis mais conversar sobre o assunto. Outra integrante não quis relatar sobre sua infância, principalmente sua convivência na escola, que não gosta de relembrar.

Quanto à escolaridade dos integrantes, as mais idosas não terminaram o Ensino Fundamental: uma tem boa lembrança da escola, outra não tem boas lembranças. Outros três integrantes pararam de estudar ainda jovens e voltaram depois de adultos, terminando o Ensino Médio. Um dos integrantes começou a Faculdade, mas não conseguiu continuar por falta de condições financeiras, mas pretende continuar estudando. Outra fez o ENEM e pretende cursar uma Faculdade pública. Outro terminou o Ensino Médio de técnico-florestal e está trabalhando na cooperativa para ter um rendimento e para receber mais aprendizado. O trabalho na cooperativa tem agregado conhecimento.

“E esse trabalho também agregou no curso de técnico florestal para mim saber mais sobre o meio ambiente. Eu trabalho aqui também para ajudar minha família. Somos dois irmãos, e isso me ajudou a crescer como pessoa também, respeitar mais as mulheres e ter a mente mais aberta.”

Entendem que a cooperativa é uma grande família. Nas palavras de uma cooperativada, “um apoia o outro; aqui na cooperativa é muito bom”. Sentem-se pertencentes a uma família. Uma das integrantes é oriunda do interior do Rio Grande do Sul: veio para São Leopoldo, trazida pela nora, porque ficou desempregada. Entrou para a cooperativa; precisava de trabalho para sustentar sua família. Tem três filhos já grandes. Os integrantes da cooperativa, para ela, são grandes amigos. Ajudaram a construir sua casa própria, e está muito agradecida por essa conquista pessoal com a ajuda coletiva.

“[...] eu vi que aqui é um lugar onde tu te sentes em casa, é uma segunda família para mim, porque todo mundo se ajuda aqui. Se eles veem um

fazendo força ninguém fica se olhando, deixando se ralar. Eles vão e ajudam, e eu também procuro sempre ajudar.”

6.5 OS VALORES QUE NORTEIAM A VIDA DOS ENTREVISTADOS

Nesta segunda fase das entrevistas, tínhamos o objetivo de provocar nos entrevistados a reflexão sobre suas vidas e conhecer os valores com os quais norteiam suas escolhas. Pelo relato sobre a vida, percebemos que os valores se configuram de acordo com o contexto em que as pessoas estão inseridas. Antes de entrarmos nas questões sobre os valores que norteiam os entrevistados, faremos uma pequena reflexão sobre os relatos apresentados. Encontramos diferenças nos relatos de moradores da área rural e urbana. Os moradores da área rural reproduzem a cultura local, enquanto que os moradores de área urbana contam suas histórias de superação entre antes e depois de romperem vínculos abusivos.

Para os entrevistados de São José do Norte, somente foi possível falarem de si mesmos e do trabalho a partir de sua definição sobre família e sobre a concepção de homem e mulher do lugar onde moram, que se define a partir da divisão sexual do trabalho e do étnico, contextos que marcam a identidade dos entrevistados. Já nasceram trabalhando com os afazeres de homem e mulher: primeiramente brincando, depois visando ao sustento e à proteção da família. E assim se segue. Nasceram em meio a vínculos e escolhem seguir ou não. A maioria dos entrevistados escolheu o trabalho ao invés da escola ou dos estudos, dando a impressão, nas entrevistas, de que escola e vida real estão distanciadas. Era preciso escolher entre um e outro. Um pescador conta que se arrepende dessa escolha, já que quem estuda não está amparado em uma prática, existindo um distanciamento na vida diária do pescador entre a vida e a prática. Nas palavras dele: “O sonho do pescador é que aparecesse alguém, e eu acho que nunca vai aparecer alguém, que juntasse a prática com a teoria”.

Já para os agricultores, esse cenário muda um pouco. Descrevem com satisfação o aprendizado que eles têm a partir do encontro com organizações que oferecem cursos de capacitação do trabalho com a terra e da importância da participação para ampliar o conhecimento. Os negros moradores de São José do Norte conheceram a história de seus antepassados pelas suas relações de parceria

com outras instituições. Foram reconhecidos como Comunidade Remanescente de Quilombo e, desde então, tem ampliado a compreensão sobre si próprios. Nas palavras do agricultor: “A gente não conseguiu estudar, não é? E aí a gente aprende com a vida, mas tu tens que te propor a isso também. E aí quando tu começa a participar de outros lugares, tu percebes o elo do negócio”.

Viveram como se o período de estudos tivesse acabado na quarta série, porque assim aprenderam quando eram crianças. Quando adultos, entram em contato com a possibilidade de voltar a estudar e, depois de mais de vinte anos, vão à procura de mais conhecimento escolar. Dois ainda estão estudando, terminando o Ensino Fundamental; outras duas mulheres terminaram o Ensino Médio e aspiram fazer o ENEM para testar seus conhecimentos. Dois pararam de estudar: uma tem vontade de voltar, e o outro fala com orgulho da esposa que terminou a Faculdade de Pedagogia depois de casada. Em suas palavras: “A minha mulher foi professora trinta anos eu aprendi muito com ela; ela se formou depois de casada em pedagogia. ” Quando perguntado às que terminaram o Ensino Médio se queriam continuar estudando, a resposta foi negativa.

“Eu não tenho vontade de fazer a faculdade. Eu tinha vontade de fazer o Enem só para testar os meus conhecimentos. Eu não consigo me imaginar dentro de uma sala de aula. Eu gosto de terra, de mar, de bichos. Depois eu gosto de produzir, eu preciso produzir. Se todos estiverem em uma sala de aula, fazer outra coisa, não vai ter alimento no mundo mais, não vai ter mais comida. Eu preciso formar pessoas para produzir. Eu não consigo me ver fora do campo. Eu estou aqui na cidade e já estou louca para voltar.”

Apesar de adquirirem os conhecimentos dos conteúdos escolares, continuam concebendo uma distância entre a vida real e a produção de conhecimentos. Estando em uma sala de aula, criam um hiato entre a produção, o produtor e o consumidor. Os cursos de capacitação se diferem do conhecimento escolar, pois eles elevam a consciência ambiental, qualificam o trabalho realizado e transformam aprendizes em mestres, porque nossa entrevistada tem o sonho de ministrar cursos de capacitação e formação para produtores. O grupo no qual ela se encontra a considera uma pessoa com muito conhecimento e com facilidade de transmiti-lo. Nas palavras de uma agricultora: “A companheira tinha que ter, tipo estas escolas de

formação na agricultura. Tipo um técnico, uma escola tipo uma fazenda que tenha coisa para fazer lá dentro.”

Nos grupos urbanos, percebe-se também a importância do contexto na construção das histórias de vidas. Elas são contadas a partir de uma escolha de ruptura de uma vida com situação de violência doméstica ou social. Maus tratos, desemprego, precariedade, abusos dos vínculos estabelecidos com os quais rompem e a construção de novos laços sociais colaboram para que se fortaleçam e para que contem novas histórias de vida marcadas pela superação. A constatação da força interna que permite uma escolha para o início de mudanças é assim descrita por uma cooperativada:

“Eu aguentei até eu me resolver, e sabe porque eu me decidi? Porque um dia ele chegou bêbado e disse assim: oh, aí colocou uma garrafa de pinga em cima da mesa e disse assim oh, ele tinha uma espingarda de dois canos, aí ele disse assim oh, aqui tem um cartucho para cada um de vocês. Eu pensei: dizer isso assim de cara, não, então vai ser hoje. Não, hoje é o último dia e fui reto para a cooperativa, peguei meu filho mais novo que tinha cinco anos e fui para a cooperativa, era bem pertinho, cheguei lá e olhei para o mestre, e contei. Ele disse: Não, não pode ser: seu marido não é assim! Eu disse: É sim, e é hoje que eu vou embora, e vocês vão me dar cobertura, e vão me dar passagem, e eu vou embora e se vocês não querem acreditar vocês vão lá em casa e vão ver o que tem em cima do balcão, eu disse que não queria nada, (falando sobre as propriedades que o casal tinha) só queria ir embora ter minha vida e a vida de meus filhos.”

Construir novos laços sociais para esta cooperativada, como no relato de outras, é importante para a superação dessas histórias. Superam-se, contando várias vezes a história no grupo, trocando experiências, fortalecendo outras companheiras e vivenciando novas experiências positivas que possibilitam sentimentos como de orgulho próprio, alegria, valorização pessoal, pela constatação de superação das dificuldades, em que vínculos de maus tratos e abusos marcaram suas vidas. Novos vínculos são como espelhos que possibilitam olhar a vida de outra maneira, restabelecendo a força e alegria de viver. Nas palavras de uma catadora:

“Eu cheguei aqui através da minha nora. Eu sou de Campo Bom. Fiquei desempregada, a minha nora me trouxe para cá, eu comecei a trabalhar

na cooperativa e, com ajuda e empurrão do Alessandro e do Sandro, eu construí minha casa. Um apoia o outro aqui na cooperativa, é muito bom.”

Entrar em um grupo, em uma cooperativa não significa deixar de ter problemas, mas significa encontrar diferenças nas relações interpessoais. Antes da cooperativa, as pessoas se encontram sem forças, devido aos vínculos que envolvem a vida pessoal que provocam sentimentos de humilhação e baixa autoestima. Reforçando as palavras do agricultor entrevistado nesta pesquisa: “Então tu usas, tu ofendes, tu discriminas, tu humilhas para que a pessoa perca autoestima e não se revolte e perca espaço e trabalhe de graça.” Discriminação, humilhação é a construção de um vínculo social que produz relações de subordinação, de poder que interfere na subjetividade das pessoas. É um problema social e político, além de pessoal. Por meio de novos laços onde estão presentes o companheirismo, a amizade e o respeito mútuo, é possível olhar para os problemas de outra maneira e encontrar a força interna, a autoestima para transformar aos poucos a realidade, com a alegria de viver.

Para refletir sobre esse viver, apresentou-se a seguinte argumentação aos entrevistados: Quando alguém morre, fala-se somente sobre coisas boas, sobre as pessoas, porque fala-se dos valores que ela transmitiu na vida. Então, se você morresse hoje, o que imagina que fariam de você? No trabalho de análise, consideramos que os valores mais citados são aqueles que fazem parte do contexto social dos entrevistados. E os menos citados são do contexto pessoal de cada entrevistado. Os que se repetem para mais de um grupo de trabalho dizem respeito à categoria de pessoas simples, aquelas que articulam os valores da modernidade com os valores tradicionais e criam novos cotidianos.

Depois de falarem sobre si, essa pergunta causava um impacto. Alguns diziam: pergunta boa, não tinha pensado sobre isso ainda. Para os nortenses, ao responderem a essa pergunta, lembravam-se dos valores que o pai transmitiu e que querem transmitir aos filhos. Para os moradores da região metropolitana de Porto Alegre, a pergunta remetia ao seu lugar na família: de mãe, de pai, de filho. Os entrevistados, depois de pensarem nos ensinamentos da família, para a família ou com a família, pensavam nos amigos, companheiros. Assim, os dois valores citados para todos os entrevistados foram proteção familiar e amizade. A solidariedade foi um valor de importância para todos os grupos. Foi citado nessa fase da entrevista

pelos catadores, mas lembrado também pelas mulheres da cooperativa de alimentos, pelos pescadores e pelos agricultores familiares durante a primeira parte da entrevista.

Companheirismo também foi valor citado pelos agricultores, pelas mulheres da cooperativa de alimentos e pelos recicladores, não tendo sido citado pelos pescadores. O ambiente dos pescadores é um ambiente competitivo e hostil. O espaço de pesca na lagoa e no mar é disputado entre as grandes e pequenas embarcações. Também é intensa a fiscalização dos órgãos públicos, fazendo com que os pescadores escolham como valor de suas vidas a honestidade, a competência e o trabalho. Este último foi citado também como valor para os recicladores. Outros dois valores que se repetem para grupos diferentes é espiritualidade, importante para os moradores nortenses, e alegria, presente no grupo dos pescadores e na cooperativa de reciclagem. O trabalho também foi citado pelos pescadores, agricultores, familiares, e pelos entrevistados na cooperativa de reciclagem. Solidariedade foi citada apenas em um grupo, mas está presente, nos relatos das entrevistas em todos os grupos, como algo já incorporado ao dia a dia.

“Está no estatuto da cooperativa: prevê que pode fazer assistência social. Por vezes a cooperativa ajuda quem está com necessidades. Na cooperativa está vedado ter uma bandeira partidária. Recebe todos, mas não tem um partido. Não temos compromisso político com ninguém. Quando distribuimos alimentos, dizemos que não é de partido político, é da cooperativa.”

Todos os grupos destacam a importância do processo educativo proveniente da articulação entre a prática e a teoria. Esse processo educativo favorece os integrantes para que possam aumentar seu conhecimento e desperta neles o desejo de aprender e ensinar. Entendem que esse processo de ensino-aprendizagem pode colaborar para a qualidade de vida dos integrantes dos grupos: das suas famílias e da sociedade como um todo. Por esse motivo, são pessoas abertas a novas relações que tragam novos conhecimentos.

Somente não foram destacados os valores de trabalho e espiritualidade na cooperativa de alimentação. O destaque nessa cooperativa foi a importância na relação com a família e com os colegas, pois a marca da vida foi a superação da violência doméstica e de problemas de saúde mediante o apoio mútuo. Todas as

integrantes recebem uma renda extra pelo trabalho na cooperativa. Fazem parte dos grupos pela convivência coletiva. Duas das integrantes relatam que a participação na igreja não colaborou para que transformassem a situação de violência. Ao contrário, o fato de serem lideranças na igreja não favoreceu para que tivessem o apoio para saírem de sua condição de sofrimento. Para ambas, que relataram situações geograficamente distantes, os companheiros eram muito simpáticos aos olhos dos vizinhos e dos grupos que frequentavam.

“Eu sou católica, e eu era coordenadora dos grupos de família, e meu marido participava; e ele conhece a bíblia“ de cabo a rabo”. Na hora das reuniões, era às mil maravilhas, mas acabava a reunião, e nós chegava em casa, o “pau” pegava. Eu era católica, apostólica Romana. Hoje eu sou Católica Apostólica relaxada porque não participo mais de nada.”

Outro valor que se repete em dois grupos muito distantes entre si é a alegria, presente como importância de valor para os pescadores e para os entrevistados na cooperativa de reciclagem. Honestidade também é um valor que aparece para os pescadores de forma evidente, mas é citado por pelo menos um integrante, mais especificamente por pessoas líderes dos grupos entrevistados. Estes valores: proteção familiar, companheirismo, amizade, trabalho, espiritualidade, solidariedade, alegria, educação, honestidade e dignidade atravessam as diferenças geográficas, étnicas e estão norteando a vida e o trabalho de diferentes pessoas que vivenciam as transformações sociais, sem que isso massifique seus jeitos de existirem. Transformam as informações recebidas de consumo e modernidade de maneira que continuam reproduzindo seus valores familiares.

Tabela 33 - Valores dos entrevistados

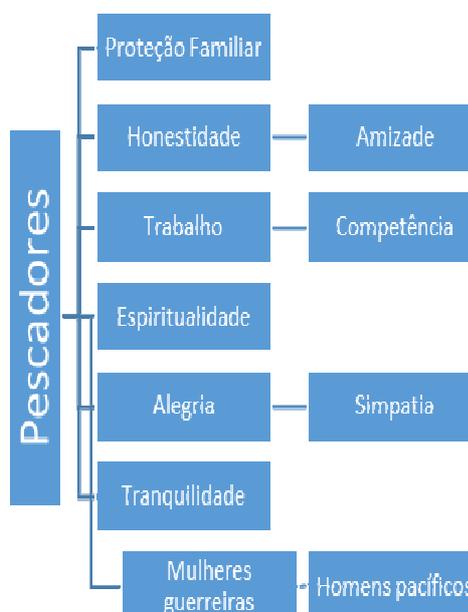
Valores	Pescadores	Agricultores familiares	Cooperativa de alimentos	Cooperativa de recicladores
Proteção familiar	x	x	x	x
Amizade	x	x	x	x
Honestidade	x	x	x	
Companheirismo		x	x	x
Espiritualidade	x	x	x	x
Trabalho	x	x		x
Educação		x	x	x
Solidariedade	x	x	x	x
Alegria	x			x
Dignidade	x			x

6.6 Configurações dos valores conforme a importância, de acordo com os tipos de trabalho

Apesar de os valores se repetirem entre os grupos, eles parecem ter importância diferente para os pescadores, para os agricultores familiares, para as integrantes da cooperativa de alimentos e para os integrantes da cooperativa de reciclagem. Classificamos a ordem de importância de acordo com a repetição do valor para as pessoas que fazem o mesmo tipo de trabalho e colocamos em um figura para facilitar a visualização e análise. Os mais repetidos são os primeiros, e assim sucessivamente. Por vezes, mais de um valor se encontra em primeiro, segundo ou terceiro lugar. Sendo assim, eles se encontram lado a lado na figura, apontando os diferentes mapas de valores.

6.6.1 Grupo dos Pescadores

Figura 9 – Valores dos pescadores artesanais



Para os pescadores, o que eles identificam como um valor importante em suas vidas é que serão lembrados como pessoas boas para a família. Relatam que buscam, antes de tudo, a proteção familiar, bem como passam adiante os valores

transmitidos há gerações. O que entristece os pescadores nas dificuldades encontradas com a pesca é que não estão conseguindo repassar esses valores aos filhos e a novos pescadores, devido aos perigos que a fiscalização proporciona. No relato de um pescador: “Era para ter outros barcos de pesca e está muito pouco. É difícil, é difícil, para sustentar uma família: é, está difícil.”

Outro valor de importância para o pescador é a honestidade. Eles desejam ser lembrados como uma pessoa correta entre os parentes e amigos. Palavras de um pescador: “Eu penso que fariam que eu sou uma pessoa correta”. “O dinheiro é importante desde que ele esteja aliado a Deus, à família e à honestidade, dignidade”. Segundo esse pescador, é muito triste uma pessoa que enriquece às custas do trabalho de outros ou que é lembrado por algum ato desonesto. Sua honra e dignidade são manchadas. Os pescadores gostariam de ser lembrados como pessoas amigas, prestativas, a saber: “Aquele foi amigo de todos, desde uma criança até o mais velho”. Ainda, alguém que trabalhou e foi competente em seu ofício. Sabe o que faz. Dois dos pescadores entrevistados destacam a importância da espiritualidade em suas vidas para conseguir alcançar seus objetivos.

“Eu dobro muito meu joelho para Deus. Quando tu busca ele, sempre eu peço que ele me ajude nesse caminho. Eu fui muito tempo adventista. Não frequentando a igreja, mas em casa. Dobrando o joelho e lendo a Bíblia. Deus inspirou os profetas através da bíblia; então eu falo com Deus através da Bíblia. Tu pega o ensinamento de Deus. Serás prudente como a serpente e simples como a pomba.”

Dois pescadores pensam que seriam lembrados como pessoas alegres, e outros como pessoas tranquilas e bondosas. Outro destaque está na fala da pescadora que pensa que será lembrada como uma mulher guerreira, um contraste interessante para a fala de outro pescador, que entende que será lembrado como um homem pacífico.

6.6.2 Agricultores familiares

Figura 10 – Valores dos agricultores familiares



Os agricultores familiares destacaram que a família lembraria deles com muita falta, pois o trabalho que fazem é familiar: um aprende com o outro. O trabalho, além de ser apontado aqui como valor, para o agricultor familiar o trabalho é ontológico: tudo se organiza em torno do trabalho, da família, da casa, da terra, dos amigos, das festas. Os relatos demonstram que os agricultores entrevistados gostam de viver em grupo, de ouvir e serem escutados.

“Acho quealaria muita coisa, é trabalhadeira, metida. Eu gosto muito de fazer as coisas do meu jeito, mas eu gosto de trocar ideias, a vontade de conversar, de ver a opinião do outro. Do outro me escutar também, para a gente dali construir alguma coisa, isso é trabalho em grupo, né.”

O companheirismo é algo também destacado pelas pessoas entrevistadas, como nas palavras de uma agricultora: “diriam que eu sou companheira”. Os agricultores vivem de maneira coletiva, com espírito coletivo. Essa é uma característica dos agricultores quilombolas como dos agricultores de outros grupos. Nas palavras de uma agricultora: “Tem gente que é individualista, eu sou do grupo e eu não sei fazer nada sozinha, mas se eu fizer isso não vou ser feliz: eu gosto de grupo. “A honestidade também foi um valor pelo qual os agricultores querem ser lembrados e como ensinam seus filhos: honestidade, respeito e simpatia. É importante serem acolhedores. A transmissão dos valores paternos também foi citada como importante para os agricultores familiares. Eu ensino para meus filhos o

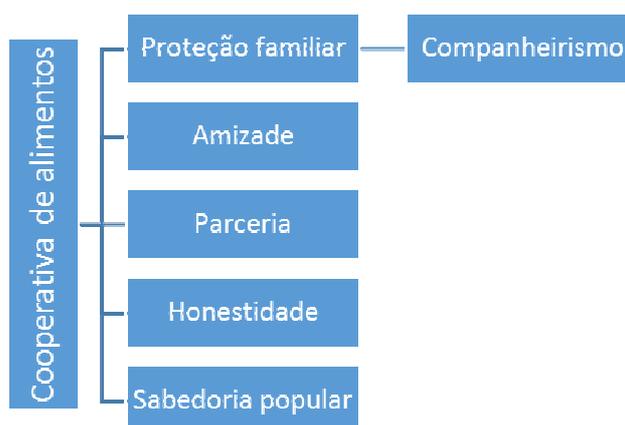
que meu pai me ensinou. Quero que eles lembrem desses ensinamentos como eu aprendi de meus pais.

“O que eu sou hoje é o que meu pai me passou. É tu ser bom para as pessoas, vários valores assim é tu ser compreensivo, é tu entender o processo, é tu aprender com a vida, isso foi o que ele nos passou. É tu não desistir nunca e estar sempre lutando pelos teus ideais, teus objetivos. É não deixar ninguém te humilhar. Se alguém te humilhar vai estar entendendo que está certo até que te provem o contrário. Dentro da tua razão, tu vai estar sempre defendendo isso. Até que te provem o contrário e que tu estejas errado. Não ser levado pelos outros, não ser influenciado pela opinião dos outros. Ter a própria opinião, ter conhecimento de causa para ter opinião. Isso que a gente passa para os gurus, isso eu vivo. E isso eu me sinto em paz com esses valores.”

A espiritualidade é algo importante para os agricultores. Quatro dos seis entrevistados citam que participam de comunidades de igrejas católicas e são líderes de grupo. Uma das agricultoras é catequista, além de colaborar em festas na igreja; outra coordena um grupo de mulheres na comunidade. Verifiquem-se as palavras de uma agricultora sobre as dificuldades da vida de alguns parentes: “são provações que têm que passar, cada um carrega a sua cruz como pode”.

6.6.3 Cooperativa de alimentos

Figura 11 – Valores das mulheres cooperativadas da cooperativa de alimentos



Na cooperativa de alimentos, reúnem-se pessoas que precisam de uma convivência com outras mulheres para ampliar seu espaço de socialização. São mulheres aposentadas por idade ou por doença, outras que vivenciam ou vivenciaram situações de violência doméstica ou depressão. Estas têm como âncora o espaço conquistado e a liderança que garante este espaço com uma militância que se tornou parte de sua vida. Para essas mulheres, a família de origem e o companheirismo entre elas é de muito valor. A honestidade também é um valor pelo qual elas querem ser lembradas, principalmente pelos filhos. É algo que citam como ensinamento aos filhos aliados à luta por seus direitos.

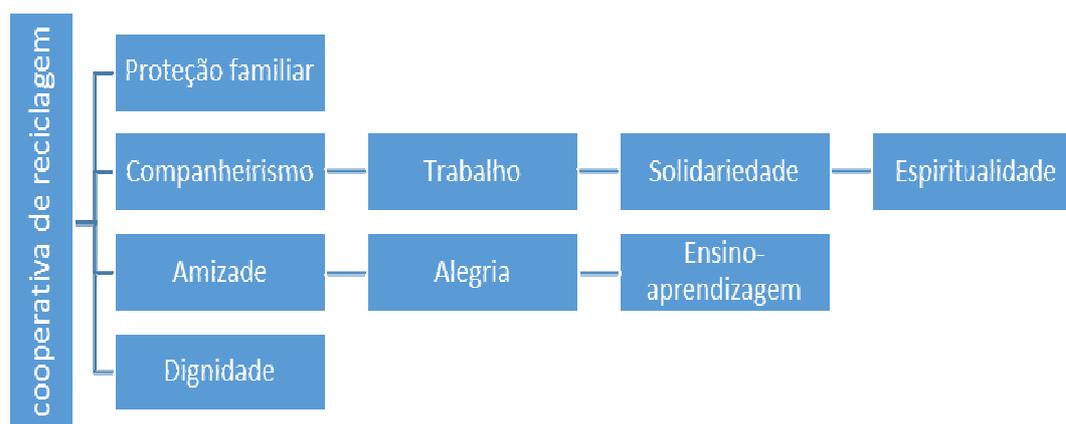
“Esse grupo, aqui para mim, é o paraíso, porque no momento que eu estou aqui dentro eu esqueço tudo que passou, é tranquilo. Deus me livre se eu fosse ficar em casa, eu não sei o que seria. Aqui a gente se distrai com as colegas, está sempre brincando, sempre rindo. Trabalho no que eu gosto, to com pessoas que gosto e fazendo o que gosto. Eu me distraio, esqueço o que já passou.”

As integrantes do grupo trocam receitas que conheceram ainda quando crianças e buscam maior conhecimento nas capacitações que fazem e nas parcerias que encontram. Devido a este fato, se dizem autodidatas no conhecimento sobre a alimentação e sobre as ervas e valorizam as parcerias com outras instituições, estando sempre abertas para novas alianças. A queixa do grupo é que, por vezes, sentem-se abandonados por algumas instituições parceiras ou não reconhecidas por outros grupos de trabalho em Economia Solidária. A alimentação é muito importante hoje em dia, mas não encontra espaço de apoio como a reciclagem ou o artesanato, segundo os relatos.

“Me perguntaram se eu já fiz cursos para fazer bolachas. Não, nunca fiz curso, nós usamos receitas antigas, caseiras, da vovó. A produção de alimentos saudáveis no meio urbano não tem apoio. Às vezes, falta apoio para fazer uma etiqueta, uma tabela nutricional. As minhas precisam de revisão, às vezes não tem ninguém.”

6.6.4 Cooperativa de reciclagem

Figura 12 – Valores dos cooperativados da reciclagem



Para os cooperativados da reciclagem, a família tem uma importância que ultrapassa o vínculo familiar que se amplia para a formação da cooperativa e se espalha para a comunidade. O exemplo dos pais leva os filhos, genros e noras a valorizar esse trabalho e conscientizar os vizinhos e colegas da importância do ofício e por isso formam a cooperativa. Para superar as dificuldades pessoais e coletivas, resolvem se organizar. Não pensam apenas em si, mas na sociedade como um todo. Nas palavras de uma catadora: “meu ponto de vista é esse: a sociedade como um todo”. Somente por este prisma compreendem que podem transformar a qualidade de vida de homens, mulheres e crianças que vivem desse ofício. Para tanto, o companheirismo, além de importante, é necessário. Nesse grupo, esse vem aliado à solidariedade e à espiritualidade.

Valorizam a amizade entre eles, divertem-se no trabalho brincando um com o outro e estimulam uns aos outros a ampliar seus conhecimentos e estudos. Mais de 50% dos integrantes pertencem a uma mesma família, a uma mesma comunidade religiosa e ao mesmo espaço de trabalho, sem com isso deixarem de se questionar quanto aos vícios familiares e culturais, favorecendo que haja uma abertura para os integrantes do grupo que não pertencem ao grupo familiar a se sentirem à vontade. Sentem-se como uma grande família. Valorizam o conhecimento do trabalho. Um dos integrantes conta que, ao chegar ali, não sabia nada sobre o ofício da

separação dos resíduos e foi aprendendo junto com as mulheres. Isso lhe forneceu mais abertura para questionar suas posturas de vida quanto ao gênero.

“Eu estava em busca de estágio e não estava conseguindo estágio para conseguir me formar como técnico. Aí eu estava na igreja e o coordenador do grupo disse: bah, eu tenho um serviço para ti, tu não queres começar a trabalhar? Eu vim, aí eu vi um monte de mulher em uma mesa, um monte de material, eu não tinha noção, e as mulheres trabalhando em uma velocidade incrível assim, e aí eu fiquei parado eu não sabia o que fazer e elas, tu, tu, tu, tu e eu, meu Deus, o que eu vou fazer, aí uma delas começou a me ensinar, o que separa, o que não separa, aí eu comecei a pegar o ritmo...”

A honestidade, a busca pela mudança do estigma do catador para uma imagem de trabalho mais digna, que é importante para esta caminhada. Não estão apenas valorizando um lugar pessoal, mas também o lugar de pais e irmãos que realizam este trabalho de importância social. Neste sentido, se faz mais significativa a frase do coordenador da cooperativa: “as histórias individuais formam a história coletiva da cooperativa”. Está resgatando socialmente a importância da referência de trabalho familiar e buscando reconhecimento na sociedade. Assim, como filho de pescador já nasce pescando, filho de agricultor já nasce na lida da terra, na alimentação existe sabedoria com as receitas da vovó. Também o filho de catador tem como referência suas origens familiares e tem motivos para se orgulhar dessa história.

6.7 AVALIANDO A FELICIDADE NA VIDA

Depois da reflexão sobre o legado da vida, os entrevistados avaliavam o seu grau de felicidade. Eles responderam à pergunta: Depois de contar sobre a vida, fazer uma reflexão sobre o que deixaria de legado se morresse hoje, como você avaliaria sua vida em uma escala de zero a dez. Zero eu sou muito infeliz e 10 eu sou muito feliz. Que nota você se daria? Na tabela a seguir, estão relacionadas as respostas dos entrevistados de acordo com as categorias de trabalho que possuem. Em seguida, está a nota que se deram ao avaliarem a vida e os critérios de avaliação dos entrevistados expressos nos motivos.

Tabela 34 – As notas dos entrevistados sobre a felicidade de suas vidas

TIPO DE TRABALHO	NOTA DE FELICIDADE	MOTIVO DA NOTA
Pescador 1	10,0	A vida não está melhor por conta da crise que a gente está passando, mas a gente tem que gostar do que vive, tem que se dar bem onde está. Eu sou amigo de todo mundo, eu me dou com todos e não é só com pessoa velha não, com criança também. Eu sou uma pessoa simples, eu faço amizades, vou para uma fila e começa a conversa.
Pescador 2	8,5	Porque todo mundo tem defeito, não sou perfeito, mas estou em paz comigo mesmo e gosto muito de ajudar a família e os amigos.
Pescador 3	6,5	Tem gente que diz que se diz muito feliz, mas não é possível ser sempre feliz, tem momentos que tu estás feliz, tem momento que tu estás para baixo.
Pescador 4	7,0	Porque eu não me sinto completamente feliz, sou feliz com minha família, tenho muitos amigos, mas vejo muita injustiça, gente sendo humilhada o que eu não gosto.
Pescador 5	7,0	Estou bem comigo, com minha família, tenho tranquilidade, mas ainda tenho algumas coisas para fazer.
Pescador 6	5,0	Porque eu acho que ninguém é totalmente feliz.
Agricultor 1	10,0	Porque graças a Deus eu nunca tive inimigos, sempre me protegeram, respeito e sou respeitado. Amo minha esposa e filhos e sou amado por eles.
Agricultor 2	8,0	Sinceramente, eu não tenho o que me queixar da vida.
Agricultor 3	7,0	Porque, na minha opinião, não tem felicidade, mas momentos felizes que dependem da união da família, das pessoas, da situação financeira.
Agricultor 4	9,5	Me considero uma pessoa feliz devido à boa relação que eu tenho com o Criador. Eu sei que ele me ama, e tudo que faço é para retribuir esse amor. A minha vida é muito profética, porque eu vivo de anunciar coisas boas e de denunciar o que não está certo. Eu já passei por muita coisa, mas já superei todas, graças ao amor do Criador, por isso eu retribuo cuidando das pessoas, da natureza, de toda a criação e suas criaturas.
Agricultor 5	10,0	Porque eu não tenho o que reclamar da vida. Se reclamasse seria injusta. Eu tenho uma boa família, meu marido é bom, meu filho está trabalhando, com saúde...
Agricultor 6	10,0	Porque se olharmos para o lado, vemos que tem gente em situação pior. Eu estou bem. Eu deito para dormir, deito e durmo. Eu não estou preocupada com nada. Estou tranquila.
Alimentação 1	10,0	Me sinto uma vencedora. Meus filhos estão bem e me procuram quando precisam de mim. Quando um neto adoecer me ligam.
Alimentação 2	8,0	Porque dez é a perfeição, não existe. Eu sou feliz, tenho filhos maravilhosos, marido também. Levo a discussão da alimentação onde ninguém discute
Alimentação 3	10,0	Só por ter tido meus filhos, eu me daria dez.
Alimentação 4	10,0	Hoje, depois que eu superei tudo, eu me daria dez.
Reciclagem 1	8,0	Eu tenho algumas coisas para conquistar.
Reciclagem 2	7,5	Eu quero conquistar mais.
Reciclagem 3	8,0	Sou uma ótima esposa, mãe, esposa, tia, amiga, educadora.
Reciclagem 4	7,0	Quanto à família, estou bem. Eu quero estudar, progredir.
Reciclagem 5	5,0	Porque eu quero buscar mais para mim e para a cooperativa.
Reciclagem 6	7,0	Porque quero aprender mais.

Dos entrevistados, sete se avaliaram com nota 10, o que significa que se avaliam como muito felizes. Os dois mais idosos estão nesse grupo e se avaliam a partir de uma vida tranquila de continuidade do trabalho dos pais. Usam como

critério o fato de verem os filhos realizados, de terem muitos amigos, de serem respeitados e amados. Uma das entrevistadas também usa como critério o fato de a família estar bem e ter o que precisa da vida, e se avalia com a nota máxima. Em todas as três situações, os critérios para avaliarem a vida como feliz é o vínculo que construíram na trajetória de vida.

Outras quatro pessoas se avaliaram como muito felizes, com nota dez, porque viveram situações de trabalho infantil, violência doméstica, depressão e conseguiram superar essas dificuldades. Uma delas recuperou sua autoestima, mudando a página de sua vida com o casamento. Avalia que alcançou o que havia idealizado para sua vida com o casamento. O fato de ter uma cultura de participação em grupos também favorece para que se avalie como feliz, pois, ao escutar histórias de vida bem mais difíceis, percebe que está bem e em paz com a vida. Outras duas mulheres se avaliam como felizes porque conseguiram se separar e encontrar paz, reconstruindo a vida com os filhos, novas relações de trabalho e amizades. Outra superou uma situação de depressão e hoje sente-se feliz por causa da presença dos filhos em sua vida.

Uma agricultora se avalia com nota 9,5, e seu critério é a espiritualidade. Sente-se feliz porque se sente amada por Deus e procura retribuir esse amor cuidando de sua criação, das pessoas e do meio ambiente. Outra pessoa se avalia com 8,5 e usa como critério de avaliação a boa relação com a família, os amigos e a perfeição. Esse último impede que a pessoa se avalie como completamente feliz. Quatro pessoas se avaliam com 8,0. Para todas elas, um dos critérios de avaliação é a boa relação com a família. Uma das pessoas que se deu nota 8,0 se avalia assim devido a problemas de saúde em que se encontra, outra porque não se sente perfeita e outra está satisfeita com a sua vida, mas pretende fazer ainda mais, tendo como critério de avaliação o aumento da qualidade de vida dos integrantes da cooperativa.

Seis pessoas se avaliam com a nota sete. Essas se diferem entre aquelas que expressam que estão se sentindo felizes e ainda querem fazer mais, como algumas lideranças de grupos e aquelas que não se sentem totalmente felizes. O critério de avaliação para considerar o grau de felicidade é o ambiente familiar. Uma das pessoas que se deu nota sete tem planos com relação à cooperativa em que ainda estão em andamento. O critério para que se sinta feliz é a boa relação com a família, com os amigos e com Deus. Outras duas pessoas não se sentem totalmente

felizes devido às injustiças sociais que presenciam. Seu critério de avaliação é a boa relação familiar com os amigos. O que as deixa infelizes são as injustiças sociais. Para outra pessoa, o critério de avaliação de sua felicidade vem da união familiar ou com os amigos. Em sua opinião, os problemas financeiros prejudicam a união familiar. Outras duas pessoas se deram 7,0 e outra se deu 7,5, usando o critério das boas relações familiares, de trabalho, focadas nas conquistas que realizaram de melhoria de moradia, trabalho, estudo e que querem continuar conquistando. Percebe-se, nesses três relatos, sensação de movimento, evolução e crescimento pessoal.

Três pessoas se avaliam como não muito felizes. Uma dessas pessoas que se avalia com 5,0 é uma liderança de grupo. Percebe-se, no relato, que ela tem muitos planos - muitos ainda não colocados em prática – que sente como se tivesse muito o que fazer ainda, por si e pela cooperativa, o que pode levar a um estresse pessoal. Outras duas pessoas relataram situações de trabalho infantil e violência doméstica não resolvidas e ainda guardam ressentimentos sobre o ocorrido e estas lembranças marcam sua vida cotidiana. Essas lembranças fazem com que se avaliem com 6,5 e 5,0. Outra razão para se avaliarem dessa maneira são os problemas financeiros. A falta de dinheiro provoca intranquilidade e desarmonia familiar. No que corresponde à falta de dinheiro, uma das pessoas entrevistadas conta que o que teme é vivenciar novamente a situação de violência doméstica devido ao descontrole emocional do marido.

“Eu acho que a felicidade, se tu tens dinheiro tu tens uma convivência boa dentro de casa. Mas se tu não tens dinheiro, aí já se fica atordoada, ah o que tu vais comer hoje, como vai ser o dia e aí começa a ficar atordoada a vida da pessoa. Começam a vir os conflitos, e eu estou vivendo muito isso agora. Então por isso eu me daria cinco. Mas que bom que até cinco não depende do dinheiro.”

Percebe-se, nos relatos acima, que as pessoas que se avaliam como muito felizes usam como critério os bons vínculos com a família e com os amigos. Os que valorizam a amizade e as boas relações familiares são pessoas que participam de espaços coletivos, de uma vida em comunidade. Para essas pessoas, as dificuldades financeiras são vividas de maneira diferente por aquelas pessoas que relatam boas lembranças das relações familiares ou daquelas que superaram

situações de violência doméstica ou dificuldade de saúde; essas se avaliam como felizes. Nas palavras de um pescador: “A vida não está melhor por conta da crise que a gente está passando, mas a gente tem que gostar do que vive, tem que se dar bem onde está”. Para esta pessoa entrevistada, as boas relações ajudam para viver uma boa vida. A felicidade é um sentimento que pode ser instrumento para a superação das dificuldades.

Todos os entrevistados vivenciaram situação de trabalho infantil. Alguns vivenciaram esse momento da vida como uma brincadeira, mas outros vivenciaram esse trabalho infantil de forma abusiva ou com violência doméstica. Estes contam suas histórias com ressentimentos e não se avaliam completamente infelizes, devido aos vínculos que constituíram com a família e com amigos. Nos relatos, parece que o fator causador de infelicidade são os abusos de poder nas relações sociais que podem discriminar, humilhar, atingir a autoestima de uma pessoa. A felicidade depende de relações que constroem laços familiares, de amizade, proteção, apoio, companheirismo, que contribuem para a formação da autoestima.

CAPITULO 7

A FELICIDADE E A DINÂMICA DAS RELAÇÕES HUMANAS

Como pode um peixe vivo viver fora da agua fria, como pode um peixe vivo viver fora da agua fria! Como poderei viver? Como poderei viver? Sem a tua, sem a tua, sem a tua companhia; sem a tua, sem a tua, sem a tua companhia!

Este capítulo tem por objetivo de avançar à questão desta pesquisa que tratou de buscar respostas por dois pontos de vista: (a) do ponto de vista teórico, de buscar e articular os fundamentos para uma abordagem de felicidade na perspectiva do paradigma dos vínculos sociais, sobretudo a partir da obra seminal de Marcel Mauss e de conceitos como dádiva e reciprocidade; (b) do ponto de vista aplicado, averiguar em que medida e de que modo, no contexto de interações, as relações sociais vinculantes produzem estados de felicidade que contribuem para o desenvolvimento tanto pessoal quanto grupal daquelas pessoas e, dessa forma, para a continuidade de tais práticas, apesar das adversidades a elas impostas, em decorrência de sua condição social e de agirem na contracorrente do modelo cultural hegemônico de realização e felicidade. Para tanto, neste capítulo, procuraremos relacionar os resultados dos dados quantitativos com a pesquisa qualitativa e analisa-los a partir do modelo teórico proposto.

7.1 DAS MOTIVAÇÕES PARA INGRESSO E CONTINUIDADE NOS EES ÀS TRAJETÓRIAS DE VIDA

Com a análise dos dados da pesquisa amostral dos sócios e das sócias em Economia Solidária, constatamos que os motivos que movimentam esse grupo de trabalhadores para entrarem e continuarem nos empreendimentos solidários estão relacionados ao fato de que os associados são pessoas engajadas e motivadas por relações sociais vinculantes, além da renda. Constatamos também que essa forma de vivência nos EES se expande, de maneira que encontramos nos dados que os empreendimentos têm a característica de serem atuantes e participativos no

contexto onde estão inseridos. Esses fatores contribuem para o crescimento e desenvolvimento dos empreendimentos, apesar das necessidades identificadas pelos(as) sócios(as)

Percebe-se, pelos dados, que essas motivações estão associadas a vínculos de diversas ordens: (1) entre o empreendimento e seu entorno, por intermédio de uma das motivações mais citadas pelos sócios e sócias: fortalecer a comunidade e os movimentos sociais; (2) os vínculos entre os(as) sócios(as): expressos na motivação mais escolhida por todos os(as) sócios(as): participar de uma atividade coletiva; (3) o vínculo com sua própria trajetória, expresso no item ‘trabalhar no que gosta’, considerando que o gosto é construído, culturalmente, por meio dos legados da cultura familiar e dos aprendizados decorrentes dos relacionamentos da vida; e (4) a motivação que está ligada ao movimento da Economia Solidária, expressa na motivação de ‘acreditar na Economia Solidária’. Essas escolhas feitas pelos(as) sócios(as) sugerem a importância dos vínculos para entrarem e continuarem nos grupos.

No que se refere às motivações de ingresso nos EES o item “melhorar a renda e o nível de vida” tem acentuada importância para os(as) sócios(as), desde que esteja articulado aos itens mencionados acima. Essa análise é confirmada nas entrevistas qualitativas. Como exemplo, citamos as palavras de um pescador: “Eu prefiro ganhar 1.000 reais trabalhando honestamente do que ganhar 10.000 de forma desonesta”. A motivação relacionada à renda perde força diante da pergunta que se relaciona à continuidade nos EES, pois percebe-se que a continuidade nos EES aumenta o percentual das variáveis que estão relacionadas aos vínculos sociais e pessoais. Destacamos as diferenças de configurações dessas motivações em quatro grupos de trabalho, nos quais se salientam os grupos dos quilombolas, da reciclagem, do artesanato e dos pescadores artesanais, porque suas motivações diferem do total da base, sem com isso prejudicar a hipótese da importância dos vínculos para a escolha das motivações desses trabalhadores.

Para os quilombolas, justifica-se a importância do apoio do governo ou de entidades como uma das motivações importantes para o ingresso e continuidade nos EES, pelo fato de ser um grupo que está em busca do reconhecimento da história de seus antepassados e de sua própria história. Por meio desse reconhecimento, muitos descendentes de quilombo da cidade de São José do Norte estão sendo beneficiados com bolsas de estudos e estão realizando o sonho de

cursar uma faculdade. Para receber esse recurso, os quilombolas nortenses precisam participar de reuniões e atividades coletivas para serem reconhecidos pela comunidade quilombola.

Quanto aos recicladores, percebe-se que a motivação para entrar nos EES é sair do desemprego, o que destoa das respostas do total da base de sócios em que sair ou evitar o desemprego é a última motivação. Para os agricultores familiares, pescadores e artesãos, é difícil haver falta de trabalho, o que difere na realidade dos catadores. Os recicladores têm história de serem trabalhadores de fábrica, indústrias e vivenciaram, em suas trajetórias, o desemprego que se perpetua por mais de duas gerações, gerando uma situação de precariedade de vida e falta de direitos básicos. O trabalho na reciclagem recupera, para esses trabalhadores, o lugar na sociedade, na família e no grupo, restaurando para os mesmos a autoestima. Percebe-se que, apesar de entrarem e continuarem nos EES pela motivação de aumentar a renda e o nível de vida, as motivações relacionadas com os vínculos pessoais e sociais aumentam seu percentual conforme continuam a fazer parte dos EES. Esse aumento evidencia a importância dos vínculos para a continuidade nos EES.

O grupo do artesanato destaca-se pela força da motivação em trabalhar no que gosta, o que evidencia que este grupo de trabalhadores está muito vinculado à sua trajetória de vida pessoal que adquire na relação com a família e nos aprendizados da vida. Outra característica desse grupo é que os(as) sócios(as) também dão importância ao fato de serem motivados por participarem de uma atividade coletiva, tão forte quanto trabalhar no que se gosta. Para esses trabalhadores, são importantes os vínculos pessoais, familiares e com os companheiros de trabalho. A renda é mais importante para esses trabalhadores que os vínculos externos ao EES. Para os pescadores, os vínculos externos ao empreendimento expressos no item 'fortalecer a comunidade' e os movimentos sociais são tão importantes quanto trabalhar no que se gosta, ou seja, os vínculos com a história pessoal e familiar e a renda são mais importantes que os vínculos entre os colegas de trabalho, pois a motivação de melhorar a renda é mais importante que a motivação de participar de uma atividade coletiva.

Salientamos, com esta análise, por meio dos dados do questionário de sócios e sócias, a importância que têm os vínculos sociais, comunitários e pessoais como motivações para entrarem e continuarem nos empreendimentos. Como próximo passo, se fez relevante conhecer como esses vínculos favorecem para que essas

peças se avaliam como felizes e se eles são o conteúdo dessa avaliação. Dando continuidade para essa análise que fizemos a partir das trajetórias de vida de pessoas em quatro grupos de trabalho. Neste capítulo, retomamos essas trajetórias e procuramos verificar nos relatos sobre os valores de pertencimento, reconhecimento e autoestima, cidadania, participação e autonomia, se esses são importantes para a avaliação dos entrevistados sobre sua vida e se fazem parte dos critérios para avaliarem sua vida através do grau de felicidade que atribuem.

Constatamos, nas entrevistas, que a natureza dos nossos entrevistados é vinculante. Nasce em uma teia de laços sociais, como revelam as expressões dos entrevistados: eu já nasci pescando, ou já nasci na terra, eu já nasci com espírito de cooperativa. 'Nascer', aqui, nesta expressão, dá a impressão de que nossos entrevistados conheceram a si mesmos e ao mundo a partir dessas relações que os acolheu na infância, criando em suas vidas um lugar subjetivo de *pertencimento*. Essa teia colabora para a definição de suas escolhas na fase adulta: do que querem transmitir e como desejam acolher seus descendentes. Esse lugar de *pertencimento* é o ponto de partida de onde se relacionam com as pessoas e o mundo constituído por vínculos familiares. Esses vínculos são a base para a construção das trajetórias de vida que também são marcadas por vínculos mais ampliados, momentos em que aprendem a viver de maneira coletiva entre familiares e entre amigos. Como expressa um agricultor quilombola, ao contar que, em sua infância, o espírito coletivo era muito forte, sempre tinha comida fresca, apesar de não ter como conservar os alimentos, porque as famílias trocavam entre si o que produziam, e não faltava nada para ninguém. Atualmente, segundo esse mesmo agricultor, devido ao capitalismo, as coisas estão mudando um pouco, mas ainda continua muito forte esse espírito coletivo.

“Vou dizer bem claro assim: Matava um bicho aqui, tu repartias com toda a família, com toda vizinhança aí. E os vizinhos faziam a mesma coisa: quando colhiam alguma coisa, repartiam por toda a vizinhança aí. Se fazia isso naturalmente. Todo mundo fazia isso. Daí tu vai perdendo isso, tu vais perdendo. Hoje já não tem mais tanto, por causa do sistema capitalista.”

Os agricultores vivem suas infâncias entre as famílias e os espaços comunitários que, geralmente, são as comunidades católicas e as escolas. As

Igrejas constituem importante espaço de convivência para os agricultores. Em muitos momentos, não era possível realizar as entrevistas porque os entrevistados estavam envolvidos em organizações de festas religiosas. Esses momentos de suas vidas são importantes para as trocas, a partilha, o reconhecimento mútuo, a cooperação em que se identificam, intensificam as brincadeiras. Esses vínculos entre famílias e amigos marcam as trajetórias de vida. Em um depoimento de uma agricultora, ela disse que a *participação* na comunidade onde mora é muito importante para ela, porque é quando percebe o quanto seu trabalho de educadora contribui para outras pessoas, principalmente para as crianças pelas quais atua como catequista, mostrando que, para a constituição desses vínculos, o *reconhecimento*, a *cooperação* e a *partilha* são muito importantes.

A escola é outro espaço relevante para ampliar os vínculos da base familiar. Constatamos que, apesar da distância geográfica, os relatos são parecidos. Há um hiato entre a realidade escolar e o cotidiano familiar. Esse hiato cria nos entrevistados a necessidade de decidir entre um e outro. Percebe-se que optar pelos vínculos escolares leva a conflitos em seu ambiente familiar, devido ao choque de valores. Todos os entrevistados optaram por viver de acordo com o aprendizado familiar e se afastar da escola. Optar pela família é também garantir a subsistência e a proteção da vida em detrimento de conteúdos que não conseguem ser transmitidos de maneira que os entrevistados os compreendam como importantes para sua vida.

Percebe-se ainda a importância do *reconhecimento* e da *autoestima* desses vínculos na infância quando se escutam, nas entrevistas, relatos de abuso por esses vínculos, como o trabalho infantil. Atente-se para as palavras de um pescador que foi morar com o tio, para trabalhar na agricultura: “A relação com o tio era boa, mas me pagavam pouco. Era tipo trabalho escravo. Eu trabalhava, mas não ganhava nada, somente roupas no final da safra”. Essas lembranças são trazidas na idade adulta e relembradas com ressentimentos causadores de tristezas e infelicidades, de doenças como depressão e reprodutoras de vínculos abusivos. Pessoas que carregam essas lembranças levam para novos relacionamentos na vida adulta e conseguem romper esses sentimentos, ao decidirem superar essas marcas. Mediante a *participação* em grupo ou o apoio de outras instituições, fortalecem a autoestima, o que parece possibilitar a decisão por mudar sua condição, transformando sua realidade e sua forma de avaliar a vida.

“Eu tinha vergonha, mas eu dizia eu tenho que conseguir. Aí eu ia de novo ao fórum. Aí o pessoal da Maria da Penha vinha duas vezes por semana em casa, sempre ali ver: para conversar, ver se ele estava vindo, se ele estava ali. E quando ele viu que eles estavam me protegendo que eu estava tendo força deles ele se retirou.”

Em determinada fase da existência, chegou o momento de se inserir no mundo adulto e das escolhas, de decidir por qual caminho seguir. Para alguns pescadores, esse momento se dá quando estão na adolescência ou, para os mais idosos, ainda na infância. Envolvidos nas escolhas, estão os novos aprendizados e a história vivida até então. Para os nossos entrevistados, eles descrevem, para esse momento, a importância da *participação* em espaços coletivos e dos cursos de capacitação. O grupo de trabalhadores da agricultura recebe essa herança dos pais, que encontravam na *participação* um momento de troca de experiências e conhecimento em que ampliavam a sabedoria para a vida e para a tomada de decisão. Nas palavras de um agricultor: “Meu pai sempre fez isso, sempre esteve envolvido. Isso é uma coisa que foi uma herança que ele deixou de participar e ter conhecimento”.

Nos relatos dos grupos de trabalho, são importantes, para a mudança cultural, para a reflexão e construção de novos hábitos, as relações de parceria que constroem com outras instituições que possibilitam espaços de capacitação. Essas trocas entre instituições são realizadas entre coletividades. Para receberem essas capacitações, precisam estar organizados em grupos e ter uma cultura de participação. A *participação* permite a avaliação sobre a vida e o deslocamento tanto do lugar subjetivo como espacial. Permite que os entrevistados mudem conceitos sobre a vida, bem como que se identifiquem com pessoas que vivem a mesma condição social em diversas partes do país. Em outras palavras, permite a afirmação da *identidade pessoal e coletiva*. Esse relato se ouviu entre a cooperativa de recicladores, de alimentação e entre os agricultores, e muito pouco entre os pescadores. Esse último grupo, na cidade de São José do Norte, está iniciando esta busca pela construção de novos conhecimentos por meio da capacitação. Idealizam a importância de uma teoria que esteja articulada à sabedoria do pescador adquirida em suas trajetórias de vida.

Nas histórias de vida, foi destacada a importância do espírito coletivo, pois em suas trajetórias os entrevistados destacam a importância de alianças, articulações

de pessoas e coletividades para o crescimento pessoal e desenvolvimento dos grupos. Percebe-se nos relatos que a coletividade é descrita como parte do jeito de ser dessas pessoas. Afirma uma agricultora: “meu espírito é coletivo. Eu não gosto de fazer nada sozinha; gosto de trabalhar em grupo”. Para este item, também destaco outro relato de uma integrante da cooperativa de alimentos: “Eu nasci com espírito de cooperativa”. Com isso, ela quer expressar sua maneira de pensar coletivamente. Nos relatos dos cooperativados da reciclagem, foram muito importantes os espaços dos fóruns de catadores, em que conheceram outros empreendimentos e instituições que colaboraram para o aprendizado e crescimento do grupo. Da mesma forma, os pescadores também destacam a importância de alianças e estão se articulando em busca de mais alianças para o crescimento e a consolidação do espaço físico da cooperativa de pescadores.

A escrita de projetos sociais para esses trabalhadores não está relacionada à sua existência nos grupos, mas à busca de recursos de material de trabalho. A elaboração dos projetos cria alianças entre os grupos e instituições de capacitação. Essas alianças, por vezes, são passageiras, porém o desligamento de uma agência que acompanha os empreendimentos é vivido como uma perda pessoal e coletiva. Uma agricultora contava-me sobre uma das pessoas que acompanha seu grupo, que está grávida. Ela dizia que não sabe o que vai fazer sem seu apoio. Outra conta que sente como uma perda a troca dos funcionários da incubadora que acompanhavam o grupo ao qual pertence e estranha as maneiras diferenciadas de trabalho. Percebe-se, nesses relatos, que as construções de vínculos entre os participantes não são passageiras, mas são vividas intensamente, como o desejo de constituições de alianças duradouras e de sentimentos de gratidão. Destacou nesses vínculos a importância para nossos entrevistados da *reciprocidade* afetiva nas relações. A autogestão é destacada pela importância dos grupos em tomarem suas decisões de forma coletiva, sem a interferência de governo ou entidades apoiadoras.

Percebe-se, nas entrevistas, a importância da reciprocidade nos vínculos que estabelecem, porque, por meio deste, desenvolvem a autoestima. Os entrevistados que avaliam suas vidas como menos felizes relatam histórias de vida em que vivenciaram abuso nas relações infantis em que, como consequência, prejudicaram sua autoestima, marcas que trazem nos relatos de suas trajetórias. Por outro lado, para os recicladores, a busca de reconhecimento é citada como um dos objetivos

que precisam para trabalhar com os cooperativados mediante a melhora da autoestima das mulheres e de trabalhar a importância delas para a vida dos homens. Em outro relato, a entrevistada não se avalia como 10, devido à falta de reconhecimento por parte de outros grupos em relação à sua trajetória. Percebe-se, nesses relatos, que a reciprocidade é um princípio de ação importante para a avaliação da felicidade na vida dessas pessoas. Veja-se o relato de uma sócia na cooperativa de alimentos:

“O que me intriga é o não reconhecimento do trabalho. Eu gosto de fazer bem o que faço e esse reconhecimento eu recebo na hora, porque é alimentação. Eu faço, eu não só falo, eu faço. Eu acho que a gente tem uma experiência muito grande. E aqui, na formação da loja, não quiseram aceitar as nossas opiniões que vieram dessa experiência e não valorizaram o nosso trabalho de alimentação.”

Também se verifica que os entrevistados são pessoas engajadas que participam de espaços, e a participação é importante para a transformação da vida dessas pessoas. A falta de participação ou o abuso por meio dela pode ser um dos critérios de uma vida menos feliz. Uma das pessoas que se avaliaram com nota de felicidade menor não relata, em sua trajetória, a participação em espaços coletivos; duas relatam, sendo que uma delas participa sem se sentir pertencendo ao processo. “Eu coloquei meu nome para ajudar a cooperativa a receber o registro”. E outra, como liderança, vivencia a participação de maneira abusiva para sua vida cotidiana, gerando estresse pessoal.

Relembramos aqui a constatação de Polanyi de que, mesmo em sociedade ditas modernas ou chamadas de mercado, há diferentes formas de agir, incluído o plano econômico. As economias das sociedades não se reduzem a esta lógica da economia do chamado mercado. Do ponto de vista das relações econômicas, os agricultores relatam uma economia familiar que se amplia para os demais produtores, para a busca de capacitação e recursos com as instituições parceiras e apoio do governo para acesso às políticas públicas e para os consumidores nas feiras. Descrevem também uma boa relação com os consumidores pela produção de alimentos orgânicos e com preço justo. O valor, para eles, não está no preço, mas nas relações e na conscientização de uma melhor maneira de lidar com o meio-ambiente. Nas palavras de uma agricultora:

“O nosso grupo também visa a não exploração, nem da parte do produtor e nem da parte do consumidor. O nosso produto tem que ser valorizado, mas a gente não pode ficar explorando as pessoas, por exemplo: A vagem está 12 reais, mas a gente pode vender a 8,00, porque a gente vai vender a 12,00. Mas a gente poderia vender a 30 reais porque é orgânico. Poderia, mas é o outro lado. Aí a gente vai vender orgânico somente para o rico, e o outro lado onde entra a economia solidária nessa parte aí. A gente tem que levar alimento de qualidade para todos, não para alguns. Este é o diferencial da Economia Solidária de outro grupo como de mercados como o big e outros. Neles os alimentos orgânicos são muito mais caros. O nosso vale menos? Não, a nossa proposta é diferente.”

Buscam o recurso público para crescerem enquanto grupo. Para os agricultores familiares quilombolas, os recursos públicos representam mais do que o crescimento econômico dos grupos. O recurso público representa o reconhecimento da sociedade para com a história de seus antepassados: é um ato de justiça para com os seus. Também é um recurso que traz um elo perdido das suas histórias de vida, que eleva a consciência para os seus lugares subjetivos no mundo e, conseqüentemente, eleva a autoestima dos integrantes. Transforma o sentimento de vergonha em sentimento de pertencimento à comunidade quilombola, reconhecimento de sua história, beleza e direitos sociais e de cidadania.

Nas relações econômicas dos pescadores é garantida a subsistência familiar com o pescado. Constituem parceria para a pesca, porque um tem o barco, outro as redes, outros o conhecimento da pesca de determinado peixe, bem como se organizam em cooperativas para guardar o pescado e comercializá-lo. Os pescadores têm consciência da importância da pesca para a economia da cidade. Eles têm consciência da riqueza do mar e de seu trabalho para a Economia de São José do Norte. As palavras de um pescador expressam a consciência de seu trabalho para a economia da cidade:

“São José do Norte ainda vive da economia da Pesca. Na captura do Camarão, nós tiramos seguido mais ou menos três toneladas de camarão. Só São José do Norte para registrar isso. Aí quando a água fica doce tu não tira um camarão. E esse recurso de milhões de toneladas fica na cidade mesmo. Tu vais vender e gastar no Norte esse é a verdade né. Parece mentira, mas nós dependemos do oceano. Às vezes eu falo para eles, em reunião né. Esse oceano sustenta muita gente. Além de sustentar o artesanal que trabalha nele ele sustenta o industrial que pesca

nele e os da beira do oceano. E petróleo, uma série de coisas o oceano sustenta. Se parar para pensar, cara, esse oceano é rico. O cara vai indo, vai indo, vai participando e chegando à conclusão de que o oceano é vida, na minha visão.”

Quanto à cooperativa de alimentos, as sócias participantes vivem da cooperativa para complementar a renda familiar; a renda principal vem de recursos da aposentadoria por idade ou doença, ou de pensão alimentícia do ex-marido. Comercializam o produto para outras instituições. Os grupos também compreendem a importância do seu trabalho para a economia da sociedade. É importante a produção de alimentos, por meio do plantio, da colheita e do cozimento, o que contempla os agricultores familiares e a cooperativa de alimento.

A economia da cooperativa dos recicladores subsiste, em um primeiro momento, da cooperação entre os(as) sócios(as). Em um dos relatos, contam, na cooperativa de recicladores, que ajudaram uma colega a construir sua casa. Em um segundo momento, destacam a aliança com a prefeitura local; posteriormente, a relação entre instituições parceiras de onde buscam recursos para projetos. Com o trabalho, aumentam a renda familiar, e sua importância se amplia para toda a sociedade, porque os catadores parecem ter a consciência da importância de seu trabalho para melhorar as condições ambientais.

Mediante essas diversas configurações de agir econômico que se sobrepõem e se articulam, existe uma produção de diferentes vínculos. Portanto, o que se percebe para os entrevistados é que os vínculos sociais são a base da vida em sociedade e são importantes para construir uma boa vida, o que seria então o estado de felicidade. Essa constatação de dizer que os vínculos sociais são a base do esquema explicativo não significa dizer que estamos reduzindo a sociedade a um tipo de vínculo. Eles se configuram de maneiras diferentes a cada grupo de trabalho e trazem, por dentro dessas configurações, a dinâmica da construção dos laços sociais onde existem movimentos em direção ao outro, por meio de manifestações de afeto, cooperativas, políticas religiosas que envolvem a trajetória de vida das pessoas, ao mesmo tempo que esse movimento tem a esperança da continuidade do outro da sua caminhada. O que percebemos é que o vínculo que se sobressai aos outros vínculos é o da reciprocidade, porque, mediante este, somos reconhecidos, e desenvolve-se a autoestima dos entrevistados, que é um conteúdo importante para a avaliação de uma vida feliz. Percebe-se essa dinâmica da

reciprocidade nos valores que os entrevistados pensam em deixar de legado para seus familiares.

Os valores destacados das entrevistas, repetidos por mais de uma pessoa em todos os grupos, foram dez. São eles: proteção familiar, amizade, honestidade, companheirismo, espiritualidade, trabalho, educação, solidariedade, alegria, dignidade. Todos eles estão relacionados à formação de laços sociais que os entrevistados pensam estar deixando de legado para seus entes queridos. É unanimidade a importância da família e da transmissão dos ensinamentos advindos de gerações como forma de gratidão à pessoa que se tornou. Outros valores que são unânimes aos entrevistados é a amizade e a solidariedade. O companheirismo e a educação são citados por três grupos de trabalho, exceto o grupo dos pescadores. A honestidade está presente nos relatos dos entrevistados, mas citada como legado pelos pescadores. Para os catadores, um importante legado é a dignidade recuperada por meio do trabalho com a catação. A espiritualidade também é citada nas entrevistas como importante na vida do pescador, do agricultor familiar e do catador. Na cooperativa de alimentos, o rompimento com as regras da igreja é uma maneira de falar da superação de vínculos abusivos. O trabalho somente não é citado pelo grupo da cooperativa de alimentos. É um valor citado por todos os outros grupos. A alegria é citada pelos pescadores e pelos catadores.

A presença de valores que estão relacionados aos relacionamentos construídos durante a vida pelos quais os entrevistados gostariam de ser lembrados evidencia que estão em busca de algo que está para além das coisas úteis. Seus principais legados são imateriais: as representações simbólicas de sua existência para os entes queridos que estão presentes nos laços familiares, de amizade, de solidariedade durante a vida. Percebe-se a importância da produção e reprodução da vida nesses relatos. A dívida está presente nestes relatos sobre os legados deixados porque, ao se deixar algo, este algo está relacionado a lembranças boas que os entrevistados tiveram com a família, amigos, colegas e compatriotas. As mesmas lembranças são transformadas em valores com os quais esperam ser lembrados, como parte da alma dos entrevistados e reproduzidos pelos seus entes queridos. Ao que parece, nas entrevistas a escolha de nossos entrevistados foi de reproduzir o legado deixado pelos pais, pelos professores e mestres que receberam da vida e produzir novas relações sociais germinada por esses velhos valores. O princípio de agir que carrega essa semente é o da reciprocidade, pois o movimento

esperançoso em relação ao outro necessita da retribuição da lembrança para que seja reproduzido.

Nossos entrevistados são pessoas simples porque eles mantêm valores recebidos de gerações com os quais se articulam às instituições modernas. A partir dessa articulação, eles criam maneiras de inserção social por meio dos grupos de associações ou cooperativas, elaborando críticas ao individualismo, maneiras de se relacionar com o meio ambiente e com as pessoas. Apresentando suas propostas como alternativas ao modelo hegemônico, essas pessoas trazem de volta ao discurso coletivo maneiras de ser que nunca deixaram de existir enquanto relações sociais e econômicas, dando visibilidade a esses jeitos antigos de se relacionar. Mediante o crescimento dos grupos, eles valorizam seus espaços familiares, reproduzindo os valores aprendidos, compartilhando com outros e ensinando esses valores aos filhos e aos parceiros. Reproduzem essa tradição familiar como uma espécie de gratidão ao que receberam de ensinamento. Percebe-se isso nos catadores que são filhos de catadores e têm como objetivo de grupo mudar a imagem do catador de maltrapilho para empresário, valorizando a própria história e a dos pais. A mãe, por sua vez, integrante da cooperativa, diz que se sente feliz de saber que os filhos estão bem na cooperativa e estudando, cursando uma Faculdade.

No relato dos agricultores quilombolas, eles procuram ensinar aos filhos o que aprenderam dos pais e avós, mesmo com o individualismo sendo disseminado, o que afetou as relações na comunidade quilombola. A participação popular trouxe, nas palavras de um agricultor, um elo perdido da história que está sendo ensinada e divulgada para que os descendentes de quilombola se orgulhem da história de seus antepassados, aumentando sua autoestima, e encontrem subsídios para reagir a situações de discriminações. Em outro relato de uma agricultora familiar, ela contava, orgulhosa, que o filho adolescente estava plantando o milho de maneira orgânica, como contraponto ao pai, que não acreditava que o milho iria se desenvolver sem adubo químico. A cooperativa de alimentos se organizou para fazer receitas que eram feitas, antigamente, de maneira artesanal, sem auxílio da industrialização, o que valorizou o saber das mulheres que fazem parte da cooperativa, dando visibilidade ao seu trabalho caseiro, que passa a ocupar o lugar de mercado.

Para esses grupos, não é possível separar o pessoal do social. A história pessoal de cada sócio é a história coletiva da cooperativa, dizia um cooperativado reciclador. Para os pescadores artesanais e agricultores familiares, as relações familiares se espalham para as relações de trabalho e comunitárias, pois a economia advém do clima favorável. O objetivo da cooperativa de alimentos é construir um lugar de trabalho onde as sócias possam articular a vida particular com a vida de trabalho na cooperativa. O espaço da cooperativa é também um espaço de troca de experiências domésticas. O que mantém os grupos são as alianças que fazem no sentido de se apoiarem-se uns aos outros, de falarem de si e de seus problemas, de ouvir os colegas, de aprenderem juntos, de expandirem seus aprendizados, de aumentarem sua autoestima e de se fortalecerem tanto pessoalmente quanto coletivamente. As alianças são firmadas nos estatutos, onde estão presentes os objetivos dos grupos que são lembrados a cada decisão coletiva. Escolher, por essas alianças, é uma maneira de reproduzir e comunicar valores familiares e sociais que, isolados, tornam-se invisíveis diante do poder hegemônico.

7.2 OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE FELICIDADE DOS ENTREVISTADOS

Para conhecer melhor os critérios de avaliação de nossos entrevistados sobre a felicidade analisaremos as justificativas a respeito das notas que se deram. Separamos em três grupos, (a) os felizes; (b) os felizes, mas com tarefas inacabadas ou imperfeitos e (c) os não muito felizes. As respostas seguem a seguir:

7.2.1 Sobre as pessoas felizes

O material que os entrevistados buscam em suas trajetórias de vida para julgarem suas vidas como felizes ou infelizes são novamente os vínculos familiares, entre amigos e trabalho. Confirmando o que vimos no questionário dos sócios e das sócias e nas entrevistas, percebemos que, nos critérios de julgamentos sobre suas vidas, a renda por vezes é citada, mas a falta de dinheiro não é critério para se avaliarem como felizes ou infelizes. O principal critério de avaliação é a união entre

os familiares, o bom relacionamento com os amigos e colegas e o fato de os filhos estarem em boas condições de vida. É o que mostra o motivo de um pescador que se avalia com nota 10:

“A vida não está melhor por conta da crise que a gente está passando, mas a gente tem que gostar do que vive, tem que se dar bem onde está. Eu sou amigo de todo mundo, eu me dou com todos e não é só com pessoa velha não, com criança também. Eu sou uma pessoa simples, eu faço amizades, vou para uma fila e começa a conversa.”

A sensação de amar e ser amado, respeitar e ser respeitado, ser amigo e ter amigos é outro critério escolhido na trajetória de vida de um agricultor que também se avalia com nota máxima. “Porque, graças a Deus, eu nunca tive inimigos, sempre me protegeram. Respeito e sou respeitado. Amo minha esposa e filhos e sou amado por eles”. Evidencia-se, neste depoimento do agricultor, a importância da reciprocidade dos vínculos para essa avaliação da vida. A espiritualidade também é um critério usado para esta avaliação positiva. Destaca-se no depoimento a retribuição às graças recebidas do Criador, nas palavras de uma agricultora:

“Me considero uma pessoa feliz, devido à boa relação que eu tenho com o criador. Eu sei que ele me ama, e tudo que faço é para retribuir esse amor. A minha vida é muito profética, porque eu vivo de anunciar coisas boas, e de denunciar o que não está certo. Eu já passei por muita coisa, mas já superei todas, graças ao amor do criador, por isso eu retribuo cuidando das pessoas, da natureza, de toda a criação e suas criaturas.”

Justifica sua avaliação positiva: “Não tenho o que reclamar da vida; se reclamasse seria injusta”. Isso indica um merecimento, como se a vida lhe proporcionasse esse bem-estar, como resultado da colheita de um plantio bem-sucedido. Seu critério, ao olhar para sua trajetória, são as relações familiares com as quais sente que foi retribuída pelos sentimentos e esforços: o marido é bom, o filho está bem e com saúde. Outra agricultora justifica sua avaliação positiva da vida ao comparar sua vida com a de outras pessoas. Percebe, nesta comparação, que tem outros em situação pior. Portanto, seu critério de avaliação é estar em paz com sua consciência devido à sua honestidade e ao prestígio de ter uma vida tranquila no

contexto em que se encontra. Neste exemplo, vemos a importância dos vínculos sociais na avaliação sobre a vida, mas por uma via diferente das outras, uma via de competição.

Outro critério de avaliação de felicidade na vida é a superação de vínculos abusivos e de estados depressivos mediante a articulação com parceiros que possibilitaram o aumento da autoestima. É o caso das mulheres pertencentes à cooperativa de alimentos. Sua felicidade está em ver o sucesso de suas ações no bem-estar familiar, uma vida boa com os filhos, pelos filhos, uma aliança de amor que se colhe como resultado de serem amadas. Alcançaram essa meta na vida devido à aliança que fizeram com outras mulheres que vivenciaram situações parecidas. Essa aliança possibilita a transformação da autoimagem e a recuperação da autoestima por meio do reconhecimento da importância das suas ações para sua própria vida, na vida dos filhos e dos colegas de trabalho. Nas palavras de uma cooperativada: “Eu gosto de fazer bem o que faço e esse reconhecimento eu recebo na hora, porque é alimentação”. Esse reconhecimento se reflete na relação entre elas, que também reconhecem como importante a história de vida de cada integrante. A reflexão sobre a vida individual é realizada coletivamente, à medida que trabalham. Nesses depoimentos também se percebe a importância da reciprocidade das relações familiares e dos vínculos entre os colegas para afirmarem sua condição de felicidade.

7.2.2 Os felizes, mas com tarefas inacabadas ou imperfeitos

Algumas pessoas não se avaliaram com nota 10 e, sim, com notas 8,5 e 8,0. Seus critérios para essas avaliações mudavam de acordo com o contexto que vivenciavam no momento da entrevista. Um deles se deu 8,5 porque sabia que, na cidade, existem pessoas que não têm muita simpatia por ele. Fazem críticas à sua pessoa. Mas o que pesa mais na sua avaliação de felicidade são as boas relações familiares e com amigos. Outro se avaliou com 8,0 com o argumento de que não tem o que se queixar da vida. Durante a entrevista, relatou a força dos ensinamentos da família e de como gostaria de passar isso aos filhos e à comunidade. Sua inquietação se relacionava aos problemas de saúde para não se avaliar com nota

10. Nessas duas situações, os vínculos pesam como critério na avaliação sobre a felicidade, além de que se perceber que a falta de reciprocidade nas relações pesa na avaliação sobre a vida. Os problemas de saúde abalam a paz de uma pessoa, mas, com bons vínculos, ainda se avaliam como felizes.

Outras duas pessoas diminuíram a nota: uma se deu 8,0 e outra 9,5, devido às injustiças sociais. Perceber que os órgãos competentes não valorizam a relação com a natureza, não respeitam a sabedoria popular, causa preocupação e tristeza para estes entrevistados. Também se avaliaram como felizes aqueles que usam como critério os bons laços familiares entre amigos e colegas de trabalho, porém, ao afirmarem que perfeição não existe, ou que tem mais coisas a conquistar, denunciam que a tarefa de suas vidas se encontra inacabada. Essa constatação, para o nosso referencial teórico, é uma característica do homem simples. Internaliza o projeto da modernidade como inacabado, sem com isso abdicar de valores advindos de lógicas de sociedades não modernas. Apesar de parecerem conceber este conceito de felicidade como um fim, sentem-se felizes e se utilizam da alegria e da felicidade como instrumento de conquista em sua trajetória de vida. Releva-se ainda, neste grupo de pessoas que se avaliam com nota 8,00, a importância da reciprocidade dos laços familiares, de amigos e do trabalho.

As pessoas que se avaliam com nota 7,0 usam os mesmos critérios anteriores. Algumas pessoas são lideranças ou estão no meio de um processo de construção coletiva. Dessa maneira, sentem como inacabada sua tarefa por precisarem conquistar mais coisas para as cooperativas das quais fazem parte, para a sua vida familiar, para sua vida pessoal, por meio dos estudos. Os critérios de avaliação novamente estão relacionados aos vínculos sociais, familiares. No plano pessoal, destacam a importância da educação como conquista de novos espaços e crescimento tanto pessoal quanto do grupo familiar. Uma das pessoas que se avalia com 7,0 abre caminho para a próxima análise. Ela afirma que a felicidade depende da união da família e que esta fica prejudicada devido às dificuldades financeiras. Deixa claro que sua preocupação - o que não a faz tão feliz - é o fato de as condições materiais afetarem a harmonia das condições imateriais. Seu critério de felicidade é o mesmo das pessoas que se consideram felizes em seus vínculos familiares e entre amigos. O que a preocupa é a reciprocidade dos familiares em diferentes contextos. Essa análise dos critérios dessa agricultura abre caminho para pensar sobre os critérios das pessoas que se avaliam como pouco felizes.

7.2.3 As pessoas não muito felizes

Três pessoas, ao pensarem sobre suas trajetórias de vida, não se julgam muito felizes. Essas pessoas vivenciaram situações de vida muito precárias. Em seus relatos de histórias de vida, as palavras vergonha, humilhação, violência estão presentes, demonstrando que suas trajetórias de vida não foram desprovidas de vínculos e, sim, foram marcadas por vínculos abusivos. Lembramos que, para Sabourin, a reciprocidade não é apenas positiva, mas ela pode ser também negativa, que é a lógica de vingança, que está diretamente direcionada à questão da honra e de uma dialética do prestígio. Para esse autor, essas relações, assimétricas e desiguais, ficam presas no imaginário pessoal e social, reproduzindo relações de desigualdade e hierárquicas. Esses vínculos abusivos, ao que se percebe nas entrevistas, marcaram o imaginário dos entrevistados, prejudicando a autoestima. Para os entrevistados, esses vínculos abusivos são geradores de sofrimento psíquico, levando um dos entrevistados ao quadro de depressão.

“Eu trabalhava com eles como empregado. Eu comecei a trabalhar com eles muito novo. Até eu tive um problema de depressão, não sei se foi por causa disso que eu fui trabalhar muito novo. Na época, eu pensei que estava com problemas de genética, depois eu fui saber que era depressão. Sentia-me desanimado, cansado, com dor nas pernas para levantar. Eu achava que era preguiça de manhã. Sentia um pouco de angústia. Eu ia nos médicos e me encaminhavam para psiquiatra, mas nunca fiz exames para ver o que tinha.”

Outra pescadora atribui sua falta de felicidade às coisas que aconteceram em sua vida, que estão diretamente relacionadas à sua trajetória de vida. O que considera como felicidade em sua vida são seus filhos e a relação que conseguiu construir com eles. Também atribui a falta de felicidade às dificuldades financeiras que alteram a convivência no meio familiar e a faz lembrar-se de situações complicadas de sua vida e tem medo de vivenciar novamente vínculos agressivos.

“Aconteceram muitas coisas comigo. Se eu sou atacada, nervosa, eu tenho meus motivos. Eu sou filha de pais separados, eu e mais dois

irmãos moravam com a avó. Eu fui agredida, aconteceram muitas coisas em minha vida. Eu sou pescadora. Ajudo meu marido na pesca. Felicidade eu não tenho.”

Outro motivo de infelicidade é a falta de limite nas relações coletivas e pessoais. Uma das pessoas que se avalia como não muito feliz é uma liderança da cooperativa que tem participado de muitos espaços coletivos; tem conquistado espaço para o grupo e, sendo solidária, tem colaborado para o crescimento pessoal de seus colegas. A questão é que o excesso de participação leva ao estresse pessoal. Apesar de fazer muito, a sensação é de que se fez pouco e muito tem ainda a ser feito. Sua trajetória de vida recebe marcas de humilhações sociais, devido ao seu trabalho como catador, e seu principal objetivo é transformar essa imagem negativa do catador para uma imagem positiva. A justificativa de sua nota 5,0 é porque ainda quer buscar mais para si e para a cooperativa. Apesar dos esforços e do reconhecimento de seu trabalho, ainda sente como se muito pouco foi feito.

7.3 AUTOESTIMA, UM PROBLEMA POLÍTICO TRANSFORMADO PELA PARTICIPAÇÃO

Depois de uma ampla análise dos dados quanti-qualitativos, podemos afirmar que, após o julgamento das trajetórias de vida das pessoas simples, elas avaliam suas vidas como felizes ou infelizes, de acordo com o que foi produzido de marcas em sua história de vida por meio dos vínculos que vivenciaram e do modo como essas marcas são reproduzidas na vida de seus familiares, amigos e colegas de trabalho. A transmissão de um conhecimento aprendido de um antepassado é revivida como se trouxesse ao presente a presença desses no cotidiano. Verificar a assimilação desse ensino como marca em seus familiares presentes no jeito de ser é como se estivessem incorporados na vida dos filhos, companheiros e amigos. Todos os princípios de agir são importantes porque, nos relatos de suas vidas, trazem noções de *pertencimento, reconhecimento e participação e autogestão* não de maneira linear, mas eles coexistem em diferentes momentos de suas vidas.

Destacam como importante o espírito coletivo e a autogestão importa para o grupo na tomada de decisões coletivas na relação com outras instituições.

Fazer parte dos empreendimentos da Economia Solidária é uma escolha para os associados. Uma das entrevistadas relatava que não continuou os estudos porque gosta de plantar: “alguém tem que produzir”, dizia ela, e ‘eu gosto do que faço”. Tomam a decisão porque desde tenra idade o trabalho e a vida pessoal não são separados. A vida laboral tem suas raízes na necessidade infantil de brincar e se socializar que na vida adulta se transforma em um instrumento de vivenciar a coletividade e garantir o sustento pessoal e familiar. Para as pessoas da Economia Solidária vida social e econômica se articulam de maneira que se cria um espaço de proteção ao desamparo e desalento (GAIGER, 2015). Essa articulação propicia o aumento das satisfações psíquicas tornando as pessoas mais alegres e felizes.

A escolha por uma forma de vida onde a sociabilidade é mais densa proporciona as pessoas e aos grupos parte dos insumos para que possam se desenvolver apesar das necessidades adversas dando visibilidade as suas práticas para a comunidade em que se inserem e para a sociedade, de maneira a contagiar e provocar adesões de diversas instituições para compor a rede da Economia Solidária. Ou seja, mesmo que de maneira tímida, a escolha por adentrarem na economia solidária se espalha para outras dimensões e construções de relações vinculantes.

A vivência na Economia Solidária parte do espírito coletivo e estimula a adesão o que desenvolve nas pessoas lógicas que as afastam das lógicas utilitaristas de querer sempre mais e de se sobreporem uns aos outros buscando *status* e prestígio e desta maneira experimentando sentimentos provenientes de uma reciprocidade negativa produtora de vínculos competitivos e hierarquizados. A participação nos empreendimentos solidários promove a possibilidade de transformação dessas reciprocidades negativas aumentando a autoestima de seus participantes.

Percebe-se que, dentre todos, o princípio da reciprocidade é fundamental na avaliação de cada pessoa no que diz respeito à sua felicidade, pois é por meio desse princípio de agir que se desenvolvem as singularidades e a autoestima. Ao considerar o conteúdo das trajetórias de vidas, o pertencimento e a participação são fundamentais para as tomadas de decisões na vida. Porém, ao julgarem a vida e avaliarem-na, percebe-se que o fazem pelo princípio da reciprocidade.

A autoestima necessita dessa reciprocidade de perceber que se representa algo para alguém de maneira que essa representação é fundamental para que se estabeleçam vínculos positivos tanto na família como na comunidade. As marcas de uma reciprocidade negativa no imaginário de uma pessoa podem levar a mesma a reproduzir essas experiências para seus filhos, familiares e amigos, ou vivenciar uma vida de sofrimento. Relembrando as palavras da pescadora: “Não é à toa que sou nervosa. Eu já passei por muita coisa”. A recuperação da autoestima com a escolha de romper com tipos de vínculos abusivos e construir novos muda esse processo de autoavaliação. Com essas escolhas por mudanças, tornam-se pessoas mais felizes e conseguem levar esse aprendizado para seus filhos. As pessoas que se avaliam como felizes conseguem fazer desse sentimento um instrumento de força para continuarem conquistando mais espaços, ao invés de entenderem que a felicidade é um fim a ser alcançado. A felicidade é cotidianamente compartilhada e transforma-se em energia de força para viver a vida.

De acordo com os dados apresentados, percebe-se que a questão da autoestima extrapola a vida pessoal, ampliando-se para a vida coletiva, social e política. A baixa autoestima de uma pessoa é produzida por relações de reciprocidade negativas, pelas quais desenvolvem-se relações desiguais e hierarquizadas, produtoras de humilhações, segregações, preconceitos, discriminações que levam uma pessoa a aceitar relações de subjugação de parte de outros, perpetuando relações de poder hierarquizadas: de gênero, étnicas e de classes sociais. Ou seja, a questão da autoestima é também um problema político. Na medida em que a autoestima é recuperada, recupera-se também a capacidade de reagir aos vínculos abusivos e ser feliz. Percebe-se, nos dados apresentados, que uma boa autoestima contribui para que as pessoas se organizem, participem de espaços coletivos, sejam ousadas e promotoras de ações transformadoras.

Verificamos, com este trabalho de pesquisa, que, no que diz respeito à percepção das pessoas simples que estão no contexto da Economia Solidária, a avaliação sobre sua felicidade parte dos vínculos sociais construtores de suas trajetórias de vida. Percebe-se que a produção e reprodução de vínculos sociais obedecem a uma dinâmica com a qual os vínculos são ampliados da família para os vizinhos e amigos, para a cidade e para a sociedade. Essa dinâmica de ampliação dos vínculos faz parte também do relato das histórias das cooperativas. Percebe-se, nos relatos, que quanto mais ampliados os vínculos, mais se fortalecem para

transformarem sua condição pessoal e social. Mediante a reciprocidade, avaliam suas vidas como felizes ou infelizes e, pela participação, onde trocam e são redistribuídas informações pessoais e de direitos sociais, encontram o material para reproduzir, de maneira ampliada, ou de transformar os legados recebidos e assimilados. Concluímos então que os vínculos sociais são importantes na avaliação sobre uma vida feliz ou não tão feliz para nossos entrevistados.

Entendemos que, para uma abordagem mais profunda do objeto de pesquisa, seria importante considerar nas trajetórias de vida outros elementos como o fator tempo que não foi aprofundado neste trabalho. Este fator é um limitador para a escrita e também fomentador para a continuidade do trabalho, pois abre questões ao invés de fechá-las. Os vínculos produzidos nas relações de pesquisa propiciaram as condições para que se continue os contatos e venhamos a considerar, em outras etapas de continuidade do trabalho, outros elementos, qualitativos e quantitativos das trajetórias dessas pessoas com relação aos seus critérios de avaliação de uma vida feliz e de como estes se modificam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que eu posso tecer para finalizar este trabalho sobre a questão da felicidade? As trajetórias de vidas pesquisadas e apresentadas demonstram a importância da reciprocidade, dos valores imateriais que parecem mais um instrumento de força para enfrentar as dificuldades do que ideais a serem alcançados. A importância das alianças entre as pessoas começa desde cedo a fazer parte da vida dos entrevistados. É na família onde começam a conhecer o mundo e a maneira de se relacionar com ele através das brincadeiras que, mais tarde, se transformam em sabedoria para fazerem suas escolhas, exercerem o trabalho aprendido e escolhido a ser vivido. Percebe-se nas entrevistas que estes laços familiares são ampliados às relações de amizade e comunitárias, que decidem ao longo da vida sobre os vínculos que querem manter. A escola é um vínculo em que a continuidade não se efetiva como parte da vida dos entrevistados.

Felicidade é sentimento proveniente de uma força interna, a qual nos coloca em presença do outro e nos impele a inscrever no mundo a representação desta aliança: é força envolta de esperança de ser reproduzida como semente para as gerações; é força que antecede movimentos, que produz expressividade, trabalho, sabedoria; é potência que constrói grupos, conhecimento, transforma cidadãos. Pensar na felicidade apenas como um ideal a ser alcançando ou inatingível é transferir para outro tempo a potencialidade de ser pessoa, ser cidadão. É desacreditar no valor pessoal, do berço familiar, de uma amizade, da transcendência, da existência. Enquanto se desconhece a força desses valores, damos espaços para as discriminações, doenças e subordinações porque deixamos a impotência, a impossibilidade, a invisibilidade tomarem conta da existência.

Ser feliz é expressão da potência da importância dos vínculos para a vida de uma pessoa, porque através dos vínculos se constroem novos conhecimentos, nos sentimos sujeitos: representamos algo para alguém e esse outro alguém passa a fazer parte da história do corpo que se exalta em plenitude. Felicidade simplesmente projetada para o futuro enfraquece a vida humana. Porém, se corporificada no presente, torna a vida dinâmica e plena de sentido. Ser feliz é um instrumento de luta para viver com plenitude e sabedoria. Nossos entrevistados nesta pesquisa fazem uso desse sentimento como instrumento para se organizarem, construir

novos grupos, compartilhem sonhos e alimentarem esperanças. A partir do convívio, encontram conteúdo para fazerem com que as sementes germinadas sejam, por outros, bem recebidas, cultivadas e disseminadas com vistas a construir mudanças culturais de respeito a natureza, às diferenças sociais. Mediante o convívio e da participação nos grupos é possível deslocar o sentimento de felicidade de um tempo futuro (ideal) para o tempo presente. Esse deslocamento permite que transformem a impossibilidade de serem felizes em algo vivenciado concretamente através dos vínculos, instrumento de luta que potencializa a utopia de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.

O sentimento de felicidade presente nas pessoas simples é um indicador de que, por mais que assimilem as propostas do projeto hegemônico, trazendo para suas vidas a importância dos novos conhecimentos, elas mantêm valores herdados e os reproduzem para os seus, de maneira a transformarem a proposta da modernidade de um jeito próprio, novo e criativo, construído coletivamente. Com essa força internalizada, resistem às adversidades que a sociedade lhes impõe e proporcionam que a vida lhes mostre novas direções, o que as mantém firmes para reproduzirem seu jeito de ser.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREWS, Susan. **A ciência de ser feliz**. Versão para o Português: Niels Gudme. 2. ed. São Paulo: Ágora, 2013.

ANDREWS, Susan. Felicidade interna Bruta no Brasil. In: Organizadores: ROCHA, André, CALDERONI, David & JUSTO, Marcelo Gomes. **Construções da Felicidade**. São Paulo: Editora Autentica/ Núcleo de Políticas Públicas de Saúde Mental e Ações Comunitárias em Saúde Pública da Universidade de São Paulo. (NUPSI-USP), 2015. Coleção Invenções Democráticas, 5). p. 63-70.

ARTICULAÇÃO SOCIAL: Secretaria do Estado da Articulação Social. **Economista destaca crescimento de Economia Solidária em Alagoas**: Para Paul Singer, trata-se de uma maneira de ser Feliz, porque é essencialmente democrática. Alagoas: 26/11/2013. Disponível em: < <http://www.articulacaosocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/economista-destaca-crescimento-da-economia-solidaria-em-alagoas> Acessado em 10/08/2015>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BAJOIT, Guy. La renovación de la sociología contemporánea. **Teoria, sociologia contemporânea: Cultura y representaciones sociales**. Ano 3, nº5, Setembro 2008.

BOULNOIS, Oliver. A Vidada Cristã: A lei e a caridade. IN CAILLÉ, Alain et al. **História Argumentada da filosofia política**: A felicidade e o útil. Coleção ideias 12 São Leopoldo: Editora UNISINOS. 2006.

CAILLÉ, Alain et al. **História Argumentada da filosofia política**: A felicidade e o útil. Coleção ideias 12 São Leopoldo: Editora UNISINOS. 2006.

CAILLÉ, Alain. **Nem Holismo, Nem Individualismo**: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. Rev. bras. Ci. Soc. vol. 13 n. 38 São Paulo Oct. 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000300001>>.

CARNEIRO, Vanderson Gonçalves & SANTOS, Aline Mendonça. **O Movimento da Economia Solidária no Brasil**: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através da diversidade Coimbra: e-cadernos CES (02) 2008. Disponível em: <<http://eces.revues.org/1260>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

CLÉRO, Jean-Pierre. Jeremy Bentham (1748-1832) e o princípio da utilidade. IN CAILLÉ, Alain et al. **História Argumentada da filosofia política**: A felicidade e o útil. Coleção ideias 12 São Leopoldo: Editora UNISINOS. 2006a.

CLÉRO, Jean-Pierre. Jonh Stuart Mill (1806-1873): Um utilitarista antiutilitarista? IN CAILLÉ, Alain et al. **História Argumentada da filosofia política**: A felicidade e o útil. Coleção ideias 12 São Leopoldo: Editora UNISINOS. 2006b.

COSTA, Achyles Barcelos da. **O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Shumpeter**. Caderno IHU ideias, ano 4 nº 47, 2006 – 16790316

DAMÁSIO, Antônio. **O Erro de Descartes: Emoção, Razão e Cérebro Humano. Companhia das Letras**. Disponível em: <www.livros.link [http://baixar-download.jegueajato.com/Antonio%20R.%20Damasio/O%20erro%20de%20Descartes_%20emocao,%20razao%20\(1833\)/O%20erro%20de%20Descartes_%20emocao,%20ra%20-%20Antonio%20R.%20Damasio.pdf](http://baixar-download.jegueajato.com/Antonio%20R.%20Damasio/O%20erro%20de%20Descartes_%20emocao,%20razao%20(1833)/O%20erro%20de%20Descartes_%20emocao,%20ra%20-%20Antonio%20R.%20Damasio.pdf)>. Acesso em: 28 jan. 2016.

DANTAS, Ana Roque. **A construção Social da Felicidade**. Lisboa: Edições Colibri. Novembro de 2012.

DARÓs, Marilene Liége. **Pobreza, ressentimentos e luta por reconhecimento**: um estudo na Ilha Grande dos Marinheiros – Porto Alegre. São Leopoldo: UNISINOS. 2009

_____. Dádiva, Vínculo e Amizade: uma contribuição para o estudo da Satisfação. Porto Alegre: Cirkula. In: BAIOTO, Carlos Daniel. **Diálogos sociológicos** - perspectivas contemporâneas. Volume II. 2015. P. 377-402.

DAVAL, René. O Utilitarismo Inglês depois de Stuart Mill (1806-1873) Henry Sidgwick (1838-1900) e George Edward Moore (1873-1958) IN CAILLÉ, Alain et al. **História Argumentada da filosofia política**: A felicidade e o útil. Coleção ideias 12 São Leopoldo: Editora UNISINOS. 2006.

DUMONT, Louis. **O Individualismo**: uma perspectiva antropológica contemporânea. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

FERRARINI, Adriane Vieira e VERONESE, Marília V. Piracema: uma metáfora para o microempreendedorismo associativo no Brasil. In: **Otra Economia (on line)**, v. IV – n. 7, 2º semestre 2010, ISSN 1851-4715. Disponível em: <[http:// www.riless.org/otraeconomia](http://www.riless.org/otraeconomia)>.

FERRARINI, Adriane Vieira. **Governança democrática do território**: práticas e saberes em transformação. Artigo apresentado no grupo de economia solidária – São Leopoldo, RS - UNISINOS, junho de 2012.

GAIGER, Luiz Inácio. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: **Economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. Org.: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de. 2. Ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.

_____. **A Economia Solidária e o valor das relações sociais vinculantes**. Florianópolis: Rev. Katál. V. II n. 1.p.11-19.2008

_____. Empreendimento Econômico Solidário. In: HESPANHA, Pedro *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. Portugal, Coimbra: CES, 2009.

_____. **Economia Solidária e Metautilitarismo**: Apontamentos. São Leopoldo: UNISINOS. 2013.

_____. **O Mapeamento nacional e o Conhecimento da Economia Solidária**. UNISINOS. 2014.

_____. & Grupo Ecosol. **A Economia Solidária no Brasil**: uma análise de dados nacionais. São Leopoldo: Oikos, 2014.

_____. Saint-EXUPÉRY e o valor dos laços vinculantes: apontamentos sobre a Economia Solidária e a felicidade. IN: Organizadores: ROCHA, André, CALDERONI, David & JUSTO, Marcelo Gomes. **Construções da Felicidade**. São Paulo: Editora Autentica/ Núcleo de Políticas Públicas de Saúde Mental e Ações Comunitárias em Saúde Pública da Universidade de São Paulo. (NUPSI-USP), 2015. Coleção Invenções Democráticas, 5). p. 07- 232.

GIANNETTI, Eduardo. **Felicidade**: Diálogos sobre o bem-estar na civilização. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIGANET, Alain. **Epicurismo e o Entrincheiramento Ético**. IN CAILLÉ, Alain et al. *História Argumentada da filosofia política: A felicidade e o útil*. Coleção ideias 12 São Leopoldo: Editora UNISINOS. 2006.

GISSURARSON, Hannes H. Liberdade. IN.: **DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX**. Editado por Willian Outhwaite, Tom Bottomore, com consultoria de Ernest Gellner, Robert Nisbet e Alain Tauraine. Editora da versão brasileira Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos. Tradução de Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

GNASSOUNOU, Bruno. A Partir de Jonh Rawls, A querela do Utilitarismo e do Antiutilitarismo. Liberais, libertários e comunitaristas americanos. IN CAILLÉ, Alain et al. **História Argumentada da filosofia política: A felicidade e o útil**. Coleção ideias 12. São Leopoldo: Editora UNISINOS. 2006.

GODELIER, **O Enigma da Dádiva**. Tradução de Pedro Miguel Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, LDA. 1996.

GOUBDOUT, Jacques. **Introdução à dádiva**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(38): 39-51,1998.

GRANT, Anthony M. & LEIGH, Alison. **A ciência da felicidade: e como isso realmente pode funcionar para você**. São Paulo: Editora Fundamentos Educacional Ltda., 2013.

GREVE, Bent. **Felicidade**. Tradução de Pedro Barros. São Paulo. Ed. UNESP, 2013.

HALL, John A. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. *In: DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX*. Editado por Willian Outhwaite, Tom Bottomore, com consultoria de Ernest Gellner, Robert Nisbet e Alain Tauraine. Editora da versão brasileira Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos. Tradução de Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano: **Saiba o que é, definição, índice social, IDH do Brasil, cálculo links relacionados, ranking de IDH**. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/o_que_e/idh.htm>. Acesso em: 17 jun. 2012.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia popular solidária: indicadores para a sustentabilidade? *In: Economia Popular Solidária: indicadores para a sustentabilidade*. Org.: KRAYCHETE, Rafael e CARVALHO, Patrícia. Porto Alegre, tomo editorial, 2012.

KUYVEN, Patrícia Solgatto **Análise da desigualdade de gênero e de renda entre sócios(as) que trabalham em empreendimentos econômicos solidários no Brasil**. Lisboa: CONLAB. Fev. 2015.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , n. 14, p. 173-194, jun. 2000 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782000000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 jan. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782000000100010>.

LUSTOSA, Alberto Elias e MELO, Lucelena Fátima de. **Felicidade Interna Bruta (FIB) – Índice de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<http://www.seplan.gov.br/sepin/pub/conj/conj14/artigo05.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2012.

LYUBOMIRSKY, Sonja. **Os mitos da felicidade**: O que deveria fazer você feliz, mas não faz; o que não deveria fazer você feliz, mas faz. Tradução Eduardo Rieche. Rio de Janeiro: Odisseia, 2013.

MACHADO, Nuno Miguel Cardoso. Karl Polanyi e o “Grande Debate” entre substantivistas e formalistas na antropologia econômica. *In: Revista Economia e Sociedade*, v. 21, Campinas, 2012.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: Cotidiano e História na modernidade anômola. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MASSON, Jeffrey Moussaieff. **As Cartas Completas de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess**. Rio de Janeiro: IMAGO. 1986

MAUSS, Marcel. **Ensaio Sobre a Dádiva**. Introdução de Claude Lévi- Strauss. Tradução de Antônio Felipe Marques. Revisão de Marcelina Amaral. Lisboa: Edições 70. 2011

MILL, John Stuart. **Sobre a Liberdade**. Tradução de Pedro Madeira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2011.

MOTHÉ, Daniel. Autogestão. *In: HESPANHA, Pedro et al. Dicionário internacional da outra economia*. Portugal, Coimbra: CES, 2009.

NERI, Marcelo. **2012: Desenvolvimento inclusivo e sustentável?** Comunicado do IPEA 158. 18 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=16496>. Acesso em: 10 ago. 2015.

OLIVEIRA, Gislaine Farias de, et al. **Satisfação com a vida em portadores de necessidades especiais**. Revista Saúde Coletiva: Comunidades N° 2. Novembro de 2008. Disponível em: <<http://coletanea2008.no.comunidades.net/satisfacao-com-a-vida>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

PIB - Produto Interno Bruto: Saiba o que é, definição da palavra, fórmula, conceito e *links* relacionados, PIB do Brasil em 2010. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/o_que_e/pib.htm>. Acesso em: 17 jun. 2012.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens de nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. Revisão técnica de Ricardo Benzaquen de Araújo. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2012.

R7 NOTÍCIAS. ONU aprova resolução classifica a felicidade como “objetivo humano fundamental”, publicado em 19 jul. 2011. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/internacional/noticias/onu-aprova-resolucao-classifica-a-felicidade-como-objetivo-humano-fundamental-20110719.html>>. Acesso em: maio 2014.

RAZETO, Luis. **Economia de Solidariedade e organização popular**, *In.: Gadotti, M e Gutiérrez, F. Educação Comunitária e Economia Popular*. São Paulo. Cortez, 1993, p. 34-58.

RAZETO, Luis. La economía de Solidariedad: Concepto, realidade y proyecto. *In: CORAGGIO, José Luis, org. La Economía Social desde la periferia: contribuições latino-americanas*. Buenos Aires: Altamira, 2007.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Renda, Relações Sociais e Felicidade no Brasil. Rio de Janeiro: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Volume 58, nº1, 2015. p. 37-78.

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Volume 26. Nº 66. Fevereiro 2008. p.131-138.

_____. Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. Porto Alegre: **Sociologias**, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. Subdesenvolvimento e desenvolvimento na obra de Celso Furtado. IN.: Celso Furtado : os desafios do desenvolvimento. Organizadores: Francisco Luiz Corsi, José Marangoni Camargo. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília : Oficina Universitária, 2010. Disponível em:

<<http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/celso%20furtado%20book.pdf> >. Acesso em: 04 jun. 2014.

SANDRONI, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. Circulo do Livro. São Paulo: Best Seller, 1999. Disponível em:

<<http://introducaoekonomia.files.wordpress.com/2010/03/dicionario-de-economia-sandroni.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introducción las Epistemologías del Sul**. In CIDOB (Org.), Formas-Otras. Saber, nombrar, narrar, hacer. Barcelona: CIDOB Ediciones, 9-22. Disponível em:

<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/INTRODUCCION_BSS.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2012.

_____. **Gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006 (Coleção para um novo senso comum; v.4)

_____. **Pela mão de Alice**: O social e o Político na Pós-modernidade. 9. ed. revista e aumentada. Coimbra: Almedina, 2013.

SEN, Amartya. **Sobre a Ética e a Economia**. Tradução de Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras.1999.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SHAW. Bertrand Georg. **Candida**. 1898. Disponível em:

<http://www.gutenberg.org/files/4023/4023.txt> acessado em 22 de janeiro de 2016

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

SIMMEL, Georg. **Filosofia do Amor**. Tradução de Eduardo Brandão. Revisão da tradução de Paulo Neves. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **Psicologia do Dinheiro e outros ensaios**. Tradução e introdução de Arthur Morão. Lisboa: Texto&grafia, 2009.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário**. Estudos avançados 18 (51). Julho de 2004. p. 7-22.

_____. Crise induzida pelo neoliberalismo versus invenções democráticas. In: Organizadores: ROCHA, André, CALDERONI, David & JUSTO, Marcelo Gomes.

Construções da Felicidade. São Paulo: Editora Autentica/ Núcleo de Políticas Públicas de Saúde Mental e Ações Comunitárias em Saúde Pública da Universidade de São Paulo. (NUPSI-USP), 2015. Coleção Invenções Democráticas, 5). Pg.11-18.

SWEDBERG, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 16, n. 2, 2004.

TAYLOR, Charles. **As fontes do Self** - a construção da identidade moderna. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Loyola, 1994.

TAYLOR, Charles. **Bens Irredutíveis Sociais.** In: Argumentos filosóficos. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Edições Loyola. 2000.

_____. **Hegel e a sociedade moderna.** Tradução de: Luciana Pudenzi. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

TIRIBA, Lia. A Economia Popular no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER: Paul & Souza, André Ricardo. **A Economia Solidária no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2003. Coleção Economia. P. 221 -244.

TUVESON, Ernest. Progresso. In: **DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX.** Editado por Willian Outhwaite, Tom Bottomore, com consultoria de Ernest Gellner, Robert Nisbet e Alain Tauraine. Editora da versão brasileira Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos. Tradução de Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

VANDENBERGUE, Frédéric. Georg Simmel (1858-1918), Max Weber (1864-1920), Max Scheler (1874-1928) e a tradição sociológica alemã: grandeza e miséria do homem econômico. IN CAILLÉ, Alain et al. **História Argumentada da filosofia política: A felicidade e o útil.** Coleção ideias 12 São Leopoldo: Editora UNISINOS. 2006.

VANÍCOLA, Cassia Regina. **Índice de felicidade interna, o Produto Interno Bruto das nações e outros indicadores qualitativos:** um estudo sobre as suas relações. Pontifícia Universidade Católica – SP. Disponível em:
<http://www.aedb.br/seget/artigos08/323_Indice%20de%20Felicidade%20Interna_SEGeT.pdf>.

VERGNIÈRES, Solange. Aristóteles (384-322 a.C.): Prudência, ação e vida feliz. IN CAILLÉ, Alain et al. **História Argumentada da filosofia política: A felicidade e o útil.** Coleção ideias 12 São Leopoldo: Editora UNISINOS. 2006.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos.** Tradução de Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Bases de Dados e informações de Empreendimentos e sócios

II Mapeamento de Empreendimentos em Economia Solidária. Projeto Sies (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária). Secretaria Nacional de Economia Solidária/Ministério do Trabalho e Emprego. 2013. disponível em:
<http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acessado em janeiro 2016

Pesquisa amostral de sócios e sócias em Economia Solidária. Projeto Sies (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária) Secretaria Nacional de Economia Solidária/Ministério do Trabalho e Emprego. 2013 Disponível em: www.sies.ecosol.org.br , Acessado em janeiro de 2016

ANEXOS

ANEXO I

Entrevista aplicada aos(as) sócios(as) cooperativados

Esse roteiro foi uma orientação. Foi aplicado conforme as circunstâncias apresentadas dos pesquisadores. Antes de começar as perguntas realizávamos uma apresentação tanto do trabalho da pesquisadora, como do trabalho e do espaço da cooperativa e depois de obtermos o consentimento dos associados ou cooperativados as entrevistas eram gravadas. Segue o roteiro de perguntas:

- 1- Qual o seu nome?
- 2- Qual sua atividade aqui?
- 3- Como é o grupo de trabalho?
- 4- Gostas do que faz aqui na cooperativa?
- 5- Como escolheu trabalhar com o que está fazendo?
- 6- Me conte um pouco de sua vida, como chegou até aqui?
- 7- Como é a vida em casa, na família?
- 8- Como foi sua infância?
- 9- Como se casou?
- 10-Quantos filhos tem?
- 11-Idade?
- 12-Religião?
- 13- Estudou até que série?
- 14-A vida na escola como foi?
- 15-O que mais faz além do trabalho na cooperativa?
- 16-Depois dessa conversa que tivemos sobre sua vida vou lhe fazer uma pergunta um pouco diferente, para pensar sobre a vida. Quando as pessoas morrem, os que ficam sempre tem algo bom para falar dessa pessoa. E há quem diga, que esses são os valores que as pessoas deixam como lembrança de si mesmas. Se você morresse hoje, o que imagina que fariam de você?

17-Bom, depois de falarmos um pouco sobre a vida, e avaliarmos ela, me responda outra coisa. Se você tivesse que dar uma nota para sua vida, como nota de escola, de zero a dez, sendo que zero significa que sou muito infeliz e dez que sou muito feliz, que nota você se daria?

ANEXO II

APÊNDICE A - QSES



SIES

Sistema Nacional de Informações em
Economia Solidária

QSES

Questionário de Sócias e de Sócios dos
Empreendimentos Econômicos Solidários



QUESTIONÁRIO



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Secretaria Nacional de Economia Solidária
Departamento de Estudos e Divulgação

SIES

Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

QSES
QUESTIONÁRIO

Janeiro de 2013

Secretaria Nacional de Economia Solidária
Departamento de Estudos e Divulgação - DED
Esplanada dos Ministérios - Bloco F – sala 347

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa
Av. Unisinos, 950 – São Leopoldo – Rio Grande do Sul
E-mail: ecosol@unisinos.br - Tel.: (51) 3591-1193

IDENTIFICAÇÃO DO QSES:

1 - Código do QSES: _____ - _____ - _____		2 - Nome completo da/o entrevistada/o:	
3 - Categoria do EES: <input type="checkbox"/> Lista inicial <input type="checkbox"/> Suplente <input type="checkbox"/> Novo	4 - Sorteio utilizado: <input type="checkbox"/> Lista institucional do EES <input type="checkbox"/> Lista informal do EES <input type="checkbox"/> Lista de sócios acessíveis	5 - Categoria da/o entrevistada/o: <input type="checkbox"/> Lista inicial <input type="checkbox"/> Suplente <input type="checkbox"/> Novo	6 - Visitas feitas: <input type="checkbox"/> Uma <input type="checkbox"/> Duas <input type="checkbox"/> Três
7 - Local da entrevista:		8 - Data da entrevista (ou do seu término): ____/____/____	
9 - Endereço da/o entrevistada/o - logradouro e complementos / município / UF:			
10 - Endereço da/o entrevistada/o - CEP:		11 - Telefones da/o entrevistada/o com código de área () ()	
12 - E-mail da/o entrevistada/o:			
13 - Hora de início da entrevista: ____:____		14 - Hora de término da entrevista: ____:____	
Obs.: as informações pessoais acima não constarão no Sistema Público de Informações			
15 - Nome por extenso do EES: _____			
16 - Nome abreviado ou sigla do EES: _____ → Chamar o EES amostral por esse nome!			

- Conferir inicialmente o nome do EES (amostral) e a identidade do entrevistado.
- Preencher todos os itens de forma legível e completa, para a posterior transcrição literal no QSES digital.
- Preencher o código do QSES conforme a Planilha anexa ao Plano de Trabalho de cada entrevistador/a.
- Como local da entrevista, indicar a sede do EES, a moradia do entrevistado, o sindicato, etc.
- No dia de realização da entrevista, ou da última visita, preencher a data no formato DD/MM/AAAA.
- Registrar a hora de início no momento de preencher o campo respectivo.
- Anotar o nome completo e abreviado do EES e utilizá-los em substituição ao nome genérico *EES amostral*.
- Relatar eventuais dificuldades, como interrupções da entrevista, em Observações, na última página do QSES.

LEITURA INICIAL DO TCLE:

- Explicar o sentido do TCLE: *ler, deixar que o entrevistado o leia ou explicar com clareza o seu conteúdo.*

- Após a leitura ou conhecimento do conteúdo do TCLE, marcar a opção correspondente na página 5.



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

PESQUISA SOBRE O PERFIL DOS PARTICIPANTES DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E SOBRE O IMPACTO GERADO PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA SOBRE SUAS CONDIÇÕES DE VIDA

Você está sendo convidada/o a participar, como voluntária/o, em uma pesquisa sobre a Economia Solidária, respondendo a perguntas que lhe serão formuladas através de um questionário.

Antes da aplicação do questionário, é necessário que você tenha algumas informações sobre a pesquisa, a fim de esclarecer bem as suas dúvidas. Após isso, se estiver de acordo em responder ao questionário, iniciaremos a entrevista. Ao final da aplicação do questionário, se você mantiver a sua concordância, deverá assinar o seu nome no final deste documento, em três vias. Uma via ficará com você. A segunda via ficará com o/a entrevistador/a. A terceira via será enviada ao coordenador geral da pesquisa. Todas as vias serão também assinadas pelo/a entrevistador/a.

As informações mais importantes sobre a pesquisa são as seguintes:

- 1) Esta pesquisa é coordenada pelo prof. Luiz Inácio Gaiger, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo, Brasil), e está sendo realizada por iniciativa e com o apoio da Secretaria Nacional da Economia Solidária – SENAES e do Fórum Brasileiro da Economia Solidária – FBES.
- 2) O objetivo da pesquisa é ampliar os conhecimentos sobre a economia solidária no Brasil, permitindo que as iniciativas de apoio aos empreendimentos respondam melhor às necessidades dos mesmos e cheguem a resultados melhores.
- 3) A finalidade desse questionário é obter informações sobre a vida das/os sócias/os dos empreendimentos econômicos solidários. Serão feitas perguntas sobre o trabalho e a situação econômica das pessoas entrevistadas e das suas famílias. Haverá também perguntas sobre a sua participação no empreendimento e nas demais iniciativas da economia solidária, incluindo a participação social e política mais ampla na sociedade. No final do questionário, algumas perguntas serão feitas sobre a sua opinião sobre as mudanças trazidas pela economia solidária e sobre os aspectos que devem melhorar.
- 4) A aplicação do questionário dura aproximadamente 45min. Pode haver algumas pausas, se você quiser. Não sendo possível realizar a aplicação do questionário de uma única vez, um segundo horário será marcado para completar a sua entrevista.
- 5) Algumas informações pessoais suas serão solicitadas. Essas informações serão mantidas em sigilo pelos responsáveis pela pesquisa, preservando o seu anonimato e privacidade. Assim, nenhuma pessoa que utilizar as informações da pesquisa poderá identificar as pessoas entrevistadas. Além disso, as informações apenas poderão ser utilizadas para as finalidades previstas na pesquisa.

Av. Unisinos, 950 - Caixa Postal 275 - CEP 93022-000 - São Leopoldo - Rio Grande do Sul - Brasil
Fone: (51) 3591-1198 ou ramal 2198 - Fax: (51) 3590-8118 - <http://www.unisinos.br>

CEP - UNISINOS

VERSÃO APROVADA

02/12/09

JF

- 6) A sua participação nesta pesquisa é inteiramente livre. A aplicação do questionário pode ser interrompida por você a qualquer momento, caso não queira responder a alguma questão ou prefira não responder mais ao questionário.
- 7) No caso de desistência, o seu questionário será excluído da pesquisa e você não precisará assinar esse documento. Nenhuma pessoa entrevistada será penalizada pela desistência e agradecemos da mesma forma a sua colaboração.
- 8) Se você tiver dúvidas posteriores, poderá entrar em contato com o coordenador da pesquisa:
Prof. Luiz Inácio Germany Gaiger – Unisinos
Telefones: 51 3591-1180 e 51 9969-0130. E-mail: gaiger@unisinos.br
- 9) Antes de iniciar a aplicação do questionário, você pode esclarecer todas as suas dúvidas imediatas com o/a entrevistador/a.

[Dados e assinatura abaixo a serem colhidos após a aplicação do questionário]

Eu, _____, abaixo-assinado/a, sócia/o do empreendimento _____, concordo em participar da pesquisa *Gênese e Desenvolvimento da Economia Solidária*, respondendo ao questionário a mim apresentado. Fui devidamente informado e esclarecido pelo/a entrevistador/a _____ sobre a pesquisa, sobre os seus procedimentos e sobre as condições de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Assinatura da/o entrevistada/o: _____

RG da/o entrevistado: _____

Assinatura do/a entrevistador/a: _____

Local: _____ Data: ___/___/___

Código do questionário: _____

Assinatura do Coordenador da Pesquisa: _____

Luiz Inácio Germany Gaiger

Av. Unisinos, 950 Caixa Postal 275 CEP 93022-000 São Leopoldo Rio Grande do Sul Brasil
Fone: (51) 3591-1198 ou ramal 2198 Fax: (51) 3590-8118 <http://www.unisinos.br>

CEP - UNISINOS
VERSÃO APROVADA
22.11.2009
J.P.

CONSENTIMENTO INICIAL À APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO:

Desde que preservado o seu anonimato, a/o entrevistada/o consente em responder o Questionário, tendo para isso tomado conhecimento do seu conteúdo geral e dos seus objetivos, através da leitura do TCLE?

1. Sim

2. Não (interromper a aplicação, registrar nas Observações e proceder à substituição da/o entrevistada/o)

Seção I – CARACTERIZAÇÃO DA/O ENTREVISTADA/O:

Bloco 1.1 – Características pessoais

17. Qual a sua idade?

_____ anos

99. Não me recordo

- Anotar a idade aproximada quando o entrevistado não se recordar com precisão ou houver razões para dúvida.
- Se a idade declarada for 99 anos, anotá-la e registrar nas Observações.

18. Sexo da/o entrevistada/o: **(pergunta confirmatória)**

1. Masculino

2. Feminino

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

- Explicar que todas as respostas do questionário, mesmo óbvias, devem ser dadas pelo entrevistado.
- *Confirmar* o sexo quando não parecer claramente desnecessário.

19. _____ Qual é a sua religião?

0. Não tenho religião (ateu / agnóstico / descrente)

1. Afro-brasileira (candomblé / quimbanda / umbanda)

2. Católica (romana / brasileira / ortodoxa)

3. Evangélica de missão (adventista / batista / luterana / metodista / presbiteriana)

4. Evangélica pentecostal (Assembleia de Deus/Congregação Cristã/Universal do Reino de Deus)

5. Espírita

6. Testemunhas de Jeová

7. Oriental (budismo / hinduísmo / messiânica mundial)

88. Outra resposta: _____

99. Não sei

999. Prefiro não declarar

- Classificar a resposta declarada pelo entrevistado na alternativa que contém a *família religiosa* ou a resposta adequada.
- Caso o entrevistado não encontre o nome certo, mas forneça evidências, ler as opções afins e marcar a mais conveniente.
- Se não for possível classificar a resposta ou se o entrevistado declinar mais de uma religião, marcar 88 Outra resposta e anotar na linha.
- Se o entrevistado permanecer em dúvida, marcar a opção 99 Não Sei.

20. Qual é a sua raça ou cor? **(pergunta)**

1. Amarelo (ou asiático)

2. Ainoco (mestiço de amarelo com branco)

3. Branco

4. Caboclo (mestiço de índio com branco)

5. Cafuzo (mestiço de negro com índio)

6. Indígena

7. Mulato (mestiço de negro com branco)

8. Negro

9. Pardo (mestiço indefinido)

88. Outra resposta: _____

99. Não sei

999. Prefiro não declarar

- *Sempre* perguntar, anotando a resposta declarada pelo entrevistado.
- Caso o entrevistado não encontre a palavra, mas forneça evidências, ler as opções afins e marcar a mais conveniente.
- Se o entrevistado permanecer em dúvida, marcar a opção 99 Não Sei.

21. Você pertence a algum desses povos ou comunidades tradicionais? **(leitura seletiva – resposta única)**

0. Nenhuma
1. Povos indígenas
2. Comunidades quilombolas
3. Comunidades de terreiro
4. Extrativistas
5. Ribeirinhos
6. Pescadores artesanais
7. Caboclos
88. Outra resposta: _____
999. Prefiro não declarar

- Ler as alternativas 1 a 7, excluindo apenas aquelas que já estejam logicamente descartadas.
- Marcar a opção 0. Nenhuma se as respostas forem sempre negativas.
- Utilizar a opção 88 Outra resposta, quando o entrevistado citar mais de uma comunidade tradicional, e anotar quais.
- **Povos e comunidades tradicionais** - grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais e possuem formas próprias de organização social. Ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Compreendem:
 - **Povos indígenas** – consideram a si mesmos como tais, dizendo-se pertencentes a algum povo indígena e expressando o desejo de manter seus territórios ancestrais e sua identidade étnica.
 - **Comunidades quilombolas** – grupos étnico-raciais com ancestralidade **negra** relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Ocupam geralmente terras de antigos quilombos, nos quais escravos se refugiaram e passaram a viver. Tais comunidades possuem direito de propriedade de suas terras, consagrado desde a Constituição Federal de 1988 (Decreto nº 4887/03).
 - **Comunidades de terreiro** - territórios comunitários de preservação e culto das religiões de matriz africanas e afro-brasileiras, tais como o candomblé e a umbanda.
 - **Extrativistas** - atividades exercidas por pequenos produtores rurais e comunidades conhecidas como tradicionais, cujo modo de vida encontra-se em grande parte associado ao uso e manejo dos recursos naturais típicos de ecossistemas que incluem matas, mangues, restingas e zonas costeiras.
 - **Ribeirinhos** - população tradicional que reside nas proximidades dos rios e tem na pesca artesanal sua principal atividade de subsistência, além de pequenos roçados para consumo próprio. Pode praticar também atividades extrativistas.
 - **Pescadores artesanais** - tipo de pesca caracterizada principalmente pela mão-de-obra familiar, com embarcações de pequeno porte, como canoas ou jangadas, ou ainda sem embarcação, como na captura de moluscos perto da costa. Sua área de atuação são as proximidades da costa marítima, rios e lagos.
 - **Caboclos** – definição mais ampla que a etnia cabocla (Questão 20), baseada em atributos econômicos, políticos e culturais, referindo-se a pequenos produtores familiares que vivem da exploração dos recursos da floresta.

22. Qual das seguintes categorias expressa **melhor** a sua condição social? **(leitura seletiva – resposta única)**

0. Nenhuma
1. Assentados da reforma agrária
2. Agricultores familiares (não assentados da reforma agrária)
3. Artesãos
4. Artistas
5. Catadores de material reciclável
6. Garimpeiros ou mineiros
7. Técnicos ou profissionais de nível superior
8. Outros trabalhadores autônomos (por conta própria)
88. Outra resposta: _____
999. Prefiro não declarar

- Ler as opções 1 a 8, excluindo apenas aquelas que já estejam logicamente descartadas.
- A categoria social do entrevistado pode não corresponder ao perfil social predominante no EES amostral.
- Utilizar a opção 88 Outra resposta, quando o entrevistado citar mais de uma categoria social, e anotar quais.

23. Você sabe ler e escrever? **(pergunta)**

0. Não
 1. Sim, com dificuldade
 2. Sim, sem dificuldade
 88. Outra resposta: _____
 999. Prefiro não declarar

➤ Quando a resposta do entrevistado for *Sim*, indagar se o faz sem dificuldade e marcar a opção correspondente.

24. Você já frequentou a escola, ou está atualmente frequentando?

0. Não **(Passe à 26)**
 1. Sim, frequentei no passado
 2. Sim, estou frequentando atualmente
 88. Outra resposta: _____
 999. Prefiro não declarar

➤ Quando a resposta do entrevistado for apenas *Sim*, verificar se está estudando atualmente e marcar a opção correspondente.

25. Na sua vida escolar, quais dessas séries você já frequentou ou está frequentando? **(leitura, resposta múltipla)**

Educação Infantil

25.a	Creche ou Pré-escola (Maternal / Jardim da Infância / Pré-primário)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Inc.	2. <input type="checkbox"/> Comp.
------	---	---------------------------------	----------------------------------	-----------------------------------

Ensino Fundamental (antigo 1º Grau)

25.b	Alfabetização (Classe de Alfabetização - CA / Alfabetização de Jovens e Adultos / Mobral)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Inc.	2. <input type="checkbox"/> Comp.
25.c	Ensino Regular: da 1ª à 4ª série ou do 1º ao 5º ano (antigo <i>Primário</i> ou <i>Elementar</i>).	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Inc.	2. <input type="checkbox"/> Comp.
25.d	Ensino Regular: da 5ª à 8ª série ou do 6º ao 9º ano (antigo <i>Ginásio</i>).	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Inc.	2. <input type="checkbox"/> Comp.
25.e	Educação de Jovens e Adultos de Nível Fundamental – EJA (antigo <i>Supletivo</i> de 1º Grau)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Inc.	2. <input type="checkbox"/> Comp.

Ensino Médio (antigo 2º Grau)

25.f	Da 1ª à 3ª ou 4ª série (Antigo <i>Científico</i> ou <i>Clássico</i>)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Inc.	2. <input type="checkbox"/> Comp.
25.g	Educação de Jovens e Adultos de Nível Médio – EJA (antigo <i>Supletivo</i> de 2º Grau)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Inc.	2. <input type="checkbox"/> Comp.
25.h	Educação Profissional de Nível Médio	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Inc.	2. <input type="checkbox"/> Comp.

Educação Superior

25.i	Curso de Graduação (Sequencial / Profissional Superior / Tecnólogo)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Inc.	2. <input type="checkbox"/> Comp.
25.j	Curso de Especialização ou Aperfeiçoamento	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Inc.	2. <input type="checkbox"/> Comp.
25.k	Curso de Mestrado ou Doutorado	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Inc.	2. <input type="checkbox"/> Comp.

Outro Nível de Escolarização

25.o	Outro nível de escolarização (Educação Especial / Educação não Seriada)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Inc.	2. <input type="checkbox"/> Comp.
------	---	---------------------------------	----------------------------------	-----------------------------------

25.or Outro nível citado: _____

- A questão objetiva reconstituir a *trajetória escolar* do entrevistado, não apenas saber até que ano estudou. Por isso, as alternativas devem ser lidas uma a uma até o último nível de escolarização.
- Desconsiderar capacitações e formações variadas que não representam incremento no nível de escolarização.
- Quando a resposta do entrevistado for *Sim*, perguntar se completou aquele nível e marcar a opção correspondente.
- Não confundir a EJA do Ensino Fundamental com a EJA do Ensino Médio.
- Atentar para as diferenças entre *séries* e *anos*. Em caso de dúvida, registrar nas Observações.

Bloco 1.2 – Características da unidade domiciliar

26. Atualmente, qual é o seu estado civil? (**pergunta**)

1. Solteira/o
 2. Casada/o (união estável)
 3. Divorciada/o ou separada/o
 4. Viúva/o
 88. Outro: _____
 999. Prefiro não declarar

- Referir-se ao estado civil **atual** e anotar a resposta declarada pelo entrevistado.
- Considera-se *Casado* o indivíduo que vive com um/a companheiro/a habitualmente, mesmo sem ser *casado no papel*.
- Considera-se também *Solteiro* o indivíduo cujo casamento foi anulado nos termos da Lei nº 10.406/2002.

27. Quantas/os filhas/os tem?

0. Nenhum/a
 _____ filhas/os
 88. Outra resposta: _____
 999. Prefiro não declarar

- Considerar o número citado pelo entrevistado, incluindo filhos naturais, adotivos ou de criação.

28. Em que área do seu município de residência se localiza a sua moradia?

1. Na cidade (sede municipal)
 2. Em uma zona urbana separada da cidade (sede distrital ou área urbana isolada)
 3. Na área rural
 88. Outra resposta: _____
 999. Prefiro não declarar

- Se necessário, fazer perguntas complementares para a correta classificação da resposta.
 - **Cidade** - compreende as zonas centrais (urbanas) e periféricas (suburbanas), integradas à sede municipal.
 - **Zona urbana separada da cidade** – zonas urbanas do município que possuem certa independência, geralmente distantes da área urbana principal. Inclui os distritos rurais e, também, setores urbanos separados da sede municipal ou distrital por área rural ou por outro limite legal.
 - **Área rural** - situada na área externa ao perímetro das cidades e demais áreas urbanas (linha divisória dos espaços juridicamente distintos de um distrito).

29. **Além de você**, quantas pessoas habitam normalmente na sua moradia?

0. Nenhuma **(Passe à 35)**
 _____ pessoas **(Siga à 30)**
 88. Outra resposta: _____
 999. Prefiro não declarar **(Passe à 35)**

- Quando for necessário, auxiliar o entrevistado a contar o número de pessoas.
- Se for marcada a alternativa 88.Outra resposta, seguir à Questão 30 se a mesma fizer sentido; do contrário, passar à 35.

30. Quais dessas pessoas moram com você: (**leitura seletiva, resposta múltipla**)

30.a	Sua mãe	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
30.b	Seu pai	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
30.c	Seu cônjuge	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
30.d	Sua/s filha/s ou filho/s	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
30.e	Outros parentes seus	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
30.f	Agregada/o ou pensionista da família	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
30.g	Empregada/o doméstica/o ou parente da/o mesma/o	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
30.o	Outras pessoas:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
30.or	Outras pessoas citadas: _____			

- **Morar com alguém** – residir em um mesmo local, estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar e sair sem passar por uma moradia vizinha.
- Quando o entrevistado silenciar ou mostrar constrangimento, marcar a opção **999 PND** e passar à modalidade seguinte.
 - **Cônjuge** - pessoa que vive conjugalmente com o entrevistado, existindo ou não o vínculo matrimonial.
 - **Filho / filha** – compreende enteado, filho adotivo ou de criação, do entrevistado ou do seu cônjuge.
 - **Outro parente** - pessoa com qualquer grau de parentesco com o entrevistado ou com seu cônjuge.
 - **Agregado** - pessoa que não é parente do entrevistado, nem do seu cônjuge, mas não paga hospedagem nem alimentação à família.
 - **Pensionista** - pessoa que não é parente do entrevistado, nem do seu cônjuge, mas paga hospedagem ou alimentação à família.
 - **Empregado doméstico** - pessoa que presta serviço doméstico a membro da família, remunerado em dinheiro ou somente em benefícios.
 - **Parente do empregado doméstico** - pessoa que é parente do empregado doméstico e não presta serviço doméstico rem. à família.
- Utilizar a opção **30.o Outras pessoas**, quando o entrevistado citar pessoas como madrasta, padrasto e namorado/a, e anotá-las em **30.or**.

31. Entre as pessoas que moram com você, quem é a **mais importante** para a administração e o sustento da casa?

1. Apenas eu mesma/o **2 (Passe à 33)**
2. Meu cônjuge
3. Eu e meu cônjuge
4. Meu filho ou minha filha
5. Outro parente
88. Outra resposta: _____
999. Prefiro não declarar **2 (Passe à 33)**

- A pergunta destina-se a identificar a **pessoa de referência** da moradia, isto é, a pessoa responsável pela família, ou assim considerada pelos demais, em razão de sua ascendência ou papel maior no grupo familiar.
- Pode haver um **casal de referência** (alternativa 3) ou um **grupo de referência** (alternativa **88. Outra resposta**), quando várias pessoas, independentemente de relação conjugal, são igualmente responsáveis pela moradia.
 - **Cônjuge** - pessoa que vive conjugalmente com o/a entrevistado/a, existindo ou não o vínculo matrimonial.
 - **Filho ou filha** – compreende também enteado, filho adotivo ou de criação, do/da entrevistado/a ou do seu cônjuge.
 - **Outro parente** - pessoa com qualquer outro grau de parentesco com o/a entrevistado/a ou com o seu cônjuge.
 - **Agregado** - pessoa que não é parente do/da entrevistado, nem do seu cônjuge, mas não paga hospedagem nem alimentação à família.
 - **Pensionista** - pessoa que não é parente do/da entrevistado/a, nem do seu cônjuge, e paga hospedagem ou alimentação à família.
 - **Empregado doméstico** - pessoa que presta serviço doméstico a membro da família, remunerado em dinheiro ou somente em benefícios.
- Utilizar a opção **88 Outra resposta**, quando o entrevistado mencionar outras situações, tais como morador de residência estudantil, moradias comunitárias, orfanatos, asilos, casas de detenção, quartéis, hospitais e alojamento de trabalhadores em canteiros de obras, ou ainda quando disser que *todos* os moradores são igualmente importantes. Anotar a resposta no espaço em branco.

32. Qual é a **ocupação principal** da outra pessoa citada na questão anterior?

99. Não sei
- Ocupação: _____

Código CBO Domiciliar 2002: _____ (6 dígitos)

88. Outra resposta: _____ [inclui *dona de casa*]

999. Prefiro não declarar

- **Ocupação** – atividade econômica desempenhada em emprego ou outras situações de trabalho, dotada de características próprias que a diferenciam de outras atividades. Pode ser considerada como sinônimo do *trabalho exercido* ou da *profissão* da pessoa.
- Após aplicar o QSES, buscar na tabela CBO o código da ocupação declarada e anotá-lo no espaço em branco.

33. Quantas pessoas que moram **com você** possuem rendimentos?

0. Nenhuma

_____ pessoas

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

- **Rendimento** - ganho proveniente de qualquer fonte (salário, lucro, retirada da atividade econômica, etc.) ou remuneração bruta (fixa ou variável), normalmente mensal. Inclui salário família e aposentadoria, mas exclui benefícios não monetários.

34. Quantas pessoas que moram **com você** dependem dos rendimentos que você ganha?

0. Nenhuma

_____ pessoas

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

- Considerar as pessoas que residem na mesma moradia e recebem ou utilizam *parte* dos rendimentos do entrevistado.
- No caso de *agricultores familiares*, considerar como dependentes os filhos que ainda residem com os pais ou as pessoas que estão sob a sua guarda (sobrinhos, afilhados, etc.).

Seção II – ATIVIDADES ECONÔMICAS E RENDIMENTOS EXTERNOS AO EES AMOSTRAL

- Com exceção das questões 35, 36, 49 e 50, as perguntas desta seção **excluem** as atividades realizadas **dentro** do EES amostral, utilizado para o sorteio do entrevistado, mas incluem quaisquer outras, inclusive *outros* empreendimentos econômicos solidários.
- Avisar que depois haverá um bloco de perguntas sobre o EES utilizado para o sorteio dos sócios entrevistados.

35. Qual a **principal ocupação** que você exerceu durante a sua **vida de trabalho**?

Descrição: _____

Código CBO Domiciliar 2002: _____ (6 dígitos)

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

- **Ocupação** – o *tipo* de trabalho, de *cargo* ou de *profissão* exercidos.
- Considerar, neste caso, como critérios de ocupação *principal*: 1) a ocupação exercida por mais tempo; 2) o rendimento habitual obtido; 3) o número de horas por semana normalmente trabalhadas.

36. Em sua vida de trabalho, você já ficou **sem** trabalho ou sem renda própria?

0. Não

1. Sim, poucas vezes ou por pouco tempo

2. Sim, muitas vezes ou por muito tempo

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

- Se a resposta for *Sim*, indagar com qual frequência ou por quanto tempo e marcar a opção correspondente.

37. Você trabalhou no último ano em alguma atividade econômica **fora** do EES amostral?

0. Não **☞(Passe diretamente à 48)**

1. Sim, mas não atualmente **(Siga à 38)**
 2. Sim, e continuo atualmente **(Siga à 38)**

88. Outra resposta: _____ **(Passe diretamente à 48)**
 999. Prefiro não declarar **(Passe diretamente à 48)**

- Para evitar confusões, referir-se ao EES amostral pelo *nome* informado no início da entrevista (página 1).
- **Trabalho** – exercício de ocupação, em geral remunerada (em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios, tais como moradia, alimentação ou roupas), na produção de bens e serviços, incluindo o trabalho doméstico. Abrange também a ocupação *sem remuneração* desde que exercida ao menos por *1 hora semanal*, com vistas à alimentação, à construção de edificações e benfeitorias privativas, à ajuda a membro da unidade domiciliar ou à instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo, além das funções de aprendiz ou estagiário.

38. Nesse trabalho, qual é (ou foi) a sua **ocupação principal**?

Descrição: _____

Código CBO Domiciliar 2002: _____ (6 dígitos)

88. Outra resposta: _____
 999. Prefiro não declarar

- **Ocupação** – o tipo de trabalho, de *cargo* ou de *profissão* exercidos.
- Considerar, nesse caso, como critérios de ocupação *principal*: 1) o número de horas normalmente trabalhadas por semana; 2) o rendimento mensal habitual; 3) a ocupação exercida há mais tempo.

39. Em qual dessas situações você exerce (ou exerceu) essa ocupação? (**leitura seletiva – resposta única**)

(Passe à 42 se a resposta não for 1 ou 11)

1. Associado em outro empreendimento solidário (diferente do EES amostral) **(Siga à 40)**
 2. Empregado privado **com** carteira de trabalho assinada
 3. Empregado privado **sem** carteira de trabalho assinada
 4. Empregado público
 5. Produtor agrícola familiar proprietário da terra
 6. Produtor agrícola familiar não proprietário
 7. Por conta própria em atividade não agrícola
 8. Trabalho para seu consumo ou uso
 9. Trabalho não remunerado em ajuda a membro do domicílio
 10. Trabalho voluntário fora do domicílio
 11. Empregador em atividade rural ou urbana **(Passe à 41)**

88. Outra resposta: _____
 999. Prefiro não declarar

- Ler as alternativas uma a uma, exceto quando já estejam logicamente descartadas.
- Quando necessário, proceder a uma conversação para que a alternativa escolhida seja a mais adequada.
- Considerar o vínculo de trabalho *predominante*, conforme: 1) o número de horas ocupadas; 2) o rendimento obtido; 3) o vínculo mais antigo.
- Se for marcada a opção **88. Outra resposta**, seguir às próximas questões se as mesmas fizerem sentido; do contrário, passar à 42.
- **Associado em empreendimento solidário** – aplica-se também a empreendimentos informais ou sob a forma de empresa.
- **Empregado privado com ou sem carteira de trabalho assinada** - inclui emprego doméstico e assalariamento rural.
- **Empregado público** – funcionário ou servidor público, forças armadas e serviço militar obrigatório.
- **Produtor agrícola familiar proprietário da terra** – inclui quem também trabalha em outra propriedade.
- **Produtor agrícola familiar não proprietário** - parceiro, meeiro, agregado, posseiro ou arrendatário.
- **Por conta própria em atividade não agrícola** – trabalho exercido individualmente ou com auxiliares **não** remunerados.
- **Trabalho para seu consumo ou uso** - plantação, criação de animais, pesca, extrativismo, construção para uso próprio.
- **Trabalho não remunerado em ajuda a membro do domicílio** - inclui produção familiar, rural e urbana.
- **Trabalho voluntário fora do domicílio** – no mínimo com uma hora semanal de trabalho.
- **Empregador em atividade rural ou urbana** – empresário ou microempresário, rural ou urbano, individual ou em sociedade.

40. Caso tenha respondido a alternativa **1**, na questão 39, quais atividades econômicas são realizadas de forma coletiva pelas/os sócias/os desse outro empreendimento econômico solidário? (**leitura - resposta múltipla**)

40.a	Produção	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
40.b	Comercialização ou organização da comercialização ou	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS

vendas				
40.c	Prestação de serviços ou trabalho a terceiros	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
40.d	Troca de produtos ou serviços	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
40.e	Poupança, crédito ou finanças solidárias	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
40.f	Consumo	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
40.g	Uso de infraestrutura (prédios, armazéns, sedes, lojas, fundo de pasto, etc.)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
40.h	Aquisição (compra ou coleta) de matéria-prima e insumos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
40.i	Obtenção de clientes ou serviços para as/os sócias/os	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
40.o	Outras atividades econômicas:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
40.or	Outras atividades econômicas citadas: _____			

(Passe à 42)

41. Caso tenha respondido à alternativa **11**, na questão 39, quantos empregadas/os possui (ou possuía)?

_____ empregadas/os

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

➤ Considerar a média ou a situação predominante, caso o número varie.

42. De que modo você é (ou era) remunerado? (**leitura seletiva – resposta múltipla**)

42.a	Remuneração fixa ou proporcional à jornada de trabalho	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
42.b	Por produção ou comissão (peças, vendas)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
42.c	Por tarefa ou empreitada (serviços, atendimentos)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
42.d	Gratificações ou comissões adicionais	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
42.e	Em benefícios ou autoconsumo (moradia, gêneros alimentícios, refeições, treinamento)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
42.f	Pelos resultados da venda da minha produção (sem excluir o autoconsumo)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
42.g	Retirada como proprietária/o ou sócia/o do empreendimento	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
42.o	Outra forma de pagamento	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
42.or	Outra forma citada: _____		

➤ Ler as alternativas uma a uma, exceto as logicamente descartadas pela resposta à questão 39.

➤ Utilizar os textos entre parênteses para facilitar o entendimento do entrevistado.

- **Remuneração fixa** – valor fixo mensal ou proporcional às horas trabalhadas.
- **Remuneração por produção** – valor calculado conforme o montante da produção realizada.
- **Remuneração por tarefa ou empreitada** – valor calculado conforme o montante dos serviços prestados.
- **Gratificações** - retribuição por serviços extras ou remuneração adicional à convencionada.
- **Em benefícios ou autoconsumo** – retribuição que não envolve dinheiro, como moradia, alimentação e capacitação.
- **Resultados da venda de minha produção** – aplicável ao produtor agrícola familiar (alternativas 5 e 6 da questão 39)
- **Retirada como proprietário ou sócio** – aplicável quanto o entrevistado trabalhar em outro empreendimento solidário (alternativa 1, questão 39), por conta própria (alternativa 7) ou empregador de mão de obra (alternativa 11).

43. Qual é a atividade econômica principal do estabelecimento em que você exerce (ou exerceu) essa ocupação?

0. Não é um estabelecimento econômico (trabalho no domicílio ou empregada/o doméstica/o)

Atividade: _____

Código CNAE-ES: _____ (8 dígitos)

88. Outra resposta: _____

99. Não sei

999. Prefiro não declarar

➤ A questão requer conhecimento prévio da CNAE-ES, para que a atividade anotada possa ser classificada claramente.

➤ **Estabelecimento** – conceito abrangente, incluindo negócio individual ou familiar, firma, empresa privada, cooperativa, grupo informal, associação econômica, instituição, entidade e qualquer outra organização com atividades econômicas.

44. Você trabalha (ou trabalhava) nesse estabelecimento com que **frequência**?

1. Permanente

2. Temporária

3. Sazonal

4. Eventual

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

➤ Considerar a situação predominante, quando a frequência com que o trabalho é exercido for variável.

• **Trabalho permanente** – exercido constantemente e sem prazo de término previamente estipulado. Em princípio, aplica-se às atividades por conta própria e ao produtor agrícola familiar.

• **Trabalho temporário** – exercido apenas em um período previamente estabelecido, sem garantia de nova contratação (inclui estágios).

• **Trabalho sazonal** – exercido repetidamente em certos períodos do ano. Ocorre em situações de produção sazonal ou em momentos em que normalmente cresce a demanda (pedidos, contratos) por produtos ou serviços.

• **Trabalho eventual** – trabalho ocasional, esporádico, em geral com baixa quantidade de horas, sem época nem período definido.

45. Normalmente, quantas horas por semana você trabalha (ou trabalhava)?

_____ horas

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

➤ Quando necessário, ajudar o entrevistado a fazer as contas a partir da recapitulação das suas jornadas diárias de trabalho.

➤ Considerar a média anual ou a situação predominante, caso haja variação.

➤ Considerar também as horas de trabalho fora do local físico do empreendimento.

➤ No caso da agricultura familiar ou do trabalho por conta própria, considerar que o trabalho pode se estender nos fins-de-semana e nos feriados, ininterruptamente.

➤ Quando a atividade for muito inconstante ou imprevisível, marcar a alternativa **88. Outra resposta** e anotá-la no espaço em branco.

46. Em que ano você começou a exercer essa ocupação?

_____ (ano)

88. Outra resposta: _____

99. Não me recordo

999. Prefiro não declarar

➤ Quando necessário, auxiliar o entrevistado a recordar-se, mencionando fatos já citados por ele (mudança de endereço, etc.).

47. Além dessa atividade, exerceu **mais alguma ocupação** econômica remunerada **fora** do EES amostral, no último ano?

0. Não

1. Sim

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

48. Considerando todas as suas fontes de rendimento externas ao EES amostral, qual foi o rendimento bruto recebido de cada uma delas no **último mês**? (**leitura seletiva - resposta múltipla**)

Da ocupação principal:

48.a Remuneração em dinheiro 0. Não 1. Sim 99. NS 999. PND 48.av R\$ _____

48.b Remuneração em benefícios (vale transporte, refeição, moradia, etc.) 0. Não 1. Sim 99. NS 999. PND 48.bv R\$ _____

48.c Remuneração em produtos ou serviços (descontos ou gratuidade) 0. Não 1. Sim 99. NS 999. PND

48.d Autoconsumo 0. Não 1. Sim 99. NS 999. PND

De outras ocupações remuneradas:

48.e Remuneração em dinheiro 0. Não 1. Sim 99. NS 999. PND 48.ev R\$ _____

48.f Remuneração em benefícios 0. Não 1. Sim 99. NS 999. PND 48.fv R\$ _____

	(vale transporte, refeição, moradia, etc.)					
48.g	Remuneração em produtos ou serviços (descontos ou gratuidade)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	
48.h	Autoconsumo	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	
De fontes não relacionadas ao trabalho atual:						
48.i	Aposentadoria ou pensão de previdência oficial pública	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	48.iv R\$ _____
48.j	Aposentadoria ou pensão de previdência privada	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	48.jv R\$ _____
48.k	Seguro-desemprego:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	48.kv R\$ _____
48.l	Bolsa-Família	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	48.lv R\$ _____
48.m	Benefício de Prestação Continuada (BPC):	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	48.mv R\$ _____
48.n	Outras fontes privadas (aluguel, poupança, aplicações, etc.)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	48.nv R\$ _____
48.o	Outras fontes	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	48.ov R\$ _____
48.or	Outras fontes citadas: _____					

- Ler as alternativas uma a uma e anotar as respostas, exceto aquelas logicamente já descartadas.
- A soma do valor total das fontes monetárias que compreendem mais de um item deve ser feita com o auxílio da tabela abaixo: assinalar as categorias de rendimento (48.a, 48.b, 48.f, 48.n, etc.), descrever os itens correspondentes, com seus respectivos valores (conhecidos ou estimados), totalizando o valor de cada categoria na última coluna. Transpor os valores finais para as alternativas correspondentes da questão 48.
- Aplicar *médias anuais* quando o ganho do mês for declarado atípico. Em caso de rendimento sazonal, considerar o último mês de recebimento. Buscar valores aproximados, quando não for possível a exatidão nos cálculos.
- Havendo constrangimento de parte do entrevistado, indagar se prefere não responder e, sendo assim, marcar a opção 999.PND.
- **Remuneração** - rendimento bruto do empregado (remuneração básica, adicionais como horas extras, abonos e complementos) e o rendimento do empregador ou do trabalhador por conta-própria (retirada ou ganho líquido), incluindo a atividade rural.
 - Em **benefícios** – complementos como vale-refeição ou vale-transporte e usufruto gratuito ou com desconto de moradia, alimentos, itens de consumo doméstico, equipamentos produtivos, treinamento, transporte, etc.
 - Em **produtos ou serviços** – recebimento gratuito ou com desconto de bens produzidos ou de serviços oferecidos pelo empreendimento onde o entrevistado trabalha.
 - Em **autoconsumo** – bens produzidos pelo entrevistado no estabelecimento, para seu uso gratuito ou com desconto.
 - **Outras fontes** – bolsas de estudo, pensão alimentícia, mesada, herança, restituição judicial, doações, ajuda da família.

Tabela de Cálculo de Itens Monetários

Categoria de Rendimento	Item 1	Item 2	Item 3	Item 4	Item 5	Total

49. Você está vinculado e contribui com a Previdência Social (INSS)? Como?

(Passe à 51 se a resposta não for 2 ou 4)

0. Não estou vinculado ou não contribuo
1. Como contribuinte individual, independente de minhas atividades econômicas em algum EES
2. Como contribuinte individual, na condição de associado de um EES **(Siga à 50)**
3. Como segurado especial ou facultativo
4. Como empregado (exige vínculo em Carteira de Trabalho) **(Siga à 50)**
88. Outra resposta: _____
999. Prefiro não declarar

- **Previdência Social** – sistema que garante os direitos sociais do trabalhador, como aposentadorias, auxílios acidente e outros, pensões, salário-família e salário-maternidade, através do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.
- Pode ser necessário *conversar* com o entrevistado, ou citar as opções, a fim de assinalar a alternativa adequada.
- No caso de *contribuinte individual*, indagar se a contribuição relaciona-se com o vínculo de trabalho ou os rendimentos obtidos em algum EES e assinalar a alternativa correspondente.
 - *Sem vínculo ou sem contribuição* – o primeiro caso significa estar fora do sistema; **aposentados** que não trabalham podem ter vínculo, mas estão dispensados da contribuição.
 - **Contribuinte individual** – inclui empresários, trabalhadores autônomos (como o MEI – Microempresário Individual), trabalhadores associados à **cooperativa de trabalho** que prestam por ela seus serviços, trabalhadores por conta própria, diaristas, profissionais liberais, etc.
 - **Segurado especial** – inclui os trabalhadores rurais que produzem em regime de economia familiar, sem utilização de mão de obra assalariada, bem como o pescador artesanal, o índio em atividade rural e os povos tradicionais. Abrange cônjuges, companheiros e filhos maiores de 16 anos que trabalham com a família.
 - **Segurado facultativo** – correspondente a pessoas maiores de 16 anos e sem rendimentos próprios que contribuem, como donas de casa e estudantes, ou pessoas incapacitadas para o trabalho, em razão de deficiências mentais ou físicas.
 - **Empregado** – pessoa física que presta serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
 - **Outra resposta** – além do empregado doméstico e outros, inclui o segurado facultativo, correspondente a pessoas maiores de 16 anos e sem rendimentos próprios que contribuem, como donas-de-casa e estudantes.

50. No caso de ter respondido as alternativas **2** ou **4** da questão **49**, de que benefícios sociais você dispõe em seu trabalho? (**leitura - resposta múltipla**)

50.a	Descanso remunerado (incluindo férias)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
50.b	Licença-maternidade	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
50.c	Creche ou auxílio-creche	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
50.d	Qualificação profissional	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
50.e	Auxílio-educação	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
50.f	Comissão de prevenção de acidentes no trabalho	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
50.g	Plano de saúde ou odontológico	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
50.h	Auxílio-transporte	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
50.o	Outra resposta:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
50.or	Outros itens citados: _____			

- Ainda que algumas respostas pareçam conhecidas, ler as alternativas e classificar as respostas por correspondência ou semelhança, considerando as práticas *efetivas* e *regulares* do EES ou da empresa, mesmo quando não houver regras formais.
- Atentar para outras respostas citadas nominalmente pelo entrevistado, assinalando-as nas opções **50.o** e **50.or**.
- Assinalar a opção **99.NS** quando o entrevistado mostrar dúvida ou desconhecimento da alternativa.

Seção III - PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DA/O ENTREVISTADA/O NO EES AMOSTRAL:

- As perguntas desta seção referem-se *unicamente* ao EES amostral, utilizado para o sorteio do entrevistado, mesmo quando a sua participação em outro empreendimento solidário for considerada mais importante.
- Chamar o EES amostral pelo seu **nome**, conforme registrado na página 3.

51. Em que ano você começou a participar do EES?
_____ (ano)

88. Outra resposta: _____

99. Não me recordo

999. Prefiro não declarar

- Quando necessário, auxiliar o entrevistado a recordar-se, mencionando fatos já citados por ele (mudança de endereço, etc.).
- Considerar o período em que o EES teve eventualmente outro nome ou forma de organização.

52. Quais dessas atividades econômicas são realizadas de forma coletiva no EES? (**leitura, resposta múltipla**)

52.a	Produção	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
------	----------	---------------------------------	---------------------------------	---------------------------------

52.b	Comercialização ou organização da comercialização - vendas	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
52.c	Prestação de serviços ou trabalho a terceiros	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
52.d	Troca de produtos ou serviços	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
52.e	Poupança, crédito ou finanças solidárias	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
52.f	Consumo	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
52.g	Uso de infraestrutura (prédios, armazéns, sedes, lojas, fundo de pasto, etc.)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
52.h	Aquisição (compra ou coleta) de matéria-prima e insumos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
52.i	Obtenção de clientes ou serviços para as/os sócias/os	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
52.o	Outras atividades econômicas:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
52.or	Outras atividades econômicas declaradas _____			

➤ Mesmo que as atividades econômicas do EES já sejam conhecidas, proceder à leitura das opções e assinalar a opção 99.NS quando o entrevistado mostrar dúvida ou desconhecimento.

➤ Se o EES realizar produção coletiva, indagar se igualmente *comercializa* coletivamente antes de preencher a alternativa 52.b.

- **Produção** – processamento, beneficiamento, coleta, reciclagem ou fabrico de produtos.
- **Comercialização** – inclui a organização da comercialização, como a promoção de feiras e postos coletivos de venda.
- **Prestação de serviços ou trabalho a terceiros** – atividades como limpeza, consertos, instalações (elétricas, sanitárias), formação, assessoria. Inclui as atividades produtivas nas quais o EES entra apenas com a mão de obra.
- **Troca de produtos ou serviços** – inclui o uso de moeda social.
- **Poupança, crédito ou finanças solidárias** – cooperativas de crédito, fundos rotativos, bancos comunitários, etc.
- **Consumo** – o EES presta serviços não financeiros ou fornece produtos aos sócios: cooperativas de consumo, habitacionais, de eletrificação, etc.
- **Uso de infraestrutura** – o EES disponibiliza e organiza o uso de bens ou espaços físicos para os sócios: prédios, armazéns, sedes, lojas, fundos de pasto, etc.
- **Aquisição de matéria-prima e insumos** – o EES realiza ou organiza a compra, a coleta ou o acesso dos sócios a matérias-primas ou insumos.
- **Obtenção de clientes ou serviços** – o EES obtém clientes para os sócios: moto-táxis, serviços gerais, empreitadas, etc.

53. Atualmente, qual dessas é a sua **principal atividade econômica** no EES? (**leitura**)

0. Nenhuma ☞(Passe à 88)
1. **Troca** de produtos ou serviços (inclui moeda social) ☞(Siga à 54)
2. **Comercialização** de produtos de sua unidade econômica individual ou familiar ☞(Passe à 59)
3. **Trabalho remunerado** na prod., na prest. de serviços ou na admin. do EES ☞(Passe à 64)
4. **Poupança, crédito** solidário ou **finanças** solidárias ☞(Passe à 73)
5. **Consumo** ou **uso** de infraestrutura, bens ou serviços coletivos ☞(Passe à 83)
88. Outra resposta: _____ ☞(Passe à 88)
999. Prefiro não declarar ☞(Passe à 88)

➤ A alternativa 0. Nenhuma não deve ser lida, sendo utilizada quando o entrevistado disser que não atua economicamente no EES.

➤ Identificar a **principal** atividade econômica realizada pelo sócio no EES amostral, explicando o sentido das opções quando necessário.

➤ Caso a resposta não se enquadre nas alternativas, usar a opção 88. Outra resposta e anotá-la, verificando sua compatibilidade com as atividades do EES mencionadas na questão anterior.

- **Troca** - quando o entrevistado se reúne para a troca de produtos ou serviços por ele produzidos ou realizados. Inclui clubes de trocas e moedas sociais.
- **Comercialização** - quando o entrevistado comercializa (ou vende) produtos produzidos por ele ou por sua família.
- **Trabalho remunerado** – quando o entrevistado trabalha na produção, na prestação de serviços ou na administração do EES, sendo remunerado por este ou por alguma fonte externa.
- **Poupança ou crédito** – quando o entrevistado faz poupança ou toma empréstimos no EES, seja com os recursos próprios deste ou de outras fontes para as quais o EES realiza a intermediação financeira. Inclui a obtenção individual ou grupal de financiamento pelo entrevistado.
- **Consumo ou uso de infraestrutura** – quando o entrevistado compra produtos, adquire serviços (como eletrificação) ou utiliza equipamentos ou a estrutura física do EES.

Bloco 3.1 – Atividade de troca de produtos ou serviços no EES



Atenção!

As questões 54 a 58 serão aplicadas somente às/aos entrevistadas/os cuja participação econômica principal no EES é a troca de produtos ou serviços (alternativa 1 na questão 53).

54. Quais os **3 principais** produtos ou serviços que você troca normalmente?

54a. Produto ou serviço 1

0. Não 1. Sim 999. PND

54ar. Produto ou serviço citado: _____

54arCNAE-ECOSOL: _____ (8 dígitos)

54b. Produto ou serviço 2

0. Não 1. Sim 999. PND

54br. Produto ou serviço citado: _____

54brCNAE-ECOSOL: _____ (8 dígitos)

54c. Produto ou serviço 3

0. Não 1. Sim 999. PND

54cr. Produto ou serviço citado: _____

54crCNAE-ECOSOL: _____ (8 dígitos)

- Anotar por extenso os produtos ou serviços informados espontaneamente pelo entrevistado e marcar 1.Sim na linha correspondente. Havendo menos de três respostas, marcar a opção 0.Não nas alternativas não preenchidas.
- A inclusão do código constante na tabela CNAE-ECOSOL deve ser feita posteriormente, mas é indispensável o conhecimento prévio da mesma para que os produtos ou serviços anotados não gerem dúvidas no momento de fazer a classificação.

55. Você realizou trocas no EES no último ano?

0. Não **[Passe à 57]**

1. Sim, regularmente (semanalmente ou mensalmente) **[Siga à 56]**

2. Sim, esporadicamente **[Siga à 56]**

88. Outra resposta: _____

99. Não me recordo

999. Prefiro não declarar

- O **último ano** refere-se aos últimos 12 meses anteriores à entrevista.
- Quando a resposta for *Sim*, indagar sobre a frequência das trocas e marcar a alternativa correspondente.
- Se for marcada a alternativa **88.Outra resposta**, seguir à Questão 56 se a mesma fizer sentido; do contrário, passar à 57.

56. Qual foi o valor das suas trocas no último mês em que você as realizou?

R\$ _____

88. Outra resposta: _____

99. Não me recordo do valor

999. Prefiro não declarar

- Quando necessário, auxiliar o entrevistado a fazer as contas.
- Havendo constrangimento do entrevistado e preferência em não responder, marcar a opção **999. Prefiro não declarar**.

57. Além das trocas, quais dessas atividades você costuma realizar no EES? (**leitura, resp. múltipla**)

57.b	Comercializar ou negociar com compradores	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
57.c	Trabalhar de forma remunerada	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
57.d	Fazer poupança ou tirar empréstimos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
57.e	Consumir bens ou serviços oferecidos pelo EES	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
57.f	Usar a infraestrutura ou equipamentos do EES	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
57.g	Adquirir matéria-prima ou insumos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
57.h	Obter clientes ou serviços	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
57.i	Receber capacitação ou assessoria	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
57.o	Outra resposta:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
57.or	Outras vantagens citadas: _____			

- Mesmo que algumas respostas pareçam conhecidas, ler as opções e marcar **999. PND** se o entrevistado hesitar em responder.
- Atentar para outras respostas citadas nominalmente pelo entrevistado, assinalando-as nas opções **57.o** e **57.or**.
- A principal atividade econômica do entrevistado no EES, nesse caso *Troca* (cfr. questão 53), é excluída nesta questão.

58. De quais dessas formas você costuma contribuir para o empreendimento? (**leitura, resposta múltipla**)

58.a	Pagando taxas associativas	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
58.b	Doando produtos ou bens	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
58.c	Cedendo ou emprestando bens ou equipamentos meus	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
58.d	Trabalhando voluntariamente, sem remuneração	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
58.o	De outra forma:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
58.or	Outra forma de contribuição citada: _____			

- Ler as opções e marcar a **999. PND** se o entrevistado hesitar em responder.
- **Contribuir** – pagar algum valor, prestar algum serviço ou ceder algum bem ao EES, de forma gratuita ou em troca de algo bem abaixo do valor ou do custo real. Inclui empréstimo de máquinas, cessão da própria casa para as atividades do EES, cedência de veículos, treinamento sem ônus dos demais sócios, etc. Exclui o trabalho remunerado ou o aluguel comercial de equipamentos ou espaços físicos.

(Passe à 88)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
**PESQUISA SOBRE O PERFIL DOS PARTICIPANTES DOS EMPREENDIMENTOS
 ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E SOBRE O IMPACTO GERADO PELA ECONOMIA
 SOLIDÁRIA SOBRE SUAS CONDIÇÕES DE VIDA**

Você está sendo convidada/o a participar, como voluntária/o, em uma pesquisa sobre a Economia Solidária, respondendo a perguntas que lhe serão formuladas através de um questionário.

Antes da aplicação do questionário, é necessário que você tenha algumas informações sobre a pesquisa, a fim de esclarecer bem as suas dúvidas. Após isso, se estiver de acordo em responder ao questionário, iniciaremos a entrevista. Ao final da aplicação do questionário, se você mantiver a sua concordância, deverá assinar o seu nome no final deste documento, em três vias. Uma via ficará com você. A segunda via ficará com o/a entrevistador/a. A terceira via será enviada ao coordenador geral da pesquisa. Todas as vias serão também assinadas pelo/a entrevistador/a.

As informações mais importantes sobre a pesquisa são as seguintes:

- 1) Esta pesquisa é coordenada pelo prof. Luiz Inácio Gaiger, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo, Brasil), e está sendo realizada por iniciativa e com o apoio da Secretaria Nacional da Economia Solidária – SENAES e do Fórum Brasileiro da Economia Solidária – FBES.
- 2) O objetivo da pesquisa é ampliar os conhecimentos sobre a economia solidária no Brasil, permitindo que as iniciativas de apoio aos empreendimentos respondam melhor às necessidades dos mesmos e cheguem a resultados melhores.
- 3) A finalidade desse questionário é obter informações sobre a vida das/os sócias/os dos empreendimentos econômicos solidários. Serão feitas perguntas sobre o trabalho e a situação econômica das pessoas entrevistadas e das suas famílias. Haverá também perguntas sobre a sua participação no empreendimento e nas demais iniciativas da economia solidária, incluindo a participação social e política mais ampla na sociedade. No final do questionário, algumas perguntas serão feitas sobre a sua opinião sobre as mudanças trazidas pela economia solidária e sobre os aspectos que devem melhorar.
- 4) A aplicação do questionário dura aproximadamente 45min. Pode haver algumas pausas, se você quiser. Não sendo possível realizar a aplicação do questionário de uma única vez, um segundo horário será marcado para completar a sua entrevista.
- 5) Algumas informações pessoais suas serão solicitadas. Essas informações serão mantidas em sigilo pelos responsáveis pela pesquisa, preservando o seu anonimato e privacidade. Assim, nenhuma pessoa que utilizar as informações da pesquisa poderá identificar as pessoas entrevistadas. Além disso, as informações apenas poderão ser utilizadas para as finalidades previstas na pesquisa.

- 6) A sua participação nesta pesquisa é inteiramente livre. A aplicação do questionário pode ser interrompida por você a qualquer momento, caso não queira responder a alguma questão ou prefira não responder mais ao questionário.
- 7) No caso de desistência, o seu questionário será excluído da pesquisa e você não precisará assinar esse documento. Nenhuma pessoa entrevistada será penalizada pela desistência e agradecemos da mesma forma a sua colaboração.
- 8) Se você tiver dúvidas posteriores, poderá entrar em contato com o coordenador da pesquisa:
 Prof. Luiz Inácio Germany Gaiger – Unisinos
 Telefones: 51 3591-1180 e 51 9969-0130. E-mail: gaiger@unisinos.br
- 9) Antes de iniciar a aplicação do questionário, você pode esclarecer todas as suas dúvidas imediatas com o/a entrevistador/a.

[Dados e assinatura abaixo a serem colhidos após a aplicação do questionário]

Eu, _____, abaixo-assinado/a, sócia/o do empreendimento _____, concordo em participar da pesquisa *Gênese e Desenvolvimento da Economia Solidária*, respondendo ao questionário a mim apresentado. Fui devidamente informado e esclarecido pelo/a entrevistador/a _____ sobre a pesquisa, sobre os seus procedimentos e sobre as condições de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Assinatura da/o entrevistada/o: _____

RG da/o entrevistado: _____

Assinatura do/a entrevistador/a: _____

Local: _____ Data: ____/____/____

Código do questionário: _____

Assinatura do Coordenador da Pesquisa: _____

Luiz Inácio Germany Gaiger

Av. Unisinos, 950 Caixa Postal 275 CEP 93022-000 São Leopoldo Rio Grande do Sul / Brasil
 Fone: (51) 3591-1198 ou ramal 2198 Fax: (51) 3590-8118 <http://www.unisinos.br>

CEP - UNISINOS
 VERSÃO APROVADA
 02/12/09

- Preencher os campos acima e colher as assinaturas ao **final** da aplicação, se o entrevistado mantiver o seu consentimento.
- Destacar essa via e a seguinte, entregar uma ao entrevistado e guardar a outra consigo.

Bloco 3.2 – Atividade de comercialização de produtos ou serviços no EES



Atenção!

As questões 59 a 63 serão aplicadas somente às/aos entrevistadas/os cuja participação econômica principal no EES é a comercialização de produtos ou serviços (alternativa 2 na questão 52).

59. Quais os **3 principais** produtos que você comercializa normalmente?

59a. Produto 1

0. Não 1. Sim 999. PND

59ar. Produto citado: _____

59arCNAE-ECOSOL: _____ (8 dígitos)

59b. Produto 2

0. Não 1. Sim 999. PND

59br. Produto citado: _____

59brCNAE-ECOSOL: _____ (8 dígitos)

59c. Produto 3

0. Não 1. Sim 999. PND

59cr. Produto citado: _____

59crCNAE-ECOSOL: _____ (8 dígitos)

- Anotar por extenso os produtos informados espontaneamente pelo entrevistado e marcar 1. Sim na linha correspondente. Havendo menos de três respostas, marcar a opção 0. Não nas alternativas não preenchidas.
- A inclusão do código constante na tabela CNAE-ECOSOL deve ser feita posteriormente, mas é indispensável o conhecimento prévio da mesma para que os produtos anotados não gerem dúvidas no momento de fazer a classificação.

60. Você comercializou ou realizou vendas no EES no último ano?

0. Não **(Passe à 62)**

1. Sim, regularmente (semanalmente ou mensalmente) **(Siga à 61)**

2. Sim, esporadicamente **(Siga à 61)**

88. Outra resposta: _____

99. Não me recordo

999. Prefiro não declarar

- O *último ano* refere-se aos últimos 12 meses anteriores à entrevista.
- Quando a resposta for *Sim*, indagar sobre a *frequência* das trocas e marcar a alternativa correspondente.

- Se for marcada a alternativa 88. Outra resposta, seguir à Questão 61 se a mesma fizer sentido; do contrário, passar à 62.

61. Qual foi o valor das suas vendas no último mês em que você as realizou?

R\$ _____

88. Outra resposta: _____

99. Não me recordo do valor

999. Prefiro não declarar

- Quando necessário, auxiliar o entrevistado a fazer as contas.
 ➤ Se o valor das vendas não for individualizado, marcar a opção 88. Outra resposta e explicar o sentido do valor declarado.
 ➤ Havendo constrangimento do entrevistado e preferência em não responder, marcar a opção 999. Prefiro não declarar.

62. Além da comercialização, quais dessas atividades você costuma realizar no EES? (**leitura, resposta múltipla**)

62.a	Trocar produtos ou serviços com outros sócios	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
62.c	Trabalhar de forma remunerada	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
62.d	Fazer poupança ou tirar empréstimos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
62.e	Consumir bens ou serviços oferecidos pelo EES	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
62.f	Usar a infraestrutura ou equipamentos do EES	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
62.g	Adquirir matéria-prima ou insumos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
62.h	Obter clientes ou serviços	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
62.i	Receber capacitação ou assessoria	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
62.o	Outra resposta:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
62.or	Outras vantagens citadas: _____			

- Mesmo que algumas respostas pareçam conhecidas, ler as opções e marcar 999. PND se o entrevistado hesitar em responder.
 ➤ Atentar para outras respostas citadas nominalmente pelo entrevistado, assinalando-as nas opções 62.o e 62.or.
 ➤ A principal atividade econômica do entrevistado no EES, nesse caso *Comercialização* (questão 53), é excluída nesta questão.

63. De quais dessas formas você costuma contribuir para o empreendimento? (**leitura, resposta múltipla**)

63.a	Pagando taxas associativas	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
63.b	Doando produtos ou bens	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
63.c	Cedendo ou emprestando bens ou equipamentos meus	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
63.d	Trabalhando voluntariamente, sem remuneração	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
63.o	De outra forma:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
63.or	Outra forma de contribuição citada: _____			

Ler as opções e marcar a 999. PND se o entrevistado hesitar em responder.

- **Contribuir** – pagar algum valor, prestar algum serviço ou ceder algum bem ao EES, de forma gratuita ou em troca de algo bem abaixo do valor ou do custo real. Inclui empréstimo de máquinas, cessão da própria casa para as atividades do EES, cedência de veículos, treinamento sem ônus dos demais sócios, etc. Exclui o trabalho remunerado ou o aluguel comercial de equipamentos ou espaços físicos.

Bloco 3.3 – Atividade de trabalho remunerado no EES



Atenção!

As questões 64 a 72 serão aplicadas somente às/aos entrevistadas/os cuja participação econômica principal no EES é o **trabalho remunerado (alternativa 3 na questão 53)**.

64. Qual é a sua **principal** ocupação **remunerada** no EES?

Ocupação: _____

Código CBO Domiciliar 2002: _____ (6 dígitos)

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

- **Ocupação** – o tipo de trabalho, de cargo ou de profissão exercidos.
- Considerar como critérios de ocupação *principal*: 1) o número de horas semanais normalmente trabalhadas; 2) o rendimento mensal habitual; 3) a ocupação exercida há mais tempo.
- A inclusão do código constante na tabela CBO 2002 deve ser feita posteriormente, mas é indispensável o conhecimento prévio da mesma para que a ocupação anotada não gere dúvidas no momento de fazer a classificação.

65. Você trabalha no EES com que **frequência**?

1. Permanente

2. Temporária

3. Sazonal

4. Eventual

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

- Considerar a situação predominante, quando a frequência com que o trabalho é exercido for variável.
 - **Trabalho permanente** – exercido constantemente e sem prazo de término previamente estipulado.
 - **Trabalho temporário** – exercido apenas em um período previamente estabelecido, sem garantia de nova contratação (inclui estágios).
 - **Trabalho sazonal** – exercido repetidamente em certos períodos do ano. Ocorre em situações de produção sazonal ou em momentos em que normalmente cresce a demanda (pedidos, contratos) por produtos ou serviços.
 - **Trabalho eventual** – trabalho ocasional, esporádico, em geral com baixa quantidade de horas, sem época nem período definido.

66. Normalmente, você trabalha quantas **horas por semana** nessa ocupação?

_____ horas

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

- Quando necessário, ajudar o entrevistado a fazer as contas a partir da recapitulação das suas jornadas diárias de trabalho.
- Considerar a média anual ou a situação predominante, caso haja variação.
- Considerar também as horas de trabalho fora do local físico do empreendimento.
- No caso de atividade rural ou realizada por conta própria, considerar que o trabalho pode se estender nos fins-de-semana e nos feriados, ininterruptamente.
- Quando a atividade for muito inconstante ou imprevisível, marcar a alternativa 88. Outra resposta e anotá-la no espaço em branco.

67. Normalmente, com quem você trabalha? (**resposta única**)

1. Individualmente
2. Com a família
3. Em equipes ou grupos
4. Com todas/os as/os demais integrantes do EES
88. Outra resposta: _____
999. Prefiro não declarar

- Considerar apenas o trabalho relacionado ao EES e a situação de trabalho predominante.

68. O pagamento pelo seu trabalho é feito pelo EES ou por outra entidade? (**resposta única**)

1. Pelo EES
2. Por outra entidade (projeto de governo, ONG, Igreja, etc.)
3. Por ambos
88. Outra resposta: _____
999. Prefiro não declarar

- Considerar apenas o trabalho relacionado ao EES.

69. Normalmente, como é feito o seu pagamento nesse trabalho? (**leitura seletiva - resposta múltipla**)

69.a	Remuneração fixa ou proporcional à jornada de trabalho	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
69.b	Por produção ou comissão (peças, vendas, etc.)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
69.c	Por tarefa ou empreitada (serviços, atendimentos, etc.)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
69.d	Gratificações ou comissões adicionais	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
69.e	Em benefícios (moradia, alimentação, treinamento, etc.)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
69.f	Pelo consumo de produtos do trabalho (autoconsumo)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
69.g	Retirada proporcional ao faturamento ou às sobras do EES	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
69.o	Outra forma de remuneração:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
69.or	Outra forma de remuneração citada: _____			

- Ler as alternativas uma a uma, exceto aquelas que já foram logicamente descartadas.
- Utilizar os textos entre parênteses para facilitar o entendimento do entrevistado.
 - **Remuneração fixa** – valor fixo mensal ou proporcional às horas trabalhadas.
 - **Remuneração por produção** – valor calculado conforme o montante da produção realizada.

- **Remuneração por tarefa ou empreitada** – valor calculado conforme o montante de serviços prestados.
- **Gratificações** - retribuição por serviços extras ou remuneração adicional à convencionada.
- **Em benefícios** – retribuição que não envolve dinheiro, como moradia, alimentação e capacitação.
- **Consumo de produtos do trabalho** – retribuição em produtos produzidos no EES.
- **Proporcional ao faturamento ou sobras** – remuneração dependente dos ganhos e da disponibilidade financeira do EES. Pode considerar critérios individuais, como o número de horas trabalhadas ou a produção.

70. Qual foi o valor da sua **remuneração** por esse trabalho no último mês? (**resposta múltipla**)

70.a	Remuneração em dinheiro	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	70.av R\$ _____
70.b	Remuneração em benefícios (vale transporte, refeição, moradia, etc.)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	70.bv R\$ _____
70.c	Remuneração em produtos ou serviços (descontos ou gratuidade)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	
70.d	Autoconsumo	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	
70.o	Outra resposta:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim			70.ov R\$ _____
70.or	Resposta citada: _____					

- Ler as alternativas uma a uma e anotar as respostas, exceto aquelas logicamente já descartadas.
- A soma do valor total das fontes monetárias que compreendem mais de um item deve ser feita com o auxílio da tabela abaixo: assinalar as categorias de rendimento (70.a, 70.b, 70.o), descrever os itens correspondentes, com seus respectivos valores (conhecidos ou estimados), totalizando o valor de cada categoria na última coluna. Transpor os valores finais para as alternativas correspondentes da questão 70.
- Aplicar *médias anuais* quando o ganho do mês for declarado atípico. Em caso de rendimento sazonal, considerar o último mês de recebimento. Buscar valores aproximados, quando não for possível a exatidão nos cálculos.
- Havendo constrangimento de parte do entrevistado, indagar se prefere não responder e, sendo assim, marcar a opção 999.PND.
- **Remuneração** - rendimento bruto do empregado (remuneração básica, adicionais como horas extras, abonos e complementos) e o rendimento do empregador ou do trabalhador por conta-própria (retirada ou ganho líquido), incluindo a atividade rural.
 - Em **benefícios** – complementos recebidos, como vale-refeição ou vale-transporte e usufruto gratuito ou com desconto de moradia, alimentos, itens de consumo doméstico, equipamentos produtivos, treinamento, transporte, etc.
 - Em **produtos ou serviços** – recebimento gratuito ou com desconto de bens ou serviços oferecidos pelo EES.
 - Em **autoconsumo** – bens produzidos pelo entrevistado no EES, para seu consumo gratuito ou com desconto.
 - **Outra resposta** – bolsas de estudo ou de capacitação, etc.

Tabela de Cálculo de Itens Monetários

Categoria de Rendimento	Item 1	Item 2	Item 3	Item 4	Item 5	Total

71. Além do trabalho, quais dessas atividades você costuma realizar no EES? (**leitura, resposta múltipla**)

71.a	Trocar produtos ou serviços com outros sócios	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
71.b	Comercializar ou negociar com compradores	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
71.d	Fazer poupança ou tirar empréstimos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
71.e	Consumir bens ou serviços oferecidos pelo EES	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
71.f	Usar a infraestrutura ou equipamentos do EES	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
71.g	Adquirir matéria-prima ou insumos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
71.h	Obter clientes ou serviços	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
71.i	Receber capacitação ou assessoria	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
71.o	Outra resposta:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
71.or	Outras vantagens citadas: _____			

- Mesmo que algumas respostas pareçam conhecidas, ler as opções e marcar 999. PND se o entrevistado hesitar em responder.
- Atentar para outras respostas citadas nominalmente pelo entrevistado, assinalando-as nas opções 71.o e 71.or.
- A principal atividade econômica do entrevistado no EES, nesse caso *Trabalho remunerado* (questão 53), é excluída nesta questão.

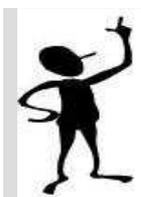
72. De quais dessas formas você costuma contribuir para o empreendimento? (**leitura, resposta múltipla**)

72.a	Pagando taxas associativas	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
72.b	Doando produtos ou bens	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
72.c	Cedendo ou emprestando bens ou equipamentos meus	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
72.d	Trabalhando voluntariamente, sem remuneração	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
72.o	De outra forma:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
72.or	Outra forma de contribuição citada: _____			

- Ler as opções e marcar a 999. PND se o entrevistado hesitar em responder.
- **Contribuir** – pagar algum valor, prestar algum serviço ou ceder algum bem ao EES, de forma gratuita ou em troca de algo bem abaixo do valor ou do custo real. Inclui empréstimo de máquinas, cessão da própria casa para as atividades do EES, cedência de veículos, treinamento sem ônus dos demais sócios, etc. Exclui o trabalho remunerado ou o aluguel comercial de equipamentos ou espaços físicos.

(Passe à 88)

Bloco 3.4 – Atividade de poupança, crédito ou financiamento no EES



Atenção!

As questões 73 a 82 serão aplicadas somente às/aos entrevistadas/os cuja participação econômica principal no EES é a poupança, crédito ou financiamento (alternativa 4 na questão 53).

73. Quais operações financeiras você realiza no empreendimento?

1. Somente poupança (depósitos ou aplicações) **(Siga à 74 e pule a 75)**
2. Somente crédito (empréstimos ou financiamentos) **(Passe à 75)**
3. Poupança e crédito **(Siga à 74)**
88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

- Utilizar os textos entre parênteses para facilitar o entendimento do entrevistado.
- Se for marcada a alternativa 88. Outra resposta, seguir às próximas questões se fizerem sentido; do contrário, passar à 82.

74. Qual é a finalidade **principal** da poupança?

0. Não há uma finalidade principal
1. Aquisição de bens de consumo ou de serviços para uso pessoal ou familiar
2. Aquisição de bens ou serviços vinculados à atividade produtiva
3. Garantia contra necessidades e imprevistos futuros
88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

- Assinalar a opção que melhor corresponde à resposta espontânea do entrevistado, *sem* ler as alternativas de resposta.

75. Qual é a finalidade **principal** das suas operações de crédito?

0. Não há uma finalidade principal
1. Aquisição de bens de consumo ou de serviços para uso pessoal ou familiar
2. Aquisição de bens ou serviços vinculados à atividade produtiva
88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

- Assinalar a opção que melhor corresponde à resposta espontânea do entrevistado, *sem* ler as alternativas de resposta.

76. Você realizou operações de poupança ou de crédito no último ano?

0. Não **(Passe diretamente à 81)**
1. Sim, apenas de poupança **(Siga à 77 e passe depois à 81)**
2. Sim, apenas de crédito **(Passe à 78)**
3. Ambas **(Siga à 77)**

99. Não me recordo

999. Prefiro não declarar

- O **último ano** refere-se aos 12 meses anteriores à entrevista.

77. Qual é (ou foi) o valor máximo da sua última poupança?

R\$ _____

88. Outra resposta: _____

99. Não me recordo

999. Prefiro não declarar

- Quando necessário, auxiliar o entrevistado a fazer as contas.
- Havendo constrangimento do entrevistado e preferência em não responder, marcar a opção 999. Prefiro não declarar.

78. Qual é (ou foi) o valor da sua última operação de crédito?

R\$ _____

88. Outra resposta: _____

99. Não me recordo

999. Prefiro não declarar

- Quando necessário, auxiliar o entrevistado a fazer as contas.
- Havendo constrangimento do entrevistado e preferência em não responder, marcar a opção 999. Prefiro não declarar.

79. Como deve ser (ou foi) feita a devolução desse crédito?

0. A fundo perdido (sem necessidade de devolução)

1. Parcial (com ou sem correção monetária ou remuneração)

2. Integral, sem correção monetária nem remuneração (juros)

3. Integral, apenas com correção monetária (sem juros)

4. Integral, com correção monetária e remuneração (juros)

5. Integral, calculada de acordo com um produto utilizado como referência de valor

88. Outra resposta: _____

99. Não sei

999. Prefiro não declarar

- **Fundo perdido** – sem obrigatoriedade de devolução ou reembolso. Normalmente, os recursos são cedidos pelo Estado para fins sociais, como obras de infraestrutura, saneamento básico e construção de moradias populares, ou fins econômicos, como geração de emprego e renda (onde normalmente entram os projetos de Economia Solidária), ou ainda para a proteção do meio ambiente e a preservação de acervos.
- **Devolução parcial** – quando apenas uma parte do crédito deve ser devolvida.
- **Correção monetária** – atualização do valor para compensar a inflação e manter o valor real do empréstimo.
- **Remuneração** – incidência de juros sobre o valor do empréstimo, de acordo com o prazo de devolução.
- **De acordo com o produto utilizado como referência de valor** – o valor do empréstimo é equiparado à quantidade de um produto (milho, etc.); a devolução é calculada pelo valor de mercado dessa mesma quantidade, no momento em que for feita.

80. Que garantias você ofereceu para obter esse crédito? (**resposta única**)

0. Não ofereci garantias

1. Garantias individuais (bens pessoais, penhor, avalista)

2. Aval solidário (de um grupo)

3. Ambas

88. Outra resposta: _____

99. Não me recordo

999. Prefiro não declarar

- Utilizar os termos entre parênteses para facilitar o entendimento do entrevistado.
 - **Garantias individuais** – os bens oferecidos poderão ser confiscados caso não haja a devolução do empréstimo; no penhor, um bem é depositado e fica de antemão como garantia; o avalista é uma pessoa que assume a dívida se o tomador crédito não o pagar.
 - **Aval solidário** – sócios do EES assumem coletivamente o compromisso de devolver os créditos recebidos individualmente.

81. Além da poupança e crédito, quais dessas atividades costuma realizar no EES? **(leitura, resposta múltipla)**

81.a	Trocar produtos ou serviços com outros sócios	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
81.b	Comercializar ou negociar com compradores	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
81.c	Trabalhar de forma remunerada	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
81.e	Consumir bens ou serviços oferecidos pelo EES	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
81.f	Usar a infraestrutura ou equipamentos do EES	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
81.g	Adquirir matéria-prima ou insumos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
81.h	Obter clientes ou serviços	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
81.i	Receber capacitação ou assessoria	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
81.o	Outra resposta:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
81.or	Outras vantagens citadas: _____			

- Mesmo que algumas respostas pareçam conhecidas, ler as opções e marcar 999. PND se o entrevistado hesitar em responder.
- Atentar para outras respostas citadas nominalmente pelo entrevistado, assinalando-as nas opções 81.o e 81.or.
- A principal atividade econômica do entrevistado no EES, nesse caso *Poupança e crédito* (questão 53), é excluída nesta questão.

82. De quais dessas formas você costuma contribuir para o empreendimento? **(leitura, resposta múltipla)**

82.a	Pagando taxas associativas	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
82.b	Doando produtos ou bens	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
82.c	Cedendo ou emprestando bens ou equipamentos meus	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
82.d	Trabalhando voluntariamente, sem remuneração	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
82.o	De outra forma:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
82.or	Outra forma de contribuição citada: _____			

- Ler as opções e marcar a 999. PND se o entrevistado hesitar em responder.
- **Contribuir** – pagar algum valor, prestar algum serviço ou ceder algum bem ao EES, de forma gratuita ou em troca de algo bem abaixo do valor ou do custo real. Inclui empréstimo de máquinas, cessão da própria casa para as atividades do EES, cedência de veículos, treinamento sem ônus dos demais sócios, etc. Exclui o trabalho remunerado ou o aluguel comercial de equipamentos ou espaços físicos.

(Passe à 88)

Bloco 3.5 – Atividade de consumo ou uso de infraestrutura, bens ou serviços coletivos



Atenção!
As questões 83 a 87 serão aplicadas somente às/aos entrevistadas/os cuja participação econômica principal no EES é o consumo de bens e serviços (alternativa 5 na questão 53).

83. Quais os **3 principais** bens ou serviços que você consome normalmente?

83a. Produto ou serviço 1

0. Não 1. Sim 999. PND

83ar. Produto ou serviço citado: _____

83arCNAE-ECOSOL: _____ (8 dígitos)

83b. Produto ou serviço 2

0. Não 1. Sim 999. PND

83br. Produto ou serviço citado: _____

83brCNAE-ECOSOL: _____ (8 dígitos)

83c. Produto ou serviço 3

0. Não 1. Sim 999. PND

83cr. Produto citado: _____

83crCNAE-ECOSOL: _____ (8 dígitos)

- Anotar por extenso os bens ou serviços informados espontaneamente pelo entrevistado e marcar 1. Sim na linha correspondente. Havendo menos de três respostas, marcar a opção 0. Não nas alternativas não preenchidas.
- A inclusão do código constante na tabela CNAE-ECOSOL deve ser feita posteriormente, mas é indispensável o conhecimento prévio da mesma para que os bens ou serviços anotados não gerem dúvidas no momento de fazer a classificação.
- Nessa caso, classificar na tabela CNAE-ECOSOL usando o código correspondente à **produção** do produto consumido.

84. Você consumiu bens e serviços no EES no último ano?

0. Não **(Passe à 86)**

1. Sim, regularmente (semanalmente ou mensalmente) **(Siga à 85)**

2. Sim, esporadicamente **(Siga à 85)**

88. Outra resposta: _____

99. Não me recordo

999. Prefiro não declarar

- O **último ano** refere-se aos 12 meses anteriores à entrevista.
- Quando a resposta for *Sim*, indagar sobre a frequência das trocas e marcar a alternativa correspondente.
- Se a alternativa escolhida for a 88. Outra resposta, seguir à Questão 86 se a mesma fizer sentido; do contrário, passar à 87.

85. Qual foi o valor dos bens e serviços no último mês em que houve consumo no EES?

R\$ _____

88. Outra resposta: _____

99. Não me recordo do valor

999. Prefiro não declarar

- Quando necessário, auxiliar o entrevistado a fazer as contas, mesmo em valores aproximados.
- Havendo constrangimento do entrevistado e preferência em não responder, marcar a opção 999. Prefiro não declarar.

86. Além do consumo, quais dessas atividades você costuma realizar no EES? (**leitura, resposta múltipla**)

86.a	Trocar produtos ou serviços com outros sócios	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
86.b	Comercializar ou negociar com compradores	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
86.c	Trabalhar de forma remunerada	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
86.d	Fazer poupança ou tirar empréstimos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
86.f	Usar a infraestrutura ou equipamentos do EES	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
86.g	Adquirir matéria-prima ou insumos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
86.h	Obter clientes ou serviços	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
86.i	Receber capacitação ou assessoria	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
86.o	Outra resposta:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
86.or	Outras vantagens citadas: _____			

- Mesmo que algumas respostas pareçam conhecidas, ler as opções e marcar 999. PND se o entrevistado hesitar em responder.
- Atentar para outras respostas citadas nominalmente pelo entrevistado, assinalando-as nas opções 86.o e 86.or.
- A principal atividade econômica do entrevistado no EES, nesse caso *Consumo* (questão 53), é excluída nesta questão.

87. De quais dessas formas você costuma contribuir para o empreendimento? (**leitura, resposta múltipla**)

87.a	Pagando taxas associativas	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
87.b	Doando produtos ou bens	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
87.c	Cedendo ou emprestando bens ou equipamentos meus	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
87.d	Trabalhando voluntariamente, sem remuneração	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
87.o	De outra forma:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
87.or	Outra forma de contribuição citada: _____			

- Ler as opções e marcar a 999. PND se o entrevistado hesitar em responder.
- **Contribuir** – pagar algum valor, prestar algum serviço ou ceder algum bem ao EES, de forma gratuita ou em troca de algo bem abaixo do valor ou do custo real. Inclui empréstimo de máquinas, cessão da própria casa para as atividades do EES, cedência de veículos, treinamento sem ônus dos demais sócios, etc. Exclui o trabalho remunerado ou o aluguel comercial de equipamentos ou espaços físicos.

Bloco 3.6 – Apreciações subjetivas sobre a importância do EES amostral

88. Quais dos seguintes motivos pesaram **fortemente** para você **entrar** no EES? (**leitura - resposta múltipla**)

88.a	O apoio de entidades ou do governo	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
88.b	Poder trabalhar no que eu gosto	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
88.c	Participar de uma atividade coletiva	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
88.d	Sair do desemprego	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
88.e	Melhorar de renda ou de nível de vida	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
88.f	Ter um trabalho mais cômodo, quanto ao horário ou local	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
88.g	Fortalecer a comunidade ou movimentos sociais	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
88.h	Acreditar na Economia Solidária	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
88.o	Outro motivo:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
88.or	Outro motivo citado: _____		

- Inicialmente, lembrar a *época de entrada* do entrevistado no EES e enfatizar que a questão se refere aos *principais* motivos.
- Atentar para outras respostas citadas pelo entrevistado, assinalando-as nas opções 88.o e 88.or.

89. Qual dessas três alternativas mostra melhor a **importância atual** do EES para a sua **renda**?

0. Minha renda não depende do EES
1. O EES oferece complementação de renda em relação a meus rendimentos principais
2. O EES garante a minha fonte principal de renda

88. Outra resposta: _____

99. Não tenho opinião formada

999. Prefiro não declarar

- Ler as alternativas 0, 1 e 2 e assinalar a resposta correspondente.
- Fazer perguntas complementares, quando for necessário, para a correta marcação da resposta.

90. Hoje, quais motivos pesam mais **fortemente** para você **continuar** no EES? (**resposta múltipla**)

90.a	O apoio de entidades ou do governo	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
90.b	Trabalhar no que eu gosto	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
90.c	Participar de uma atividade coletiva	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
90.d	Evitar o desemprego	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
90.e	Melhorar minha renda ou meu nível de vida	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
90.f	Trabalhar com mais comodidade, quanto ao horário ou local	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
90.g	Fortalecer a comunidade ou movimentos sociais	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
90.h	Acreditar na Economia Solidária	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
90.o	Outro motivo:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
90.or	Outro motivo citado: _____		

- Enfatizar que a questão se refere aos motivos *atuais* de permanência no EES.
- Formular a pergunta e classificar as respostas *espontâneas* do entrevistado nas alternativas mais próximas
- Se necessário, entabular uma *conversação*, evitando induzir as respostas do entrevistado.
- Atentar para respostas diferentes citadas pelo entrevistado, assinalando-as nas opções 90.o e 90.or.

91. Qual dessas cinco alternativas retrata melhor os seus **planos futuros** para sua participação no EES? **(leitura)**

0. Não tenho planos futuros
1. Pretendo manter o mesmo tipo de participação
2. Pretendo aumentar a minha participação
3. Pretendo participar mais de outro empreendimento solidário
4. Pretendo encontrar trabalho fora da Economia Solidária
88. Outra resposta: _____
99. Não tenho opinião formada
999. Prefiro não declarar

➤ Ler pausadamente as alternativas 0 a 4, **antes** de colher a resposta do entrevistado.

92. Quais das **necessidades** abaixo são **muito importantes** para o EES? **(leitura - resposta múltipla)**

92.a	Ter uma sede própria	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.b	Dispor de um registro formal para o EES	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.c	Melhorar a comercialização dos produtos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.d	Gerar renda maior para as/os sócias/os	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.e	Crédito e financiamento	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.f	Capacitação técnica e gerencial	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.g	Maior consciência das/os sócia/os	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.h	Maior eficiência na produção	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.i	Políticas de apoio do governo	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.j	Máquinas e equipamentos modernos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.k	Maior participação dos sócios nas decisões do EES	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.l	Comprometer-se mais com a sociedade	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.m	Resolver alguns conflitos internos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.o	Outra necessidade	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.or	Outra necessidade citada: _____		

➤ Perguntar primeiramente se o entrevistado acha que o EES tem necessidade para avançar. Se a resposta for *Sim*, ler as alternativas e marcar as opções correspondentes.

➤ Atentar para respostas diferentes citadas pelo entrevistado, assinalando-as nas opções 92.o e 92.or.

Seção IV – PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

93. **Antes** de ingressar no EES, você participava de movimentos e organizações sociais? Quais? **(resposta múltipla)**

93.a	Fóruns ou redes	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	93.ar	_____
93.b	Movimento sindical	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	93.br	_____
93.c	Movimentos sociais	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	93.cr	_____
93.d	Orgs. sociais ou comunitárias	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	93.dr	_____
93.e	Partidos políticos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	93.er	_____
93.o	Outra resposta	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	93.or	_____

- Recordar primeiramente a *época de ingresso* do entrevistado no *EES amostral*, para que seja o ponto de referência das respostas.
- Se a resposta for *Sim* à primeira pergunta, indagar de quais organizações participava, com apoio na lista de alternativas.
- Classificar as respostas conforme as conceituações e exemplificações abaixo e escrever as respostas nas linhas à direita.
- Faltando espaço, utilizar o campo Observações, ao final do questionário. [casos de mais de uma participação por categoria]
 - **Fóruns ou redes** – promovem a articulação entre pessoas e organizações: Fórum de Comércio Justo, Fórum de Cooperativismo, Fóruns de Economia Solidária, Rede Abelha, Rede de Agricultura Familiar, Rede Amazônia Solidária, Rede de Artesãos, Rede de Articulação do Semiárido, Rede Cerrado, Rede Ecovida, Rede Economia e Feminismo, Rede Lixo e Cidadania, Rede Solidária da Pesca, União de Agricultores Familiares, etc.
 - **Movimento sindical** – compreende os sindicatos de classe (agricultores, metalúrgicos, bancários, professores, etc.) e seus órgãos de aglutinação, como as confederações e as centrais sindicais.
 - **Movimentos sociais** – exceção ao movimento sindical, contemplado acima, incluem: movimento ambientalista, movimento antimanicomial, Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis, Movimento de Igualdade Racial, Movimento de Juventude, Movimento de Mulheres, Movimento Sem-Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MDT, etc..)
 - **Organizações sociais ou comunitárias** – possuem em geral uma base territorial e lutam por benefícios para a respectiva população: Associações Beneficentes, Associação de Moradores, Centro Comunitário de Saúde, Comunidades Negras, Conselhos Comunitários, Conselho da Criança e do Adolescente, Clube de Mães, Pastoral da Criança, Pastorais Sociais, etc.
 - **Partidos políticos** – compreendem a militância espontânea, a filiação partidária e o exercício de cargos.
 - **Outra resposta** – casos nitidamente diferentes ou de classificação duvidosa nas alternativas anteriores.

94. **Dentro** do EES (amostral), já exerceu algum dos seguintes cargos? Quais? (**leitura - resposta múltipla**)

94.a	Coordenação de setores, grupos ou comissões	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
94.b	Direção geral do EES	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
94.c	Representação do EES em atividades externas	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
94.o	Outro cargo	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
94.or	Outro cargo citado:	_____		

- Perguntar primeiramente se o entrevistado exerceu cargos de liderança dentro do EES. Se a resposta for *Sim*, ler as alternativas e anotar as respostas.
- Atentar para respostas diferentes citadas pelo entrevistado, assinalando-as nas opções 94.o e 94.or.

95. Nos movimentos da Economia Solidária, já assumiu algum dos seguintes cargos? (**leitura - resposta múltipla**)

95.a	Em organizações ou representações locais	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
95.b	Em organizações ou representações regionais ou estaduais	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
95.c	Em organizações ou representações nacionais ou internacionais	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
95.o	Outro cargo	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
95.or	Outro cargo citado:	_____		

- Perguntar primeiramente se o entrevistado exerceu cargos de liderança nos *movimentos da Economia Solidária*. Se a resposta for positiva, ler as alternativas e anotar as respostas.
- Atentar para respostas diferentes citadas pelo entrevistado, assinalando-as nas opções 95.o e 95.or.

96. **Depois** de ingressar no EES, vem participando de movimentos ou organizações sociais? Quais? (**resposta múltipla**)

96.a	Fóruns ou redes	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	96.ar _____
96.b	Movimento sindical	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	96.br _____
96.c	Movimentos sociais	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	96.cr _____
96.d	Organizações sociais	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	96.dr _____

ou comunitárias				
96.e	Partidos políticos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	96.er _____
96.o	Outra resposta	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	96.or _____

- Perguntar primeiramente se o entrevistado, *depois* de entrar para o EES amostral, vem participando de algum movimento ou organização social. Se a resposta for *Sim*, indagar em quais movimentos e organizações.
- Classificar as respostas conforme as conceituações e exemplificações da Questão 93 e escrever as respostas nas linhas à direita.
- Faltando espaço, utilizar o campo Observações, ao final do questionário.

97. Atualmente você é associada/o a algum sindicato ou órgãos de classe?

0. Não

1. Sim

88. Outra resposta: _____

99. Não me recordo se sou associada/o

999. Prefiro não declarar

- **Sindicato** – associação de uma ou mais categorias de trabalhadores para fins de estudo, defesa e coordenação de interesses coletivos daqueles que exercem atividades ou profissões idênticas.

Seção V – PERCEPÇÕES SUBJETIVAS SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Considerando a **sua vivência** no EES (amostral) e na Economia Solidária, diga se **concorda** (CC) ou **discorda** (DC) das afirmações abaixo, ditas por participantes da Economia Solidária. Escolha uma resposta ou uma cor do cartão. Pode também dizer que **não tem opinião** formada (NS), que **não discorda nem concorda** (NN) ou que prefere **omitir a sua opinião** (PND).

	Percepções de sócias e sócios dos EES	99	1	2	3	999
98	É possível a gente viver apenas com a renda gerada pelo nosso empreendimento	NS	CC	NN	DC	PND
99	Muitas pessoas sem trabalho encontram um lugar na Economia Solidária	NS	CC	NN	DC	PND
100	Na Economia Solidária o governo está enxergando as necessidades do povo	NS	CC	NN	DC	PND
101	Tinha gente que era escrava antes de conhecer a Economia Solidária	NS	CC	NN	DC	PND
102	Na Economia Solidária homens e mulheres têm os mesmos direitos	NS	CC	NN	DC	PND
103	As pessoas se capacitam para o trabalho no nosso empreendimento	NS	CC	NN	DC	PND
104	Existem discriminações de cor dentro do nosso empreendimento	NS	CC	NN	DC	PND
105	A falta de renda imediata leva pessoas a desistirem da Economia Solidária	NS	CC	NN	DC	PND
106	Há membros do empreendimento que se escoram no trabalho dos outros	NS	CC	NN	DC	PND
107	Em nosso empreendimento, muita gente pôde melhorar sua moradia	NS	CC	NN	DC	PND
108	Nem sempre as decisões são tomadas pela maioria dos sócios e sócias	NS	CC	NN	DC	PND
109	Nosso empreendimento recebe um apoio de fora muito pequeno	NS	CC	NN	DC	PND
110	Os homens deixam as mulheres participarem livremente	NS	CC	NN	DC	PND
111	Certas lideranças se deixam levar pelo individualismo	NS	CC	NN	DC	PND
112	Na Economia Solidária a gente consegue defender os nossos direitos	NS	CC	NN	DC	PND
113	A participação das mulheres na Economia Solidária às vezes faz com que elas esqueçam seus deveres de casa	NS	CC	NN	DC	PND
114	As pessoas mais humildes sofrem discriminações na Economia Solidária	NS	CC	NN	DC	PND
115	Na Economia Solidária falta um cuidado maior com a natureza	NS	CC	NN	DC	PND
	Percepções e graus de concordância	99	1	2	3	999

- > Adiantar ao entrevistado que esta é a *última* parte do questionário.
- > Explicar o formato das questões e o uso do cartão.
- > Enfatizar que o entrevistado deve valer livremente a sua opinião.

- Caso o entrevistado se posicione a meio termo, sugerir a opção **nem concordo, nem Discordo**.
- Em caso de hesitação, sugerir a opção **Não Sei** ou **Prefiro Não Responder**.

AUTORIZAÇÃO PARA REGISTRO E USO DE FOTOGRAFIA DA/O ENTREVISTADA/O:

Desde que **preservado o seu anonimato** em relação às informações registradas no questionário, a/o entrevistada/o autoriza a tiragem de um fotografia sua, com a finalidade de compor um álbum de imagens desta pesquisa?

0. Não.
 1. Sim, mas **sem** citar o nome e o EES de que participo.
 2. Sim, podendo-se citar o meu nome e o EES de que participo.
- Proceder conforme a resposta do entrevistado, diferenciando as opções 1 e 2.
 - Explicar que as fotografias ficarão em um acervo, algumas delas sendo divulgadas como registro público da pesquisa e da aplicação do QSES.

CONSENTIMENTO FINAL E AUTORIZAÇÃO PARA O USO DAS INFORMAÇÕES:

Desde que preservado o seu anonimato, a/o entrevistada/o autoriza a utilização das informações prestadas através desse questionário, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre a Economia Solidária, fortalecê-la e divulgá-la, dispondo-se para isso a assinar o TCLE em três vias?

0. Não (registrar nas **Observações** e proceder à substituição do entrevistado).
 1. Sim.
- Voltar a mencionar o TCLE e proceder à nova leitura se o entrevistado solicitar.
 - Preencher as três vias e colher as assinaturas, colocando também a sua própria.
 - Destacar as vias do TCLE encartadas no meio do QSES, entregar uma via ao entrevistado e guardar a outra consigo.
 - Solicitar um *tempo extra* ao entrevistado e realizar as ações previstas no **gabarito** de controle **abaixo**.

GABARITO DE CONTROLE – ANTES DE CONCLUIR A ENTREVISTA:

1. Todas as questões foram aplicadas.
2. As respostas em branco correspondem aos casos previstos.
3. As respostas por extenso são facilmente legíveis.
4. As respostas que exigem um contato posterior foram anotadas e o contato combinado.
5. O TCLE foi preenchido e assinado em três vias, ficando a primeira via encartada no QSES.
6. A segunda via do TCLE foi entregue à/ao entrevistada/o e a terceira ficou de posse do/a entrevistador/a.
7. As interrupções durante a aplicação foram anotadas nas **Observações**.
8. A fotografia do entrevistado, se autorizada, foi tirada.
9. A hora de término da entrevista foi anotada na primeira página.

- Agradecer ao entrevistado pela atenção e o tempo concedidos.
 - Encerrar a entrevista, colocando os responsáveis pela pesquisa à disposição do entrevistado.
-
-

GABARITO DE CONTROLE – ANTES DE CONCLUIR A APLICAÇÃO DO QSES:

1. As respostas pendentes foram respondidas.
 2. Foram inseridos os códigos de classificação das Tabelas CBO 2002 e CNAE-ECOSOL no QSES impresso.
 3. O campo Observações foi revisado e, quando necessário, complementado.
 4. O QSES foi digitado no sistema *on-line*.
 5. A digitação do QSES foi cuidadosamente conferida.
 6. Foi recebida mens. de confirmação da digitação, enviada pela Coordenação da Pesquisa.
 7. A fotografia do entrevistado foi enviada com o código do QSES e recebida pela Coordenação da Pesquisa.
-
-

Data: ____/____/____ Assinatura do/a entrevistador/a: _____

- Guardar a sua via do TCLE pelo prazo de três anos.
- Expedir o QSES impresso pelo correio para a Coordenação da Pesquisa (Cfr. Guia de Procedimentos Gerais)

OBSERVAÇÕES DO/A ENTREVISTADOR/A: